



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Educação Tecnológica

Junia de Souza Lima

DE MENINAS FIANDEIRAS A MULHERES OPERÁRIAS:
A INSERÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA NA COMPANHIA DE
FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA (1872-1930)



As Fiandeiras, Diego Velásquez, 1657

Belo Horizonte (MG)
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Junia de Souza Lima

De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 – 1930)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

**Belo Horizonte (MG)
2009**

Junia de Souza Lima

De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 – 1930)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 14/08/09, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves- CEFET/MG-Orientador

Profa. Dra. Eliane Marta Santos Teixeira Lopes.- UNICOR

Profa. Dra. Carla Simone Chamon.- CEFET/MG

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa- CEFET/MG

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira – FUMEC

AGRADECIMENTOS

A construção do conhecimento não é um processo solitário, mesmo que eventualmente possa parecer. Muito do que somos, da forma como vemos o mundo e de como agimos nele é resultado de um processo de interação que ocorre entre nós e todos aqueles que de alguma forma cruzou o nosso caminho.

Inicio meu agradecimento a todas as mulheres e a todos os homens que conheci por meio dos documentos investigados, nas fotos, nas cartas, através de relatos e relatórios, em momentos diversos, tristes, coléricos, felizes, cansados, esperançosos, descrentes, eufóricos. A todas essas pessoas o meu obrigada.

Agradeço a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira pelo consentimento dado para a realização da pesquisa, e aproveito a oportunidade para parabenizar esta conceituada empresa pela iniciativa de organizar e disponibilizar estes preciosos documentos. Ao Sr. Marcos Mascarenhas expresso a minha gratidão pelo acesso ao acervo do Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas. Sou grata também ao Sr. Jean Dimas Rodrigues da Mata, gerente da Fábrica do Cedro, que gentilmente me recebeu, disponibilizando o que fosse necessário para realização da pesquisa como estadia, cópias xerográficas e outras providencias que visaram muito mais o meu conforto. Sou reconhecida também a todos os empregados desta fábrica pela gentileza, educação, presteza com a qual fui recebida, e de modo especial as funcionárias Elizabeth e Júnia, responsáveis pelo Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas, pela gentileza, prontidão, disponibilidade, interesse, ajuda e pela amizade e companheirismo que foi se fazendo presente ao logo de quase um ano de pesquisa.

Para o meu orientador Irlen Antônio Gonçalves dispenso um agradecimento muito especial. Alguém que reencontrei de forma inesperada e feliz, e que soube conduzir de forma terna, paciente, competente, profissional e respeitosa todo o processo da pesquisa, desde a constituição do objeto até a escrita da dissertação. A você meu reconhecimento.

Ao CEFET a minha gratidão por possibilitar que esta pesquisa se realizasse. Para todos os professores e funcionários, o meu agradecimento. Sou especialmente grata aos professores Carla Simone Chamon e José Geraldo Pedrosa, pela valiosa contribuição dada enquanto pareceristas do projeto de pesquisa e pela participação na Banca de Defesa. Agradeço a minha turma, companheiros e companheiras dessa jornada.

Agradeço também ao CNPq, pela valiosa ajuda material.

Sou grata também às professoras Eliane Marta Santos Teixeira Lopes e Vera Lúcia Nogueira por aceitarem o convite para compor a Banca de Defesa.

Para a amiga, Rosa Vani, companheira de todas as horas, às vezes mais próxima, outras vezes mais distante, o meu agradecimento por toda a paciência e disponibilidade em ouvir e contribuir.

Meu agradecimento eterno a minha família, pelo apoio, incentivo e paciência, durante os momentos mais difíceis da pesquisa. Dedico um agradecimento especial a Raquel, minha irmã querida, pelas leituras desta dissertação, pelas contribuições ao texto e pela paciência. A vocês eu dedico esta dissertação

Por fim agradeço aos anjos do universo que em algum momento conspiraram a meu favor, guiando meus passos para que eu estivesse no lugar certo, na hora certa, encontrasse as pessoas certas e assim tudo foi possível.

O que faremos de nossas filhas?

Um jornal americano respondeu essa pergunta como se segue: Dai-lhes uma instrução elementar. Ensinai-lhes a lavar, engomar, remendar meias e a fazer a sua própria roupa. Ensinai-lhes a fazer o pão e explicai-lhes que uma boa cozinha tira muito dinheiro da botica. Fazei-as bem entender que um mil reis é um mil reis, e quem sabe economizar, é quem gasta menos do que ganha. Mostrai-lhes que um vestido de chita, que se pagou, assenta muito melhor do que um fiado, de seda. Informai-lhes que o rosto são e cheio, vale mais do que cinqüentas pálidas belezas languidas e cansadas de bailes e teatros. Deixai-as fazer suas compras e averiguar se o débito e o crédito correspondem. Educai-as independentes, briosas e ativas. Não eviteis, quando vier o tempo próprio, de lhes expor que um honrado operário na sua roupa de burel sem fortuna é melhor que o caloteiro elegante e nobre. Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza de Deus, e se puderdes fazer as despesas, deixai-as aprender música, pintura ou outras belas artes, porém, sempre como menos importantes. Ensinai-lhes que um passeio a pé é muito mais saudável do que de carro, e que as flores do campo e da floresta têm seus encantos para não as desprezar. Ensinai-lhes a desconfiar da aparência e a cumprir as suas palavras e promessas. Ensinai-lhes que a felicidade no matrimônio não depende nem do luxo nem da fortuna, porém, que os caracteres, o respeito e a confiança que tem os esposos um para com outro, trazem paz, contentamento e prazer ao lar. Tendo-lhes ensinado tudo isso e tendo certeza que elas aproveitam destes preceitos, podeis sem medo deixá-las no mundo, convictos que levarão uma vida pobra e honrada.

O Labor. Belo Horizonte, ano I, nº 1, 18 de Junho de 1905, p. 2.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados do estudo realizado na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, com o objetivo de compreender o processo de inserção e formação da mão-de-obra feminina na indústria têxtil de 1872 a 1930. As fábricas de tecidos instaladas no Brasil a partir de meados do século XIX se constituíram em um espaço de trabalho significativo para uma parcela da população feminina. Empurradas na maioria das vezes pela extrema pobreza, as operárias eram em sua maioria órfãs, viúvas ou solteiras. Entravam ainda muito jovens para se tornarem operárias e deste modo garantir a sua subsistência e da própria da família. Elas passavam boa parte da vida dentro da fábrica, inseridas num processo educativo e formativo que lhes ensinavam a ser operárias e, ao mesmo tempo, mulheres. Deste modo, as fábricas de tecidos cumpriram, juntamente com outras instituições, um papel de formação e conformação dessas mulheres a determinados valores, padrões e modelos sociais estabelecidos pela sociedade da época. Assim se constituíram em um espaço onde as relações sociais estabelecidas também envolviam o gênero.

Palavras-chave: fábrica; trabalho; gênero; industrialização.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of the case study carried out in the Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, with the objective to understand the process of insertion and formation of feminine work force in the textile industry from 1872 to 1930. The textile factories installed in Brazil from the mid XIX century became an important workspace for a significant portion of the female population. These women were pushed in the majority of times by extreme poverty, the female factory workers were mostly orphans, widows or single women. They would join the factory still at a very young age to guarantee their subsistence and their families. They would spend most of their lives in the factories, inserted in an educational process to teach them how to be factory workers and at the same time, women. This way, the textile factories fulfilled, together with other institutions, a role on the education and conformation of these women to certain values, standards and social role models then established by the society. Therefore the textile factories became a space where the social relations involved also their gender.

Keywords: factory; work; gender; industrialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | Mapa Plano da Fábrica do Cedro | 84 |
| Figura 2 | Estandarte de identificação das seções da Fábrica do Cedro | 122 |
| Figura 3 | Sala de Batedores da Fábrica do Cedro | 148 |
| Figura 4 | Descaroçador de algodão da Fábrica do Cedro | 149 |
| Figura 5 | Sala de fiação e tecelagem da Fábrica do Cedro | 158 |
| Figura 6 | Fábrica do Cedro – Pessoal Operário | 174 |
| Figura 7 | Operários de Cachoeira | 175 |
| Figura 8 | Operários da Fábrica de São Vicente | 175 |
| Figura 9 | Fábrica do Cedro em 1883 | 202 |
| Figura 10 | São Vicente – Vista panorâmica | 203 |
| Figura 11 | São Vicente – Trecho da Villa Operária | 203 |
| Figura 12 | Trecho da Villa Operária - Cachoeira | 204 |
| Figura 13 | Banheiros - Fábrica da Cachoeira | 204 |
| Figura 14 | Fundadores da Fábrica do Cedro | 205 |
| Figura 15 | Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas | 206 |
| Figura 16 | Carta de Caetano Mascarenhas para seu irmão Francisco Mascarenhas | 207 |
| Figura 17 | Conselhos para uma Vida Feliz | 208 |
| Gráfico 1 | Número de Mulheres em Relação aos Homens na Fábrica do Cedro - 1873-1932. | 68 |
| Gráfico 2 | Diferença entre o número de mulheres e homens – Fábrica do Cedro 1901-1940 | 168 |
| Quadro 1 | Fábricas de Tecidos Instaladas Em Minas Gerais Entre 1872 e 1900 | 78 |
| Quadro 2 | Relação de Máquinas, Cargos e Salários – Fábrica da Cachoeira – 1887 | 95 |
| Quadro 3 | Discriminação das Funções Segundo Sexo e Seção - Fábrica do Cedro – 1872-1920 | 160 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | Exportação de Tecidos de Minas Gerais de 1818-1850 | 63 |
| 2 | Composição da População Ocupada na Produção de Fios e Tecidos Segundo o sexo e Condição Social – Minas Gerais – 1831-1832 | 66 |
| 3 | Fluxo e Porcentagem de Moradoras do Convento da Fábrica do Cedro 1892-1913. | 126 |
| 4 | Porcentagem de Tecelãs em Relação ao total de Operárias - Fábrica do Cedro 1913, 1920, 1932 | 157 |
| 5 | Operários Jornaleiros Segundo a Idade, o Sexo e as Taxas a Idade, o Sexo e as Taxas de Salário | 166 |

SUMÁRIO

| | |
|--|--------------------------------------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 “ACEITA MINHAS VISITAS” | 29 |
| 1.1 A busca pelos indícios | 36 |
| 1.2 Com a mão na “massa” | 43 |
| 1.3 A organização e a conservação das cartas no Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas | 46 |
| 1.4 A estrutura das cartas e seus aspectos lingüísticos | 48 |
| 1.5 A rede de correspondência e os assuntos tratados | 52 |
| 1.6 Da ausência da escrita feminina à presença da mulher na escrita masculina | 56 |
| 2 TECENDO OS PANOS DE MINAS | 60 |
| 2.1 O negócio das fábricas: a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira..... | 76 |
| 2.2 Estrutura e organização das primeiras fábricas da CCC | 83 |
| 3 AS MELHORES EMPREGADAS. | 103 |
| 3.1 Das condições sociais e econômicas: pobres, sozinhas e migrantes | 103 |
| 3.2 Os conventos das fábricas | 116 |
| 4 ÀS MULHERES: OS FIOS, OS TECIDOS E AS MÁQUINAS SIMPLES | 146 |
| CONCLUSÃO..... | 177 |
| REFERÊNCIAS E FONTES..... | 189 |
| ANEXO A- Fábrica do Cedro em 1883 | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO B – Fábrica de São Vicente | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO C – Fábrica da Cachoeira..... | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO D – Fundadores da Fábrica do Cedro | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO E – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas..... | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO F – Carta de Caetano Mascarenhas | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO G – Conselhos para Uma Vida Feliz | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO H – Fátima, a fiandeira | Erro! Indicador não definido. |

INTRODUÇÃO

Conta-se que no mais longínquo reino do ocidente vivia uma jovem chamada Fátima, filha de um próspero fiandeiro. Um dia eles viajaram em direção às ilhas do Mediterrâneo onde seu pai esperava fazer bons negócios e encontrar um marido para a filha. No caminho o barco em que navegavam naufragou, o pai morreu e Fátima conseguiu nadar até a uma praia próxima de Alexandria. Estando sozinha e desamparada, Fátima foi recolhida por uma família de tecelões que lhe ensinaram o ofício e lhe ofereceram um recomeço. Poucos anos depois ela foi capturada por mercadores de escravos e vendida em Istambul a um fabricante de mastro. Ele lhe ensinou o seu ofício e após algum tempo a libertou e ela permaneceu como sua ajudante de confiança. Infelizmente numa viagem de negócios a Java, o barco afundou e mais uma vez Fátima se viu sozinha em uma praia de um país distante e desconhecido. Porém quando os habitantes do lugar notaram a presença da estrangeira a instruíram ir a presença do Imperador para ser investigada. Na verdade, na China havia uma profecia que se realizaria pelas mãos de uma mulher estrangeira. - A senhora sabe fabricar uma tenda? Perguntou o Rei.- Creio que sim majestade, respondeu Fátima. Então pediu que lhe trouxessem corda, mas não havia. Lembrando-se dos seus conhecimentos de fiandeira, colheu linho e confeccionou as cordas. Pediu lona, que também não havia na China. Utilizando-se do seu aprendizado como tecelã fabricou uma enorme e resistente lona. Como não havia mastros, Fátima relembrou o que aprendeu com o fabricante de mastro, fez com muita habilidade as estacas de que precisaria. Por fim buscou em sua memória todas as tendas já vistas e construiu uma tenda digna de um Rei. Maravilhado com a tenda, o Rei se prontificou a atender-lhe qualquer pedido. Ela escolheu estabelecer-se na China, onde depois se casou com um belo príncipe. Rodeada de seus filhos e de seu marido, viveu muito feliz até o fim dos seus dias. Foi através destas aventuras que Fátima compreendeu que o que lhe parecera, em cada ocasião, ser apenas uma experiência desagradável se tornou parte essencial na construção de sua felicidade.¹

¹ Adaptação da história: "Fátima Fiandeira". Esta história é muito conhecida no folclore grego, onde em muitos de seus temas contemporâneos figuram dervixes e suas lendas. A versão aqui apresentada é atribuída ao Xequê Mohamed Jamaludin de Adrianópolis. Fundou a Ordem Jamalia ("A Formosa"), e faleceu em 1750. Extraído de 'Histórias dos Dervixes' Idries Shah, Nova Fronteira 1976. Disponível em: <http://www.sertaodoperi.com.br/poesiasufi/domes.htm>

Esta história narra a trajetória de Fátima, a fiandeira, uma mulher que se fez entre fios e tramas em meio aos percalços do seu destino. É uma lenda, e pode-se perguntar que relação ela tem com esta pesquisa. Além de servir de inspiração para o título dado a pesquisa, a história apresenta também alguns aspectos simbólicos da condição feminina, que do mesmo modo estiveram presentes na vida das mulheres e, sobretudo, das operárias das fábricas no final do século XIX.

Como Fátima, as operárias da Companhia de Fiação Tecidos Cedro e Cachoeira, vivendo numa sociedade patriarcal como a do século XIX tinha sua vida decidida pelos homens, fossem eles os pais, os maridos, os irmãos e até mesmo os gerentes das fábricas. E semelhante a história, na falta destes, as mulheres, muitas vezes, se viam diante de uma situação de desamparo econômico e social, da mesma forma como se viu Fátima diante da morte do pai, seu “protetor” e “mantenedor”. Diante dessa situação não restou a ela alternativa além de encontrar meios para se manter e sobreviver. Esta foi também a situação enfrentada por muitas meninas órfãs, solteiras ou viúvas, pobres e desamparadas socialmente que, necessitadas de trabalhar, encontraram nas fábricas têxteis a oportunidade de trabalho, “proteção” e certo amparo. E assim foi feito, da mesma forma que a protagonista da história, o aprendizado do trabalho para estas operárias era longo e, para algumas se constitua num processo, que começava na fiação, onde aprendiam a fiar e podendo chegar na tecelagem, quando então, se tornavam tecelãs, capazes agora de produzir o tecido. Este processo acabou fazendo delas trabalhadoras de longa vida, chegando mesmo a trabalhar como operárias por mais de 40 anos. E com certeza não foram poucos os fios, os tecidos e quem sabe as lonas que essas mulheres ajudaram a fiar e a tecer.

Ao final da história, Fátima acredita que o sofrimento e as desventuras pelas quais passou, acabaram servindo para “construir a sua felicidade”, e para ela, esta felicidade veio na concretização do “destino” almejado por seu pai, ou seja, um casamento feliz e se possível para vida inteira. Para as operárias da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, a vida e o processo de se tornarem operárias também veio acompanhado de algum sofrimento, pois eram muitas horas de trabalho árduo e cansativo, recebendo para isso muito aquém de seus companheiros do sexo masculino. Algumas delas eram obrigadas a movimentar até dois teares e, muito pouco reconhecimento recebiam por isso. Nas fábricas estavam submetidas a uma relação de dominação, poder e controle masculino, a mesma a que estavam sujeitas as mulheres da época. No entanto, saber se para elas a felicidade estaria também em um casamento, como foi o caso de Fátima, é algo difícil de saber. Quem sabe, muitas delas,

sonhassem com um casamento feliz que as tirasse daquela condição. Para algumas, isto talvez tenha se dado desta maneira. Para outras, no entanto, pode ter acontecido temporariamente, como foi o caso das viúvas que precisaram se empregar nas fábricas, e para muitas operárias celibatárias a felicidade estivesse exatamente na contramão desse sonho, ou seja, no trabalho e em tudo o que ele possibilitava a elas, autonomia e certo controle de sua vida.

Mas é importante dizer que ao contrário das operárias da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, os conhecimentos e as habilidades demonstrados por Fátima foram reconhecidos e valorizados. Pois foi isso que lhe proporcionou a satisfação do seu desejo mais caro. O que se verificou durante a pesquisa foi que as habilidades, os conhecimentos e outros atributos que compunham a mão-de-obra feminina e que fizeram das mulheres “as melhores empregadas”, aos olhos dos industriais mineiros, serviram para justificar a desvalorização do seu trabalho dentro das fábricas.

As fábricas têxteis originadas do processo de industrialização brasileira, a partir de meados do século XIX e princípio do século XX, proporcionaram um novo espaço de trabalho, profissionalização e socialização para a população de um modo geral. E de modo especial para as mulheres que se constituíram na mão-de-obra preponderante destas fábricas. Esta foi uma tendência em praticamente todos os países por onde se instalou o capitalismo industrial.

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o trabalho feminino na indústria têxtil mineira de 1872 a 1930 e tomou-se para estudo a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - CCC. Esta Cia tem a sua origem em 1872, quando foi instalada no povoado do Cedro, a Fábrica do Cedro, a primeira fábrica têxtil instalada em Minas Gerais de propriedade dos irmãos Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas. Não demorou muito para que outros membros da família, encantados com o próspero negócio, igualmente se unissem para fundar a segunda fábrica da família. Instalaram, então, em 1877 a Fábrica da Cachoeira. Visando fortalecer a produção de tecidos e enfrentar a concorrência de outras fábricas que surgiam na Província, os proprietários das duas unidades fabris tomaram a decisão de uni-las em uma grande companhia de tecidos, de tal modo que em 1883 foi criada a Cia Cedro & Cachoeira. Em 1891 esta Cia adquiriu mais uma fábrica de tecidos, denominada de Fábrica de São Vicente. Atualmente a CCC possui quatro fábricas têxteis em pleno funcionamento em Minas Gerais.

A pesquisa em questão objetivou compreender o processo de inserção da mão-de-obra feminina e, entender de que forma o trabalho feminino na indústria se relacionou com o contexto social, político, econômico e cultural.

O marco temporal proposto para a pesquisa se deve, em primeiro lugar, por se tratar do período de consolidação da industrialização têxtil brasileira, sendo considerado por Stein (1979, p.107) como a “idade do ouro” das fábricas de tecidos. Em segundo lugar, por contemplar a data de fundação e expansão da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. E, por último, pelo fato de ter sido a indústria têxtil, neste período, um local de trabalho possível para muitas mulheres.

A escolha da CCC para a realização do estudo se deu em virtude do seu pioneirismo na industrialização mineira e pelo fato de ter sido fundada no final do século XIX, período proposto para a realização da pesquisa. Também por manter bem organizado O Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas-MTDMM depositário de um acervo considerável de documentos, produzidos desde o início de suas atividades.

São inúmeros os estudos e pesquisas produzidos por muitos pesquisadores e pesquisadoras que tratam da inserção e das condições de trabalho das operárias nas fábricas têxteis. Sem dúvida toda essa produção acadêmica representa um significativo e rico conjunto de conhecimento sobre os primórdios da industrialização brasileira e seus principais personagens. Contudo, as mulheres são vistas por meio de análises que acabam privilegiando o coletivo, a inserção de classe, a sua condição de operária. São análises de caráter mais abrangentes, que por isso mesmo, não se voltam para aspectos cotidianos e muitas vezes específicos do trabalho feminino nas fábricas, que podem impactar diretamente nas condições de trabalho e na vida das operárias. Aspectos, muitas vezes, singulares e específicos, que dizem respeito a localização, a origem, a organização e até mesmo os valores e os códigos simbólicos que são determinantes nas “maneira de fazer” de cada fábrica, impactando diretamente nas condições de trabalho vividas pelas mulheres nestas diversas fábricas.

Assim sendo, considera-se que algumas questões estão ainda pouco tratadas, dentre as quais se destacam: Quem eram as operárias? Quais foram as razões que as levaram para o trabalho nas fábricas? Como se deu sua inserção no trabalho fabril? Que embates e contradições permearam o cotidiano das operárias nas fábricas? Além dos baixos salários, que outros fatores levaram a indústria têxtil a empregar mulheres em grande quantidade? E ainda que papel a fábrica cumpriu na formação e na conformação da mulher no período histórico contemplado na pesquisa? Que modelo de feminino e que valores buscou inculcar em suas

operárias? Questões da pesquisa que, ao serem mexidas e remexidas, podem ajudar a entender um pouco mais sobre essas mulheres operárias, o significado que o trabalho apresentou para a vida delas, o que a fábrica pensava delas e qual o papel que cumpriu no contexto social.

No aspecto geral, a pesquisa aqui realizada, buscou estudar um tema que poderia ser considerado como já contemplado. Mas, ao se estreitar o olhar, ele ganha pertinência, pois vem acrescido da tentativa de resgatar a mulher, dando visibilidade à sua vida dentro da fábrica, às relações sociais nas quais estava inserida, às questões que envolveram a opção da fábrica pela sua mão-de-obra feminina. E também, compreender que mulher é essa que se inseriu nas fábricas e como a fábrica se constituiu como mais um espaço de formação e conformação de um tipo ideal de mulher defendido na época.

Como afirmou Michelle Perrot (1988), a fábrica, junto com outras instituições, cumpriu um papel de socialização e conformação, a partir de valores e modelos construídos e valorizados pela sociedade em determinada época. Assim, ela tem a sua parcela de contribuição para a formação de identidades e de uma cultura que serviu aos propósitos dessa mesma sociedade. Mas, apreender isso só é possível quando se volta o olhar para uma análise mais singular, que busca alcançar as práticas cotidianas e as relações sociais aí estabelecidas. Pois, só assim é possível saber além de outros aspectos, por que algumas fábricas fizeram opção por confinar a operária dentro de um “convento”, cerceando seus passos, controlando seus movimentos e, quiçá seus pensamentos; por que fez a escolha por meninas, moças solteiras e viúvas como força de trabalho majoritária; por que a disciplina sobre elas foi maior e mais rigorosa do que a exercida sobre os trabalhadores homens.

É importante salientar que as fábricas no final do século XIX foram instituições cujo poder e domínio eram masculinos. Deste modo, considera-se que o espaço fabril e as relações que ali se estabeleceram esbarram nas questões que envolvem o gênero. No caso das nascentes fábricas de tecidos, eram os homens que comandavam e as mulheres que obedeciam. Ver a fábrica a partir da perspectiva do gênero é ter consciência de que se trata de um espaço social, político e de poder, onde as diferenças entre homens e mulheres acabam por submeter os sujeitos a determinadas conformações, papéis sociais, lugares e estereótipos. Conforme Guacira Lopes Louro :

Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou *engendradas*) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos

dizer que essas instituições *têm* gênero, classe, raça. Sendo assim, qual o gênero da escola? (1997, p.88)

Na citação acima, Louro indaga qual o gênero da escola. Essa indagação bem poderia ser estendida à fábrica. Parafraseando a autora, pergunta-se, também: qual o gênero da fábrica de tecidos em seus anos iniciais? Quando se direciona o olhar para os seus fundadores, idealizadores e administradores pode-se dizer, sem medo de errar, que a fábrica é masculina. Porém, quando se sabe que as mulheres foram majoritárias enquanto mão-de-obra, é possível argumentar, que ao contrário, a fábrica é feminina.

Uma coisa é certa, homens e mulheres participaram ativamente deste momento da industrialização brasileira, porém em condições muito diferentes. No caso das mulheres, elas seguiram fazendo nas fábricas aquilo que sempre fizeram, ou seja, fiaram e teceram, eram as fiandeiras e as tecelãs. A desvalorização e o pouco prestígio com que estas ocupações, consideradas femininas, foram vistas ao longo do tempo, também estiveram presente nas fábricas têxteis, refletindo nos salários, nas condições de trabalho, nas máquinas destinadas às mulheres. Elas compunham a massa de trabalhadores desqualificados, cujo ofício se aprendia no dia-a-dia da fábrica e pelos quais recebiam menos que os operários masculinos, que executavam tarefas do mesmo modo, desqualificadas. Além disso, estavam submetidas a um processo de vigilância, controle, disciplinarização, segregação que refletiam uma ação formativa sobre as operárias, com vistas a torná-las mulheres dóceis, higiênicas, submissas, castas, obedientes, diligentes, e tudo o mais que uma boa mulher e mãe de família poderiam ser.

Os homens, ao contrário, se encarregavam das tarefas consideradas mais qualificadas e mais prestigiadas, eram para eles as máquinas mais sofisticadas, as tarefas mais importantes e interessantes, próprias de um saber e de um conhecimento técnico, considerado atributos masculinos. Assim, as ocupações de comando, as que envolviam as máquinas e mesmo algumas específicas de escrituração eram todas masculinas. Eram eles os chefes das seções em que trabalhavam as mulheres. E para eles também os melhores salários, o apreço dos gerentes e uma liberdade que as mulheres não tinham dentro da fábrica. Desta forma a fábrica de tecidos fundada no século XIX, tanto quanto a escola, analisada por Louro, foi “*atravessada pelos gêneros*”; e assim sendo, fica difícil pensar sobre essa instituição “sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” (LOURO, 1997, p. 89), que permearam as relações sociais, econômicas e culturais do período. E a fábrica, juntamente com outras instituições sociais, produziu uma

racionalidade e uma ordem próprias da sociedade industrial. Por meio da “disciplina industrial”, essas instituições foram criando regulamentações que serviram para conformar os sujeitos de acordo com os interesses sociais.

Por tudo isso, os estudos sobre a história das mulheres, principalmente os que buscaram compreender o trabalho delas dentro das fabricas capitalistas e as análises que contemplam o gênero, compõem o pano de fundo desta dissertação. O conceito de gênero, definido como “a construção social e cultural das diferenças sexuais” (RAGO, 1998) tem sua origem no final dos anos 60, fruto do movimento feminista iniciado nas primeiras décadas do século XX. Esse conceito emerge do debate travado entre as “estudiosas e militantes” do feminismo e os “seus críticos ou críticas”. O objetivo maior dessas discussões foi “tornar visível aquela que foi ocultada”, neste caso a mulher. (LOURO, 1997)

A grande contribuição do gênero para as análises e estudos sobre as relações entre homens e mulheres está na sua dimensão cultural e política, na medida em que enfatiza os aspectos sociais como geradores das distinções entre os sexos. E neste sentido coloca em discussão a crença de que as diferenças e desigualdades sociais entre os sexos são naturais e resultantes do determinismo biológico. Ou seja, de acordo com Maria Luiza Heilborn (1994) a “qualidade” do que é ser mulher e do que é ser homem, é resultado da cultura. Neste sentido Margareth Rago (1998) complementa que a categoria do gênero “permitiu sexualizar as experiências humanas”. Segundo ela:

Passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas (...) mas, sobretudo por experiências históricas, marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente. (RAGO, 1998, p.93)

Historicamente as relações de gênero mantiveram um caráter excludente, pressupondo uma oposição entre homem-mulher, assumindo o homem o pólo dominante, estabelecendo a “referência de todo o discurso legitimado”. (LOURO, 1997, p.33). Em decorrência, “eles” e “elas” são representados sob olhares diferenciados. Ao masculino são associadas as características referentes a agressividade, ao comando, ao controle, a racionalidade, a objetividade, eles são os provedores. Quando a fala se remete ao feminino, o cuidado, a educação, a maternidade, a fragilidade, a docilidade, a dependência são as características exaltadas e, que acabam servindo para justificar o lugar inferior da mulher na sociedade e, conseqüentemente, as desigualdades a que está sujeita nas relações sociais.

Para Joan Scott o gênero, enquanto “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p.14), implica em quatro elementos constitutivos. O primeiro deles diz respeito aos símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas, na maioria das vezes contraditórias. No caso das mulheres a autora exemplifica Eva e Maria como símbolos de modelos femininos. O segundo elemento caracterizado por Scott está na ordem das normatizações, são conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. O que caracteriza essa ordem normativa, para a autora, é a sua dimensão de “oposição binária” que “afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino”. Outro elemento apontado por Scott é o fato da construção do gênero se dar em diversas dimensões da sociedade, na família por meio do parentesco, na economia e na política e o quarto e último aspecto que envolve as relações sociais fundadas na diferença é o que se relaciona com a identidade subjetiva alertando que os homens e as mulheres “reais” nem sempre cumprem “os termos e as prescrições da sua sociedade”. Nesse sentido ela sugere que os historiadores devem se atentar para as “maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas”, atentando-se para o fato de que esta construção das identidades deve ser compreendida nas relações que têm com determinadas atividades, organizações e representações sociais construídas historicamente.

Mas Scott (1990, p. 16) ainda argumenta que o gênero é também um modo de dar “significado às relações de poder (...). É um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” Apesar de não ser o único, o gênero se constitui num meio de dar eficácia à significação de poder no mundo ocidental. São os conceitos de gênero, estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social e são estas referências que colaboram para a distribuição do poder onde a dominação, na maioria das sociedades, acaba sendo centralizada na figura masculina, servindo também para legitimar a autoridade, o poder e a força de estados, governos e soberanos, símbolos políticos cuja imagem e a representação são sempre identificadas com o masculino. Em contraposição a fraqueza e a obediência, são atreladas ao feminino, ao que é dominado.

Para Scott (1990, p. 19) é necessário desconstruir essa “oposição binária” entre masculino dominante e o feminino dominado, e para isso se faz necessário problematizar esta relação e reconhecer que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições

alternativas, negadas ou reprimidas.”. Nesse sentido a autora argumenta que é necessário que se substitua a noção de poder “unificado, coerente e centralizado” passando a apreendê-lo muito mais como “constelações dispersas de relações desiguais, construídas pelos discursos nos “campos de forças” sociais”. Uma concepção muito mais próxima do conceito foucaultiano de poder. (SCOTT 1990, p.14). Esta mudança de olhar sobre o poder possibilita segundo Scott, se criar no meio das estruturas e dos processos sociais um espaço para:

Um conceito de agente humano, como esforço (...) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com a linguagem—linguagem conceitual que por sua vez põe limites e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretção, de jogo de invenção metafórica e de imaginação. (1990, p.14)

As concepções de Joan Scott foram fundamentais para se compreender a forma de como a fábrica, enquanto instituição social incorpora as relações de gênero e ao mesmo produz e reproduz estas relações. Neste sentido tentou-se apreender os elementos apontados por Scott como constitutivos das relações de gênero como o poder, os códigos e os símbolos culturais, o discurso e as normatizações, estiveram presentes no cotidiano fabril e contribuíram juntos ou separadamente, para a construção das diferenças e da identidade de homens e mulheres dentro da fábrica.

Contudo, conforme argumenta Rachel Soihet (199?), as análises de Scott, conforme estão propostas dificultam o “desvendamento” da atuação concreta das mulheres nas mais diversas situações, não deixando espaço para que as “diversas sutilezas” que se fazem presentes nas relações entre os sexos das quais segundo Soihet “não estão ausentes as alianças e os consentimentos por parte das mulheres”.

Apoiada em pesquisadora como Luise Tilly e Eleni Varikas, Soihet reforça a necessidade de se recorrer a outros domínios para se trazer à tona as contribuições femininas para a história e para o social. Um desses domínios apontados pela autora é o cotidiano, alcançado por meio “da história cultural, das representações, dos debates etnológicos e antropológicos”, possibilitando a emergência de novos campos de pesquisa como o da identificação de objetos, de lugares e de condutas femininas e o da inflexão do par masculino/feminino no que se refere ao estudo dos papéis sexuais.

Neste caminho, espaços como a casa, o lavadouro, a feira, o mercado e muitos outros próprios do domínio feminino são resgatados e colocados em evidência, como lugares e espaços de domínio e participação das mulheres. Trata-se segundo os argumentos de Soihet,

de fazer emergir o privado e o cotidiano, e com isso resgatar a presença dos “segmentos subalternos e das mulheres” e onde múltiplas formas de poder se manifestam, algumas delas exclusivamente femininas. Tal processo implica em reconhecer que as relações entre homens e mulheres e o poder aí embutido são mais complexas e que, portanto, não podem ser abordadas apenas na dicotomia dominação/opressão, configurada na supremacia masculina. Segundo Sohiet:

O foco nos poderes femininos constituir-se-ia numa conquista da mais elevada significação marcando, não apenas, o enriquecimento de uma leitura da esfera em privada em termos de poder, como fornecendo uma análise da confrontação, real e simbólica, entre ávida privada e vida pública. ([199?] p.6)

É importante ressaltar que não se nega aqui a existência da dominação masculina, da violência e da desigualdade que marcam a relação entre os sexos, bem como a hierarquização presente nos papéis sociais exercidos por homens e mulheres, conforme é explicitado por Scott. No entanto, esta dominação masculina, nesta perspectiva, é relativizada e a atuação feminina, ganha “vida”, ela aparece, segundo Sohiet:

Nos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre as outras mulheres e compensações no jogo da “sedução” e do reinado feminino (...) a “dominação masculina” não é mais uma constante sobre a qual toda a reflexão tropeçaria, mas a expressão de uma relação social desigual que pode desvendar engrenagens e marcar especificidades de diferentes sistemas históricos. ([199?], p.6).

As sutilezas, as manipulações e as táticas, formas “sub-reptícias” dos dominados que podem levar a fissuras e a subversão da dominação masculina, ficam sem espaço na abordagem de Joan Scott, mesmo que, como já foi dito, as reflexões desta autora tenham contribuído sobremaneira com esta dissertação. Mas tendo em vista que buscou-se aqui resgatar a mulher nas práticas cotidianas da fábrica, lugar de poder e domínio masculino, se fez necessário buscar apóio em outros pesquisadores que pudessem contribuir para que isso fosse possível. Neste sentido também foram fundamentais as contribuições de Michelle Perrot (1988; 2005) e Michel de Certeau (1994)

Estes autores em suas preocupações investigativas e nas abordagens teóricas que desenvolvem dão visibilidade aos movimentos de contraposição ao poder, ao domínio e a ordem estabelecida. Michelle Perrot ao se debruçar sobre a história das mulheres preocupou-se em salientar que esta história não é só dominação masculina e de submissão feminina. Ao

contrário as mulheres nas mais diversas épocas, foram capazes de desenvolver ações que vão modificando a correlação de forças em torno do poder ao qual estavam submetidas. Segundo Perrot (2005, p.273) “as mulheres do século XIX – e provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contra poderes que podiam subverter os papéis aparentes”. Ainda de acordo com Perrot a organização do cotidiano é o fundamento do poder feminino. É aí que sua vida acontece, é onde se dá o seu trabalho, onde sofre, mas também se alegra e sente prazer. Pois de acordo com a autora “se a massa das mulheres consente em seu papel, encontra nele justificativa e freqüentemente felicidade, sentido de sua existência (PERROT, 2005, p. 274). E ainda acrescenta:

Elas investiram todas as suas energias na construção de uma esfera privada, autônoma, geralmente alegre, que dava coerência à sua vida, que elas erigiam em um sistema e valores, até mesmo em uma verdadeira mística feminina e fundamento de uma cultura feminina e de uma “consciência de gênero. (PERROT, 2005, p.277)

Desta forma, apreender a vida cotidiana erigida pelas mulheres a partir da perspectiva de Perrot é vê-la como a expressão de uma cultura, de um olhar sobre o mundo e de uma maneira de organizá-lo feminina. É a expressão da ação feminina num mundo dominado pelo masculino, a manifestação “miúda” do poder, agarrado pelas mulheres dentro do que foi possível a elas, a partir das condições em que viviam. Táticas femininas diante das estratégias masculinas.

Michel de Certeau (1994), por sua vez, dedicou boa parte de suas análises para o estudo do cotidiano, analisando “as maneiras de fazer cotidianas” das massas anônimas, no processo de apropriação dos bens materiais e culturais. O fundamento central da sua análise é o de que esse processo de apropriação não se dá de maneira passiva por aquele que ele denomina de consumidor, definido por ele como alguém que faz uso de algo, mas que é capaz de dar um sentido próprio para aquilo que consome. Desta forma tem diante do produto que consome uma atitude ativa, capaz de resignificá-lo e de lhe dar um novo sentido. A esta ação dos consumidores Certeau chama de táticas, as “maneiras de fazer”, astúcias, recursos inimagináveis, escondidos em gente simples, comum. Meios ocultos muitas vezes bem debaixo dos “olhos” do poder, dando força à massa anônima e a sua subversão silenciosa. São ações silenciosas, ordinárias, operações que acontecem no cotidiano que têm como objetivo a burla da ordem estabelecida.

Mas Certeau (1994) chama a atenção sobre o fato de que as táticas, próprias do sujeito comum, acontecem no que ele designa como o “campo do outro”. Ou seja, no lugar do outro, daquele que produz o que será consumido pelos consumidores. Em seu campo os produtores desenvolvem as estratégias, ações que objetivam impor a ordem, o produto, dominar o outro. As táticas se prestam justamente a burla dessas estratégias, a reverter dentro do possível essa relação de imposição e de dominação.

Como agem no “campo do outro” as táticas dos consumidores possuem alguns limites, estão sujeitas as condições nas quais os usuários estão inseridos, por isso são silenciosas, fortuitas, às vezes quase invisíveis, miúdas, e não implicam necessariamente em uma mudança na relação estabelecida, elas não fazem revolução. Entretanto representam o movimento dos dominados contra essa dominação, fornecem novos significados para aquilo que está sendo produzido e colocado para o consumo. Assim as táticas subvertem as estratégias e burlam os objetivos para os quais estas estratégias foram estabelecidas.

Certeau (1994) continua com sua argumentação dizendo que as estratégias dos produtores e as táticas dos usuários acontecem em um lugar que ele chama de “lugar próprio” e “não lugar”. O lugar próprio é o lugar do dominador, do criador das regras e da ordem. O não lugar, ao contrário é o do consumidor das regras e da ordem, do sujeito “ordinário”, das “massas anônimas”. Complementado sua análise Certeau afirma que o “lugar” é rígido, estático, político e determinado. Porém Certeau apresenta um contraponto a rigidez do “lugar”, trata-se da idéia de “espaço”, considerado por ele como fugaz, fluido e portanto possível de ser ressignificado, o usuário o utiliza de forma própria, independente dos objetivos para os quais foram constituídos.

Michel de Certeau não propôs nenhum sistema fechado capaz de servir de “modelo”. No entanto os elementos considerados centrais na sua análise como as táticas, as burlas, as estratégias, o lugar, o espaço, se transportados para as fábricas, oferecem uma contribuição para a compressão das relações sociais que ali se estabeleceram numa perspectiva de jogos de poder e de força entre dominantes e dominados. É o lugar dos produtores, os industriais de onde exercem o poder e criam as estratégias de dominação, “corporificadas” nos conventos, nos regulamentados das fábricas, nas vilas operárias, na disciplina, no controle e até mesmo na opção por trabalhadoras do sexo feminino, sozinhas, celibatárias e migrantes. Mas é a fábrica também “espaço”, e desta forma é fluida e ressignificada, possibilitando aos operários, considerados como os “consumidores”, que criem as burlas, as “trampolinagens”, por meio de sabotagens, da rotatividade no trabalho, dos

namoros escondidos, da rejeição ao trabalho fabril, dentre outras. Táticas muitas vezes silenciosas narradas nas inúmeras cartas lidas, ações “ordinárias” na concepção de Certeau, mas que nem por isso deixaram de ter importância, se constituindo mesmo quase como uma “antidisciplina” diante da disciplina e da ordem fabril. É verdade que não mudaram as relações de poder e dominação, mas que impuseram alguns percalços, com os quais os industriais tiveram que aprender a lidar e assim encontrar meios alternativos para lidarem com os operários e as operárias.

Assim sendo, na perspectiva desta dissertação, as fábricas se constituem como um espaço de relações sociais dinâmicas, onde dominadores e dominados se interagem por meio de um jogo de forças, de tensão, um espaço dialético² onde as estratégias de dominação, são muitas vezes acompanhadas de ações de burla contra essa mesma dominação.

É importante esclarecer que alguns estudos e pesquisas realizados por outros autores em áreas consideradas pertinentes ao tema pesquisa, também contribuíram para as reflexões desenvolvidas nesta dissertação. Desta forma estudos sobre a economia mineira, a industrialização brasileira, a história das mulheres, a história da CCC, o patriarcalismo, a prática epistolar e sobre o uso de fontes e documentos na pesquisa histórica foram utilizados para fundamentar de modo mais específico os quatro capítulos que compõe a dissertação.

O capítulo I intitulado: “Aceita minhas visitas”, se dedica de forma mais detalhada ao conjunto epistolar, formado pelas cartas escritas e recebidas pelos proprietários e gerentes da CCC de 1872 a 1930. Buscou-se neste capítulo caracterizar a correspondência em seus aspectos materiais, lingüísticos, textuais, bem como a maneira com qual se encontram organizadas no Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas-MTDMM. Constitui-se também como objetivo do capítulo descrever o tratamento metodológico dado a esta correspondência, esclarecendo os caminhos escolhidos para analisá-las e interpretá-las, de forma que contribuíssem para os objetivos da pesquisa.

“Tecendo os panos de Minas” é o título dado para o Capítulo II. Neste capítulo analisa-se a participação das mulheres na produção têxtil mineira, primeiramente em sua fase artesanal caseira e posteriormente nas fábricas têxteis que se instalam em Minas Gerais, a partir de 1872. Neste processo enfatiza-se o envolvimento histórico das mulheres na produção têxtil e a relação disso com o seu processo de proletarização. Chama-se a atenção para a significativa contribuição feminina para a economia mineira do final do século XIX, tendo em

² Dialética aqui é vista a partir da perspectiva de Michel de Certeau, ou seja, designar os movimentos de relações entre *demarches* diferentes e um mesmo cenário. (1994, p. 109)

vista que os têxteis foram um dos principais produtos produzidos pelo estado. O final do capítulo é dedicado a história da CCC, quando então são descritos e analisados o processo de organização desta Cia.

Já no Capítulo III, “As melhores empregadas” o interesse é o de compreender as razões que levaram os primeiros industriais têxteis mineiros a considerar as mulheres as melhores empregadas. Utilizando-se principalmente o conjunto epistolar, busca-se conhecer aspectos relativos a mão-de-obra feminina que a tornou especial para as fábricas.

No último capítulo “Às mulheres: os fios, os tecidos e as máquinas simples”, se objetivou analisar o trabalho das mulheres no interior das fábricas. A intenção foi a de verificar quais foram as principais ocupações femininas na produção têxtil, as razões que justificavam o emprego e a permanência das mulheres em determinadas seções das fábricas durante muito tempo e, por fim, as condições de trabalho oferecidas para as mulheres nas fábricas têxteis.

Nas “considerações finais” que encerra a dissertação são tratadas, de forma sucinta, as principais reflexões e discussões ocorridas nos capítulos precedentes. Além disso, são apontadas algumas lacunas deixadas pelas fontes e as possibilidades de estudos futuros reveladas durante a realização da pesquisa.

A busca de fontes para a realização da pesquisa não se constituiu em problema, já que a CCC mantém organizado no MTDMM um acervo histórico constituído mais de mil peças, entre pequenos objetos até teares e outras máquinas utilizadas pelas fábricas têxteis desde o século XIX. Além de todo esse maquinário há também um conjunto de documentos produzidos pela Cia. desde a fundação da Fábrica do Cedro em 1872. São cartas, livros contábeis, livros fiscais, atas de reuniões, relatórios, livros de ponto, livros de pagamento, registros de operários demitidos, livros de registros de operários, dossiês de operários dentre outros documentos.

Sem dúvida o acervo de fontes historiográficas produzidas pela CCC é abundante e diversificado, o que o tornou relevante tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. No entanto, foi um material historiográfico que exigiu certo cuidado, na medida em que se trata de um material produzido pela própria Cia. e selecionado por ela para compor o acervo do seu museu. A isso se acrescenta o fato de ser um material produzido por homens que foram seus fundadores e administradores. Foi localizada pouca coisa produzida pelas

mulheres e principalmente pelas operárias, a maioria cartas escritas já na década de 30 do século XX.

Portanto, o que foi lido e apreendido sobre elas foi escrito por indivíduos do sexo masculino e que estavam no comando das fábricas. Tratou-se, então, de alcançar a mulher idealizada pelo homem. E isto representou um desafio para o tratamento das fontes, pois todo o trabalho de investigação se deu no sentido de desvelar aquilo que estava escondido nas entrelinhas, de ler pelo avesso as fontes, numa busca quase “frenética” pelos rastros, pelos indícios, pelos sinais da presença feminina nas fábricas da CCC. Conforme argumenta Eliane Marta Santos Teixeira Lopes:

O material com que trabalha o historiador, e que em algum momento passou a ser chamado *fonte*, se esta aí, disponível...também não está. As fontes estão aí disponíveis, porque em todo trabalho historiográfico anterior já está mostrado que, muitas ou poucas, sempre existem. Não estão porque inicialmente, é preciso que aquele que se propõe ao trabalho—chamemo-lo de historiador, mesmo que não tenha a carteirinha—disponha-se a ir atrás delas e só faz isso se tiver um problema, ou no mínimo um tema. De saída, o que determina o que serão as fontes é exatamente isso: o problema problematizado. E começa um árduo trabalho. (1997, p. 293)

Destarte só ter as fontes não bastou, foi necessário muitas vezes, reinterpretá-las, ressignificá-las e selecioná-las dentre o conjunto de documentos disponíveis, a partir do que se propôs a pesquisar. Citando novamente Lopes (1997, p.297): “obter uma fonte escrita, seja lá de que tipo for (...) não significa estarmos, necessariamente, próximos do seu desvendamento. A escrita tanto aproxima, quanto separa.” Assim sendo diante da diversidade de documentos disponíveis, foram escolhidos aqueles que pudessem contribuir com dados mais relevantes para os objetivos da pesquisa. Outra vez valem as palavras de Lopes (1992, p.106): “ressaltar detalhes secundários e particularidades aparentemente insignificantes; trabalhar com os resíduos e os dados marginais. Decifrar ou ler nos resíduos (nas entranhas) a chave que comporá um quadro mais amplo de referências”.

Um dos conjuntos de fontes selecionado foi a correspondência. Este conjunto de fontes é constituído por cartas escritas e recebidas pelos gerentes e proprietários desde a fundação da Fábrica do Cedro em 1872. Trata-se de cartas pessoais trocadas entre os administradores das fábricas da Cia e sua rede de correspondentes, cujos relatos se constituem em um valioso testemunho do cotidiano fabril. Dada a importância das cartas para a pesquisa, elas se constituíram no tema principal do primeiro capítulo desta dissertação, onde são tratadas mais detalhadamente.

Outro conjunto de fontes que merece destaque refere-se aos documentos utilizados para os mais diversos tipos de registros de operários. O primeiro grupo é constituído pelos livros de ponto e os livros de pagamentos desde 1873. Estes livros estão organizados por fábrica e constam neles o nome, as horas trabalhadas e o salário pago a cada operário. É importante dizer que o preenchimento desses documentos foi se alterando ao longo do tempo. De 1873, data do primeiro livro de ponto, referente a Fábrica do Cedro até 1913, os operários eram discriminados, ao que parece por grupos de parentesco e não há informações quanto as seções ou as ocupações nas quais os operários trabalhavam. Desta forma os livros deste período, contribuíram principalmente para verificar o número de operários registrados, as alterações que ocorriam quanto a quantidade de operários presentes na fábrica, as diferenças numéricas e salariais entre os trabalhadores do sexo feminino e os do sexo masculino. E como se tratavam de grupos de parentesco, foi possível também apurar o número de famílias e dentre elas as que eram chefiadas por mulheres. Outra informação relevante dada por estes livros é a respeito das moradoras do convento, pois eram registradas separadamente. A partir de 1913 os critérios de preenchimento destes livros foram alterados. Passou-se a identificar as seções/ocupações dos operários em substituição ao grupo de parentesco. Assim se por um lado não foi mais possível saber o número de famílias, por outro foi crível saber quais eram as seções nas quais as fábricas estavam organizadas, a quantidade e o sexo dos operários em cada uma dessas seções além das mudanças que ocorreram nesta organização fabril ao longo dos anos. Estes livros foram fundamentais para se conhecer a divisão sexual do trabalho que se operou nas fábricas analisadas até 1930. Outro grupo de livros de registros de operários é constituído pelos livros de registros de empregados organizados a partir de 1934, pela relação de operários demitidos das fábricas e dos dossiês dos empregados. Estes documentos permitiram conhecer o tempo de trabalho dos operários, o estado civil, as mudanças nas suas ocupações ao longo dos anos.

Mais um conjunto de fontes selecionadas para a pesquisa é composto pelos Livros de Atas da Assembléia Geral dos Acionistas, o Livro de Relatórios dos Balanços Anuais e os relatórios elaborados pelos gerentes das fábricas. Estes documentos forneceram um panorama do funcionamento das fábricas anualmente. Por meio deles tomou-se conhecimento sobre o funcionamento das escolas, a ocorrência dos acidentes de trabalho, dos inventários de móveis, das sugestões de mudanças internas em cada fábrica, dos principais problemas que aconteciam dentro das fábricas, etc.

Os instrumentos de regulação internos e externos elaborados pela CCC se compuseram também em fontes para a pesquisa, são eles: O regulamento Interno e Externo para Operários da Fabrica do Cedro de 1872, o “Serviço de Banhos” e os “Conselhos Para Uma Vida Feliz”, estes dois últimos datados da década de dez do século XX. Esses instrumentos de regulação tinham como objetivo, além do controle e do adestramento do operário, a inculcação de novos valores e de um novo estilo de vida próprios do capitalismo. A análise desses documentos foi útil para se apreender alguns aspectos de ordem moral que permearam as relações dentro da fábrica

Além de todo esse acervo produzido pela própria CCC, é importante mencionar, também, as fontes que foram produzidas por terceiros, mas que se referem a ela. Aqui se destacam os livros produzidos por outros pesquisadores, livros de literatura, alguns jornais que circulavam na região do Cedro e outros documentos históricos como anuários estatísticos localizados no Arquivo Público Mineiro.

Ressalta-se ainda outro conjunto de fontes a respeito da indústria têxtil e que estão disponibilizadas em arquivos eletrônicos e em livros publicados por outros pesquisadores. Destacam-se aqui os censos demográficos de 1872, 1890 e 1920, jornais e relatórios produzidos de outros estados do Brasil, relatórios dos presidentes de província ainda no século XIX e outros dados de pesquisa disponíveis nestas publicações. Estas fontes foram de fundamental importância para as análises comparativas entre as fábricas mineiras estudadas e outras localizadas fora do estado e que também foram objetos de estudos de outros pesquisadores.

A memória de ex-operários e de seus descendentes, residentes em Caetanópolis, do mesmo modo trouxe contribuição significativa para a pesquisa, se somando aos dados obtidos nas fontes escritas, ajudando a compor esse cenário industrial no qual as mulheres estavam inseridas.

É importante observar que o interesse desta pesquisadora pelas questões que envolvem o gênero se originou na década de 90, durante a graduação em Pedagogia. Isto não foi por acaso, pois é neste período que o tema da educação e da inserção das mulheres começou a despertar interesse especial nos educadores e pesquisadores.

Os chamados estudos sobre as mulheres, como ficaram conhecidas as produções acadêmicas a respeito da condição feminina, nesta época, buscaram compreender, a partir de uma perspectiva de gênero, os aspectos ideológicos, econômicos, sociais e culturais que

implicavam no processo de formação, educação e inserção social das mulheres em várias instâncias da sociedade.

O contato com esses estudos representou a entrada num campo de conhecimento até então desconhecido. Neste processo, a produção de algumas autoras como Elisabeth Badinter, Eliane Marta Santos Teixeira Lopes, Simone de Beauvoir, Guacira Lopes Louro, Fúlvia Rosemberg e Margareth Rago ofereceram reflexões importantes que ajudaram na compreensão de questões fundamentais acerca das mulheres, sendo significativas para a construção do olhar sobre a realidade. E grande parte deles tinha a educação e o magistério do século XIX e XX como foco de investigação e análise. Deixando claro que as escolas normais e as salas de aula, se constituíram neste período, em espaço privilegiado de educação e trabalho para uma grande parte das moças e mulheres da classe média.

Mas, a imersão nesta produção acadêmica começou também a suscitar alguns incômodos. Sem dúvida, as salas de aulas se tornaram espaços femininos, mas não para todas as mulheres. Se o magistério absorvia uma parcela da população feminina, onde estava a outra parcela? Ou seja, onde estavam as mulheres que não estavam no magistério? As mulheres mais abastadas, provavelmente permaneciam, em sua maioria, no espaço privado dos seus lares na função de esposas, mães e donas de casa. No entanto, o que dizer das pobres e desvalidas, que viviam em condições precárias de vida? Muitas delas estavam nas fábricas, mais precisamente nas nascentes fábricas de tecidos que se multiplicavam de um canto a outro do país. É sobre essas mulheres operárias que esta dissertação se propõe a tratar. Por meio de um trabalho de pesquisa e análise de todas as fontes citadas acima, buscou-se apreender seu cotidiano nas fábricas têxteis, as condições de trabalho que lhes eram oferecidas bem como determinados aspectos que incidiram diretamente na vida delas dentro das fábricas. Mas isto só foi possível por meio de um olhar “generificado” (LOPES, 1997), que se procurou manter durante todo o tempo buscando a mulher em meio a documentos produzidos por homens e que deixavam transparecer um olhar masculino sobre a realidade.

1 “ACEITA MINHAS VISITAS”

*(...) lá pelo nosso Taboleiro tudo é
velho; Agora que temos correio de 4 em 4 dias,
temos sempre notícias frescas.*
Francisco Mascarenhas, 08 de julho de 1881

O objetivo deste capítulo é expor o tratamento metodológico dado ao conjunto epistolar de propriedade da CCC. Como já foi dito as cartas que compõem esse acervo não foram as únicas fontes investigadas. Sem desconsiderar o valor de todas elas para a investigação, considerou-se importante dar um destaque especial a correspondência produzida pelos proprietários e gerentes da Cia até 1930 em virtude da riqueza de informações nelas contidas, conforme será descrito no capítulo. Busca-se ainda dissertar sobre os autores que serviram de referência para a metodologia usada nas cartas, bem os estudos investigativos anteriores que se utilizaram do mesmo conjunto de documentos. Serão apresentadas também algumas características que compõem este conjunto de fontes privilegiando-se, principalmente, os aspectos materiais e lingüísticos, o conteúdo, a caracterização da rede de correspondentes na qual se dava a troca de cartas, a organização das cartas no MTDMM. Por fim será feito um recorte a respeito da presença feminina nas cartas analisadas.

A epígrafe com a qual se inicia esse capítulo é um fragmento retirado de uma correspondência escrita por Francisco Mascarenhas e endereçada ao seu irmão Bernardo. O objetivo da missiva era fazer “umas encomendasinhas” ao irmão que estava em viagem para o Rio de Janeiro. Aproveitando a oportunidade também comunica a ele a novidade de se receber no arraial “notícias frescas” em virtude da regularidade do correio a partir de então. Esse fragmento exemplifica a importância que o sistema regular de correio possuía no contexto histórico do século XIX, garantindo a troca constante de notícias, em tempo hábil.

Para este grupo de industriais têxteis de Taboleiro Grande, nas Minas Gerais do final do século XIX, a regularidade do correio era uma necessidade, que nasceu junto com a implantação das fábricas, até mesmo como forma de garantir o sucesso do empreendimento. Para gerenciar as fábricas da família, instaladas na mesma região, porém distanciadas geograficamente umas das outras, a troca de notícias e informações era fundamental para o

sucesso de suas atividades. Inexistente, ainda, o sistema de telefonia³, a correspondência se constituía como o principal meio de comunicação à distância, utilizado entre eles e a rede de sociabilidade na qual pertenciam. Daí a importância dada pelo autor da epígrafe citada no início do capítulo, no estabelecimento de um correio regular, que garantisse a troca de notícias em tempo hábil. A grande quantidade de cartas existentes no acervo da Cia. demonstra que o seu uso era não só constante como intenso.

A correspondência produzida pelos proprietários e gerentes da CCC, desde 1872, quando a fábrica do Cedro foi inaugurada, até 1930, marco de tempo final estabelecido para a pesquisa, se constituiu como o conjunto de fontes mais significativo analisado. Cooperaram para isso, primeiramente, as características próprias desse tipo de documento e as possibilidades que oferece para quem busca apreender as práticas cotidianas. São cartas pessoais escritas com uma linguagem e uma espontaneidade muito próximas da oralidade, e que por serem escritas pelo próprio sujeito possuem uma boa dose de subjetividade. O apelo feito por Francisco Mascarenhas, em outro trecho da mesma carta da epígrafe é uma forma de demonstrar o que esta sendo dito: “Meu caro Bernardo, por mais que te escreva, nunca fui digno de uma só resposta. Diga-me como vais, o que há de novo etc. Tudo me agrada.” Esse pedido feito ao irmão remete a uma necessidade de quem escreve de, por um lado, se sentir mais próximo, de se fazer presente, de compartilhar com o outro, coisas de sua vida privada, mas também, de ouvir o outro, de ser amado e digno da sua amizade.

O contato que a escrita epistolar permite com esses pormenores da vida privada seduz, fascina e cativa, revelando aspectos e facetas do cotidiano de uma forma essencialmente pessoal, que os outros documentos analisados não favorecem. Segundo Ângela de Castro Gomes (1997) as cartas têm o poder de “enfeitiçar” o seu leitor. Trazem para o presente, pessoas, fatos e acontecimentos de outro tempo e lugar. Elas proporcionam ao leitor se aproximar dos sentimentos, das dores, dos desejos lá contidos. É possível quase sentir ou ao menos imaginar a dor que Francisco estava sentindo com a ausência de notícias do seu irmão, com o seu silêncio. Para Luciana Quillet Heymann:

o acesso a esses documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução

³ Primeiro telefone instalado no Brasil foi no RJ em 1877. Em Minas Gerais o primeiro telefone instalado foi em Ouro Preto, em 1882, para uso das repartições públicas. Porém a concessão para o uso da linha durou pouco e pouco tempo depois a linha foi cancelada. Só dez anos mais tarde que foi estabelecida novamente em Ouro Preto uma nova telefônica. É só na década de 1910 que o telefone passou a adquirir alguma importância no Estado, sobretudo na zona limítrofe com São Paulo e Rio de Janeiro (JACOB, 1911, p.566).

exercida pelos arquivos privados sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa desse contato com experiências de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada”, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes. (1997, p.41-2)

Gomes (2004, p.24). afirma que a “correspondência implica em uma “interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê (...). Escrever cartas é um dar-se a ver, é mostrar-se ao destinatário. E foi justamente esse “dar-se a ver”, o que foi buscado nas cartas.

Outros documentos igualmente utilizados como fontes para a pesquisa, também permitiram o conhecimento sobre as fábricas, especialmente no que se refere aos aspectos de sua organização e funcionamento interno. Todavia foram as cartas que possibilitaram apreender o arcabouço das idéias e dos pensamentos que fundamentaram esses aspectos. Segundo Perrot (2005) as pessoas aparecem nas cartas com mais espontaneidade, estão presentes nessa narrativa os problemas, os projetos, “as mudanças de humor e até “as dores de cabeça”. Novamente, elas dão-se a ver, e “ver” nas cartas o que foi possível de ser revelado sobre aspectos mais íntimos desses homens, foi fundamental para se compreender o mundo no qual as mulheres estavam inseridas.

A outra razão pela qual a correspondência se destacou no conjunto de fontes foi a tônica que os assuntos pertinentes às fábricas se apresentavam nas missivas. Mesmo tratando de assuntos diversos que compunham a realidade social na qual viviam os missivistas, os que se relacionavam com o cotidiano fabril e com as questões inerentes ao seu gerenciamento era o assunto principal dos relatos. Pode-se dizer que era o motivador para a escrita das cartas.

Questões que envolviam pedidos de emprego, encaminhamento de operários, agenciamento de trabalhadores, comercialização de tecidos, compra de matérias – primas e maquinários, envio de faturas e recibos, cobranças de fregueses, relatos de acontecimentos como incêndios, sabotagens, acidentes, comportamentos indesejáveis de operários, dificuldades com a mão-de-obra, salários, problemas diversos com os operários, condições sanitárias, doenças, dentre tantas outras eram constantes na correspondência. Ou seja, falava-se de tudo que dizia respeito ao andamento cotidiano das fábricas, inclusive aspectos políticos e econômicos que incidiam na indústria, como pode ser lido nos fragmentos seguintes:

[...] No pensamento de obter o maior número de informações sobre a indústria de fiação e tecidos de algodão no Império, estamos nos dirigindo a algumas fábricas que atenciosamente têm correspondido aos nossos intuitos.

Nosso fim é compendiar o que for relatado a esta indústria e dar publicidade as informações que recebermos a fim de mostrar aos poderes públicos os progressos que ela tem feito. É tempo de mostrar aos que dirigem os destinos do país que não devem expor esta indústria aos golpes e tarifas fiscais, desprotegendo o que a iniciativa nacional tem conseguido. [...] (Do gerente da Fábrica de Tecidos Cearense para o gerente da Fábrica do Cedro em 29/08/1888 – Caixa de Correspondência 11 A –MTDMM)

[...] A fábrica é o amparo de famílias paupérrimas. Não pedimos e não recebemos da Província para isso o mais insignificante favor [...] (De Mascarenhas e Irmãos em 12/02/1875. Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro – 1872 a 1879, p.171, MTDMM)

[...] O tal Benedicto, conforme deve ter te informado o Bernardo pregou-me uma peça. Depois de muito indagar, obtive com grandes dificuldades certidão e atestado de pessoas fidedignas de Itapitininga provando que é casado o sinistro que pela 3ª vez quis casar-se (...) casou-se de novo abandonando a mulher na miséria e veio arranjar casamento aqui o animal. Foi tocado do estabelecimento como um cão danado [...]” (Do gerente da Fábrica da Cachoeira (sem identificação do destinatário) em 12/04/1886 – Caixa de correspondência 4 A - MTDMM)

[...] O Compadre Theophilo propôs-me troca de lugares, mas morar perto de semelhante mandão de cadeia é um perigo.[...] Poderei perder a estribeira algum dia, e conheço que tenho mal gênio, principalmente quando sou vítima de injustas agressões [...]. (Do gerente da Cachoeira para o gerente da Fábrica do Cedro em 25/01/1887, Caixa de Correspondência 4 A, MTDMM)

[...] O serviço de limpa do rego de S. Vicente está parado por falta de camaradas que estão todos cuidando em plantações. Subi o jornal que era de 800 réis alimentados, a 1.000 réis e nem assim aparece quantidade suficiente. Mande-me de lá alguma turma de bons camaradas, e escreve já ao Chico para mandar baianos que passam no Curvelo [...]. (Do gerente da Fábrica de São Vicente para o gerente da Fábrica do Cedro em 5/10/1891, Caixa de Correspondência 3A, MTDMM)

[...] Tendo o Dr. Pacifico me informado que V. Revma. se dirigira ao Revmo. Padre Rollim no sentido de obter admissão de moças nos serviços das fábricas desta Companhia, peço ao Revmo. o obséquo de entender-se com o nosso amigo Mortmer para promover a vinda de 15 ou 20 moças, quem não sejam meninos, de 14 anos para cima, sadias e desembaraçadas para o trabalho [...] (Do gerente da Cachoeira para o Pe. J.M.R. em 27/08/1894 – Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1894 1894, p.442, MTDMM)

Há nestes pequenos trechos amostras de: mobilização dos industriais nacionais e a participação do governo na indústria brasileira; meios que esses primeiros industriais mineiros utilizavam para arregimentar trabalhadores para as fábricas; conflitos familiares; valores morais defendidos pelos gerentes; percepção que tinham da fábrica e da imagem de si mesmos, como sujeitos heróicos que dão amparo aos “pobrezinhos” sem nada receber em troca.

Toda essa gama de informações contribuiu para a construção da noção da realidade fabril. Mas, junto a isso, funcionou como pano de fundo para a percepção do imaginário, da vida cotidiana e privada de seus interlocutores e dos operários e suas famílias, tudo sob o olhar dos administradores das fábricas.

Desse modo, estas cartas possibilitaram o conhecimento, mesmo que de forma fragmentada, do cotidiano fabril e das relações ali estabelecidas. De acordo com Heymann (1999) os discursos e os enunciados, além de se constituírem como forma de expressão indicam também modos de ação. Desta forma, as cartas foram também um testemunho valioso de práticas e ações dos sujeitos que estavam presentes no cotidiano das fábricas têxteis. Elas se prestaram a revelar as técnicas do fazer de si, ou seja, da produção de si mesmo como empresários e gerentes e da constituição da fábrica como espaço de produção e de relações sociais. Certeau (1994) partilha dessa mesma idéia ao tratar dos relatos e das narrativas como sendo uma “arte de moldar percursos”, onde o sujeito expõe sua “maneira de ser” e de “maneira de fazer”.

As cartas arquivadas no MTDMM são documentos históricos que guardam a memória da CCC. Trata-se de um arquivo privado na medida em que segundo Bellotto⁴ é constituído por um conjunto de “documentos produzidos ou recebidos por instituições não - governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação” (1991, *apud* HEYMANN 1997, p.63).

Produzida com a finalidade de comunicação entre as unidades fabris, tal correspondência, mesmo apresentando originalmente caráter privado, aborda temas que transitam entre o público e o privado, entre o individual e o social, entre o particular e o geral. Ao trazer em seus relatos partes da história da CCC, a partir das minuciosidades do cotidiano, escritas por alguns de seus principais agentes, a correspondência analisada é capaz também de contar parte da história da indústria têxtil mineira e até nacional. Mas o faz sob a perspectiva da particularidade, das coisas pequenas, mas que mesmo assim não deixam de ser sociais e de se instalarem também no público. Por isso acaba se constituindo como um legado, definido por Heymann como sendo:

⁴ Referência completa da obra: **BELLOTTO**, Heloisa Liberalli. 1991. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo, T.A. Queiroz.

Um investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tomada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *historia nacional*. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda a sorte de registros que remetem à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e ressignificado. (2005, p.2)

Reside aí o seu valor histórico. Sem dúvida, as cartas foram as fontes mais elucidativas para a pesquisa. Elas é que descortinaram os pensamentos, os valores e as idéias que nortearam as ações, as atitudes e as relações entre homens e mulheres, gerentes e trabalhadores dentro das fábricas. Mas é importante dizer que, por mais que tal importância já fosse vislumbrada quando do reconhecimento do campo de pesquisa, elas surpreenderam muito mais do que o esperado quanto ao que estava sendo revelado no decorrer da investigação.

Nesse sentido há que se concordar com Gomes (2004), elas foram capazes de “enfeitiçar”. Carregam consigo uma magia. Dada a riqueza de informações que traz, a correspondência analisada foi se impondo ao processo de investigação, se fazendo querida e desejada de ser lida. Por meio delas uma cortina do tempo foi aberta e um enredo foi apresentado.

Outra razão que explica a importância assumida frente aos demais documentos analisados foi a sua abundância. Apesar de não haver dados numéricos precisos sobre a quantidade de cartas arquivadas no MTDMM, estima-se que ultrapassam 60 mil correspondências, entre as enviadas e recebidas de 1872 a 1930, marco temporal da pesquisa. Domingos Giroletti menciona que, para a realização de sua pesquisa, foram lidas cerca de 25 mil cartas referentes ao período compreendido de 1872 a 1901 (1991, p.20). Para este trabalho de investigação foram lidas mais de 10 mil cartas, entre enviadas e recebidas, das quais foram selecionadas 300 correspondências que ofereciam informações mais substanciais para os objetivos propostos

Outros autores já se aventuraram nestas mesmas fontes, dentre os quais se destacam: Alysso Mascarenhas Vaz (2005; 1990; 1976), Paulo Tamm (1960), Nelson Lage Mascarenhas (1954), Geraldo Magalhães Mascarenhas (1972), Décio Magalhães Mascarenhas (1990), Regina Horta Duarte (1986, 1991) e Douglas Cole Libby (1988)

As abordagens dadas por eles em suas pesquisas foram diferenciadas. Alguns buscavam subsídios para a história biográfica dos fundadores da Cia e da própria história da CCC. É o caso de Vaz (2005) e Mascarenhas (1954) com a biografia do idealizador e um dos seus fundadores, o industrial republicano Bernardo Mascarenhas. Já outros como Vaz (1990), Tamm (1960) e Mascarenhas (1972) preocuparam em resgatar a história da CCC, desde a sua fundação até aproximadamente a década de 1980. Mas, de certa forma, todos esses pesquisadores acabaram realizando também, uma incursão na biografia e na vida da família dos fundadores. A leitura das obras produzidas por eles revela nítida preocupação em enaltecer os personagens que deram início às atividades industriais da família. Neste caminho, Mascarenhas (1990) realiza um extenso trabalho de reconstituição da genealogia da família fundadora de 1824 a 1989.

Já Duarte (1986) tem como preocupação investigativa não a CCC, mas a vida do anarquista mineiro Avelino Fóscolo que viveu e atuou politicamente na região de Paraopeba, antigo arraial do Taboleiro Grande, onde se localizava a Fábrica do Cedro. Sua incursão nos arquivos da Cia se deu na tentativa de verificar a relação deste anarquista com a Cia.

Mas foi com as pesquisas de Libby (1988; 1997) e Giroletti (1991) que o acervo histórico da CCC e de forma mais contundente, as cartas, ajudaram a reconstruir a história da indústria têxtil mineira, e não só da CCC. Libby pesquisou a história da economia mineira e seus processos de mudança, ao longo do século XVIII e XIX, e Giroletti, a formação dos primeiros empresários industriais.

Apesar das diferentes abordagens nas pesquisas realizadas pelos autores citados, elas contribuíram de forma significativa para esta pesquisa. Tanto no que se refere à constituição do objeto quanto para a fundamentação teórica, como é o caso de Libby (1988) e Giroletti (1991), ou como fontes de investigação, contribuição dada por Vaz (2005, 1990), Mascarenhas (1954), Tamm (1960), Mascarenhas (1972) e Mascarenhas (1990).

Todavia no que se refere às mulheres nas fábricas de tecidos pouca coisa foi dita por esses autores. Apesar de Giroletti tratar das condições das mulheres dentro das fábricas da CCC e, assim discutir questões que envolviam a vida delas tais como sexualidade, salários, jornada de trabalho, disciplina, controle e vigilância, ele não se aprofundou nessa questão e nem no próprio processo de inserção delas na fábrica.

O mesmo pode ser dito em relação a Libby. O autor ao discutir a indústria têxtil doméstica até meados de 1880 trouxe uma contribuição significativa para a compreensão do

papel da mulher e a importância da mão-de-obra feminina na produção caseira de tecidos para a economia de Minas Gerais, logo após o declínio da exploração aurífera e antes do surgimento das fábricas de tecidos. Mas não se ateu ao trabalho feminino dentro das fábricas e às relações de gênero lá presentes.

Isto posto, resta reforçar a idéia de que por mais que essas fontes já tenham sido investigadas, a perspectiva aqui proposta se distancia dos trabalhos já realizados, na medida em que busca alcançar de forma mais específica a mulher operária e seu cotidiano dentro das fábricas, acreditando que as relações ali produzidas e reproduzidas perpassam por questões que envolvem o gênero.

1.1 A busca pelos indícios

Como já citado anteriormente, a correspondência apresenta uma característica peculiar a outros documentos pessoais, qual seja, reproduz a visão do seu autor sobre aquilo que relata ou descreve. É o olhar de quem a produziu que está sendo revelado naquele pedaço de papel. Daí a importância, principalmente para o pesquisador, tratá-la com certa reserva, atento a seu caráter essencialmente pessoal e subjetivo. Segundo Gomes (2004, p.15), o que deve importar para quem as investiga “é exatamente a ótica assumida pelo registro, e como seu autor a expressa, e ter clareza de que o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.” Tal situação faz da correspondência algo parcial, contendo um recorte da realidade feito a partir dos critérios de importância e relevância dados pelo seu remetente.

Assim sendo, a leitura das missivas analisadas foi um tanto delicada e cautelosa. Saber quem era o autor de cada carta e de que lugar estava falando, foi uma preocupação constante durante todo o processo. Pois isso poderia indicar a perspectiva sob a qual o sujeito a escreveu, para buscar o sentido de “verdade” que dava ao seu relato. Para tanto, algumas indagações foram feitas às cartas durante todo o processo de pesquisa: o que o autor está querendo dizer quando diz o que diz? O que ele está deixando de dizer com o seu relato? Em que medida e de que forma o outro está presente nos relatos do missivista?

Como já foi dito, o objetivo principal da pesquisa é o de compreender o processo de inserção da mão-de-obra feminina na indústria têxtil. Aprender, mesmo que de forma fragmentada o cotidiano das mulheres operárias, resgatando-as no espaço masculino da fábrica. E alcançar as mulheres num espaço pensado, idealizado, organizado, ordenado e

gerenciado por homens não foi tarefa das mais fáceis. Os documentos disponíveis para isso foram produzidos por homens e interpretar essas fontes foi, sem dúvida, o maior desafio metodológico enfrentado na pesquisa. Em alguns momentos a sensação foi a de nadar contra a correnteza ou a de desbravar uma mata virgem. Ou como bem disse Benjamim (1994, p.225) “escovar a história a contrapelo”

As cartas encontradas cuja autoria era feminina foram raras. Algumas delas escritas pelas esposas dos gerentes das fábricas e outras por operárias da Cia., estas datadas, em sua maioria absoluta, da década de 1920 e 1930.

Neste cenário a busca pelos indícios e uma leitura pelo avesso foi uma metodologia imposta desde o momento em que se delimitou o tema a ser investigado, o local para o desenvolvimento da pesquisa e as fontes que seriam utilizadas para tal intento. O paradigma indiciário tem como fundamento básico a busca pelo que não está aparente, por dados e fatos considerados *a priori* sem importância, mas que podem desvendar dimensões da realidade até então desconsideradas ou desconhecidas.

Conforme Carlo Ginzburg (1989) a origem do paradigma indiciário se encontra no método utilizado pelo italiano Giovanni Morelli para identificar a autoria de obras de artes. Morelli buscava os traços mais particulares, menos visíveis e menores que pudessem assegurar autoria de um determinado quadro. Para ele, detalhes como o desenho das orelhas, das unhas, dos cachos de cabelos etc. se constituíam em indícios que podiam levar a autoria da obra.

Mas é com a medicina hipocrática, mais precisamente em sua dimensão semiótica, que Ginzburg (1989, p. 155). fundamenta-se ao fazer referências aos diagnósticos que se baseiam nos sintomas mais imperceptíveis, para diagnosticar o mal. Segundo ele “apenas observando com extrema minúcia todos os sintomas – afirmavam os hipocráticos -, é possível elaborar “histórias” precisas de cada doença: a doença é, em si, inatingível.”

Ainda de acordo com Ginzburg (1989, p.152). a base do paradigma indiciário é o fato de se fundamentar na análise de indícios imperceptíveis para a maioria, indícios que podem ser questionados pela ciência mais racional, mas que contribuem fundamentalmente na reconstituição do passado, nas pistas que esses sintomas fornecem, ou seja, “partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa.”

O mesmo autor alerta para a especificidade indiciária de cada realidade. Mesmo que o historiador não possa abrir mão de fazer referências a fenômenos comparáveis, ele não

pode se esquecer de que a abordagem do paradigma indiciário é, acima de tudo, individualizante, mesmo em se tratando de um grupo social ou uma sociedade. Ou seja, as “estratégias cognoscitivas” bem como as suas formas de expressão são próprias de cada fenômeno a ser investigado. Neste sentido, o autor compara o trabalho do historiador ao do médico, que busca analisar o mal específico de cada doente a partir dos quadros “nosográficos” disponíveis para se chegar ao mal sentido pelo paciente. E ainda afirma: “E como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. (GINZBURG, 1989, p.157).

Ginzburg (1989, p.169) continua sua análise enfatizando que um pesquisador indiciário deve se preocupar com os cheiros, os odores, os sabores, os gestos que são desconsiderados pela maioria. Ele afirma que “quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos.” Para tanto os signos culturais, vistos aqui como sendo palavras, frases faladas ou escritas, transformam – se nos “sintomas” ou indícios com os quais o historiador tem que lidar. São segundo o autor as “miudezas materiais.” Por essas miudezas, prossegue ele, é possível apreender os “movimentos, os passos, (...) os pensamentos secretos, as esperanças e angústias” que agitam as pessoas e grupos (...) se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1989, p.170).

Ginzburg chama a atenção para o fato de que mesmo se apoiando no particular, o pesquisador não deve perder de vista o atrelamento que há entre o particular e a totalidade na qual ele se insere. Há que se ficar atento, pois alguns sinais mínimos podem representar a visão de mundo de um grupo, de uma classe ou de toda uma sociedade.

Ele ainda questiona se pode um paradigma indiciário ser rigoroso. Para responder a questão lança mão de um dilema colocado para a ciência a partir de Galileu: “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância” (1989, p.178). Para Ginzburg não há resposta ou caminho certo, mas assegura que a dúvida quanto à possibilidade de se atingir esse rigor científico permanece. Contudo alerta que tal rigor é “indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos (GINZBURG, 1989, p.178-9).

Por fim, Ginzburg (1989, p. 179) confessa que as regras do paradigma indiciário não se prestam a uma formalização. Conforme argumenta “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a por em prática regras preexistentes. Nesse

tipo de conhecimento entram em jogo (...) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”.

Para exemplificar a relevância do pensamento e das orientações metodológicas de Ginzburg para esta pesquisa tomou-se um fato acontecido na Fábrica de São Sebastião relacionado à disciplina e à ordem impostas pela fábrica. O fato analisado envolve uma operária que desobedeceu as regras impostas pela fábrica. O relato do acontecimento foi feito por seu gerente em carta escrita em 1891 cujo correspondente era o superintendente da CCC:

Há aqui uma operária, filha de uma família de Montes Claros, que é moça atrevida e malandra, e que não quer se sujeitar a ordem e nem a ninguém da fábrica. Deixou o tear sem dar satisfação a pessoa alguma, e a mãe, que tem mais 3 filhas, quer mandá-la para o Convento daí. [...] Peço-te para que neste sentido sejas ainda mais pontual para com o pedido dessa empregada insubordinada, e não a aceites aí para que torne-se mal exemplo para as irmãs que aqui ficam. É preciso que essa sujeita fique a toa em casa até que a velha se veja na necessidade de mandá-la para a fábrica (Caixa box 11, MTDMM)

Ao se analisar mais atentamente o texto da carta é possível perceber uma dose de “fúria”, “zanga” e “indignação” por parte do gerente diante do comportamento da operária. É como se ele estivesse “ultrajado”, se sentindo mesmo “agredido” com tal falta. Algumas palavras usadas por ele para se referir à trabalhadora e o seu comportamento são como diz Ginzburg “sinais” e “pistas” que sugerem essa avaliação. É o caso, por exemplo, de “há aqui uma operária (...) atrevida e malandra”, ou seja, alguém sem nome, cuja referência, para esse gerente, é a de ser atrevida e malandra por não se “sujeitar a ordem”. Sua ira fica mais explícita quando pede ao seu correspondente que “sejas mais pontual para com o pedido dessa empregada insubordinada” não a aceitando na fábrica para qual a mãe quer mandá-la. Ira que ele estende a família da trabalhadora, ao deixar claro que a punição dada a ela deve servir de exemplo para a mãe e às irmãs. Nota-se que a mesma forma pejorativa e desrespeitosa que se referiu à operária foi também usada para identificar a mãe da mesma, tratando-a como “a velha”. Ao final ele anuncia a sua sentença “que ela fique à toa em casa” até que sinta “necessidade” de voltar ao trabalho na fábrica. Esta foi a verdadeira pena aplicada a operária, ser afastada da fábrica até que, sem condições de prover a sua subsistência, se veja forçada a retornar e quem sabe agora, mais “humilde” e “submissa” à ordem estabelecida.

É certo que a falta cometida pela operária era considerada um ato grave. Insubordinação, desrespeito aos superiores e abandono do tear era algo expressamente proibido aos trabalhadores. Segundo o Regulamento para Operários da Fábrica do Cedro de

1872⁵, no que se referiam as regras internas era proibido na fábrica segundo o Art. 1º “Desobedecer ou faltar o respeito aos superiores” e o Art 4º: “Deixar seu lugar, máquinas ou repartição para passear ou conversar com pessoas de outras máquinas, ou repartições.” (MASCARENHAS, 1972, p.73). É possível perceber que o comportamento da operária colocava em risco todo um sistema, ou seja, implicava na quebra de hierarquia, na perda do respeito por parte da gerência e da chefia e poderia incitar o mesmo comportamento a outros operários. O que estava em jogo aqui era uma relação de forças que comprometia toda a ordem estabelecida pela fábrica.

Évelyne Sullerot (1970) ao discorrer sobre a definição do termo “ordem” afirma que se trata de uma expressão cujo significado é o de um “arranjo sistematizado”. Tal arranjo segundo ela vem acompanhado de todas “as sanções morais e sociais” que contribuem para a sua manutenção. Ela finaliza a sua argumentação dizendo que a “origem profunda” de tudo isso é, “sem dúvida, o medo da confusão.” No caso das sanções, o mesmo documento acima previa como forma de punição para o operário transgressor, o pagamento de multa de 200 réis e no caso de reincidência o valor aumentava para 400 réis.

Dois elementos chamam a atenção na carta do gerente da Fábrica de São Sebastião. O primeiro é a sua “ira” diante do ato praticado pela operária. O segundo é dado pela sanção ou penalidade dada por ele à operária. Vê-se que não há menção de multa, ou seja, não foi levado em consideração o regulamento da fábrica. Pelos termos e expressões para se referir à operária como “atrevida” e “malandra” avalia-se que a punição recebida por ela indica uma sanção de ordem moral. Fato que ganha força quando no “auge” da sua “ira” pede ao superintendente da CCC que não atenda ao pedido da “operária insubordinada”, pois, ainda segundo ele é “preciso que essa sujeita fique a toa em casa (...) e sinta necessidade” de voltar para a fábrica. Ora o que significa neste contexto a palavra “necessidade”? Provavelmente miséria e fome. Desta forma, sem outros recursos e humilhada a operária “insubordinada” e “malandra” talvez retorne para o trabalho, agora mais subordinada, não causando tanta “confusão”. Desta forma vê-se na ação punitiva do gerente não só a aplicação de um corretivo por um ato considerado proibido, mas também a necessidade de mostrar à operária qual era o seu lugar naquela ordem social.

⁵ O regulamento foi elaborado no início das atividades da Fábrica do Cedro. Não foram localizados outros regulamentos ou documentos similares referentes às outras fábricas fundadas pela Família Mascarenhas. Desta forma acredita-se que este documento tenha servido de referência para todas elas.

A insubordinação de uma operária diante da ordem estabelecida gerou muito mais severidade do que o estabelecido no regulamento, já que a multa prevista não foi citada e ao que parece não foi aplicada. A leitura que se faz de tudo isso é a de um homem e um proprietário de fábrica ultrajado diante da insubordinação de uma mulher, operária de sua fábrica. Está presente aqui o que Perrot (2005, p.156) denominou de uma “dominação bicéfala, em que o homem e o patrão se apóiam (...). A operária sofre uma dupla opressão: como mulher e como operária.” O alvo da ação disciplinar do gerente da São Sebastião não era só contra a operária, mas também a mulher a qual ela era.

Como forma de reflexão vale descrever aqui os rumos dados a outro caso, agora envolvendo um operário da Fábrica do Cedro, cuja falta foi a de fumar no depósito de algodão da fábrica. O caso é relatado em carta escrita pelo gerente da fábrica e endereçada ao gerente da Fábrica da Cachoeira em 17 de novembro de 1885:

[...] O meu compadre Lages foi despachado d’aqui por ter sido pilhado fumando no depósito de algodão descarado. Não vi senão vestígios, e ele nega formalmente o crime, dizendo ser vítima de calúnias, o que não duvido. Já vêes que, mesmo para moralidade e exemplos de outros ele não pode continuar aqui. É bom trabalhador, e a mulher é boa operária nos fusos. Li a ele uma bula. Se ele te servir, continuará aí, e se não, o despacharás [...] (Caixa Box 14, MTDMM)

Percebe-se pelas palavras e expressões, bem como pela sanção aplicada que o tom e a severidade aqui foram mais brandos. Para começar sabe-se o nome do hipotético transgressor, “o compadre Lages”, cuja falta colocou em risco a vida de todos que estavam dentro da fábrica, bem como o próprio patrimônio da fábrica. Vale ressaltar que tal comportamento era também proibido aos operários. De acordo com o regulamento citado anteriormente, em seu Art. 2º é proibido dentro da fábrica: “fumar – usar de fósforos ou qualquer material explosivo” (Regulamento para Operários da Fábrica do Cedro, 1872, MTDMM) Mas, mesmo assim, o operário se viu contemplado com a complacência da dúvida, conforme fica visível na expressão “não vi senão vestígios”. Ora, há que se pensar: se há vestígios, significa que alguém o fez. Além disso, a frase “nega formalmente o crime” é um sinal de que ele foi ouvido, ou seja, teve a oportunidade de dar a sua versão dos fatos, que segundo ele não passou de “calúnias”. Mas para o gerente, o “compadre Lages” é “bom trabalhador” e sua “mulher é boa operária”. Sendo assim sua punição se constituiu na leitura de uma “bula” e na transferência para outra fábrica. Não estiveram presentes aqui palavras que pudessem comprometer a integridade moral ou que enfatizasse, de forma mais

contudente, a suposta atitude do operário como sendo de desrespeito aos regulamentos e a ordem estabelecida.

Ao se analisar os dois relatos, percebe-se em ambos que a intenção manifesta dos dois gerentes ao disciplinar os seus operários era o desestímulo a reincidência e o exemplo para os demais do grupo. Desta forma ela cumpria dois propósitos, um de caráter mais individual, pois penalizava diretamente o infrator e outro de cunho mais social, o de servir de exemplo para todos os trabalhadores, ou para quem era considerado por eles como “merecedor” de tal exemplo.

Mas outro dado chama a atenção, é a diferença na severidade e no teor da punição dado a operária e ao seu colega de trabalho. Não resta dúvida que para ela a reação foi mais dura, menos condescendente. Surellot (1970) como já foi dito acima, afirma que as sanções que acompanham o “arranjo da ordem” refletem, acima de tudo, “o medo da confusão”. Ou seja, o medo de que se perca o controle. Partindo dessa perspectiva pode-se intuir que dadas as reações diferenciadas dos gerentes diante de fatos graves, ambos proibidos pelo regulamento, o medo de uma confusão gerada por uma insubordinação praticada por uma mulher parece ter sido maior do que um medo diante da possibilidade do risco de vidas e do patrimônio, resultante de um ato vindo de um homem.

Diante disso fica uma questão: como teria sido as reações dos respectivos gerentes se os sexos dos operários infratores fosse trocado. Ou seja, a insubordinação na Fábrica de São Vicente tivesse como protagonista um homem e o fumante no depósito de algodão da Fábrica do Cedro fosse uma mulher? Saber com precisão como seria é algo difícil, entretanto com base nos elementos discutidos nos dois casos pensa-se que não há como não ver essas práticas, sem levar em consideração quanto do gênero há nelas.

Vale ressaltar que este caso de afrontamento direto à ordem estabelecida não foi algo recorrente encontrado nas cartas. Mas outras táticas realizadas pelas operárias, e que de alguma forma incidiam sobre essa ordem foram descritas pelos gerentes e proprietários em outras cartas. Uma leitura pelo avesso que tudo isso sinaliza é a de que as mulheres de um jeito ou outro encontraram um meio de se fazerem presentes e até mesmo notadas. E muitas vezes esse jeito não combinava com o que era esperado delas, ou seja, submissão, passividade, subordinação etc..

Alcançar as mulheres por meio de documentos que falam delas e por elas, mas que não foram produzidos por elas, é sem dúvida um caminho investigativo onde se tenta ver pelas “sombras”, é decifrar o que foi dito pelo não dito, é ouvir o que o silêncio tem a dizer, é

buscar a presença, mas tendo como instrumento a ausência de um registro próprio, que só é quebrada com relatos como o do gerente da Fábrica de São Sebastião. O caminho para isso é sinalizado novamente por Ginzburg (1989), trata-se de ficar atento, buscar os significados culturais, as palavras e as frases escritas, como ele mesmo diz “as miudezas materiais”, que podem indicar uma presença e uma fala femininas, numa escrita e num olhar do masculino, sobre elas.

1.2 Com a mão na “massa”

Vários são os autores que desenvolveram e ainda desenvolvem pesquisas sobre correspondências e arquivos privados pessoais. Alguns deles foram fundamentais para o tratamento metodológico dado as correspondências. Dentre eles, destacam-se: Heymann (1997, 1999 e 2005) nos estudos em que trata da correspondência de Filinto Müller e faz uma reflexão sobre os arquivos privados pessoais como legados históricos de pessoas, grupos ou instituições. Walnice Nogueira Galvão e Nádya Batella Gotlib (2000) que, por sua vez, organizaram uma obra na qual, vários autores discutem a prática epistolar sob diferentes perspectivas. Foram significativas as contribuições de José Mindlin em seu artigo “Cartas, para que vos quero?” e Thiago C. P. dos Reis Miranda com o capítulo intitulado “A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa,” Priscila Fraiz (1998) onde a autora discute o processo de organização do arquivo pessoal de Gustavo Capanema e neste processo realiza importantes reflexões sobre os aspectos metodológicos que envolvem o trabalho com arquivos pessoais. Vale ainda mencionar os estudos realizados por Gomes (1998, 2000 e 2004) que contribuíram sobremaneira para o tratamento metodológico dados às cartas, principalmente no que se refere aos aspectos qualitativos e, ainda, os subsídios dados por Perrot (2005) para a compreensão e análise da escrita feminina no século XIX, período histórico contemplado em parte da pesquisa.

De um modo geral todos eles são unânimes em alertar sobre os riscos que o pesquisador corre ao tratar com documentos tão íntimos e pessoais quanto as cartas. São perigos advindos das próprias características desse tipo de fonte, como a fragmentação, a parcialidade e a subjetividade, que criam o que Gomes (1997) denomina de “ilusão da verdade”, um “feitiço”, que pode recair sobre o pesquisador mais desavisado frente a um conjunto de dados levando-o a ter uma visão falseada da realidade, tomando o que se vê e o que se lê como verdades de fato.

Deste modo a mesma autora orienta que o trabalho metodológico com tais documentos deve sempre levar em consideração tais especificidades e os riscos que acarretam. No caso específico da correspondência ela sugere alguns questionamentos que devem ser feitos e respondidos. “Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivos(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?” (GOMES, 2004, p.21). Questões que, ainda segundo ela, podem se multiplicar. Gomes também alerta sobre a necessidade de dispensar uma atenção especial às relações estabelecidas entre “quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita” (GOMES, 2004, p. 21).

Mais um desafio assinalado por esses e outros autores é relativo à quantidade de documentos a ser pesquisados exigindo do pesquisador a tarefa de delimitar a sua amostra, renunciando a uma totalidade, muitas das vezes difícil de ser apreendida. Portanto, se a falta de fontes é um problema para a pesquisa histórica, o excesso também o é. E diante do considerável volume de correspondências, mais de 60.000 delas entre recebidas e expedidas até 1930, uma questão surgiu de forma contundente: por onde começar? Como delimitar uma amostra viável para análise? Como nenhuma caminhada se inicia sem o primeiro passo, este precisaria ser dado e foi dado em direção às correspondências avulsas trocadas entre os três irmãos fundadores da Fábrica do Cedro: Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas, e dos gerentes até 1930, além dos copiadores de cartas relativos a cada fábrica. Ao todo foram lidas cerca de 10.000 cartas, das quais 300 delas foram selecionadas para a pesquisa, dentre as quais 19 cartas eram de autoria feminina.

A escolha das cartas dos fundadores e gerentes da Cia, como um conjunto de fontes para a pesquisa se deu por uma imposição do objeto, pois o que se pretendeu conhecer foi um processo ocorrido, em grande parte, dentro das fábricas. Nada mais adequado do que ir ao encontro dos agentes que ali atuavam. Eles poderiam dizer algo sobre o trabalho das operárias.

Tomando como referência algumas observações feitas pelos autores citados acima, principalmente por Gomes (1998, 2004) as correspondências foram analisadas partindo-se da sua origem, do local onde foram guardadas e do seu processo de arquivamento. A partir daí buscou-se apreendê-las em sua materialidade observando o estado de preservação e conservação no qual se encontravam, os aspectos gráficos e lingüísticos que estavam

presentes nas cartas (tipo de letra, vocabulário, estilos de escrita, organização e argumentação textual, códigos sociais de tratamento, uso de logotipos, dentre outros). O intuito aqui foi o de conhecer de forma mais geral as condições do conjunto epistolar, sua organização textual e as possibilidades e limitações que ofereciam para a investigação.

Concomitante a esse processo de caráter mais geral, outro mais minucioso também se deu. A preocupação neste caso foi a de reconhecer os autores das cartas, bem como seus destinatários e os assuntos tratados nas missivas. Neste momento houve também uma inquietação em saber se havia um grupo mais fixo e constante na troca de cartas, quais assuntos tratavam e em que medida os operários participavam dessa troca de cartas. O objetivo desse processo foi em primeiro lugar, identificar a rede de correspondência na qual os missivistas pertenciam, buscando as relações entre essa rede, os assuntos que tratavam e as afinidades que mantinham com as fábricas, em segundo lugar verificar como as mulheres participavam dessa rede de correspondentes e por último, selecionar uma amostra de cartas mais significativas para a pesquisa.

Esse trabalho de leitura foi denso e demorado. Se buscou uma leitura pormenorizada, atentando-se para os termos; as frases; os códigos de escrita; as maneiras de expressão; as falas mais recorrentes; os símbolos mais usados pelos missivistas; os assuntos tratados e os mais reentrantes; o grupo de correspondentes mais constantes; as relações estabelecidas entre os irmãos e demais familiares com os operários e, sobretudo com as operárias; as expressões de sentimentos e emoções; os códigos de valores e de moralidade; a maneira como se referiam aos operários de um modo geral e, mais detidamente às operárias e os vários estilos de escrita.

A escolha das cartas da amostra citada acima obedeceu alguns critérios concernentes às condições materiais e ao conteúdo. No que se refere às condições materiais, privilegiou-se as cartas de estavam em condições de serem manuseadas e as que estavam completas. Mas, é importante advertir que nem sempre isso foi possível. Quanto ao conteúdo, as missivas foram selecionadas a partir de alguns assuntos considerados relevantes para os resultados a serem atingidos.

Deste modo as cartas que falavam de forma mais incisiva a respeito do perfil da mão-de-obra, das relações de trabalho, dos valores morais e dos códigos de moralidade, dos aspectos políticos implícitos na relação da fábrica com os operários, das relações familiares e de amizade, das condições das fábricas e da indústria e, sobretudo, das mulheres, principalmente das operárias, foram selecionadas. Procurou-se com tais assuntos alcançar

determinados aspectos da vida pessoal, social, cultural, política e econômica, permitindo um conhecimento, mesmo que parcial da vida desses sujeitos, ajudando a compreender as práticas sociais no interior das fábricas.

1.3 A organização e a conservação das cartas no Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

A organização do acervo e do próprio MTDMM foi iniciativa da própria CCC que, para isso, contou com o esforço conjunto de alguns funcionários e de um arquivista contratado especialmente para este fim. Não existem dados mais precisos sobre como se deu este processo de organização, bem como quais os critérios utilizados na seleção dos documentos. De acordo com informações dadas por alguns dos funcionários citados acima, durante a seleção dos documentos, muitos deles foram descartados. Entretanto não foi possível saber o que foi considerado “lixo” e quais os critérios usados para isso. Lopes (1997, p. 294) chama atenção para o fato de que esta seleção faz da história “um conhecimento mutilado, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado é sempre uma realidade inapreensível”

De acordo com Heymann (1997, p.43) um dos princípios arquivísticos é o de manter coesa a documentação acumulada, seja por uma pessoa ou empresa, “respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma secularidade orgânica que lhe confere sentido. Saber até que ponto essa coesão foi guardada pelos organizadores do acervo analisado é fato difícil de ser sabido. Mesmo porque, de acordo com a autora acima, a organização dos arquivos privados tem algo de arbitrário e de alguma forma do subjetivo e pessoal, daquele que o organizou. (KRAKOVITCH⁶, 1994, *apud* HEYMANN, 1997, p.50). O que é de se esperar que tenha acontecido no caso do acervo da CCC.

A correspondência está organizada em dois grupos distintos. Um deles diz respeito às cartas avulsas remetidas à Cia. Elas estão arrançadas em caixas box numeradas em ordem crescente. As caixas de número 1 ao 11 guardam as correspondências recebidas pelos fundadores e os gerentes das fábricas até 1900, com exceção da caixa de nº 9, que guarda a correspondência enviada pelo engenheiro inglês Robert Kerr. A partir da décima segunda não

⁶ Referência completa : **KRAKOVITCH**, Odile. 1994. "Les archives d'après Les Lieux de Mémoire: passage obligé de l'histoire à la mémoire", *La Gazette des Archives*, Paris, nº 164, p.5-23.jan./mar.

há mais a discriminação na caixa do nome para quem as cartas se destinavam. O que prevalece a partir de então é uma seqüência numérica das caixas em ordem crescente, de acordo com a data em que as cartas foram escritas. Até o ano de 1930 há 101 caixas box contendo as correspondências avulsas separadas em envelopes de acordo com o dia, mês e ano em que foram escritas.

No caso dessas correspondências avulsas são perceptíveis duas preocupações na organização da documentação, uma de caráter cronológico, organizando-as a partir do início das atividades da Cia. A outra de cunho mais biográfico, visando dar um destaque especial aos indivíduos considerados importantes, como os fundadores e os primeiros gerentes.

O outro conjunto de correspondência é constituído pelos livros denominados de Copiadores de Cartas. Aqui estão concentradas as cartas que foram escritas e enviadas pelos gerentes da Cia. Foram localizados cerca de 62 livros copiadores de cartas das fábricas do Cedro, da Cachoeira e do Escritório Central, além dos livros copiadores pertencentes a Antônio Cândido Mascarenhas, datado de 1869 a 1872, e a Francisco Mascarenhas referente ao período de 1878 a 1887. Não foram localizados os Copiadores de Carta da Fábrica de São Vicente e de São Sebastião. Cada um destes copiadores possui em média 400 páginas contendo, em alguns casos, mais de uma carta em cada página. Os Livros Copiadores estão organizados de acordo com cada fábrica a que pertencem e as cartas escritas em cada livro foram organizadas por ordem cronológica. O ritmo de escrita dessas cartas era diário.

Ao vislumbrar a disposição de todos os documentos na sala de documentação do museu, percebe-se que a ordem cronológica e o agrupamento por fábrica, utilizados nas cartas, predominou também em outros itens do acervo. Elementos como coesão, relevância histórica, conteúdo, processo de acumulação ao logo do tempo, considerados por Heymann (1997) como importantes na organização dos arquivos privados e documentos históricos, aparentemente, não foram considerados na organização do acervo no MTDMM.

O estado de conservação das cartas de um modo geral é bom. Percebe-se que há um cuidado em manter essa documentação livre de traças e outros elementos que podem danificá-las. Mas esta postura parece não ter sido uma constante, pois foram encontradas correspondências em condições lamentáveis, corroídas, dissolvidas e quebradiças em virtude da deterioração do papel, em alguns casos comprometendo a sua leitura ou tornando-a mesmo impossível. Em outras situações, como nos copiadores de cartas, a tinta usada pelos autores na escrita das cartas se expandiu no papel, fazendo com que o texto se tornasse, em alguns casos, um borrão incompreensível.

1.4 A estrutura das cartas e seus aspectos lingüísticos

As cartas são manuscritas. No caso das avulsas eram de próprio punho de seu autor. Já as cartas dos copiadores foram escritas pelos guarda-livros ou escriturários, que tinham como uma de suas funções transcrever as cartas redigidas pelos gerentes. Ressalta-se que estas têm grafias bonitas e bem delineadas facilitando a sua leitura, o que nem sempre acontece com as cartas avulsas. Uma boa caligrafia, bonita e legível era qualidade valorizada na época, conforme relatos em algumas missivas, como esta escrita pelo gerente da fábrica da Cachoeira e endereçada ao gerente da fábrica do Cedro em 11 de agosto de 1884: “O Sr. Romualdo José Barbosa, de quem recebi essa carta, além de ter bonita letra e igual redação, tem princípios de escrituração. É conveniente que o tenhas aí se praticando em teu escritório, pois pode ser-nos útil aqui ou aí.” E ainda completa na mesma carta a seguinte observação em relação a outro empregado: “Coloquei o Sr Olimpio se praticando no escritório, mas a sua letra não é comercial”.⁷

A análise do conjunto epistolar sinaliza para um grupo de sujeitos letrados, com bom domínio da língua e do vocabulário. Transitavam de uma linguagem coloquial a mais rebuscada e formal com facilidade e segurança. A escrita indica que se tratava de indivíduos seguros de si, que se dirigiam ao outro com clareza, objetividade, sem titubeios ou hesitações. Homens que falavam cômicos do poder econômico e político que tinham e da “dominação” que exerciam sobre os outros.

De maneira geral as cartas seguiam um padrão estético muito próximo ao utilizado atualmente. Iniciavam-se com elementos de identificação do local de origem, a data da escrita e o seu destinatário. Logo após vinha o texto da carta, que no final era assinada pelo seu remetente. A forma de tratamento dispensada ao destinatário sofria algumas variações de acordo com os laços afetivos existentes entre os missivistas. No caso de correspondência entres os gerentes e outros parentes eram comuns expressões como “meu caro”, “mano e amigo” ou mesmo só a citação do primeiro nome de quem deveria recebê-la. Estas cartas exibiam uma naturalidade na escrita e no desenvolvimento dos assuntos, se aproximando muito da oralidade. Fora do círculo familiar evitavam-se os tratamentos mais informais e carregados de afetividade, o destinatário era evocado por seu nome e sobrenome.

⁷ Caixa Box nº 2 - MTDMM

Mas, o que chama a atenção na escrita das missivas é o uso de alguns termos e expressões que se repetem freqüentemente em determinadas cartas, considerados como indícios reveladores de aspectos afetivos, sociais, culturais e políticos presentes nas relações entre o grupo de missivistas e na própria sociedade da época.

A palavra “amigo” é uma delas. Esta expressão era usada por vários correspondentes entre si, geralmente em cartas acompanhadas de pedidos de favores diversos, de explicações sobre algum desagravo entre os correspondentes ou mesmo para expressar sentimentos entre eles. Muitas vezes estava associado ao nome do destinatário qualificando-o, independente de se tratar de um parente, um amigo mais próximo ou mesmo alguém menos chegado ao correspondente. Outras vezes, era citada ao longo do texto como uma forma de lembrar ao outro “com quem se estava falando”. Como foi o caso de uma carta enviada pelo gerente da Fábrica da Cachoeira, em 30 de agosto de 1883 ao proprietário da fábrica de Montes Claros. O motivo da missiva foi um protesto contra a forma de aliciamento de empregados considerada inconveniente pelo gerente da CA, utilizada pelo administrador da Fábrica de Montes Claros:

[...] Um senhor Antônio Narciso Soares tem escrito a alguns empregados nossos convidando-os a irem para a Fábrica de Montes Claros, oferecendo-lhes vantagens tais que não o podemos acompanhar. Esses nossos empregados que nos têm consultado e apresentado as cartas do tal Sr. Soares, não aceitam as vantagens proposta e não querem ir. Quando o meu amigo teve necessidade de um bom empregado que assumisse a direção geral do movimento inclusive de sua fábrica, dirigiu-se diretamente a nós, e para servir ao amigo empregamos os meios necessários a fazer com que par lá partisse um dos nossos bons mecânicos, o Sr. Lourenço de Carvalho Lessa, ex-chefe da tecelagem do Cedro. Seria mais cavalheiresco que o Sr. Soares se dirigisse diretamente a nós, lhe remeteremos com a máxima brevidade um bom maquinista, e garantimos que sua fábrica ficaria dotada de um excelente mestre de teares, muito superior ao que foi o falecido Augusto Prados, que era aqui um meio tecelão, ajudante dos mestres. O amigo tem aí um bom maquinista, e não ficará satisfeito se se dele necessitarmos o chamarmos, e estamos certos que se dele precisarmos estará aqui em poucos dias. Mas desejamos sempre ser cavalheiros para os colegas; se algum dia precisarmos de alguma coisa da Fábrica de Montes Claros, nos dirigimos diretamente ao seu representante e não a empregados. Queira desculpar a franqueza em que faço-lhes esta e queira dispor sempre de quem é em estima[...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica da Cachoeira, 1883/1884, p. 105/106 - MTDMM)

A leitura mais atenta do texto da carta parece indicar que o termo “amigo” externa a intenção do seu autor de lembrar ao outro que ambos são empresários, donos de fábricas, que lidam com realidades semelhantes. Nesse sentido é possível perceber a evocação de uma

cumplicidade que deveria existir entre ambos. Tal como a que se presume existir entre pessoas que são amigas entre si. Mas, o gerente da Cachoeira vai mais longe e sinaliza para o seu correspondente que caso o “pacto” ou a cumplicidade que ele acredita dever existir entre pessoas que são afins se rompa, eles podem se tornar adversários. Isso fica claro no seguinte trecho da carta: “O amigo tem aí um bom maquinista, e não ficará satisfeito se dele necessitarmos o chamarmos, e estamos certos que se dele precisarmos estará aqui em poucos dias. Mas desejamos sempre ser cavalheiros para os colegas.” Percebe-se aqui quase um tom de ameaça, caso esse tipo de comportamento persistir entre eles. O desejo de proximidade entre os correspondentes, de se mostrarem confiáveis, de buscar uma “cumplicidade” do outro veio acompanhado também do objetivo claro de informar ao correspondente o lugar social que ocupa e, as atitudes éticas que deve ter com seu par para que as relações entre ambos permaneçam.

Desta forma, tratar o outro por amigo nas cartas lidas tanto podia corresponder a uma relação de amizade entre os missivistas como podia ser indícios de práticas clientelistas presentes nas relações sociais e comerciais entre esses correspondentes. De um “amigo” aqui para um “amigo” lá, muitos pedidos, favores, indicações, explicações e prestações de contas de vários tipos eram manifestados. Depreende-se daí que a condição de amigo abria caminho para o atendimento desses e de tantos outros pedidos, ao mesmo tempo que revelava o quanto e como o indivíduo fazia parte daquele grupo social e o que podia se esperar dele. Gomes ao analisar a correspondência entre Capanema e alguns intelectuais chama a atenção para esse fato. Segundo ela

A retórica das cartas de pedidos expressa, pois, um tipo de código epistolar amplamente compartilhado por quem faz e por quem recebe o pedido. Dirigidos a santos e a “autoridades” de diversos tipos (não apenas políticas), deve estabelecer relações interpessoais, ou seja, devem aproximar e sensibilizar, independentemente de um conhecimento prévio e/ou face a face. (2000, p. 32).

Deste modo, na correspondência analisada, o termo “amigo”, faz parte de uma “retórica” que esbarra em um tipo de relação que se aproxima de um caráter político, onde o favoritismo dá o tom da conversa. Essa situação parece refletir da idéia de Heymann (1999) de que o número de amigos e a capacidade de influência dos mesmos indicam a esfera de influência de um homem. Em 30 de junho de 1888, o mesmo gerente da Fábrica da Cachoeira, autor da missiva acima, envia outra carta ao superintendente da CCC, agora em outro tom de conversa, não poupando esforços para atender ao pedido do amigo, José Mortmer Dayrell,

importante comerciante da região do Serro, e ao que tudo indica alguém que guardava certa influência e importância nessa rede de correspondentes e como tal deveria ser tratado:

[...] O Sr. Serrano Mortmer (são ambos irmãos do nosso amigo Mortmer) traz-me uma carta inclusa que me devolverás, de nosso amigo, em que empenha-se por um emprego em uma de nossas fábricas para a família do Sr. Serrano que é numerosa como lhe te informará, e eu não tendo aqui atualmente um cômodo desocupado e nem emprego para a família, lembrou-me que aí poderás arranjar o emprego nem que seja com sacrifício, para não deixares de servir a uma amigo a quem a Companhia tanto deve. Victor escreveu-me para arranjar aqui uma família de operários para a fábrica de S. Sebastião, por estar lutando com dificuldades com continuadas saídas de operários e não havendo aqui famílias nas condições que ele quer, lembrei-me que poderias arranjar aí sobrando assim um lugar para a família do Sr. Serrano . Espero que empregará toda diligencia nesse sentido, e que arranjarás o emprego para o recomendado e irmão do nosso amigo com quem te entenderás, nem que seja com alguma demora [...] (Caixa Box nº 16 A, MTDMM)

Outras expressões, além do termo “amigo” eram recorrentes nas cartas e ajudam a compreender os laços que unia esse grupo de missivistas. Era comum logo no início das cartas a manifestação do desejo de encontrar o destinatário com “saúde e felicidade.” Ao final reiteravam-se os vínculos afetivos com demonstrações do tipo “de seu parente e amigo”, “de seu amigo” “de seu prezado amigo”. Entre os irmãos Mascarenhas era comum a finalização com um “teu de coração.” Ainda nos casos de parentesco ou amizade mais próximos a expressão “aceita minhas visitas” era algo do mesmo modo freqüente. Neste caso deixando claro que a carta, mais do que uma mensagem, representava, simbolicamente, uma visita de alguém distante. Fazia chegar até o outro a lembrança de si, ao mesmo tempo em que informava ao seu destinatário o quanto ele era lembrado. A carta era o meio de se fazer visível ao outro, de encontrá-lo, de se aproximar dele, de “visitá-lo”, às vezes com afeto e amor, às vezes com raiva e desprezo. Segundo Michel Foucault a carta:

[...] faz o escritor “presente” àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física. (...) de certo modo, a carta proporciona um face-a-face [...]. (1992, p.149-150).

As epístolas significavam também um favor, um agrado, um presente que se faz ou se dá ao outro. Era comum ao iniciarem a resposta de uma carta o uso da expressão “de

posse de seu favor”, como foi o caso desta “Acuso presente o seu favor de 9 do corrente a cujo conteúdo venho responder”.⁸

Fato curioso a ser mencionado são os adjetivos usados, principalmente nas correspondências familiares quando eram dirigidas a uma pessoa muito próxima e querida, como os pais por exemplo. Nestes casos o tratamento era envolto num sentimento de respeito e admiração, e não são raras a utilização de termos como “honradíssimo”, “respeitadíssimo” “abnegadíssimo”. Mais curiosa é a insistente manifestação de respeito e admiração pela honra e virtude ao se dirigirem às mulheres da família e as outras do mesmo círculo social. Esse tipo de tratamento além de sugerir que deveria haver uma distância respeitosa entre homens e mulheres, parece sinalizar também algumas qualidades morais esperadas das mulheres da época, como a honra e a virtude.

Por tudo isso, é possível afirmar que a carta para esses missivistas era envolvida em alto valor e, portanto, deveria ser tratada com respeito, mesmo quando exclusivamente comercial. Não responder prontamente ao seu remetente era algo desrespeitoso. “Confirmando as minhas de 30 e 31 do passado próximo dou recebida a tua de 29 cujos dizeres fico ciente”⁹. Ela desempenhava funções de ordem social, política, profissional e afetiva.

1.5 A rede de correspondência e os assuntos tratados

O conjunto epistolar da CCC expõe a ampla e diversificada rede de sociabilidade, que se formou em torno das fábricas de tecidos, com vistas a garantir a sua manutenção e sobrevivência.

O primeiro grupo que compunha a rede de correspondente na qual se dava a troca constante de correspondência era o da família dos fundadores da Cia e seus parentes, que mantinham entre si relações pessoais e comerciais bem próximas. Giroletti afirma que no caso das relações comerciais, estas implicavam nas:

mais diferentes permutas (aluguel de escravos, compra e venda de produtos, prestação de serviços, empréstimos de dinheiro a juros, manutenção de

⁸ Do gerente da Fábrica do Cedro para um amigo em 11/12/1889 Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1889-1890, p.52-53 - MTDMM

⁹ Do gerente da Fábrica da Cachoeira para o Gerente da Fábrica do Cedro em 1/02/1887 Caixa Box nº 04 - MTDMM

contas correntes recíprocas, ofertas de emprego e etc) e tornava mais estreito “os elos de solidariedade dentro da parentela, traduzindo-se na realização preferencial de negócios recíprocos. (1991, p.64)

As cartas trocadas entre irmãos, tios, primos, alguns deles compadres entre si, foram as mais abundantes. Das 300 cartas separadas para a análise, cerca de 37% delas eram epístolas trocadas entre parentes. Constituíram-se nas cartas mais elucidativas, pois entre esse grupo os assuntos eram os mais diversos, desde os de ordem mais pessoal até os mais complexos referentes às fábricas e às transações comerciais. Por meio dessas epístolas foi possível perceber o quanto “o negócio das fábricas”, como eles mesmos se referiam à indústria têxtil, ocupou a vida deles, como fica demonstrado em dois fragmentos abaixo:

[...] E de mais, sabes que estou lutando com muita dificuldade para aumentar a produção da fabrica e aperfeiçoá-la, que além de diminuir esta má qualidade devido a falta de boas operárias. Estou com o pessoal da tecelagem quase todo bisonho. Ninguém calcula as dificuldades com que tenho lutado depois da abolição. As lavouras em completo atraso pelo quase completo abandono dos trabalhadores. A fábrica em completa transformação pela mesma causa. Entretanto na aldeia de Soledade estão 10 escravas daqui, boas operárias, batucando e bebendo cachaça[...] (Carta enviada pelo gerente da Fábrica de São Sebastião para seu primo, superintendente da CCC em 29 de agosto de 1888 – Caixa de Correspondência nº 17A MTDMM)

[...] Estou muito só, às vezes doente, como estou hoje, e não posso trabalhar regularmente por causa das continuadas interrupções – chamado a todo instante para aqui e acolá – fiscalização de tudo, tudo – despachar, aviar pedidos, etc etc. de modos que nunca levei uma vida tão pesada. Não se pode deixar a fábrica a mercê dos maquinistas e nem as obras aos carpinteiros. [...] (Carta enviada pelo gerente da Fábrica da Cachoeira para o seu primo, Superintendente da CCC em 14 de julho de 1886 – Caixa de Correspondência 3A- MTDMM)

Os comerciantes mais próximos e até representantes da Igreja compunham o segundo grupo da rede de correspondentes. Estes mantinham com os gerentes uma estreita troca de correspondências cujos assuntos tratados referiam-se principalmente a pedidos de emprego e de favores, ao comércio de produtos, em alguns casos de cobrança e envio de faturas, questões de ordem política partidária além de outros de cunho mais pessoal, quando era o caso, conforme pode ser lido nos trechos de cartas transcritos abaixo:

[...] Participo a V. S^a que a besta que fez o obsequio de emprestar-me foi muito mal ferrada (...); a mão esquerda tinha dois cravos encostados um no outro, estava mancando muito, mas felizmente está rompendo muito melhor; fiquei sábado no Capim Branco e ontem nos Confins, por estar muito cansado e muito machucado; pretendo ir dormir hoje em Sabará.[...] (Carta

de um amigo do superintendente da CCC e endereçada a ele em 29 de novembro de 1886)

[...]Desejo receber do amigo o favor, se for possível, de aceitar aí na fábrica uma moça órfã de pai e mãe, a qual é muito bem comportada e já tem bastante prática do serviço de tecelona, visto que já estava na fábrica de Marzagão. Ela deseja levar em sua companhia uma tia e prima dela também para se empregarem no mesmo serviço, mas estas não têm prática desse serviço, e são também bem comportadas. Se for possível aceitá-las peço-lhe responder-me com brevidade, afim delas se prepararem para seguir logo[...]. (Carta enviada ao superintendente da Cia pelo Sr. S. L. M. em 12/04/1892 – MTDMM Caixa box 11)

Um terceiro grupo de troca de correspondência era constituído pela CCC e os comerciantes de outras localidades da Província, que vendiam os tecidos produzidos pela Cia. Por estas cartas eram oferecidos tecidos, encaminhadas faturas para pagamentos, realizadas cobranças, assinados contratos, além de outros assuntos relativos à comercialização dos produtos, um exemplo pode ser visto nas transcrições a seguir:

[...] Aproveitamos da oportunidade para oferecer a Vossa Senhoria as produções de nossa fábrica [...] panos brancos de diversas granuras e riscados finos e lonas encorpadas [...] (Do gerente da Fábrica do Cedro para um comerciante da região de Araxá, Mascarenhas e Irmãos, Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1872 a 1879, p. 438 - MTDMM, p. 438.)

[...] Em tempo algum me enviará toalhas de qualidade alguma, bem como colchas, mesmo porque não se vende aqui por preferirem as estrangeiras que são mais baratas e com muito mais fantasias.[...](Carta enviada ao superintendente da Cia po um comerciante de Sant'Ana em 28/04/1886 – MTDMM Caixa Box 15)

Por último, destaca-se a correspondência com alguns membros influentes do governo provincial e industriais. Neste caso as cartas eram mais esporádicas, mais formais e tinham como objetivo básico a discussão sobre a indústria nacional e as questões de ordem econômica e política enfrentadas pelos industriais no período. Nelas se reivindicavam mais apóio por parte do governo ou ainda alguma obra que facilitasse as atividades das fábricas. A carta enviada por Mascarenhas e Irmãos para o então deputado cearense pelo Partido Liberal, Tomás Pompeu de Souza Brasil, em 1882 fornece uma boa idéia do que era tratado nessas missivas,

[...] Do que manifestamos relativamente às medidas que deve tomar o governo para auxiliar a nascente indústria do nosso País isentando-a de direitos sobre drogas, correame, correias especiais para filatórios e filetos para cardas, bem como redução nos fretes na Estrada de Ferro do governo,

vê V. Excia. que desejamos o desenvolvimento da indústria têxtil. Este estabelecimento foi o primeiro no gênero fundado na Província, de nossa iniciativa [...] nunca pedimos ao governo o menor favor; lutamos, é certo, com dificuldades, sendo uma das maiores o pessoal sem nenhuma educação industrial. Temos nos admirado do governo e dos nossos homens de Estado e do nosso Parlamento, não desconhecendo que é a indústria uma das nossas maiores esperanças para o futuro do país e não terem até hoje se ocupado senão da política [...] sem auxílio do governo a indústria vai tomando em nosso País proporções lisonjeiras; e qual o tratado que temos ao alcance de todos para evitar a necessidade que temos de profissionais ingleses, que além do inconveniente de língua são, com poucas exceções egoístas, monopolistas e insolentes difíceis enfim de serem tolerados. É, pois sabido que tendo nós tantos brasileiros inteligentes, que o governo tivesse oferecido à indústria nacional um manual prático sobre a fiação e tecelagem poderiam ser aproveitados. É portanto nossa opinião, com uma prática de dez anos, que o governo prestaria grande serviço à indústria do País mandando por em curso a organização do manual prático sobre o que necessário para uma fábrica de fiação e tecelagem. As principais obras neste sentido são em inglês, e, portanto não ao alcance de muitos daqueles que se acham em condições de aproveitarem sua inteligência inculta. [...] (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1882-1883, p.217)

Quanto a uma troca de correspondência entre os gerentes e os operários pouca coisa foi localizada e mesmo assim eram referentes à década de 1920. São cartas endereçadas aos diretores e acionistas da CCC com pedidos de aposentadorias, pensões e afastamentos do trabalho em virtude de doenças ou por idade avançada. Esses pedidos dos operários têm razão de ser, pois até a década de 1930, as leis trabalhistas que regulavam a relação capital e trabalho ainda eram incipientes no Brasil, deixando os trabalhadores a mercê dos empresários. Estes pedidos eram discutidos nas assembléias anuais, que posteriormente os encaminhavam para os gerentes das fábricas, para que fossem tomadas as devidas providências.

O que as cartas dos trabalhadores trazem de mais primoroso são os relatos emocionantes, da trajetória de alguns deles que se tornaram operários, ainda na infância. Em alguns casos tratam-se dos primeiros trabalhadores aliciados, muitos com mais de 30 anos de trabalho na fábrica. A carta abaixo, escrita por um operário e transcrita na íntegra possibilita ter uma imagem dessa trajetória e do conteúdo de tais missivas:

Exmos. Senhores Diretores da Companhia Cedro e Cachoeira e Senhores Acionistas

José Rodrigues Franco empregado desta importante empresa desde 1884, no tempo do Senhor Coronel Theóphilo Marques na gerencia da Fábrica do Cedro, então já me achando idoso e cansado e adoentado, e achando-me impossibilitado de continuar exercer as funções do trabalho então vem respeitosamente requerer a V.sas. que lhe seja concedida a minha aposentadoria; o obscuro operário que vos dirige que conta com 50 anos de

serviço a contar entre Cedro e aqui em São Vicente. Só aqui na Fábrica de São Vicente já conta 33 anos de serviço e, portanto espero de V. Senhorias a merecida justiça e aguardando de V. Senhorias. As suas ordens.

O mesmo José Rodrigues Franco

Fábrica de São Vicente 8 de março de 1934 (Caixa Box nº 219 – MTDMM)

Em uma anotação manuscrita no verso da carta vê-se a resposta da Diretoria: “Se de fato tem o tempo de serviço alegado pode-se conceder uma pensão a critério do Diretor-gerente, depois de ouvir o gerente da São Vicente.”

Sem discutir aqui os aspectos políticos e sociais implicados nas relações entre gerentes e operários, os quais o texto da carta acima oferece alguns indícios, pois, não é esse objetivo do capítulo, podemos afirmar que mais do que uma troca de informações, os fragmentos das cartas, bem como toda a correspondência analisada testemunham, antes de tudo, práticas culturais e visões de mundo que permearam a vida e as relações dos seus autores. Assemelham ao que Gomes chama de “atos biográficos”, considerados por ela como:

escritas pessoais por meio das quais esses indivíduos e os grupos aos quais pertencem evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas (...) podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc.” (GOMES, 2004, p.11;13)

1.6 Da ausência da escrita feminina à presença da mulher na escrita masculina

O historiador francês Georges Duby já disse uma vez “É preciso, todavia, não esquecer as mulheres, entre todos esses homens que sós, vociferavam, clamavam o que haviam feito ou sonhavam fazer. Fala-se muito deles. O que se sabe delas?”. (*apud* PERROT, 2005, p.35)

A nota de Duby se ajusta perfeitamente à análise feita dos arquivos privados da CCC, produzidos por homens, que falam de si, de seus negócios, de seus lamentos, de suas vontades, de seus mandos e desmandos, de seu olhar sobre o mundo e sobre aqueles que o habita. Este é sem dúvida o cenário discursivo encontrado no conjunto epistolar produzido pelos primeiros industriais mineiros. Arquivos que refletem “a desigualdade sexual e a marginalização ou desvalorização das atividades femininas”. (PERROT, 2005, p.12). A parte que lhes coube nas relações de gênero constituídas ao longo da história, numa “partilha desigual dos traços e da memória”. (PERROT, 2005, p.9). A consequência disso é a ausência

de uma memória das mulheres, de seu registro no tempo e na história. Sobram a elas a cumplicidade dos seus diários, fiéis confidentes e guardiães de sua presença no mundo.

Aqui sobram as vozes masculinas e faltam as femininas. Para ouvir as mulheres no burburinho das vozes masculinas se fez necessário adentrar no que Perrot (2005) chama de “zonas mudas”, isto é, no silêncio ao qual foram relegadas. Ainda de acordo com Perrot, (2005, p.11) onde faltam informações concretas, sobram “discursos” e “imagens”. Imagens e representações sobre as mulheres, acompanhados de um discurso moralizador sobre elas, foi o que não faltou nas cartas trocadas entre os industriais e sua rede de correspondentes.

Imagens diversas, difusas, contraditórias de uma presença feminina estereotipada que transitava entre os limites do imaculado, simbolizado pela figura da mãe, ao pecaminoso, cuja referência era muitas vezes, as operárias. Para a primeira o respeito, dedicação e idealização incondicionais. Já para as segundas, estavam reservados o controle e a vigilância constantes. Nos casos mais extremos, ações corretivas que esbarravam nas fronteiras do absurdo. Para todas, no entanto, havia sempre um discurso moralizador e conformador. Os trechos de algumas correspondências transcritas abaixo fornecem exemplos contundentes das diversas maneiras pelas quais os missivistas se referiam e se relacionavam com as mulheres ao seu redor:

[...] Devemos trabalhar muito procurando o descanso e bem estar de Nossa Santa Mãe [...] (Do gerente da Fábrica da Cachoeira para o gerente da Fábrica do Cedro, em 1884, MTDMM, Caixa Box 02)

[...] É apresentante desta a minha comadre a Senhora Luiza que procura emprego nessa fabrica. É uma pobre viúva carregada de filhos e leva um irmão em sua companhia. Durante o tempo que aqui estiveram procederam sempre bem, e estimarei que aí achem cômodos e emprego.[...] (Do gerente da Fábrica de São Sebastião para o superintendente da Cia em 21 de janeiro de 1893, MTDMM, Caixa Box nº 11)

[...] Em relação a minha reservada de 14, tenho a dizer-te que, embora recaiam todas as suspeitas do mal praticado a operária tola sobre o Sr. James, não se pode afirmar que seja ele o autor do delito e nem que a tola esteja realmente deflorada (...). Tive idéia de mandar um médico examinar a suposta ofendida, mas não animei-me a fazê-lo por não ser assim o exame revertido de caráter judicial[...] (Do gerente da Fábrica da Cachoeira para o superintendente da Cia em 17 de fevereiro de 1889, MTDMM, Caixa Box 11)

[...] Há aqui uma operária, filha de uma família de Montes Claros, que é moça atrevida e malandra, e que não quer se sujeitar a ordem e nem a ninguém da fábrica. Deixou o tear sem dar satisfação a pessoa alguma, e a mãe, que tem mais 3 filhas, quer mandá-la para o Convento daí. [...] Peço-te para que neste sentido sejas ainda mais pontual para com o pedido dessa

empregada insubordinada, e não a aceites aí para que torne-se mal exemplo para as irmãs que aqui ficam. É preciso que essa sujeita fique a toa em casa até que a velha se veja na necessidade de mandá-la para a fábrica. [...] (Do gerente da São Sebastião para o superintendente da Cia em 1891, MTDMM, Caixa Box 11)

[...] Vejo com muito pesar, pela sua estimada carta de 15 do corrente, que a Prima tem sofrido grandes injustiças, até maus tratos do Primo [...] Avaliando devidamente a intensidade de uma dor por tantas ingratidões, que dilaceram um magoado coração, imenso é o meu pesar de me ser impossível remediar os seus males, para os quais a Prima só achará conforto na religião do Crucificado. Tenha, pois, a Prima paciência e resignação, console-se (...) de que a virtude e a verdade triunfam sempre contra todas as perseguições, mexericos e candongas deste mundo ruim.[...] (De Antônio Cândido para uma prima em 17 de dezembro de 1869. MTDMM, Livro Copiador de Cartas de Antônio Cândido Mascarenhas, 1869 a 1872, p.177)

Fica visível aqui o mosaico de imagens que guiava o olhar e as atitudes desses homens em relação às mulheres e principalmente para as operárias das fábricas. Estas raramente eram tratadas pelo nome próprio, algumas vezes eram citadas como “as pobres viúvas”, em outras “as tolas” e nos casos mais embaraçosos se tornavam “as insubordinadas”. Não são raras as cartas cujo tratamento dispensado às trabalhadoras das fábricas não viesse acompanhado de um adjetivo que as qualificava como “pobres”, “necessitadas”, “pobres viúvas”, “trabalhadeiras”, “honestas”, “ladinas”, dentre tantos outros. Referências pessoais que serviam para identificá-las, aboná-las ou excluí-las. Coisa bem diversa quando o caso era com os homens. Estes, muitas vezes eram tratados por nomes próprios e valorizados por suas habilidades no trabalho.

“Santas”, “resignadas”, “trabalhadeiras”, “pobres viúvas”, “Coitadas”, “tolas”, “virtuosíssimas”, “insubordinadas”, “abnegadíssimas”. Essas foram as imagens que ficaram registradas nos documentos produzidos pelos primeiros industriais mineiros a respeito das mulheres. Centenas delas enchiam as salas de fiação e tecelagens das fábricas, trabalhando como operárias.

Mesmo sendo trabalhadoras, dividindo com o homem o sustento da casa e dos filhos e o seu próprio, e participando efetivamente da produção nas fábricas, pouco de sua passagem pelas fábricas ficou registrado. O que prevaleceu foi a memória masculina, que se incumbiu de historiar, sob seu olhar, os vestígios de uma presença feminina no espaço público e masculino do trabalho. Apesar da contribuição delas ter sido tão importante e significativa quanto a dos homens.

Alcançar o passado daquelas trabalhadoras através da ausência é algo difícilimo. O que é possível com as fontes disponíveis é apreendê-lo “aos pedaços”, em pequenos

fragmentos, e assim compreendê-lo em suas pequenas matizes. O que fica de tudo isso é que, por mais significativa que tenha sido a participação feminina na história da CCC atuando como operárias, muito pouco se tem registrado em seus arquivos. Encerra-se este capítulo com a transcrição na íntegra de uma das raras cartas escritas por mulheres, com o relato comovente de luta de uma operária junto a Diretoria da CCC para conseguir a sua aposentadoria. Na carta ela ratifica o seu pedido de aposentadoria, requerido há um ano.

Exmos. Senhores Presidente e demais membros da Assembléia de Acionistas
da Companhia Cedro e Cachoeira

Belo Horizonte

Saudações

Tenho em mãos um ofício remetido pelo m. d. Secretário da Assembléia de 23 de março de 1929, comunicando-me que oportunamente dariam solução ao meu pedido. Já decorrido um ano, e não tendo recebido solução alguma, torno de novo a vossa presença, solicitando a pensão pedida.

Sou empregada desta fábrica a 50 anos. Achando-me bastante doente, sem força para continuar no trabalho, e não tendo recursos que assegurem a minha subsistência, acho muito justo que V. Excelências tomem em consideração este 2º pedido. Confiante na generosidade da Companhia Cedro e Cachoeira, que nunca deixou seus velhos servidores ao desamparo, peço (ilegível) para subscrever.

Fábrica da Cachoeira, 28 de março de 1930

Josephina Carolina Gomes.” (Caixa Box 89 A, MTDMM)

2 TECENDO OS PANOS DE MINAS

*Sobre Madame de Genlis
Transforma, pois, minha filha,
Tua caneta em agulha,
E queima o teu papel,
Precisas de decidir-te
A fiar, e a coser:
Eis a tua profissão.*

Choderlos de Laclos

Este capítulo visa discutir a participação feminina na produção têxtil mineira a partir de meados do século XIX até a instalação das primeiras fábricas têxteis a partir de 1872. Enfatiza-se, no primeiro momento, o fato de que as mulheres, ao longo da sua história, sempre estiveram envolvidas com o ofício de fiar e tecer e, em Minas Gerais, este processo não foi diferente. Fundamentando-se em autores que já se debruçaram sobre o tema da industrialização mineira, e fazendo uso de algumas fontes primárias ver-se-á que a participação das mulheres na produção caseira de tecidos foi significativa. Por meio desse trabalho elas puderam sustentar a família, mas, além disso, desenvolver determinados saberes e habilidades que as tornaram especialistas no ofício têxtil. Mas, como se verá, a concorrência sofrida por esta indústria artesanal em virtude dos produtos industrializados, produzidos por fábricas têxteis nacionais e estrangeiras, terá um impacto profundo no trabalho das mulheres, inserindo-as num processo de proletarização. Processo esse analisado aqui como consequência das dificuldades de muitas mulheres em encontrar trabalho alternativo capaz de promover o sustento a família, mas também em decorrência da fragilidade e do desamparo social no qual elas estavam sujeitas, numa sociedade patriarcal como a sociedade mineira do século XIX. Já no segundo momento, as análises se concentrarão no surgimento da fábrica têxtil capitalista na província mineira, mais precisamente a Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Busca-se aqui delinear de forma mais generalizada a história desse empreendimento têxtil, reforçando que aqui também as mulheres tiveram uma participação na produção têxtil.

Segundo Eric J. Hobsbawm (1979) e Edward Palmer Thompson (1987) foi o algodão o responsável pelo impulso inicial da Revolução Industrial. As primeiras fábricas

surgidas na Inglaterra ainda no final do século XVIII eram destinadas à produção têxtil. Cada vez mais os tecidos e outros produtos têxteis eram oferecidos em maior quantidade e qualidade. Em pouco mais de uma década máquinas como “spinning jenny”¹⁰, o tear hidráulico de Arkwright¹¹ a máquina de fiar de Crompton¹² e o tear mecânico inventado por Cartwright¹³, por volta de anos de 1800, mudaram o cenário da produção industrial.

Porém, na mesma medida em que surgiam, as fábricas demandavam um número cada vez maior de trabalhadores, a maioria mulheres e crianças. Segundo Karl Marx¹⁴ o emprego desta força de trabalho foi favorecido pelo avanço tecnológico que proporcionou máquinas cada vez mais potentes, exigindo muito mais destreza no seu manuseio do que a força física. Segundo o autor:

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. (1971, p.449-450, *apud* NOGUEIRA, 2004, p.10)

Mas o envolvimento das mulheres com a produção têxtil antecede o aparecimento das fábricas capitalistas. Sua história com os fios e os tecidos é algo que remonta a civilizações milenares. Segundo Surellot (1970) desde o Antigo Egito que as funções têxteis estiveram entregues às mulheres. Eram delas as tarefas de colher, tratar, tingir, fiar e tecer o algodão e outras fibras têxteis como a lã e a seda. Surellot ainda argumenta que tais funções se inserem no processo de divisão social e sexual do trabalho que se operou ao longo dos séculos, que delimitou as funções de homens e de mulheres, ficando reservado a estas últimas as tarefas de cuidar, nutrir e vestir. Para a autora a mulher sempre foi vista como produtora, ou seja, “foi criada para fazer filhos, leite para os filhos e, daí todo o resto” (SURELLOT, 1970, p. 27).

¹⁰ Inventada em 1767 por Hargreaves, produzia simultaneamente 8 fios. BDMG. *A indústria têxtil em Minas Gerais: condições e reequipamento*. 1965, p.16

¹¹ Inventado em 1769 tornou possível a produção em massa de fios mais fortes para a urdidura. BDMG. *A indústria têxtil em Minas Gerais: condições e reequipamento* 1965, p.16

¹² Inventada em 1779 por Samuel Crompton. Produzia ao mesmo tempo quatrocentos fios de qualidade superior. BDMG, *A indústria têxtil em Minas Gerais: condições e reequipamento* 1965, p. 16

¹³ Este tear surgiu a partir da necessidade de se dar vazão a grande produção de fios produzidos na fiação. Inicialmente era movido por bois, posteriormente por cavalos e finalmente por máquinas a vapor, criando condições para o desenvolvimento da indústria moderna. Vale ressaltar que o impacto inicial desta máquina foi pequeno, sua popularização só se deu por volta de 1830. BDMG. *A indústria têxtil em Minas Gerais: condições e reequipamento*. 1965, p.16-17

¹⁴ Referência completa da obra: **MARX, K.** *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol I, 1971.

Maria Valéria Junho Pena (1981, p.15) reforça a análise de Surellot ao afirmar que as funções femininas foram justificadas ao longo do tempo a partir da sua condição de ser mulher, ou seja, na sua sexualidade. Assim, ela realiza a identidade que lhe foi imposta, gerando os filhos e cuidando para que se mantenham vivos dentro do espaço doméstico.

De tempos em tempos, ecoa no meio da multidão uma voz, geralmente masculina, lembrando o que é devido às mulheres. Na Grécia Antiga, uma dessas vozes foi a de Platão ao afirmar que “se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho!” (SURELLOT, 1970, p.27). No século XVIII, foi a vez de Chordelos de Laclos, lembrar à sua amiga e também romancista, Madame de Genlis, que a sua profissão era a de fiar e coser, e, portanto a pena e o papel não eram instrumentos propícios a ela: “Transforma, pois, minha filha, tua caneta em agulha, e queima o teu papel, precisas de decidir-te a fiar, e a coser: eis a tua profissão.” (*apud* SURELLOT, 1970, p58). Um século depois, durante uma exposição em Paris em 1867, foi a vez de um delegado operário francês afirmar que o “destino da mulher é a família e a costura (...). Ao homem, a madeira e os metais, à mulher a família e os tecidos” (PERROT, 2005, p.171).

No Brasil e, mais especificamente, em Minas Gerais isso não foi diferente. E a julgar pela considerável produção de tecidos mineira durante o século XIX, é de se acreditar que as mulheres mineiras cumpriram bem a sua sina. Brancas, negras, livres, escravas, ricas e pobres, muitas delas fiaram e teceram para vestir a si mesmas, a sua família e boa parte da população provincial. Desta forma ajudaram também a produzir a riqueza da Província e de um grupo distinto, os proprietários de fábricas têxteis aqui existentes.

Uma amostra da importância do trabalho feminino na produção têxtil doméstica pode ser dada pelo volume das exportações mineiras de tecidos durante a metade da década de 1880. Na TAB 1 Vaz (1990, p. 27) faz um balanço das exportações mineiras no período de 1818 a 1850:

TABELA 1
Exportação de Tecidos de Minas Gerais de 1818-1850

| ANOS | TIPO | QUANTIDADE | |
|-----------|-----------------------|------------|-----------|
| 1818-1819 | Mantas de Algodão | 11.661 | (unidade) |
| | Pano de Algodão | 1.242.543 | (vara) |
| | Toalhas e guardanapos | 16.120 | (unidade) |
| 1839-1840 | Pano de Algodão | 1.023.338 | (vara) |
| | Mantas de Algodão | 679 | (unidade) |
| | Colchas | 714 | (unidade) |
| 1842-1843 | Pano de Algodão | 1.245.179 | (unidade) |
| | Pano riscado | 1.800 | (vara) |
| | Mantas de Algodão | 107 | (unidade) |
| | Mantas de Retalho | 36 | (unidade) |
| | Colchas | 402 | (unidade) |
| 1844-1845 | Pano de Algodão | 909.568 | (vara) |
| | Riscado | 1.014 | (vara) |
| | Trançado | 24 | (vara) |
| | Mantas de Algodão | 7.173 | (unidade) |
| | Colchas | 2.747 | (unidade) |
| | Mantas de Retalho | 36 | (unidade) |
| 1849-1850 | Pano de algodão | 856.602 | (vara) |
| | Riscado | 9.187 | (vara) |
| | Mantas de algodão | 1.740 | (unidade) |
| | Colchas | 3.540 | (unidade) |

FONTE: Bernardo Jacinto da Veiga, Falla, pp. XXIV-XXVIII; Sebastião Pereira Pinto, Relatório, 4-2-1841, mapa nº 5; Francisco José de S. S. d'Andréa, Falla, mapa nº 22; Daniel de Carvalho, Notícia Histórica sobre o algodão em Minas, 1916, p. 26; Rodolpho Jacob, Minas Gerais no XX século, p.36.

A TAB 1 acima se refere a exportação de produtos têxteis ainda na fase da indústria têxtil artesanal caseira, onde a mão-de-obra predominante era a feminina. Desta forma é importante considerar que boa parte do que foi exportado foi resultante do trabalho de muitas mulheres espalhadas pela província mineira. Reforçando ainda mais a importância da participação feminina na economia mineira do século XIX. Vale ressaltar que esta tabela refere-se apenas ao que foi exportado. O volume produzido foi bem maior se considerada a produção para o consumo interno. Segundo Libby (1988) no fim da década 1820 estimava-se que este consumo alcançava algo em torno de 5.800.000 jardas, o equivalente a 5.300.000 metros de tecidos. O autor ainda argumenta que tal produção de tecidos só poderia ser resultante de uma indústria têxtil doméstica amplamente disseminada pela Província, e onde a mão-de-obra feminina era preponderante.

Continuando em sua análise, Libby (1988, p.198) considera que era “frequente as casas onde a totalidade do elemento feminino adulto, isto é, as mulheres livres e as escravas se debruçavam sobre as rocas e teares”. Para este autor a indústria têxtil doméstica, amplamente difundida entre as mulheres, independente da origem social, econômica e racial,

pode ser considerada como meio de nivelamento da sociedade mineira para primeira metade do século XIX, pelo menos no que se refere à população feminina. Essa afirmação de Libby pode ser exemplificada na descrição feita por Tamm (1960) de algumas das atividades diárias de “Dindinha”, apelido dado a Policena Mascarenhas, matriarca da família fundadora da CCC. Na descrição feita por Tamm é perceptível o envolvimento dela juntamente com suas escravas nas tarefas têxteis:

Uma ocasião começou a criar carneiros, e ao fim de pouco tempo já tinha formado um rebanho, do qual fazia periodicamente a tosquia, juntamente com as escravas que separava para isso, e com elas fiava à mão a lã cortada. As negras fiavam também algodão naqueles 12 teares de madeira que havia na fazenda – enquanto ela ficava trabalhando em sua roca, da qual nunca se separara desde criança, tendo-a trazido consigo quando se casara. (1960, p.80)

De fato, quando se olha a fiação e a tecelagem de forma mais isolada, apreendendo-a apenas como uma função feminina é possível ver neste ofício, um traço nivelador como propõe Libby, acima. Mas quando se insere este ofício no contexto social, econômico e cultural mais amplo, há que se olhar com certa reserva este nivelamento. Isto porque, vistas numa perspectiva mais abrangente, as mulheres não se relacionavam com as rocas e os teares da mesma maneira.

No século XIX as mulheres possuíam condições sociais e econômicas diferentes. D. Policena Mascarenhas, mulher branca, casada, fazendeira, dona de uma riqueza considerável, proprietária das escravas com quem compartilhava o ato de fiar e tecer, o fazia de forma eventual, muito diferente daquelas mulheres que tinham a roca como instrumento de trabalho para a subsistência da família e dividiam o trabalho não com suas escravas, mas com suas filhas, irmãs, avós etc. Estas diferenças sociais se tornam mais evidentes quando se observa que com o declínio da indústria têxtil caseira e a chegada das fábricas de tecidos, serão as escravas libertas, as mestiças e as brancas pobres que se tornarão as operárias das fábricas. D. Policena Mascarenhas se tornará, ao contrário, uma empresária têxtil, proprietária da Fábrica de São Sebastião, cuja administração foi entregue a um dos seus filhos. Em uma correspondência enviada pelo gerente desta fábrica a um de seus irmãos em 25 de agosto de 1888, aonde externa os atropelos que vinha enfrentando com as escravas libertas da fazenda, que se tornaram operárias da fábrica, é possível ver as diferenças sociais nas quais as mulheres estavam inseridas. O seu relato é um testemunho admirável das dificuldades vividas por alguns empresários ao lidar com ex-escravos após a abolição e das condições e das relações de trabalho que essas trabalhadoras estavam submetidas:

[...] Depois que tenho me zangado com as libertas mostrando-lhes a estrada, fazendo-lhes ver que ou hão de trabalhar em regras ou sair; depois que tenho mesmo metido a palmatória em algumas diabas atrevidas, a coisa está endireitando. Estou disposto a isso, e não sofrer desaforo, visto que (...) não querem sair do antigo ninho da preguiça.[...] (Caixa Box 3 A, MTDMM).

Contudo, independente das diferenças sociais, econômicas e culturais, a produção de tecidos em Minas Gerais foi uma atividade essencialmente feminina. Conforme dados apresentados por Concessa Vaz de Macedo, a produção doméstica de fios e tecidos nos anos de 1831 e 1832 gerava ocupação a 28,34 % da população mineira, ficando abaixo somente da agricultura, que detinha o percentual de 34,74%. Da população ocupada na produção de fios e tecidos, a autora informa ainda que 66,96% eram de mulheres livres e 58,89% eram de escravas (MACEDO 2006, p. 220).

Ainda concernente a produção têxtil doméstica, o número de mulheres que se ocupavam da produção de fios era significativamente superior ao das mulheres que teciam. Libby ao estudar os “mappas de população”¹⁵ entre os anos de 1831-1840 informa que das 8.607 trabalhadoras têxteis contabilizadas nestes documentos, 8.257 eram fiandeiras e somente 355 eram tecedeiras. Este autor argumenta que a explicação para tal fenômeno se deve, em primeiro lugar, ao caráter caseiro da produção exigindo mais pessoas ocupadas na fiação do que na tecelagem. E, em segundo, pelo fato do fio se constituir como o único produto de determinados distritos, como é o caso dos distritos de Carmo da Mata e Nossa Senhora das Dores, na região Oeste, Nossa Senhora dos Remédios, na região Metalúrgica-Mantiqueira e Nossa Senhora do Porto, na região Jequitinhonha- Mucuri- Doce, onde não se registrou nenhuma tecedeira, mas havia “centenas de fiandeiras” (LIBBY 1988, p. 201).

Macedo chega às mesmas conclusões quanto ao número de fiandeiras e tecedeiras, atribuindo as causas à base técnica. Tecendo com rocas e /ou fusos, a quantidade de pessoas necessárias para se produzir fios era bem maior que a mão-de-obra necessária para tecelagem. Pode-se ter uma idéia da distribuição das funções masculinas e femininas na produção têxtil doméstica, nas sucessivas etapas da produção têxtil artesanal na TAB 2 elaborada por Macedo (2006, p. 223):

¹⁵ Segundo o autor referem-se a 350 mapas datados de 1831-1832 e 1838-1840 contendo informações sobre a população geral, nascimentos, casamentos e óbitos ou apenas óbitos. Estes mapas contemplam dados de diversas freguesias, julgados, termos, vilas e capelas da Província de Minas Gerais. Esta documentação faz parte do acervo histórico do Arquivo Público Mineiro. Para maiores detalhes ver: **LIBBY, D. C.** *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 27-64

TABELA 2
Composição da População Ocupada na Produção de Fios e Tecidos Segundo o sexo e
Condição Social – Minas Gerais – 1831-1832

| Ocupação | Homens | | | Mulheres | | | Total |
|------------------------------------|--------|---------|-------|----------|---------|--------|--------|
| | Livre | Escravo | Total | Livre | Escravo | Total | |
| Trabalha com algodão e lã | - | - | - | 76 | 4 | 80 | 80 |
| Algodão | - | - | - | 75 | 4 | 79 | 79 |
| Fábrica de lã e algodão | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Descaroçamento e/ou Preparação | - | - | - | 7 | 2 | 9 | 10 |
| Descaroça algodão | - | 1 | 1 | 4 | 1 | 5 | 6 |
| Descaroça | - | - | - | 3 | - | 3 | 3 |
| Abre lã | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 |
| Cardação | 1 | 7 | 8 | - | - | - | 8 |
| Cardador | 1 | 7 | 8 | - | - | - | 8 |
| Cardação e Fiação | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Fia e carda lã | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Fiação | 225 | 89 | 314 | 31.262 | 7.746 | 39.008 | 39.322 |
| Fia | 222 | 87 | 309 | 30.562 | 7.645 | 38.207 | 38.516 |
| Fia linho | - | 2 | 2 | 36 | 2 | 38 | 40 |
| A fiar algodão | 2 | - | 2 | 657 | 94 | 751 | 753 |
| Fia lam e algodão | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Fiadeira em companhias dos pais | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Aprende a fiar | - | - | - | 2 | 5 | 7 | 7 |
| Fia e muda | - | - | - | 2 | - | 2 | 2 |
| Fiar e esmolos | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 2 |
| Fiação e Tecelagem | 22 | 13 | 35 | 289 | 109 | 398 | 433 |
| De fiar e tear panos | 22 | 13 | 35 | 242 | 67 | 309 | 344 |
| Fião algodão e tecem | - | - | - | 25 | 29 | 54 | 54 |
| Fião e tecem algodão e lan | - | - | - | 20 | 12 | 32 | 32 |
| Fiadeira e teceloa | - | - | - | 2 | 1 | 3 | 3 |
| Tecelagem em | 27 | 13 | 40 | 1.948 | 444 | 2.392 | 2.432 |
| Tece | 6 | 1 | 7 | 1.745 | 402 | 2.147 | 2.154 |
| Tece algodão | 1 | - | 1 | 40 | 3 | 43 | 44 |
| Teceloa, tecelã, tecelona, tecelão | 20 | 12 | 32 | 163 | 39 | 202 | 234 |
| Tecelagem e Tintureira | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Tecedeira e tintureira | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Tintureira | - | - | - | 10 | - | 10 | 10 |
| Tintureira, tingideira | - | - | - | 7 | - | 7 | 7 |
| Tingideira | - | - | - | 3 | - | 3 | 3 |
| Cordoeiro | 1 | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Serigueiro | 7 | - | 7 | 3 | - | 3 | 10 |
| Total | 283 | 123 | 406 | 33.597 | 8.305 | 41.902 | 42.308 |

Fonte: Listas Nominativas da População de 1831-32. Banco de Dados: Cedeplar/UFMG.

Nota-se pela tabela acima que a indústria artesanal caseira de tecidos praticada em Minas Gerais em meados do século XIX, se concentrava principalmente nas atividades de fiação e tecelagem. Mesmo havendo a participação masculina esta se deu em número bem menor do que a feminina. No caso da fiação, por exemplo, havia 314 homens entre os livres e os escravos, contra 39.008 mulheres, somadas as livres e as escravas. Esta mesma superioridade feminina acontecia também na tecelagem, onde as mulheres somadas entre as livres e as escravas davam um total de 2.392, enquanto o total de homens nessa ocupação não ultrapassava o número de 40. Chama-se a atenção que na produção artesanal caseira, as mulheres também se responsabilizavam pelo tingimento dos fios e dos tecidos.

Situação contrária acontece na indústria têxtil fabril, onde o número de tecelãs se sobrepõe ao de fiandeiras. No Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro de julho de 1909 a julho de 1913 verifica-se que das 184 mulheres registradas como operárias, 101 delas se ocupavam dos teares, das 83 restantes 40 estavam na fiação, 41 se encontravam na seção de

tecelagem em funções adjacentes como caneleiras e dobradeiras e duas executavam tarefas na sala de panos. Macedo (2006) explica que isso é resultante do processo de mecanização, já que as máquinas de fiar produzem mais, porém exigindo menos trabalhadores. A tecelagem, ao contrário, apresenta uma demanda maior de operários para dar conta da grande produção de fios. Gostar-se-ia de salientar, que segundo os livros de pontos analisados além das alterações quanto ao número de fiandeiras e tecelãs, na indústria têxtil fabril serão os homens que se ocuparão da seção da tinturaria.

Mas a despeito dessa situação, nas fábricas têxteis instaladas em Minas Gerais a partir de 1872 a predominância da mão-de-obra feminina foi uma constante. Ao se dirigir a Assembléia Provincial em 1883, o presidente da Província de Minas Gerais atesta esse fato ao relatar que:

[...] Um dos mais belos frutos da iniciativa individual, entre nós, são as fábricas de tecidos estabelecidas ao norte da província (...). Os brilhantes resultados d'esse nobilíssimo cometimento despertarão, nos municípios vizinhos, o espírito industrial e hoje conta a nossa província nove fábricas que elevam o ao importante algarismo de cerca de 12:000 metros de panos a produção diária, e dão trabalho profissional e lucrativo a 700 operários, a máxima parte do sexo feminino [...]. (Antônio Gonçalves Chaves, 1883)¹⁶

Na Fábrica do Bom Jesus d'água Fria é relatado por um informante que dos 140 operários existentes na fábrica na década de 1880, 80 deles eram mulheres. Em Beri-Beri, havia em 1883, 130 operários dos quais 110 do sexo feminino, com idade entre 10 e 30 anos. (LIBBY, 1988, p.235-236). Em dados apresentados por Ana Paula Mendonça de Resende (2003, p.63), referentes a Cia. Industrial São Joanense, entre os anos de 1897 a 1900 as mulheres corresponderam com mais de 80% da força de trabalho.

Na Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, as mulheres estiveram presentes desde o início das atividades da Fábrica do Cedro. Contudo elas foram chegando aos poucos. Segundo os registros no primeiro livro de ponto da Fábrica do Cedro datado de 1873 a 1878, havia na primeira semana de janeiro de 1873, 19 operários registrados, dos quais 4 eram mulheres. Tratava-se de Joaquina Venância, sua escrava Inocência, Anna Arcanja e sua escrava Delminda. A partir da semana seguinte, o nome de Anna Arcanja, desaparece dos registros da fábrica, permanecendo até o final de 1873 somente as três restantes. Ao que tudo

¹⁶ Fala de Antonio Gonçalves Chaves, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipografia do Liberal Mineiro, 1883. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/index.html>

indica Anna Arcanjo retirou-se deixando ainda por lá a sua escrava. Esta situação irá permanecer, segundo o mesmo documento até 1875, quando é registrada a entrada de outra operária de nome Emerenciana.

É somente a partir de 1878 que o número de mulheres se torna mais significativo em relação ao total de operários registrados. Na semana de 3 a 10 de março de 1878, o livro dá conta de 50 operários, sendo que 27 deles eram mulheres.¹⁷ O livro não informa a idade e a função dessas operárias, dificultando o conhecimento dessas informações. Outros livros semelhantes analisados indicam que a porcentagem entre homens e mulheres, dentro da Fábrica do Cedro, se manteve equiparada, até o início da década de 1880, quando então as mulheres se tornam majoritárias em relação aos homens pelo menos até 1940, último livro de ponto analisado.

O GRAF 1 a seguir possibilita visualizar a progressão numérica de mulheres e homens no período de 1873 a 1932 na Fábrica do Cedro:

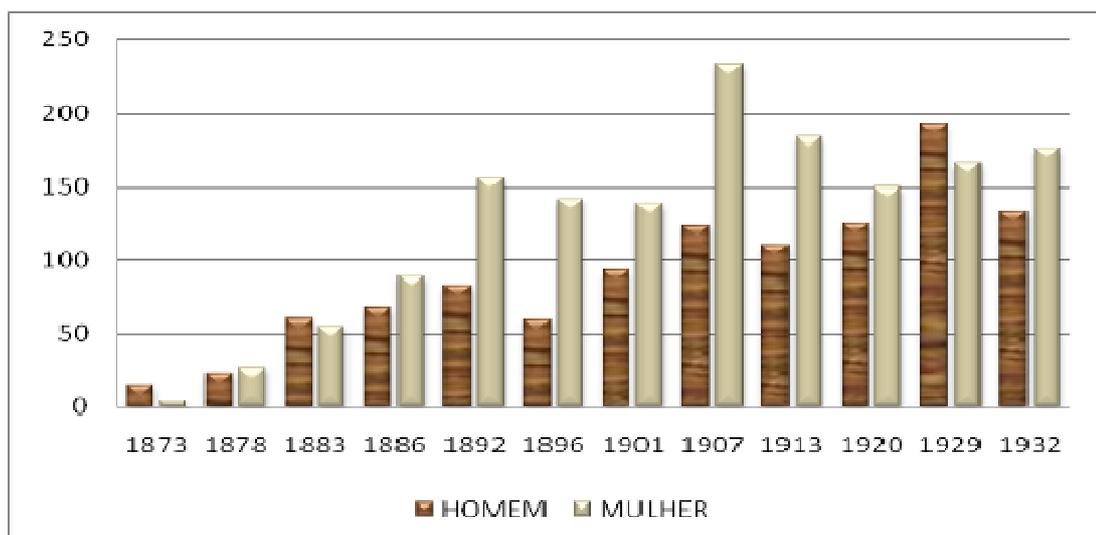


GRÁFICO 1: Número de Mulheres em Relação aos Homens na Fábrica do Cedro - 1873-1932
Fonte: livros de ponto e de pagamento da Fábrica do Cedro – MTDMM

Com relação ao GRAF 1 observa-se que nos anos de 1873 a 1883 houve uma ascensão do número de trabalhadores de ambos os sexos, mas a partir de 1886, o número de operárias se sobrepõe ao de operários, tendência que permanecerá, pelo menos até 1917. Percebe também que em 1929 houve uma inversão numérica quanto aos sexos que segundo

¹⁷ Libby (1980, p. 243) analisando o mesmo documento apresenta dados com algumas diferenças. De acordo com esse autor havia em 1878, 51 operários regulares, sendo 32 mulheres e/ou meninas e 19 homens e /ou meninos. Atribui-se a diferença de dados ao período do ano analisado pelo autor, pois o documento em questão é organizado por semanas de trabalho, ocorrendo pequenas variações entre uma semana e outra.

análises dos livros de pontos, decorreu do aumento de funções técnicas, ligadas a modernização tecnológica da fábrica, cuja mão-de-obra empregada era masculina. Na década de 1930, as mulheres voltam a ser maioria, porém a diferença entre a quantidade de homens e mulheres se reduz.

O surgimento das fábricas têxteis, segundo Libby (1988) foi um dos fatores de desestruturação da indústria têxtil doméstica. O produto têxtil doméstico não conseguiu concorrer no mercado com o produto industrializado, fosse ele nacional ou importado, pois era mais barato e, muitas vezes, de melhor qualidade. Quanto mais se ampliava o maquinário das fábricas, mais atrofiada se tornava a produção têxtil doméstica e menor era a renda familiar dessas artesãs. Diante desse contexto as mulheres ocupadas com a fabricação de tecidos se viram obrigadas a procurar novos meios de participar ou até mesmo sustentar os gastos familiares.

Entretanto, a fábrica não se constituiu como a primeira, nem como a única opção de trabalho para a mulher durante algum tempo. Uma carta recebida pelo Superintendente da CCC em 26 de abril de 1892 elucida o que esta sendo dito:

[...] Tenho a participar de que as três senhoras para as quais aí pedi emprego nessa fábrica só vai uma que já tem alguma prática desse serviço, deixando de ir as outras pela razão seguinte: uma dessas senhoras é tia de que vai e tem uma filha de idade de 12 anos e supunha encontrar aí um emprego de cozinheira e então poria a filha empregada na fábrica, mas visto o cômodo que há ser só no convento, ela deixa de ir porque entende que não se ajeitará com o serviço da fábrica [...] (Caixa Box nº 11 – MTDMM).

Neste caso a ex-futura operária informa, por meio do correspondente, que busca outras maneiras de ganhar a vida, empregando-se como cozinheira, diante da impossibilidade disso ocorrer, ela então deixa clara a sua “inaptidão” para o trabalho fabril.

Numa economia diversificada, voltada principalmente para a produção de gêneros destinados a subsistência e ao comércio, era possível encontrar outras formas de sobrevivência além da fábrica. Libby (1988, p.356) considera que esse setor era capaz “de reter enormes contingentes de mão-de-obra que em outras circunstâncias poderiam se encontrar marginalizadas ou desamparadas”. Surellot (1970) ao analisar o processo de proletarização feminino na França do século XIX, argumenta que, semelhante a operária da carta acima, as mulheres francesas também buscaram no trabalho de domésticas, de jardineiras e nas alternativas de trabalho autônomo em casa, formas que pudessem afastá-las da fábrica. Mas de acordo com essa autora a miséria acabou por minar as esperanças de

muitas delas. Ficou cada dia mais difícil resistir à fábrica, afirma Surellot, principalmente porque os salários oferecidos ali superavam, muitas vezes, o que se poderia conseguir trabalhando em casa. Essa resistência fica mais difícil quando se associa ao salário, a moradia e a “proteção” como foi o caso de muitas fábricas brasileiras e mineiras. Sobretudo quando se junta a esses elementos, o fato da própria família, muitas vezes, encaminhar as moças e as mulheres para o trabalho fabril. Uma carta endereçada ao superintendente da CCC em 22 de setembro de 1890, escrita por um tio pedindo emprego e proteção da fábrica para uma sobrinha órfã exemplifica esta situação:

[...] Tenho uma sobrinha órfã de pai e mãe, a qual acha-se em meu poder, e peço-lhe a sua valiosa proteção arranjando-me um lugar para ela no Convento e bem assim um emprego na fábrica [...] (Caixa Box nº 18 A, MTDMM)

Libby (1988) considera que a mulher se constituiu na parcela mais “exposta” ao processo de proletarização, para quem ele chegou de forma mais contundente. Desamparadas social e economicamente, elas acabaram tendo que se render às fábricas têxteis. Os homens, ao contrário, puderam encontrar alternativas no trabalho agrícola, principalmente nas fazendas de café que começavam a se intensificar em Minas Gerais, em meados do século XIX.

Mas há que se pensar que o final do século XIX ainda se caracteriza por uma sociedade patriarcal. Carole Pateman (1993) ao definir o que seria patriarcalismo, argumenta que há três maneiras de defini-lo. A primeira seria o que a autora denomina de “patriarcado tradicional”. Este modelo se fundamenta no poder que emana da figura paterna e tem na família patriarcal a sua base. O segundo modelo de patriarcado é definido pela autora como “patriarcalismo clássico”, onde os filhos já nascem submetidos aos pais inclusive em termos políticos. Já a terceira forma de patriarcalismo é denominada por Pateman como “patriarcalismo moderno”. Nessa acepção o patriarcalismo é estabelecido de forma fraternal e contratual, oferecendo uma base estrutural ao capitalismo. Neste modelo a sociedade não se funda no poder paterno e nem nas relações entre pais e filhos. Concretiza-se e ganha forma no poder dado aos homens enquanto homens, ficando as mulheres subordinadas a eles enquanto tal, e não somente na figura do pai.

Pena (1981, p.14) observa que “é da relação patriarcal que o homem emerge como o “principal ganha pão” familiar, a mulher como uma trabalhadora complementar e a reprodução da família como seu principal e natural campo de atividades. Ela ainda deixa claro que a submissão da mulher ao homem não é consequência do capitalismo, mas nesse, ela se

tornou mais “virulenta e devastadora”. Ainda de acordo com esta autora, o patriarcalismo tem sua legitimação e constituição garantida pelo ordenamento jurídico. Segundo o decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890¹⁸, citado por esta autora, a mulher se constituía em mera auxiliar do homem na gestão da família. O Código Civil de 1916 reforça em seu artigo 240 o que estava previsto no decreto citado atrás e acrescenta que a mulher casada “assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família” (PENA, 1981, p. 146). O marido era considerado o chefe da “sociedade conjugal”. Segundo Bevilacqua¹⁹ (1965) “esta adoção do nome a que a lei deu guarida (...) deve ser compreendida como exprimindo a comunhão de vida, a transfusão das almas dos dois cônjuges” (*apud* PENA, 1981, p. 146). Conforme Pena (1981, p. 146-147) “este artifício jurídico procura apagar a história individual da mulher, seu nome que representa seu passado e sua identidade pelo qual ela aprendeu a se reconhecer: das mãos do pai às do marido, ela não possui uma história.” Além disso, o Código Civil, em seu artigo 242, dizia que:

a mulher não poderia, sem autorização do marido, aceitar ou repudiar herança ou legado, ser tutora ou curadora, exercer profissão, litigar em juízo civil ou comercial (senão na reivindicação de bens comuns, doados pelo cônjuge), contrair obrigações que implicassem em alienação de bens do casal ou aceitar mandatos. (PENA, 1981, p.147)

Enfim o lugar da mulher era na família sob o julgo do homem. Segundo Pena o pai, o marido, o irmão e os filhos mediavam as relações entre as mulheres e o domínio coletivo da sociedade. Mas há que se pensar que nem todas as mulheres se casavam, muitas delas ficavam viúvas e outras tantas eram órfãs. O que pensar da vida das mulheres sozinhas diante desse cenário. Ainda de acordo com Pena:

A submissão de uma mulher ao marido era quase total: o controle da propriedade era masculino, a mulher não podia trabalhar sem uma autorização expressa do marido, as crianças era legalmente propriedade deste, o acesso à educação era restrito e o direito ao voto não era reconhecido. Se concordarmos que a cidadania burguesa está fundada no direito à propriedade, à educação, ao trabalho e ao voto, reconhecemos a validade da afirmação de consistir a mulher numa cidadã de segunda categoria. (1981, p.117-118)

¹⁸ Decreto Federal que institui e estabelece as regras do casamento civil no Brasil.

¹⁹ Referência completa da obra: **BEVILACQUA**, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil: comentários*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1965

Como forma de exemplificar como isso se dava no cotidiano das relações sociais no período chama-se atenção para o fato de que muitas mulheres viúvas, com o falecimento do marido passavam a ser identificadas com o nome do marido antecedido da palavra “viúva”. Como foi o caso de Amélia de Macedo Guimarães, esposa de Bernardo Mascarenhas, que em virtude da morte do marido em 1899, passa a ser reconhecida como a “Viúva Bernardo Mascarenhas”. Outro exemplo pode ser dado por uma carta de 12 de outubro de 1872, escrita por Antônio Cândido e endereçada à Clara, uma viúva que deseja de quitar as dívidas deixadas pelo marido, teve o seu ato abonado por um homem:

[...] Minha prezada e respeitável senhora. Propõem-me vosmecê (...) obrigar-se pelo que me ficou a dever o seu finado marido[...] Venho agora lhe satisfazer nesse pedido. O Sr. Gonçalves Pereira lhe entregará a cláusula com o requerimento e meu recibo de quitação e vósmeccê assinará a nova cláusula, que vai passada, na qual (...) o Sr. Cassimiro José do Vale deverá assinar como abonador e principal pagador. (...) Faça-lhe isto só para lhe poupar incômodos, e me irá pagando comodamente, aos poucos, se não quiseres pagar tudo de uma só vez. Em todo o caso em oito meses deverá ser concluído o pagamento [...]. (Livro copiador de cartas Antônio Cândido Mascarenhas 1869-1872, p. 382 - MTDMM)

A importância social dada ao “marido” pode ser vista do mesmo modo em outra missiva escrita pelo gerente da Fábrica de São Sebastião cujo depositário é o seu irmão Caetano Mascarenhas:

[...] A chamado de nossa mãe veio uma Augusta que aí reside, e sem marido buscar uma irmã que aqui residia como empregada da fábrica.[...] Do saldo de suas contas tem esta menina aqui a quantia de 94.350. Não quis entregar esta quantia a sua irmã porque não a conheço e peço-te para lá fazer este pagamento de maneira que fique seguro o dinheiro da menina. Para entregá-la esse dinheiro também não me pareceu bom porque é menor e foi mandada para aqui por intermédio da Babita. [...] (18/07/1893- Caixa Box nº 3 A – MTDMM, grifo nosso)

Destaca-se aqui a relevância dada pelo autor da carta a ausência do marido da Augusta, conforme suas próprias palavras: “veio (...) e sem marido”. Ressalta-se também a forma pejorativa em que se referiu a visitante “uma augusta” e a desconfiança que externou quanto a ela. É certo que a preocupação em assegurar o dinheiro da operária, que segundo consta é menor, é justa e licita. Mas o que se ressalta aqui é a maneira como o gerente se referiu a suposta irmã considerada, como já dito, pejorativa e até mesmo desrespeitosa. Há

que se pensar se esta situação seria diferente se a Augusta estivesse acompanhada de um “marido”.

Mas como afirmou anteriormente Pateman (1993), na sociedade capitalista moderna o patriarcado se fundamenta na subordinação da mulher ao homem, seja ele pai, irmão, marido ou patrão. E avalia-se que seja neste cenário econômico, social e até mesmo político que deve ser compreendido o processo de proletarização feminina. Foi lidando com a pobreza, sob uma condição de fragilidade e desamparo social e submetidas a uma dominação masculina, que as mulheres trilharam o seu caminho no trabalho. E quando viram ruir uma das principais atividades econômicas com as quais ajudaram a sustentar a família, e sem muitas alternativas, foram obrigadas a se sujeitar ao trabalho fabril. E estando lá se viram diante da mesma submissão ao poder masculino, como se verá ao longo do capítulo.

Libby considera que esse processo foi lento e gradual, porém irreversível. Para Surellot (1970) tentar resistir a proletarização foi uma batalha desesperada das mulheres pela manutenção de tudo aquilo pelo qual foram educadas, ou seja, a família, os filhos e o trabalho realizado em casa. Segundo essa autora “uma luta patética, porque desde o início perdida, contra o maquinismo” (1970, p.63). Talvez por isso, mesmo sendo o grupo mais “exposto” ao processo de proletarização, como afirmou Libby (1988), elas tenham chegado às fábricas depois dos homens. Segundo Surellot a revolução Industrial:

Foi, em primeiro lugar, caracterizada pela invasão de quase todas as profissões que, até então, eram femininas, pelos homens. Nos primeiros tempos, os homens partem sós, deixando em casa a mulher vigiando os filhos e a vaca, encarregada da terra e da subsistência, por todos os meios, esperando o dinheiro que o pai enviará (...). Mas muito em breve, a maior indústria do momento, a indústria têxtil (...), vai chamar as mulheres às oficinas, assim como as crianças. (1970, p. 82)

Vale reforçar que no caso da CCC as mulheres foram chegando aos poucos, demorando uma década para se tornarem majoritárias dentro da Cia. As investigações de Cristiane Maria Magalhães (2006) indicam que processo semelhante se deu na Companhia União Itabirana. Segundo esta pesquisadora, e de acordo com os dados oficiais em 1886, as mulheres representavam cerca de 20% da mão-de-obra desta fábrica, sendo o restante composto por homens e meninos. Magalhães (2006, p.77) considera que somente a partir de 1903, ou seja, após quase 20 anos da fundação da fábrica, as mulheres superaram quantitativamente a mão-de-obra masculina, mesmo assim com uma pequena diferença, pois de um total de 63 operários, 32 eram do sexo feminino e 31 pertenciam ao sexo masculino.

Diante de tudo isso é possível imaginar o quanto deve ter sido difícil para elas o processo de tornarem-se operárias. Primeiro tiveram que aceitar o fato de sair do espaço doméstico para conseguir a sua sobrevivência e a da família. Afinal, foi tudo para o qual elas sempre foram educadas. Mas, conscientes da necessidade do trabalho, tiveram que travar uma luta contra a relação de dominação a qual estavam submetidas para conseguir sair de casa e enfrentar o trabalho na fábrica, a princípio lugar de homem. Já dentro da fábrica passaram pelo aprendizado do trabalho, enfrentando as novas máquinas com as quais ganhariam o salário. E por fim, se tornarem operárias no cotidiano dessa instituição masculina, dominada por homens, cujas relações insistiam em colocá-las no seu lugar de mulher e a tratá-las de forma desigual. Ou seja, “a mulher é, e deve continuar a ser, inferior; por conseqüência receberá um salário menor e ser-lhe-ão distribuídos trabalhos de pouca importância” (SURELLOT, 1970, p. 93). Neste sentido Margareth Rago argumenta que:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens - como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem “um bom partido” para casar e assegurar o futuro. (1997, p.583)

É importante ressaltar que além de tudo isso, o processo de proletarização feminino, implicou para as mulheres a perda do domínio que construiriam acerca do ofício têxtil artesanal. Consideradas fiandeiras e tecedeiras por “natureza”, o trabalho de fiar e tecer foi, desde sempre, depositado nas mãos femininas. Tanto tempo nesse ofício, permitiu a elas, conforme dito por Macedo (2006), desenvolver saberes e habilidades fazendo delas verdadeiras profissionais da produção têxtil artesanal. Mesmo atuando em família, puderam organizar o processo produtivo, com alguma autonomia para controlar seu tempo e sua produção. Além disso, muitas detinham a posse dos instrumentos de trabalho como as rocas ou os fusos e algumas possuíam teares. As fábricas promoveram uma nova recomposição do trabalho, agora chefiado pelo pai, promovido a chefe de equipe de fiação e dono do salário. A mulher e os filhos assumem a posição de auxiliares no trabalho e na subsistência da família. (PERROT, 2005, p.228).

O saber acumulado ao longo do tempo, os meios e os instrumentos para a produção de tecidos bem como toda a organização dessa produção saíram das mãos das mulheres e passaram para as fábricas. Mas, acima de tudo passaram para as mãos dos homens. Alguns desses saberes foram explicitados em um relatório elaborado por um membro da comissão do trabalho feminino na França na década de 1920, onde dá o seu parecer sobre as “qualificações” femininas que as habilitavam para o trabalho nas fábricas capitalistas:

As mulheres (...) não são constituídas para efetuar trabalhos onde a força muscular desempenha um papel importante, não devem se entregar a ocupações que exigem um esforço prolongado. Contrariamente, elas se distinguem pela sua coragem, sua habilidade nos trabalhos que requerem uma grande sensibilidade motora, movimentos rápidos e precisos. A mulher, além disso, é econômica, previdente por natureza, e mesmo ávida de ganho: um pequeno ganho suplementar é suficiente, às vezes, para fazê-la trabalhar acima de suas forças (MACEDO, 1985, p. 39).

Habilidade motora, movimentos rápidos e precisos, avidez e disposição para trabalhar “além das suas forças” são características femininas, que longe de serem “naturais”, resultam de muito trabalho na lida diária para sustentar a família. Para Macedo (1985, p.39). o capitalismo “não fez mais que trazer à luz essa realidade escondida no interior das unidades familiares.”

Desta forma as mesmas características que possibilitaram a ela o domínio de seu ofício de artesãs têxteis e que de acordo com Macedo (1985) as distinguiu dos trabalhadores homens, parecem ter sido as mesmas que contribuíram para sua entrada nas fabricas têxteis. Porém servindo para inseri-las numa situação de dupla exploração ao mesmo tempo como mulheres e operárias.

De conhecedoras e especialistas de um ofício as mulheres entraram na fábrica como auxiliares. Importantes sim, mas de caráter secundário. Semelhante a um poema publicado no jornal A Rua²⁰: “As mulheres preenchem os intervalos da conversação e da vida – como as aparas de papel de que se enchem os caixões de porcelana: o seu valor é nenhum, mas sem elas a louça se quebraria.” Como as aparas, a mulher em si não tem valor, seu valor só é reconhecido a partir de sua função, e, diga-se de passagem, de aparar, de cuidar. Funções importantes, mas de caráter secundário. Metaforicamente seu valor só existe em relação ao homem, a família e aos filhos.

²⁰ Jornal A Rua, nº16, Villa de Paraopeba, 9/11/1916.

Todavia como afirmou Macedo (1985), a despeito de tudo disso as mulheres foram capazes de surpreender. Trabalhadoras, foram capazes de conquistar seu lugar na fábrica, fazendo uso do talento que desenvolveram ao longo do tempo, mesmo que isso tenha se dado de forma velada e de ter sido pouco valorizado pelo capitalismo. Nesse sentido fica aqui uma indagação sobre o quanto do saber feminino foi incorporado ao seu trabalho diário nas fábricas e, no entanto, não foi remunerado.

2.1 O negócio das fábricas: a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Bernardo Mascarenhas, industrial e republicano convicto, o idealizador e um dos fundadores da Fábrica do Cedro, a primeira fábrica de tecidos que deu origem a CCC, assim se referia à indústria, no final do século XIX:

Se a nossa Província tivesse umas 20 fábricas bem colocadas, por certo que estaria em condições mais vantajosas nas suas finanças e progresso, pois os milhões de metros de fazenda que fossem fabricados seriam consumidos na Província, lançando fora dos mercados as ordinárias drogas européias, e assim deixar-se-ia de exportar bons milhares de contos por ano, que, ficando na Província, dariam grande impulso à lavoura e ao comércio, e à indústria, tríplice base que faz a grandeza, o progresso e a independência das nações. (*apud* MASCARENHAS, 1954, p. 56)

Nesta citação é possível perceber o traço nacionalista e capitalista que caracterizavam alguns desses industriais republicanos, bem como o papel que a indústria representou para esse grupo.

De fato, mesmo tendo seus primeiros contornos delineados ainda no início do século XIX, foi a partir da década de 1870 que o processo de industrialização no Brasil se expandiu e se fortaleceu impulsionado principalmente pelo algodão. Os ares republicanos já começavam a soprar e nas palavras de Stanley J. Stein (1979, p. 97) “a indústria democrática apontava o caminho da modernização e revitalização do Brasil. Só ela, pensavam alguns brasileiros, poderia trazer felicidade para o trabalhador e aumentar o capital dos investidores”.

A partir de 1870, muitas fábricas de tecidos foram criadas e muitas já instaladas conseguiram ampliar seu capital e sua produção. Fortalecida, a indústria têxtil se inseriu no período republicano como o próprio símbolo da modernidade e do progresso. E nada melhor que as fábricas com suas chaminés enfumaçadas para simbolizar esse ideário. Sem dúvida, a

industrialização significou para os “modernos republicanos” o caminho para aproximar o Brasil do modelo capitalista da Europa e dos Estados Unidos. De acordo com Neves (2003) o apoio desse ideário era o desejo de formar uma nova sociedade mais racional, civilizada, bela, disciplinada, higiênica e ordeira.

A indústria capitalista contribuiu para inaugurar uma nova racionalidade e, por conseguinte, uma nova ordem com novas regras do jogo e novas disciplinas (PERROT, 1988). Ordem e disciplina que podem ser compreendidas nesta observação feita por Mascarenhas na seguinte citação:

Imaginemos, agora, há um século, em pleno sertão de Minas, onde ninguém poderia sequer vislumbrar o que significava o trabalho industrial, a transformação que se deveria operar em cada trabalhador para dotá-lo dos conhecimentos necessários ao exercício de sua função, à proteção das máquinas, a de sua própria pessoa contra acidentes; fazê-lo compreender e aceitar a disciplina. Transformá-lo em trabalhador da indústria, disciplinado, diligente, cômico de seus deveres e apto a cumpri-los, eis o grande trabalho a ser executado daí por diante, pelos dirigentes da Fábrica do Cedro. Dessa transformação dependia a utilização do maquinismo e a eficiência com que os trabalhadores desempenhariam suas funções. (1972, p. 66)

Em Minas Gerais, as primeiras experiências de uma produção têxtil fabril ocorreram em meados da década de 1850. Em 1838 por iniciativa de Antônio Luiz d’Avelar foi fundada a Companhia Mineira Industrial. Mas tal empreendimento não gerou frutos e por volta de 1840 já apresentava sérios problemas financeiros e de mão-de-obra, e ao que tudo indica encerrou suas atividades pouco tempo depois. Por volta de 1850 uma segunda fábrica denominada de Cana do Reino foi fundada por dois ingleses, Pigot e Cumberland. Localizada no Município de Conceição do Serro, esta fábrica estava mais bem equipada que a anterior, possuía dois filatórios com 240 e 60 fusos respectivamente, além de uma carda, 5 descaroadores, uma urdideira, um tear mecânico, um caneleiro, três máquinas de tornar ferro e uma de furar (GIROLLETTI, 1991). Apesar de receber ajuda governamental esta fábrica também não prosperou. O vice-presidente da Província, Francisco Leite da Costa Belém, em relatório encaminhado à Assembléia Provincial em 1874, considerou que o encerramento das atividades da Cana do Reino se deu em virtude da falta de pessoal habilitado para o trabalho, das dificuldades da empresa em contratar um técnico estrangeiro, além de empréstimos onerosos. Segundo Libby (1988, p.224), a Cana do Reino foi uma fábrica mal administrada e, “nunca passou de uma pequena filatória que contratava a tecelagem por fora, aproveitando a indústria doméstica já existente” e complementa “ao longo de sua agoniada existência, a Cana

do Reino fora um fiasco e quase uma falsa indústria”. Tudo indica que esta fábrica foi fechada no início da década de 1870.

Mas em 1872, este cenário começa a mudar. É neste período que tem início as atividades da CCC. A sua história se insere num período significativo de expansão da indústria têxtil fabril nacional. Esta ampliação, de acordo com Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (2006, P.161), se deu pela junção de diversos fatores como: a expansão monetária ocorrida durante a Guerra do Paraguai; a manutenção das tarifas de importação combinadas com uma valorização cambial, colocadas em prática logo depois da guerra, e a retração das exportações brasileiras do algodão devido o retorno da produção desta cultura agrícola por parte dos Estados Unidos, favorecida pelo fim da Guerra Civil naquele país. Este processo acarretou um aumento das reservas internas de matéria-prima têxtil, que com preços baixos atraiu mais investimentos na área. Houve verdadeiramente uma “epidemia de fábricas” resultante do *boom* expansionista iniciado neste período. Segundo dados apresentados por Vaz (1990) de 1872 a 1896 cerca de 30 fábricas foram fundadas em Minas Gerais, conforme pode ser verificado no QUADRO 1 elaborado a partir dos dados apresentados por este autor:

QUADRO 1
Fábricas de Tecidos Instaladas Em Minas Gerais Entre 1872 e 1900

(Continua)

| DENOMINAÇÃO | DATA | LOCAL | CAPITAL | Nº TEARES |
|-------------------------|------|------------------|-----------|-----------|
| Cedro | 1872 | Taboleiro Grande | 150:000\$ | 18 |
| Brumado | 1872 | Brumado | 150:000\$ | 40 |
| Machado | 1875 | Machado | * | * |
| Cachoeira | 1877 | Curvelo | 600:000\$ | 50 |
| Bom Jesus da Água Fria | 1881 | * | 233:000\$ | 50 |
| Sabarense | (1) | Sabará | 250:000\$ | 48 |
| Filatório Montes Claros | (1) | Montes Claros | 150:000\$ | 40 |
| Cassú | (1) | Uberaba | * | * |
| Itabirana | 1884 | Itabira | 160:000\$ | 28 |
| Bery-Bery | 1884 | Diamantina | 300:000\$ | 40 |
| São Sebastião | 1884 | Curvelo | 189:500\$ | 40 |
| São Silvestre | 1885 | Viçosa | 200:000\$ | 50 |
| Cachoeira de Macacos | 1886 | Sete Lagoas | 600:000\$ | * |
| Mineira | 1886 | Lavras | 500:000\$ | 176 |
| Mascarenhas | 1888 | Juiz de Fora | 600:000\$ | 60 |
| Pedreira | 1888 | Itabira | 200:000\$ | 65 |
| Mascarenhas | 1888 | Alvinópolis | 500:000\$ | 136 |
| Santa Bárbara | 1888 | Buenópolis | 400:000\$ | 78 |
| São Roberto | 1888 | Gouveia | 500:000\$ | 60 |
| Industrial Mineira | 1889 | Juiz de Fora | 600:000\$ | 1000 |
| Santanense | 1891 | Itaúna | 600:000\$ | 215 |
| São Joanense | 1891 | São João Del Rey | 300:000\$ | 100 |
| Pitanguense | 1893 | Pitangui | 600:000\$ | 200 |
| São Domingos | 1894 | Santa Bárbara | * | * |

| | | | | |
|------------------|------|-------------|-----------|----|
| Jequitahy | 1895 | Jequitahy | 250:000\$ | * |
| Santa Bárbara | (2) | Curumatahy | * | 75 |
| Pérpetua | (2) | Diamantina | * | 15 |
| Itinga | (2) | Itinga | * | 48 |
| Itabira do Campo | 1896 | Itabirito | 100 | |
| Melancias | (3) | Sete Lagoas | * | 38 |

Notas: (1) A fábrica existia antes de 1883, já que é citada no relatório do presidente da Província, Antônio Gonçalves Chaves, em 2/08/1883

(2) A fábrica existia antes de 1896, já que é citada no artigo de Catão Gomes Jardim. A região diamantina – suas riquezas naturais e seus recursos. *Revista Industrial Mineira*, Ouro Preto, 15/03/1896, nº17, p. 181/191

(3) A fábrica existia antes de 1897, conforme *Revista Industrial Mineira*, 30/10/1897, nº22, p.72

* os dados não constam do original

Fonte: Vaz. A.M. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar – 1883-1987*. Belo Horizonte: Cedro Cachoeira, 1990, p.25.

Tal expansão não passou despercebida entre os fundadores da CCC, e foi assim descrita por Caetano Mascarenhas por meio de uma carta escrita em 11 de novembro de 1886 cujo destinatário era o seu irmão, gerente da Fábrica do Cedro:

[...] Diga como vai isso por ahi. Já deveis saber que o José João formou Companhia para assentar uma fábrica de tecidos na freguesia do Pau Grosso, e me parece que já há por lá subscritos 150:000.000 e tratam de tirar aguada da fazenda de São Vicente. Assentamento de máquinas é epidemia por agora [...]. (Caixa Box nº11, MTDMM)

A sociedade Mascarenhas & Irmãos foi fundada em 1868, pelos irmãos Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas com a finalidade de instalar uma fábrica de tecidos. Depois de organizar o capital, escolher o lugar, comprar e instalar as máquinas e fazer as primeiras contratações de operários os três irmãos conseguem por em funcionamento a Fábrica do Cedro no dia 12 de agosto de 1872, localizada no Povoado do Cedro, pertencente ao Arraial de Tabuleiro Grande, Freguesia de Sete Lagoas. Como muitas outras fábricas fundadas no Brasil no mesmo período, era uma empresa familiar, viabilizada pelo capital oriundo de suas atividades no setor agrário, comercial e financeiro. Segundo Vaz (1990, p.43). a associação de capital agro-comercial-financeiro, como foi o caso dos irmãos Mascarenhas, pode ser considerada como inédito para a época, já que segundo ele a maioria dos estabelecimentos industriais fundados no Brasil não contou muito com capital originado de transações financeiras e sim agrárias e comerciais.

Foi a pioneira no setor têxtil em Minas Gerais, se aventurando numa atividade que não despertava confiança aos fazendeiros e comerciantes mineiros, principalmente depois do fracasso da fábrica Cana do Reino. Acrescido a isso, foi instalada numa região rural, afastada

de tudo, com escassez de mão-de-obra qualificada, já que a maioria da população vinha de atividades agrícolas ou comerciais. E ainda sem infra-estrutura de estradas que facilitassem o transporte de produtos, maquinários, matérias-prima e outros produtos do gênero. Isso sem mencionar o desafio de enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros, que já tinham um mercado consumidor cativo, principalmente nas áreas urbanas mais desenvolvidas.

Regina Horta Duarte (1986) descreve o povoado do Cedro como um lugarejo pequeno, de baixa densidade demográfica onde predominava as atividades agro-pecuárias pouco desenvolvidas e com mecanização precária. Tratava-se de uma região pobre cujo domínio político era exercido pela Família Mascarenhas. Proprietários de grande extensão de terra e, agora, de fábrica de tecidos.

Mas, inserida em uma região produtora de algodão e sem sofrer concorrência em seus primeiros anos, a Fábrica do Cedro prosperou de forma a se consolidar na região. Nas palavras de Vaz:

Operando por quase 10 anos sem concorrência, puderam impor livremente o preço de seus produtos, além de estabelecerem uma base segura de dominação de mercado, que permitiu que sua zona de influência não fosse seriamente afetada, quando a concorrência de outras fábricas instaladas na região se manifestou. Assim, uma decisão econômica, que, à primeira vista, parecia conter todas as características de inviabilidade, mostrou-se eficaz e, se não podemos afirmar categoricamente que ela tenha sido a causa do sucesso do empreendimento, é lícito suspeitar que contribuiu para sua rápida consolidação. (1990, p.50)

O impacto que a Fábrica do Cedro causou na economia local foi grande, gerou um número considerável de novos empregos, trouxe dinheiro para região, novos recursos e, com estes, estradas e infra-estrutura para a localidade (DUARTE, 1986). A euforia causada por tal empreendimento levou Nelson Senna em 1913 a comparar a Villa de Paraopeba, antiga Tabuleiro Grande, as cidades de Manchester, na Inglaterra e Lowell, nos Estados Unidos. Segundo ele:

O Município de Villa de Paraopeba (...) é dos distritos mais industriais de Minas e do Brasil inteiro. Nele formiga uma legião de operários, como se fosse uma região de manufaturas de panos, como Manchester, na Inglaterra, ou como Lowell, nos Estados Unidos da América do Norte. (1913, p.595)

Instalada inicialmente com 18 teares adquiridos nos Estado Unidos, acionados por uma roda d'água de 40 cavalos de potência (GIROLLETTI, 1991, p.24), a Fábrica do Cedro

prosperou e um ano mais tarde, já havia atingido sua plena capacidade produtiva e novas máquinas já estavam encomendadas (VAZ, 1990, p.71). Cerca de três anos após a sua inauguração, o engenheiro inglês James Wells de passagem pelo povoado do Cedro fez o seguinte relato sobre as condições da fábrica:

Pela manhã levantamos cedo e fomos visitar a fábrica, que recebe o algodão bruto, sem beneficiamento, trazido à porta pelos lavradores que fazem plantações nas adjacências do Rio das Velhas. Esse algodão é descaroçado, fiado e depois tecido em panos de duas qualidades, sendo a melhor usada para a confecção de camisas e calças grosseiras, e a inferior usada na fabricação de sacos. Havia em trabalho 18 teares que, com o resto do maquinismo, eram acionados por uma superpotente roda de água de 50 pés, solidamente construída. Em tudo imperava um método e uma ordem perfeitos. O barulho das máquinas e a excelente disciplina mantida nos compartimentos de trabalho eram outra cena inédita que encontramos no interior de Minas. A fábrica havia sido montada há cerca de três anos, e dera tanto lucro que já estava quase inteiramente paga. (*apud* MASCARENHAS, 1954, p. 44-5)

Tal prosperidade acabou influenciando outros membros da família a se arriscarem no negócio das fábricas. Em 1873 foi criada outra sociedade visando a instalação de uma nova fábrica de tecidos, composta por três irmãos e um cunhado, a Sociedade Mascarenhas Irmãos & Barbosa, que mais tarde passaria em se chamar Mascarenhas & Barbosa. A nova fábrica foi inaugurada em janeiro de 1877 na região de Curvelo e recebeu o nome de Fábrica da Cachoeira. Maior do que a Fábrica do Cedro possuía inicialmente 52 teares, quase o triplo da quantidade instalada na Fábrica do Cedro (GIROLETTI, 1991, p. 28; MASCARENHAS, 1972, p. 103; VAZ, 1990, P. 75).

A fusão da Fábrica do Cedro e da Cachoeira em uma única companhia ocorreu em 1883. Isso se deu em decorrência do aumento da concorrência, principalmente, ocasionada pelo surgimento de outras fábricas de tecidos na região. Nas palavras de Mascarenhas:

Sob qualquer ângulo que encarassem o assunto, chegavam sempre à mesma conclusão: colocadas as duas forças sob uma única orientação, a crescente concorrência poderia ser enfrentada com mais facilidade e maior desenvolvimento seria conseguido e em menos tempo. (1972, p. 109)

Giroletti (1991, p.28) ainda acrescenta que a visão modernista de Bernardo Mascarenhas também contribuiu para a fusão das duas fábricas em uma única companhia, pois “constatara na Europa e nos Estados Unidos o movimento de concentração de capital

formando grandes empresas”. Conforme deixa claro o próprio Bernardo Mascarenhas em carta enviada aos irmãos durante o processo de negociação para a criação da Cia:

[...] Denominei a companhia – Cedro & Cachoeira -, de preferência ao nome que de lá veio – União Industrial; já as nossas firmas muito conhecidas e acreditadas em toda a Província desaparecem perante a organização da nova sociedade. Acho justo, pois, que se conservem os nomes das duas fábricas que fundamos e que são também muito conhecidas. Espero que a semente que lancei há 8 anos brevemente dará frutos com que sonhei desde 1874 quando extasiava-me diante dos altaneiros estabelecimentos manejados por poderosas companhias inglesas. Se as minhas idéias fossem postas em prática quando iniciei a idéia da fusão, que encontrou alguma indiferença e obstáculos próprios daqueles tempos, outro galo nos cantava, - já estaríamos 4 ou 6 anos adiante. Contudo, a árvore plantada não morreu e brevemente espero ver-lhe os abençoados frutos [...]. (MASCARENHAS, 1954, p. 71)

Um ano antes da criação da Cia. Cedro & Cachoeira, Bernardo iniciou a montagem de uma fábrica de tecidos na fazenda São Sebastião, de propriedade de seu pai, o Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas. A fábrica de São Sebastião, como ficou conhecida, foi registrada em nome da matriarca da família, D. Policena da Silva Mascarenhas.

A mão-de-obra empregada nesta fábrica era composta basicamente por escravos e escravas da Fazenda São Sebastião. Segundo informações de seu gerente “A exceção de um maquinista e mui poucos operários livres, salário algum paga este estabelecimento, vista a (ainda infeliz) condição de seu pessoal” (LIBBY, 1988, p. 229). Além disso, algumas cartas enviadas pelo gerente desta fábrica dão provas da condição social das suas trabalhadoras, como esta escrita pelo seu gerente em 06 de agosto de 1888:

[...] Tenho lutado com terríveis dificuldades para reorganizar o pessoal da fábrica, cuja produção será menor este ano. As escravas querendo folga têm se retirado maior parte. Estou me vendo perdido com as novas operárias que são na maior parte lesonas (*sic*) [...]. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

A Fábrica de São Sebastião não foi incorporada a CCC, segundo o contrato²¹ firmado entre elas a Companhia Cedro & Cachoeira se comprometia a comprar toda a produção de tecidos da fábrica. Mas mesmo assim a troca de cartas entre o seu gerente e os demais da Cia foi intensa e muitas delas foram selecionadas como fontes para esta pesquisa.

Em 1891 a CCC ampliou seu capital com a aquisição da Fábrica de São Vicente, localizada na região de Baldim. Esta fábrica foi adquirida no final de 1891, mas só entrou em

²¹ Caixa Box nº 13 A, MTMMM

funcionamento em 1893, devido a problemas de falta de água suficiente para mover o equipamento, a sua má localização e as péssimas condições de salubridade. (MASCARENHAS, 1972, P. 155).

Atualmente a Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira compreende quatro fábricas em Minas Gerais, a fábrica do Cedro, a pioneira, localizada em Caetanópolis, antigo povoado do Cedro; as fábricas Victor Mascarenhas e Caetano Mascarenhas, ambas localizadas em Pirapora e a fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas, localizada no município de Sete Lagoas.

2.2 Estrutura e organização das primeiras fábricas da CCC

De um modo geral as fábricas do Cedro, da Cachoeira e de São Vicente se assemelhavam em termos de organização, gerenciamento e mão-de-obra. Tomando-se como referência a Fábrica do Cedro, será feito aqui um esboço da estrutura, da organização e da composição da mão-de-obra empregada nessas unidades fabris. É importante mencionar que não é objetivo deste panorama tratar de forma pormenorizada a organização da Cia.²² O que se busca aqui é delinear alguns elementos que ajudem a entender o funcionamento dessas fábricas.

A fábrica do Cedro, bem como as demais, estava localizada em uma região rural, afastada de centros urbanos mais aglomerados. Sua arquitetura reproduzia o estilo de uma construção colonial brasileira, o que a aproximava do modelo descrito por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982) de fábrica colonial, com sua fachada parecida a de uma casa grande de fazenda, e onde não raro se trabalhavam escravos, criavam-se bois e plantava-se algodão.

Como muitas outras fábricas, tanto rurais quanto urbanas, seus proprietários se viram na contingência de construir casas para abrigar os diretores, gerentes e operários da fábrica. A vila operária da Fábrica do Cedro era composta de casas destinadas às famílias de operários, da casa do gerente, do Convento para as moças solteiras, do alojamento para os rapazes solteiros, da escola, do refeitório, além de outras construções, necessárias ao seu

²² Para um estudo mais aprofundado sobre a história da CCC, sugere-se a leitura dos seguintes autores: DUARTE (1986;1991), GIROLETTI (1991), LIBBY (1988), MASCARENHAS (1954), MASCARENHAS (1972), MASCARENHAS (1990), TAMM (1960), VAZ (2005; 1990; 1976)

funcionamento. A FIG 1 representa um esboço feito da vila operária da Fábrica do Cedro e permite a visualização de como estava estruturada:



FIGURA 1- Mapa Plano da Fábrica do Cedro, elaborado por A. Campello em 22 de abril de 1912
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

Ao se observar minuciosamente o esboço acima, o que se vê não é somente os prédios que compunham o complexo fabril, mas também a sua disposição. Bem próximo à fábrica estavam o escritório e o convento. No fundo do terreno, mas com uma visão geral de toda a vila se encontrava a casa do gerente e, na lateral do terreno de frente para a fábrica, se encontravam as casas dos operários. O que salta aos olhos nesta organização espacial é o fato de que ela possibilitava a vigilância constante de todos por todos. De qualquer lugar que se olhasse, se tinha uma visão geral de toda a vila e de toda a sua movimentação.

Segundo Foucault (2007) a distribuição dos indivíduos no espaço é um dos primeiros fundamentos da disciplina. Segundo ele por meio das práticas disciplinares as instituições podem distribuir os indivíduos no espaço fazendo-os circular numa rede de relações sociais estabelecidas. Trata-se do que autor chamou de “princípio do quadriculamento individualizante” por meio do qual as fábricas podem:

Distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos “postos” (FOUCAULT, 2007, p. 124).

Disciplinar e vigiar foram algumas das principais estratégias usadas pelos primeiros industriais na relação com os operários. E a vila operária com seu regulamento foi um poderoso instrumento nas mãos desses sujeitos. De acordo com Foucault (2007, p.127) essa ação disciplinadora é capaz de transformar “as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas.”

Além disso, para José Sérgio Leite Lopes (1979, p. 58-59) a existência da vila operária assegurava por si só a assiduidade e a pontualidade dos operários, deixando o trabalhador em constante estado de prontidão. Ainda segundo este autor a moradia servia para estender as formas de controle sobre o operariado para uma dimensão ideológica com a promoção e o estímulo de certas formas de lazer, religiosidade, de manutenção de escolas próprias dentre outros.

A vila era regida pelo Regulamento para os Operários da Fábrica do Cedro de 1872, que por meio de 12 artigos referentes ao regulamento externo, regulava e controlava a vida e o comportamento dos operários da fábrica. Para viver nesse espaço era preciso aceitar e seguir as normas estabelecidas, tanto os próprios operários quanto a sua família. Caso contrário, seriam banidos como forma de não desmoralizar o lugar (GIROLETTI, 1991, p. 141). Como foi o caso do tintureiro banido da fábrica e da vila por seu mau comportamento com as moças operárias:

Tem esta por motivo principal avisar-te que devido ao incorreto comportamento do tintureiro (...), o qual procurou seduzir neste local uma empregada, moça de família, o que ficou automaticamente comprovado por uma carta escrita pelo próprio punho do mesmo à mesma moça, despachei-o hoje deste estabelecimento (...) O tal tintureiro é uma droga das mais ordinárias, seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênua; e para exemplo e moralidade do lugar vou processá-lo, assinando como parte no processo (Fábrica da Cachoeira, 30/08/1900, Caixa Box nº 30 A – MTDMM)

Reflexos de toda essa vigilância e disciplinarização estão presentes na descrição feita pelo engenheiro inglês James Wells da vila e da Fábrica do Cedro, quando por lá passava em 1875:

Um pouco atrás da loja e os prédios da fábrica, havia uma alongada fileira de chalés para os operários, homens, mulheres e crianças; suas refeições diárias eram servidas num grande galpão ao lado. Eles nos apareciam ser contentes e felizes; estavam decentemente vestidos e praticavam boa higiene pessoal e nos alojamentos, além de serem frugais, industriosos, sóbrios e bem comportados. Que transformação indústria, disciplina e um bom exemplo haviam efetuado neste povo! Que diferença da vida normalmente esbanjadora, faminta e inútil deles! Mantinha-se uma excelente e rígida disciplina e qualquer conversação era proibida, a não ser aquela absolutamente necessária ao serviço. (LIBBY, 1988, p.243)

Todas as fábricas da CCC instaladas ainda no século XIX possuíam sua vila operária. Uma correspondência do gerente da Fábrica de São Vicente dá pistas do material do qual era feito as casas da vila operária:

[...] Não tenho mais madeiras, nem boiada boa, e nem quem queira puxá-las. Tudo difícil, penoso, e embora tenha de preparar casinhas de pau a pique, de zinco, teremos falta de acomodações para operários [...]. (13/06/1893 – Caixa Box 11 A – MTDMM)

Já em 1894, outra correspondência do gerente da mesma fábrica acima, discutia a viabilidade de se construir casas de tijolos em substituição as de madeira:

[...] Os pedreiros propõem montar aqui uma olaria para tijolos e telhas para fazerem de tijolos as casas que precisamos para operários. Me parece ficar caras essas casas; mas muito mais sólidas que as de madeira, não dependendo de posteriores retoques; e levando-se em conta a grande dificuldade de madeira[...] e relaxamento dos carpinteiros daqui que se não fora a grande precisão que dele temos a falta que há dessa gente, eu já os teria despachados todos, parece-nos serem mais vantajosas. Me darás sua opinião a respeito, pois muito precisamos de casas agora [...]. (13/04/1894 – Caixa Box 5 A – MTDMM)

Mas na Fábrica de São Vicente, a vila deu muitos problemas, principalmente em virtude das condições sanitárias e de salubridade desta fabrica. Conforme depoimento dado em carta por seu gerente em 15 de dezembro de 1893:

[...] O estado sanitário aqui é o que agora vai me dando bem o que pensar, pois tem aqui só em uma casa duas moças bem mal e uma delas me parece não escapará, o que para nós aqui será terrível, em vista da má fama que aqui tem. Vai o portador para veres com o Bahia passar aqui uma visita e socorrer a esses doentes que de certo morrerão a míngua se não se acudir prontamente, pois, bem debes calcular que celeuma haverá com um só caso de morte que aqui se dê. È de muita urgência montar-se já uma farmácia aqui

e isto sem perda de tempo, e mandar chamar o Antonino para tratarmos de comprar por aqui mesmo ou Jequitibá alguns remédios e trazer para aqui [...]. (Caixa Box 4 A - MTDMM)

Dias depois o mesmo gerente em nova carta, dá notícias da melhora das condições das moças doentes e explicita as providencias que tomou para isso:

[...] Felizmente, com o grande cuidado que tomei fazendo limpeza geral em todas os lugares, onde julguei necessário fazendo remoção dos mantimentos susceptíveis de alteração de debaixo do Convento, fazendo enfim limpeza geral em tudo, o mal desapareceu e os doentes perigosos estão em convalescência, graças a Deus. É muito necessário que a Cia. mande aqui em tempo determinado, uma vez em cada mês, o Dr. Bahia ou mestre Juca com o qual deve-se fazer contrato[...]. (26/12/1893, Caixa Box 4 A-MTDMM)

Um das construções observadas na Figura 1 e que faziam parte da vila era o convento. Ele fora uma instituição criada pelas fábricas de tecidos com a finalidade de abrigar as operárias solteiras, viúvas e órfãs. Foi uma prática adotada não só pela CCC, como também por outras fábricas como a de Marzagão, Gabiroba, Beriberi, entre outras. (GIROLETTI, 1991, p.171). No caso da CCC foram organizados conventos nas três fábricas da Cia.: Cedro, Cachoeira e São Vicente. Ressalta-se que os conventos serão tratados de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Outro espaço que também pertencia a vila operária era a escola. Semelhante ao convento, todas as fábricas da Cia mantinham em suas dependências uma escola para meninas e outra para meninos. Estas escolas atendiam tanto aos filhos de operários quanto da própria comunidade. O currículo era constituído pelo ensino da leitura elementar, de doutrina, de escrita e aritmética.²³

Os dados analisados indicam que a frequência dos alunos variava muito de ano para ano. Em se tratando das mulheres o balanço da Fábrica da Cachoeira²⁴ referente ao ano de 1898, informa que havia 33 alunas matriculadas na escola pública do sexo feminino, mas apenas 18 a 20 frequentavam. Já na escola particular noturna²⁵ para o sexo feminino as alunas matriculadas eram 50, mas somente 25 delas frequentavam regularmente as aulas. Em 1899 o balanço da mesma fábrica informa sobre o funcionamento das escolas: “Instrução: funcionando regularmente as escolas: - pública do sexo feminino, tendo alunas matriculadas

²³ Quinto Relatório apresentado a Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira, em 15 de março de 1888 - Pasta de relatórios de 1884 a 1903 – Acervo Pessoal Décio Mascarenhas – MTDMM

²⁴ Balanço da Fábrica da Cachoeira – 1898 – Caixa Box nº 216 - MTDMM

²⁵ Não foram localizados dados mais precisos que pudessem explicar o funcionamento das escolas particulares e públicas.

33, ditas de freqüência 18-20; noturna particular do sexo masculino, tendo: alunos matriculados 30, dito de freqüência 20. A pública do sexo masculino foi suspensa, recomeçando em fins de dezembro. A particular noturna feminina esteve interrompida, devendo recomeçar no próximo novo ano.”²⁶ Mas a partir do final da década de 1910 o número de alunos, entre meninas e meninos, que freqüentavam a escola aumentou consideravelmente. De acordo com o livro de matrícula da escola da Fábrica do Cedro, em 1918 o número de alunos matriculados na escola era de 100, sendo que 51 eram de meninas. Já em 1929, o número total passa para 195, dos quais 98 pertenciam ao sexo feminino.²⁷

Mas a disciplina nesses estabelecimentos educativos devia se assemelhar ao restante da fábrica e da vila operária, principalmente no caso das mulheres. Uma anotação feita pela professora no mapa de freqüência das alunas matriculadas na escola noturna do Cedro nos meses de maio e junho de 1885 sugere isso. Segundo suas observações “muitas alunas tem declarado que não continuam na escola porque não querem ser repreendidas, as que continuam é com muitas falhas”. Há que se pensar que tipo de repreensão levaria as alunas a se retirarem da escola.

No que se diz respeito aos trabalhadores, estes seguiam o mesmo padrão de outras fábricas mineiras e brasileiras instaladas no século XIX. A mão-de-obra era, via de regra, composta por trabalhadores livres, e em quantidade ínfima foi utilizado o trabalho escravo até a abolição. Segundo Giroletti (1991, p. 60) alguns destes escravos eram de propriedade da fábrica e outros alugados de proprietários particulares.

Dentre o conjunto de trabalhadores destaca-se o primeiro grupo composto pelos técnicos estrangeiros. Segundo Stein (1979) devido a falta de conhecimento e habilidade do trabalhador nacional, os empresários têxteis necessitavam de técnicos “competentes” para manejar as máquinas e treinar a mão-de-obra nacional. Algumas vezes a sua contratação já estava prevista no contrato de compra das máquinas. Este foi o caso do contrato de importação das máquinas da Fábrica do Cedro em setembro de 1870. De acordo com o contrato assinado por Bernardo Mascarenhas:

²⁶ Balanço Geral da Fábrica da Cachoeira em 31 de dezembro de 1898 – Caixa Box 216 - MTDMM

²⁷ Fonte: Livro de Matrícula da Escola – 1909 a 1929 – MTDMM. De acordo com o livro as escolas eram mistas, pois estudavam ali meninos e meninas. Porém o nome da escola sofreu várias alterações ao logo de 10 anos. a saber: De 1909 até 1918: Escola Mista de Fábrica do Cedro; 1919 a 1921: Escola Mista Isolada de Fábrica do Cedro; 1922 a 1924: Escola Mista de Fábrica do Cedro; 1925: há um registro de matrícula da “Escola Urbana Masculina de Fábrica do Cedro”; 1926: Escolas Reunidas de Fábrica do Cedro

O vendedor obriga-se a engajar um maquinista, habilitado para o assentamento e manejo de todas as máquinas contratadas, por dois anos, a razão de cinco dólares por dia pouco mais pouco menos. Quando não seja possível arranjar um só maquinista para o trabalho no filatório e teares, então engajará mais outro homem para o trabalho dos teares, a razão de dois e meio dólares por dia pouco mais ou menos, e contrato por um ano. Estes homens terão casa para morar, alimentar-se-ão na sua custa, e não perceberão ordenados nos dias feriados em que não trabalharem nas máquinas, ou nos que falharem por motivo de moléstia. (MASCARENHAS, 1972, P. 52-3)

Outras vezes o recrutamento desses técnicos era feito diretamente no país de origem. Os gerentes da CCC mantinham uma correspondência ativa com o engenheiro inglês Robert Kerr, a quem era incumbida a tarefa de contratar os técnicos necessários para a Cia. Uma carta escrita por Theóphilo Marques em 23 de março de 1889 e enviada à Kerr com o objetivo de recrutar um maquinista é um precioso relato do perfil que Cia. esperava deste profissional, bem como dos problemas que acarretavam para as fábricas:

[...] Hoje a diretoria tem exigido um hábil mecânico que tem sob sua responsabilidade as partes técnica e administrativa desta fábrica, e a técnica da fábrica da Cachoeira, distante desta 12 léguas; devendo o mesmo ir ali uma ou outra vez no ano inspecionar o estado geral do maquinismo, e o regime e a execução dos trabalhos, e também sempre que sua presença for ali reclamada em casos fortuitos. Venho pedir-lhe, pois, um homem nestas condições, ficando evidente que não peço um maquinista, um homem vulgar, que se arriscará a ser rejeitado. Pede-se vir um “gentleman” e seria o que ocuparia o lugar a contento. Não servirá o homem que não possuir noção e prática de todo o trabalho de uma fábrica, desde a fiação até a tecelagem para assim ser o superintendente dentro da fábrica. As fábricas do Brumado, Sabará, São Vicente, Cachoeira de Macacos, possuidoras de bom maquinismo que V. S^a lhes remeteu, farão grande concorrência a esta e a da Cachoeira, principalmente aquelas 2 últimas que ficam a pequena distância desta. Ora esta fábrica sede da Cia. Cedro e Cachoeira, sendo a primeira que no gênero fundou-se na província não deve deixar que pelas outras lhe seja tomada a vanguarda; e é por esse motivo, e mais por múltiplas conseqüências que os industriais devem observar, que venho, em nome da Diretoria, pedir homens capazes tanto nos mistérios de sua profissão como em qualidades pessoais, para cuja aquisição espero que V.S. empregará os conhecimentos que possui.(...) A Diretoria e alguns outros acionistas da comp^a não têm deixado de notar que dos maquinistas enviados por V. S^a para esta fábrica e para a da Cachoeira, só o Mr. Morthimmor manifestou ótimas qualidades em todos os sentidos, ao passo que os demais além do comportamento pouco polido, tem sido dados a embriaguez.[...] que além de torná-los inúteis para o serviço, é aviltante neste país [...]. (Caixa Box nº 9 A – MTDMM)

Os técnicos estrangeiros representavam um custo elevado para os empresários brasileiros. A sua manutenção era dispendiosa em virtude dos altos salários, das despesas de

viagem e manutenção na fábrica, pois muitas vezes o contrato implicava em custeio da moradia e da alimentação. Além disso, como descreve o autor da carta acima, muitas das vezes, não correspondiam a qualidade técnica e profissional. Algumas das vezes em virtude da falta de vivência com o maquinário, ou por se envolverem em situações consideradas inaceitáveis pelos gerentes e proprietários das fábricas. Como o foi o caso acontecido com o mestre geral da Fábrica da Cachoeira, cujo relato foi feito pelo gerente da fábrica em carta de 09 de junho de 1888 para o superintendente da CCC:

[...] Houve aqui cenas desagradáveis motivadas pela embriaguez em que sempre vive o Sr. James (não dentro da fábrica por que eu não consentiria) (...) a pretexto de brigas ou más repostas da inglesa ao inglês velho, o Sr. James deu-lhe muita pancada, e como ninguém soubesse nesse dia passou-se em segredo. No domingo embriagou-se o Sr. James, e começou com novas surras em sua mulher, com grande escândalo e gritaria, e com revolver e espingarda a querer atirar na coitada; nesse ínterim veio um empregado acudir o barulho e arrancar a mulher das garras de tal homem, e foi esbofeteado pelo Sr. James. O empregado, vendo-se insultado, agarra o inglês e dera-lhe muita pancada, deixando-o sofrivelmente esmurrado e algum tanto contundido, não tanto quanto merecia. O compadre Ricardo mandou o inspetor do quartirão intimá-lo para conter-se senão seria remetido para o Curvelo. Chegando e sabendo de tão desagradáveis ocorrências que poderiam ter trazido conseqüências bem funestas, chamei o Sr. James ao escritório, li o artigo do contrato em que diz: poderá ser dispensado se perder as qualidades necessárias para mestre geral, e perderá a multa depositada para garantia do contrato, etc, etc, Fiz-lhe ver o seu procedimento infame, a falta de respeito ao estabelecimento, a constante embriaguez em que vive etc. e que a primeira vez que tais cenas se repetirem eu o dispensaria, pois que não me inspira confiança alguma com seu mau procedimento e falta de respeito a seus subalternos, a ponto de ser espancado por um deles e com toda razão [...]. (Caixa Box 11 A – MTDMM).

O incômodo ou mesmo a irritação dos empresários com relação aos técnicos estrangeiros aparecem expostos em carta de Mascarenhas & Irmãos de 10 de novembro de 1878, endereçada a Ignácio Antônio D'assis Martins, com o objetivo de pedir a sua intermediação junto ao governo provincial para que os manuais técnicos estrangeiros fossem traduzidos e impressos, facilitando a formação da mão-de-obra para as indústrias têxteis nacionais. Dessa forma, argumentava a gerencia da Fábrica do Cedro:

[...] A tradução e impressão dos manuais, se V. Excelência arranjar isso terá feito as fábricas benefício imenso: removerá o óbice imenso chamado maquinista inglês que, gente de baixa classe no seu país, torna-se muito grandes por se julgarem indispensáveis. Há os que vencem 16.000 diários [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1872 a 1879, p. 467)

Segundo Giroletti (1991) a solução encontrada pelos empresários foi a de formar operário qualificado nacional. Este autor ainda informa que esse aprendizado se dava em serviço dentro da fábrica, cujos responsáveis por qualificar o trabalhador nacional eram os técnicos estrangeiros, os mestres-gerais e operários estrangeiros. Este processo parece ter surtido resultado na CCC, conforme exposto em carta de 6 de outubro de 1887, escrita pelo gerente da Fábrica da Cachoeira e endereçado ao superintendente da CCC, onde explicita as qualificações de alguns técnicos empregados pela Cia e a importância de se tentar mantê-los:

[...] Com referência a tua carta particular de 2 d'este, tenho a dizer-te que o contramestre de fiação aqui firmou contrato a 2.000 réis no 1º ano-2.000 réis no 2º ano-2.500 réis no 3º ano e 2.800 réis no 4º ano, mas é moço habilitado e que suprirá regularmente a falta do maquinista, ...Trabalha regularmente na ferraria etc... Já vêes que é regular que o daí ganhe mais ou menos segundo suas habilitações. O Fernando, chefe dos teares, encerra seu contrato no fim d'este, e ganha a 5.000 réis diários e faz todos os serviços de caldeireiro. Animo-me a paga-lo mesmo a 6.000 réis para reformar o contrato, e será melhor do que lidar com quem não tem prática. Ambos têm depósito de dinheiro para garantia de contrato: o 1º de 500 e o 2º de 600. Acho regular que pagues o chefe dos teares daí (Janjão) na mesma forma, uma vez que tem grande prática e está habilitado, e é moço de confiança. Consulto-te se devo pagar ao Fernando a 5.500 ou mesmo a 6.000 se ele não quiser reformar seu contrato nas mesmas condições que serão, e aguardo a tua opinião para eu entrar em matéria com ele [...]. (Caixa Box 11 – MTDMM)

Outro grupo que compunha o conjunto de trabalhadores era o de oficiais e ajudantes. Giroletti (1991, p. 59) os classifica como carpinteiros, ferreiros, serradores, pedreiros, oficiais ou ajudantes. O recrutamento visava principalmente a construção dos prédios das fábricas, as casas dos gerentes e da vila operária, a realização de obras de infraestrutura como açudes, regos de água, bicames, rodas d'água, dentre outros. Tratava-se de uma mão-de-obra já treinada, que ganhava por dia ou por empreitada. Alguns escravos e outros trabalhadores livres compunham essa força de trabalho, conforme pode ser visto na carta enviada pelo gerente da Fábrica de São Sebastião encaminhando um liberto para o trabalho de carpintaria para a Fábrica do Cedro: “Como queres carpinteiro, vai esse cidadão (é liberto) ganhando livre de despesas estomacais a 1.500 diários. É carpinteiro polido e homem muito de bem e muito humilde.”²⁸ Mas de acordo com outras cartas, o alistamento desse tipo de operário, muitas vezes, não era tarefa fácil, conforme no relato que se segue, do gerente da Fábrica de São Vicente:

²⁸ 18/11/1884, Caixa Box 11 - MTDMM

[...] Não há camaradas para se limpar o rego, e pagando-se a 800 réis com alimentação não aparece gente. Um dia 4-6 camaradas, e lá um dia ou outro 15 tem sido o maior número. Não subi o jornal a 1.000 por que tenho certeza de não aparecer mais número. O povo está cuidando em roças. Ofereci pagar a 1000 o dia que houver 50 camaradas. Vê se mandas de lá algum mesmo a 1.000 se vierem uns 20 [...]. (01/10/1891, Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

Ao se analisar o conteúdo dessa missiva, vê-se que a lavoura ainda se constituía numa alternativa de trabalho para uma parcela da mão-de-obra masculina, pelo menos em determinados períodos do ano. Isso fez com que pudessem resistir mais tempo ao processo de proletarização.

O último grupo de trabalhadores empregados pela CCC pode ser considerado, conforme designado por Giroletti (1991), como a “massa de operários” e correspondia ao maior e mais relevante grupo de trabalhadores, cuja principal tarefa era a de produzir fios e tecidos. Tratava-se de um contingente “desprovido de meios próprios de produção dependendo exclusivamente da venda do trabalho para sobreviver.” (GIROLETTI 1991, p. 63).

O recrutamento desses trabalhadores era feito na própria região onde se localizava a fábrica ou em cidades localizadas mais ao norte e nordeste do estado como Diamantina e Montes Claros. Em sua maioria, era constituída de trabalhadores livres brasileiros, oriundos das lavouras. O perfil dessa mão-de-obra foi uma das características que diferenciou a Fábrica do Cedro das demais localizadas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que utilizaram os imigrantes como mão-de-obra principal. Como afirma Giroletti:

Exceção feita do qualificado que é contratado no exterior ou, internamente, em centros maiores como o Rio de Janeiro, a maior parte dos operários industriais fora recrutada entre artesãos, camponeses (pequenos sitiantes ou agregados), trabalhadores rurais e vários tipos de “desclassificados sociais” (libertos, escravos, ex-escravos, órfãos, menores, viúvas, “gente pobre”). Provinha de um agregado heterogêneo do ponto de vista étnico, social e cultural: indivíduos sem tradição comunal-cultural ou organizativa, muitas vezes sem estrutura familiar definida. Eram desprovidos dos meios de produção ou de maiores habilidades profissionais. Na sua composição predominavam mulheres e menores. Deste contingente social originou-se a maior parte do operariado industrial do Centro e do Norte de Minas (1991, p.81).

A contratação se dava por interesse dos proprietários ou partia da iniciativa do próprio trabalhador interessado em oferecer sua força de trabalho. Geralmente a solicitação ou o oferecimento de operários era assunto das cartas trocadas entre a rede de correspondentes

composta por parentes e sócios, membros da Igreja, comerciantes e empresários tanto locais quanto de fora da Província, como o Rio de Janeiro e até mesmo a Inglaterra, quando se tratava dos técnicos estrangeiros. O recrutamento obedecia a alguns critérios seguidos com certa rigidez pelos gerentes das fábricas. O conhecimento pessoal do referido empregado, cartas de recomendação ou apresentação, informações sobre o comportamento, além de boa compleição para o trabalho como saúde, inteligência eram condições essenciais para ser contratado. Um exemplo desse processo de recrutamento pode ser dado pela carta descrita abaixo:

[...] Confirmo a minha de hoje. Aqui chegou o Sr Francisco Firmino a procura de emprego para si e família. Ontem disse a ele o Sr. que não admitiu sem que o amigo desse consentimento. Portanto peço-lhe dizer-me se posso aceita-lo cá ou não. Atualmente não tenho precisão de empregados, mas é bom cidadão o Sr. Francisco Firmino e torna-se boa aquisição [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro - 1894/1895 p, 314 – MTDMM)

Dentre essa massa de trabalhadores, as mulheres eram a maioria. Ficavam reservadas às ocupações de fiação e tecelagem, seções que não exigiam muita qualificação. Aos homens eram destinadas as funções que exigiam mais qualificação e força física. Tarefas mais complexas tais como chefias, contramestres, gerências e outras, eram exercidas pelos trabalhadores do sexo masculino. Havia uma clara preferência por mulheres sozinhas que fossem solteiras, viúvas ou órfãs, que poderiam ser acomodadas no convento mantido pela fábrica. Esta questão bem como outras que se referiam a mão-de-obra feminina será tema de capítulos posteriores.

Vale ressaltar que além das mulheres, muitas crianças principalmente órfãs compunham a massa de trabalhadores da CCC. Em carta de 30 de outubro de 1885, o gerente da Fábrica da Cachoeira escrevia ao gerente da Fábrica do Cedro, pedindo uma remessa de meninos e ainda informando das condições que seriam contratados:

[...] Encontra-se por cá algum menino, mas para se obter um, torna-se mister vir a família toda, e não só não há cômodos como empregos para famílias. Também mandei vir da fazenda da Mãe do Jota alguns [ilegível] mas creio que não virão. Se puderes arranjar por aí alguns órfãos ou mesmo se tens aí meninos disponíveis sem família, que nos possa mandar uns 6, estimarei muito -25\$000 por ano, tendo roupas, escola, remédios etc... 100\$000 no fim de 4 anos [...]. (Caixa Box nº 2 A – MTDMM)

Estas crianças ficavam sob a tutela das fábricas, mas isso não as impediam de fugir conforme informado pelo gerente da Fábrica de São Vicente em 30 de outubro de 1893: “há pouco fugiram 3 meninos dos que de lá vieram e não se sabe que rumo levaram, e dos quais dois são tutelados da Companhia, e que devem entrar em bulas e voltar.”²⁹

As condições de trabalho para esses operários eram penosas. A carga horária era em média de 12 a 14 horas por dia, durante 6 dias da semana. Segundo Vaz (1990) havia uma pequena pausa para o café e o almoço. Em meados de 1912 a CCC adotou a jornada de trabalho de 10 horas diárias. Tal medida foi comemorada entusiasticamente pela imprensa local conforme abaixo citado:

Cia Cedro e Cachoeira (...) mantinha com espanto de todos que acompanhavam a sua acelerada evolução, uma velha usança, talvez por espírito de conservadorismo, qual o de um horário rigoroso de trabalho, exigindo do operário o máximo de esforço. E ninguém, decerto, teria motivos para protestos: era a tradição que se mantinha, e quem para aqui entrava, sabia que este era o regimento. Obedecê-lo (...) era o que cumpria ao operário, que se despende a sua energia e põe em contribuição o seu esforço, tem para contrabalançar o seu trabalho, o salário que recebe. E os operários da Cia Cedro e Cachoeira compreenderam muito bem isto. Não quiseram eles, nunca macaquear o operário europeu, com os levantes e as greves (...) A ilustre Diretoria da Cia Cedro e Cachoeira, num bem inspirado gesto de altruísmo, (...) acaba de adotar o dia de 10 horas de trabalho. (Folha do Cedro, 12/05/1912, Ano II, nº 57, p.1)

Mas tal entusiasmo parece não ter durado muito, pois segundo o balanço da Fábrica de São Vicente de dezembro de 1912 esta medida acabou gerando um prejuízo para a empresa, fazendo com que a medida fosse, em parte, revogada:

[...] A limitação de hora de trabalho causou de maio a dezembro, um decrescimento de 200.000 metros na produção e de R 15\$000.000 no lucro. Apesar disto a diferença para menor na produção foi a apenas de 5.601 metros. Para atenuar este prejuízo, em 1913 a tecelagem voltará a trabalhar o dia todo, mantendo-se na fiação, para evitar aumento de salário aos diaristas, o dia de 10 horas. A fábrica produzirá então mais 1100 metros diários, podendo-se esperar mais 25\$000.000 de lucro, se o preço da matéria prima não ultrapassar ao deste ano [...]. (Livro: CCC, Fábrica de S. Vicente - Balanço de 1912, Caixa Box 192 – MTDMM)

Em dezembro a Diretoria da CCC acatou a decisão do gerente da Fábrica de São Vicente, e ao que tudo indica estendeu a media para toda a Cia:

²⁹ Caixa Box 22 A – MTDMM).

[...] Estamos de acordo com o alvitre lembrado por V. S. para que se espere o filatório encomendado, quando então trabalhará 10 horas a fiação e todo o dia a tecelagem, sem aumento de salário para os diaristas, conforme as ponderações que faz [...].(Livro copiador do Escritório Central de 1912-1913, p.46 – MTDMM).

Quanto aos salários, estes não seguiam um padrão, ficando ao encargo do gerente estabelecer o quanto o operário deveria ganhar, conforme carta escrita pelo gerente da Fábrica da Cachoeira e datada de 14 de janeiro de 1887: “Quanto a preços de operários aqui, há uma variedade tal, conforme a aplicação e comportamento”³⁰

Uma relação das seções, máquinas, operários e salários na Fábrica da Cachoeira em 1887 é mostrada no QUADRO 2:

QUADRO 2
Relação de Máquinas, Cargos e Salários – Fábrica da Cachoeira – 1887

(Continua)

| MÁQUINAS | EMPREGADOS | SALÁRIO |
|----------------------|-------------------|-------------------------------|
| FIANÇA: | | |
| 2 Descaroadores | 1 empregado | 800 réis diários |
| | 1 empregado | 500 réis diários |
| 2 Pickers e labridor | 1 chefe | 1.000 réis diários |
| | 1º ajudante | 800 réis diários |
| | 2º ajudante | 500 réis diários |
| 16 cardas | 1 chefe | 1.000 réis diários |
| | 1 ajudante | 700 réis diários |
| 2 maçaroqueiras | 1 chefe | 900 réis diários |
| | 1 ajudante | 700 réis diários |
| 4 pavieiros finos | 4 empregados | 600 réis diários cada um |
| 2 pavieiros grossos | 1 chefe | 800 réis diários |
| | 1 ajudante | 600 réis diários |
| 12 filatórios | 1 chefe a ponto | 100 réis por hora |
| | 2 ajudantes | 60 réis por hora |
| | Meninas e meninos | 34 réis por hora para baixo |
| Fusos | Moças | 60 réis por hora para menos |
| URDUME: | | |
| 3 máquinas | 1 chefe | 1.000 réis diários |
| | 2 ajudantes | 800 réis diários para cada um |
| 2 engomadeiras | 1 chefe | 1.600 réis diários |
| | 1 ajudante | 1.100 réis diários |
| Copiação de licios | 3 copiadeiras | 40 réis a hora |
| | 3 ajudantes | 34 réis a hora |
| TECELAGEM | | |
| 110 teares | 1 chefe | 5.000 réis diários |

³⁰ Livro Copiador de Cartas Fábrica da Cachoeira 1887, p.1-4 - MTDMM

| | | |
|----------------------|-------------------------|-----------------------------|
| | 1º ajudante | 2.500 réis diários |
| | 2º ajudante | 1.200 réis diários |
| | Tecelãs | * |
| 1 calandra | 1 operário | 800 réis diários |
| SALA DE PANOS | 1 chefe e mestre escola | 1.500 réis diários |
| | 4 ajudantes | 600 réis diários para baixo |
| | 1 cobridor de rolinhos | 40 réis por hora |

Notas: * valor não informado no original

Fonte: Carta do gerente da Fábrica da Cachoeira de 14 de janeiro de 1887, enviada ao superintendente da CCC.

Livro Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira de 1887, p. 1-4 - MTDMM

GIROLETTI, D. Fábrica: convento e disciplina. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1991. p.49

Baseando-se em dados apresentados acima é possível perceber a grande variação salarial. Mesmo entre os chefes havia alguns que ganhavam em torno de 1.000 réis diários, e outros que recebiam um valor maior ou menor. O chefe da tecelagem, dentre os listados, era o que recebia maior remuneração, sinalizando se tratar de um cargo estratégico para fábrica e, portanto, o seu responsável deveria ser remunerado a contento. No entanto parece que as tecelãs não eram consideradas na mesma medida, pois não consta no quadro o valor do salário recebido por elas. Sabe-se que ganhavam por produção, mas ao que parece, a fábrica não estabelecia um valor mínimo para o metro tecido, ficando ao encargo dos gerentes a tarefa de estipular esse valor. Outro dado possível se ser apreendido pelo quadro acima é alusão de meninos e meninas na seção de fiação, sinalizando que é nesta seção que se empregava boa parte desta mão-de-obra.

Mas de qualquer forma, baseando-se tanto no Quadro 2 bem como nos livros de pontos e pagamentos é possível constatar que a maioria dos salários pagos eram baixos. Com exceção dos trabalhadores considerados mais qualificados como os maquinistas, contramestre, e alguns chefes³¹, os demais operários, mesmo trabalhando de sol a sol, recebiam salários que variavam de 30.000 a 80.000 réis mensais, que mal dava para viverem. Em um levantamento feito por Duarte (1986)³² sobre o preço de alguns produtos alimentícios, sinaliza que muitos deles estavam acima do poder aquisitivo dos operários. Um frango, por exemplo, custava em 1914 1\$000, em 1918 seu preço era de 1\$080. O açúcar chegou a custar em 1918 \$600, o mesmo valor do salário diário recebido por muitos trabalhadores.

³¹ Fonte: livro de ponto da Fábrica do Cedro de 1894. Segundo esse documento o salário do grupo de trabalhadores considerados mais qualificados variava de 3.000 a 10.000 diários. Estavam incluídos nessa variação os técnicos estrangeiros e alguns trabalhadores nacionais. Porém o livro não informa sobre os cargos ocupados por eles.

³² Devido as dificuldades de se obter listas de preços em Taboleiro Grande, os dados apresentado referem-se a Belo Horizonte.

Hardman e Leonardi (1986, P. 201) analisando as condições salariais dos trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro no final da década de 10 confirmam a mesma situação. Tomando como referência um levantamento publicado na imprensa paulista³³ o custo médio de uma família de trabalhadores composta de 2 pessoas adultas e 2 crianças seria de 207\$650, levando-se em consideração somente as despesas com alimentação, alojamento, vestuário, calçados e outras necessidades de pequena ordem.

Os salários ficavam ainda menores quando se sabe que incidiam sobre eles alguns descontos como os relativos às faltas ao serviço ou a cobrança de multas dos operários que desrespeitavam os regulamentos. Hardman e Leonardi ainda chamam a atenção para o fato de que no levantamento não estão incluídas despesas com transportes, escolas e mesmo medicamentos. Assim sendo diante de tal contexto a defasagem entre o que ganhava e os gastos reais era bem maior.

Os gerentes e proprietários da CCC tinham consciência disso e tentavam resolver o problema com medidas paliativas, de cunho paternalista como narrado abaixo:

[...] Em vista dos preços fabulosos a que chegaram os gêneros alimentícios de primeira necessidade, estabeleceu-se em cada uma das fábricas armazéns provisórios, mantidos com grandes dificuldades pela falta de viveres, com o fim de proporcionar, o mais comodamente possível, meios de subsistência aos respectivos operários, vendendo-se-lhes os gêneros pelo custo [...]. (12º Relatório apresentado a Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira, em 27 de março de 1895 - Pasta de relatórios de 1884 a 1903 – Acervo Pessoal Décio Mascarenhas – MTDMM)

Os trabalhadores reagiam como podiam, e muitas vezes, obtinham o apóio da imprensa local. Em 15 de setembro de 1918 o jornal A Gazeta de Paraopeba se solidariza com os operários da Fábrica do Cedro publicando em suas páginas o seguinte artigo:

É na qualidade de jornalistas independentes que temos advogado a causa que pleiteam os operários da fábrica do Cedro: o aumento dos salários (...) a maior parte dos que ali labutam honradamente, cooperando para o engrandecimento da Cia. Cedro e Cachoeira, não é remunerada com a devida equidade. Há ali, por exemplo, pais de família que vencem 2\$000 réis diários, moços que ganham 1\$500 e meninos que recebem \$500, o que fora de dúvida, num tempo destes, não é suficiente, nem para se “passar mal” (Os operários do Cedro. Gazeta de Paraopeba. Villa de Paraopeba. 15.09.1818, Ano VIII, nº 507, p.1)

³³ Opúsculo: O que é o marxismo ou o Bolchevismo? São Paulo, 1919. O levantamento de preço foi feito pelos militantes: Hélio Negro e Edgard Leuenroth.

Junto a isso tudo, os operários enfrentavam também os riscos de acidentes. Não foram localizados dados mais consistentes acerca dos acidentes de trabalho. Diante desse fato não foi possível saber com que frequência ocorriam e quais os tipos de acidentes mais recorrentes. Mas alguns casos foram relatados em cartas e até mesmo na imprensa local. Os relatórios anuais de 1889 e 1892 apresentados à Assembléia Anual dos Acionistas informavam a ocorrência de 2 acidentes com operários que perderam o braço no descaroador de algodão. No relatório da Fábrica de São Vicente referente ao ano de 1896 e encaminhado a diretoria da CCC, o gerente relata um acidente grave que causou a morte de um operário da fiação, e que segundo ele, o fato ocasionou a saída de alguns operários. Assim ele relatou o ocorrido:

[...] O estado sanitário foi regular. Temos a lamentar a morte desastrosa de um empregado que foi agarrado pela sola de um filatório deixando a todos consternados e amedrontados a ponto de se retirar alguns empregados de espíritos mais fracos [...]. (Relatório da Fábrica de São Vicente, 1896 - Caixa Box 25 – MTDMM)

Outro acidente acontecido dessa vez na Fábrica do Cedro em 1906 vitimou outro operário. Não foi encontrado registro desse acidente na documentação analisado. Mas o acontecido foi notícia na imprensa local conforme fragmento do jornal A Nova Era de setembro de 1906:

[...] a 22 deste (setembro) foi apanhado por uma máquina e morreu instantaneamente, na Fábrica do Cedro, o operário Antonio Sant'Anna: na luta do industrialismo atual, em que cada qual quer produzir mais e mais barato, o pobre é sempre o sacrificado, e bom é quando as empresas não deixam perecer na miséria os deserdados que ficam. (Jornal A Nova Era, Villa de Paraopeba 27/09/1906. Ano 1, nº3, p.2)

Já em 9 de março de 1934, o próprio operário acidentado mencionava o acidente do qual havia sido vitimado e requeria junto a Diretoria da CCC uma mudança de função dentro da fábrica:

[...] G.C.S., operário da Fábrica do Cedro há dezoito anos, em 15 de setembro de 1923 foi vítima de grave acidente no estabelecimento na perigosa máquina – descaroador, resultado ficar aleijado do braço direito e por isso mesmo sendo-lhe preciso grande sacrifício para lutar e prover-se os meios de subsistência. Aleijado e obrigado a trabalhar pensa que é justo que a Companhia lhe suavize a pelega, dando-lhe o serviço de porteiro ou feitor

de meninos, visto como os trabalhos que demandam emprego de força ele não os pode fazer [...]. (Caixa Box nº 219 – MTDMM)

É importante mencionar que segundo anotação feita na carta a Diretoria indeferiu o pedido do operário. Contudo não deixando claras as razões para ter negado o pedido do empregado.

A agenda social e festiva dos operários incluía a participação em festividades locais como também a participação em missas e outros eventos religiosos. Em algumas cartas foram encontrados relatos de missas que eram realizadas nas fábricas com a participação dos operários. Como foi o caso da missa 7º dia do falecimento do pai dos fundadores da Cia.³⁴ Em carta de 24 de abril de 1885, o gerente da Fábrica da Cachoeira dava notícias sobre uma festa na cidade de Curvelo:

[...] No dia 17 de maio p. f. (próximo futuro) começa-se no Curvelo as maçantes festas de ruas, cavahadas, touradas, teatros, etc.etc, e o povo aqui só fala em ir a festa. Não sei se pararei a fábrica durante os dois dias de festas, ou se darei carta branca aos que quiserem ir. Para proibir é impossível. A maioria irá sempre. Respondas-me como hei de arranjar isso. Se paro a fábrica, ou se vá quem quiser, de modo que esteja na 4ª feira cedo no serviço[...]. (Caixa Box 2 A – MTDMM)

A decisão do gerente de dispensar os operários na segunda-feira é relata em carta de 20 de maio de 1885 onde informa que: “vi-me obrigado a parar a fábrica na segunda-feira por causa da festa, mas terça-feira cedo todos se acharão em seus postos”.³⁵

Além disso, havia as bandas de música organizadas pelos empresários, cuja participação era livre tanto para os operários, quanto para outros jovens da comunidade. Segundo Giroletti (1991), a Cia fornecia os instrumentos e contratava os maestros para o treinamento dos participantes. Esta modalidade de lazer está presente até hoje na Fábrica do Cedro. Vale mencionar outras atividades como o futebol, com a criação em 1921 do Cedro Football Clube e o cinema, que funcionou no povoado do Cedro entre os anos de 1920 e 1930. (GIROLETTI, 1991)

Porém todas essas atividades de lazer eram mediadas e controladas pela fábrica. Outros eventos como circo e teatros que eram apresentados na Vila de Paraopeba eram prontamente cerceados pela direção da Cia. Principalmente quando se tratava de peças teatrais de cunho anarquistas (DUARTE, 1986).

³⁴ Refere-se a morte do Major Antonio Gonçalves da Silva Mascarenhas, falecido em 1884. Correspondência de Francisco Mascarenhas endereçada ao seu irmão Bernardo Mascarenhas em 17/01/1884 – Caixa Box nº 2 – MTDMM

³⁵ Livro Copiador de Cartas da Fábrica da Cachoeira de 06/009/1884 a 16/03/1886, p. 208 – MTDMM

A vida pessoal e social dos trabalhadores, tanto dentro quanto fora das fábricas, era rigidamente controlada e regulada. Muitas das normas que regiam as relações sociais, os direitos e os deveres dos operários nas primeiras fábricas estavam prescritos nos regulamentos. Eles se constituíram em importante instrumento de disciplinarização e controle por parte dos empresários sobre os operários. Os Regulamentos para Operários da Fábrica do Cedro de 1872³⁶ seguiam este princípio. Organizado em duas partes, explicitava todas as regras e normas as quais os trabalhadores e suas famílias estavam obrigados a seguir. O primeiro conjunto de regras, composto por 12 artigos, dizia respeito ao regulamento externo e objetivava regular a vida dos operários na vila operária. Fazem parte desse conjunto de regras proibições como:

Art. 1º - Consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público (...)

Art. 2º - Lançar nas ruas ou praças animais mortos ou moribundos, e imundices de cheiro desagradável (...).

No segundo grupo de normas, os regulamentos se direcionavam para o trabalho no interior da fábrica. Deste modo explicitavam, por meio de 16 artigos, as proibições a que estavam sujeitos os trabalhadores bem como as funções de cada mestre de seção, do contramestre e as bases nas quais deveriam se dar os relacionamentos entre os trabalhadores no interior da fábrica. Conforme descrito em alguns artigos transcritos abaixo:

Art. 1º - Desobedecer ou faltar com respeito aos superiores (...).

Art 3º - Brigar, espancar, promover conflitos (...).

Art 12º - Deixar seu lugar, máquinas ou repartição, para passear ou conversar com pessoas de outras máquinas, ou repartições inconveniente – trabalhar em qualquer outro serviço estranho aos interesses da fábrica (...).

Art. 14º Usar de castigos físicos de qualquer natureza para seus subordinados devendo os incorrigíveis e desobedientes ser apresentados ao Mestre Geral - que os remeterá ao escritório do gerente para os fins convenientes (...)

Segundo Mascarenhas os regulamentos tinham como principal objetivo assegurar a ordem e o respeito entre os moradores da vila operária, “já que não existia policiamento na região (...) e especialmente para garantir a disciplina no trabalho” (1972, p. 73). Ainda segundo esse autor tratava-se de um código de obrigações onde estavam contidos os:

³⁶ A transcrição deste documento pode ser encontrada em MASCARENHAS, Geraldo M. *Centenário da fábrica do cedro, 1872-1972*. Belo Horizonte: Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 1972. p. 75-83. Há ainda uma versão original disponível no MTDMM. É esta versão que está sendo utilizada como fonte nesta pesquisa

[...] dispositivos que davam a cada empregado o conhecimento das suas responsabilidades, possibilitando-o pautar os seus atos e atitudes dentro das conveniências disciplinares garantidoras da harmonia entre todos os que vinham viver na nova comunidade, e da boa ordem no trabalho para que este fosse efetivamente produtivo. (1972, p, 74)

Mas para outros autores como Vaz (1990, 2005) e Hardman e Leonardi (1982) este documento refletia ainda as relações escravocratas vigente no Brasil até 1888. Segundo Vaz (2005, p.150) “tratava-se de uma transposição da relação de trabalho existente nas fazendas escravagistas para o trabalho assalariado.” Ainda para este autor, o produtor rural foi substituído pelo gerente, “o feitor pelo mestre geral, a quem competia vigiar o trabalho e punir os negligentes (...). A multa substituíva o castigo físico” (2005, p. 150)

Giroletti (1991) numa perspectiva um pouco diferente, considera que os regulamentos se inseriam na estratégia dos empresários objetivando criar nos operários uma nova “cosmovisão”. Tal visão de mundo seria o resultado de valores transmitidos por meios das penalidades e dos estímulos materiais existentes nos regulamentos e nas relações sociais no interior das fábricas.

Percebe-se, a partir da leitura dos artigos do regulamento transcritos acima e os demais contidos no documento, traços de uma relação autoritária com o objetivo claro manter, nas mãos dos empresários, o controle de aspectos da vida social e privada do operário. Tratava-se de um código de obrigações e deveres, sem alusão aos direitos. Para Lopes (1979, p.59) esse controle se assemelha a um “governo local (...) que penetra diretamente nas esferas do trabalho e da moradia de seus súditos”.

A fábrica, juntamente com outras instituições sociais, produziu uma racionalidade e uma ordem próprias da sociedade industrial, conformando homens e mulheres de acordo com os seus interesses sociais, políticos e econômicos. Encerra-se este capítulo com uma observação feita por um dos diretores da CCC durante uma das assembléias de acionistas da empresa, considerada um exemplo da racionalidade e da ordem as quais se fala e que também permeou as relações da Cia com os operários desde o início da sua história:

[...] O operário do cedro pertence a uma geração de trabalhadores formada há três quartos de século na verdadeira escola da ordem e da disciplina, constituindo, portanto, uma plêiade de operários verdadeiramente dignos da confiança dos seus chefes, pelo amor ao trabalho, dedicação e interesse pela produção e pelo desenvolvimento da Companhia [...]. (Ata de Assembléia de Acionistas da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Não a

menção de data dessa assembléia, mas ao que tudo indica se trata da década de 40. Livro Geraldo Magalhães Mascarenhas, coleção pessoal Décio M. Mascarenhas - MTDMM)

3 AS MELHORES EMPREGADAS.

*Como sabes não convém que façamos mais casas;
as que têm são suficientes, tanto mais que na proporção que
alguma família se retira, a vou substituindo por moças do
Convento que são as melhores empregadas*
Francisco Mascarenhas – 1887

A epígrafe que deste capítulo é um fragmento de uma correspondência escrita por Francisco Mascarenhas em 1887, um dos sócios da CCC, onde explicita a opção da Cia pela mão-de-obra feminina, afirmando tratar-se das “melhores empregadas”. Assinalar o que levou a esses empresários a pensarem desta forma é um dos objetivos deste capítulo. A partir das fontes primárias investigadas, especialmente algumas cartas escritas e trocadas entre os industriais, se verá que as condições sociais e econômicas tais como a pobreza, a viuvez e o celibato contribuíram para que as mulheres se tornassem as melhores empregadas. Pobres, sozinhas, algumas carregadas de filhos e sendo obrigadas a viverem longe da família, nos conventos das fábricas, se submeteram com mais “facilidade” às regras disciplinares impostas pelo sistema fabril. Mas se buscará discutir também que apesar de toda disciplina e controle, as mulheres foram capazes de desenvolver táticas de burlas, muitas delas vinculadas a sua sexualidade. O próprio celibato, mantido pelas operárias, será visto aqui ao mesmo tempo como uma imposição da fábrica, mas também como uma subversão silenciosa das mulheres à ordem estabelecida. Fundamentando-se em autoras que do mesmo modo realizaram pesquisas sobre mulheres trabalhadoras, ver-se-á que no imaginário dos homens, as mulheres pobres, trabalhadoras e sozinhas apareciam, muitas vezes, como prostitutas em potencial. Neste sentido se buscará discutir em que medida esse imaginário esteve presente no cotidiano das operárias no interior das fábricas de tecidos servindo para justificar a segregação, a vigilância, o enclausuramento e o cerceamento aos quais estavam submetidas.

3.1 Das condições sociais e econômicas: pobres, sozinhas e migrantes

Em 03 de março de 1932, Ritta uma operária da Fábrica do Cedro encaminha a seguinte carta para a Diretoria da CCC:

Ex. S^a Diretores da C.C.C.

Belo Horizonte

Tendo-me ingressado nos serviços desta conceituada empresa, desde a compra pela companhia da fábrica de São Vicente, em época que não posso mais me recordar, procurei sempre demonstrar a maior dedicação nos serviços que a mim confiaram os chefes daquela época, e há vinte e muitos anos consegui minha transferência para aqui por benevolência do Exmo. Senhor Cel. Caetano, tendo sempre como encargo o lugar de tecelona. Presentemente sentindo sem forças para o trabalho, venho a presença de Vossas Exs. solicitar a minha aposentadoria confiada nos sentimentos magnânimos dos dignos Diretores que no presente dirige os negócios desta fábrica. Tenho mais a dizer-lhes que antes da compra da Fábrica de São Vicente, a humilde operária que vos dirige já havia ingressado nos serviços desde o ano de 1882. Contando ser atendida no justo pedido que venho vos fazer, curvo-me sinceramente agradecida.

Ritta Maria

Cedro, 3 de março de 1932 (Caixa Box nº 219 – MTDMM)

O que chama a atenção na correspondência enviada por Ritta, dentre outras coisas, é o tempo de serviço prestado na Cia, bem como a dedicação que sempre consagrou ao trabalho durante todo o tempo em que esteve empregada. Segundo o seu relato, trabalhou na CCC desde a compra da Fábrica de São Vicente, o que se deu em 1891, mas ela ainda informa que antes mesmo desse tempo, já havia ingressado nos serviços da Cia ainda no ano de 1882. A partir de suas informações calcula-se mais de 50 anos de serviços prestados a CCC.

Assim como Ritta, Ana também foi operária da Fábrica do Cedro. Ela nasceu no Cedro em 20 de setembro de 1892, era filha de Antônio, operário da Fábrica do Cedro e de Anna. Em 1º de maio de 1907, com 15 anos de idade ingressou como operária na Fábrica do Cedro, quase um ano depois de seu pai ter sido vitimado por um acidente que acarretou sua morte na mesma fábrica. Em 1912 trabalhava na tecelagem onde em setembro deste mesmo ano recebeu o salário mensal no valor de 20.020.³⁷ Permaneceu nesta seção da fábrica até 1918 quando então foi transferida para a sala de panos.³⁸ Em janeiro de 1924, ainda estava na sala de panos, ganhando 160 réis por hora de trabalho, no mês em questão trabalhou 260 horas e recebeu de salário 41.600.³⁹ Em 1952, segundo o Registro de Empregado já estava com 57 anos, solteira e exercia a função de retalhista, recebendo cerca de 2,71 Cruzeiros por

³⁷ Livro de pagamento da Fábrica do Cedro de 1909 a 1913- MTDMM

³⁸ Livro de Pagamentos da Fábrica do Cedro de abril de 1917 a Agosto de 1920 - MTDMM

³⁹ Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro de 1924 a 1926 - MTDMM

hora de trabalho.⁴⁰ Aposentou-se em 31 de agosto de 1961⁴¹, após 54 anos de trabalho na Cia, vindo a falecer em 31 de agosto de 1975⁴².

Além do pai, Ana possuía outros parentes que também eram operários da fábrica⁴³, dentre os quais a sua irmã Francisca que nascida em 04 de abril de 1898 ingressou como operária na Fábrica do Cedro em 04 de março de 1908 com a idade de 10 anos. Foi operária por 53 anos se aposentando em 1º de agosto de 1961 já com quase 63 anos de idade.⁴⁴ Passou a maior parte do tempo trabalhando na tecelagem. Aos olhos da empresa deveria ser uma boa tecelã, pois produzia o suficiente para lhe render, muitas vezes uma média salarial superior a da maioria das suas companheiras de trabalho. Em 1926⁴⁵, por exemplo, recebeu cerca de 90.000 a 100.000 réis, quando a maior parte das tecelãs não recebeu mais do que 60.000 a 70.000 réis. Segundo seu dossiê na década de 1950, já com mais de 50 anos de idade havia deixado os teares para ser auxiliar de bobinista, recebendo por isso 2,71 Cruzeiros por hora de trabalho. Como a irmã, não se casou e ao que tudo indica era analfabeta, pois não assinou os documentos de registro, o que foi feito por outra pessoa em seu nome.

O levantamento de dados feito nos dossiês de operários demitidos da CCC, referente a algumas operárias que ingressaram na Cia antes de 1930 sinaliza que semelhante às operárias acima, outras tantas mulheres também dedicaram um logo tempo de suas vidas ao trabalho nas fábricas. De acordo com as informações obtidas, o tempo médio de serviço prestado era de pelo menos 35 anos e a idade de ingresso no trabalho estava abaixo dos 15 anos.

Além de trabalharem por longo tempo de serviço, outras características compunham o perfil das operárias. A primeira delas diz respeito às precárias condições sociais e econômicas na qual viviam, beirando mesmo ao estado de miséria. Muitas são as cartas que explicitam essa situação. Um exemplo pode ser dado por uma correspondência de 04 de setembro de 1895, escrita por Caetano Mascarenhas endereçada ao superintendente da CCC informando que: “Arranjei a abadessa que precisas e me parece que há de desempenhar

⁴⁰ Dossiê de empregado nº 4308, caixa nº 500 – Setor de documentação - Fábrica do Cedro - MTDMM

⁴¹ Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica do Cedro – Arquivo de Pessoal da CCC – Fábrica do Cedro

⁴² Dossiê de empregado nº 4308, caixa nº 500 – Setor de documentação - Fábrica do Cedro - MTDMM

⁴³ Livro de pagamento da Fábrica do Cedro de 1907 a 1909 – MTDMM. Esta fonte não informa o grau de parentesco entre os operários. Isso só é possível quando o operário possui o Registro de Empregado que oferece informações mais completas como filiação, grau de instrução, idade, função, salário dentre outras. Isto só começou a ser feito a partir década de 1930, por imposição das primeiras leis trabalhistas. Desta forma nem todos os operários registrados nos livros de ponto possuem esses registros.

⁴⁴ Dossiê de empregado nº 4336, caixa nº 500 - Arquivo de Pessoal da CCC – Fábrica do Cedro

⁴⁵ Livro de pagamento da Fábrica do Cedro de 1924 a 1926 - MTDMM

bem o cargo. É uma coitada de Diamantina e que traz muito boas referências e que a pobreza obriga a se retirar de lá onde a vida é cara.” “ Já em outra o gerente da Fábrica de São Sebastião encaminha uma viúva que busca emprego para si e seus filhos em uma das fábricas da Cia. É importante atentar para as considerações que esse gerente faz acerca das condições materiais da viúva:

[...] É apresentante desta a minha comadre a Senhora Luiza que procura emprego nessa fábrica. É uma pobre viúva carregada de filhos e leva um irmão em sua companhia. Durante o tempo que aqui estiveram procederam sempre bem, e estimarei que aí achem cômodos e emprego [...]. (25/08/1888 – Caixa Box nº 11 A – MTDMM, grifo nosso)

A condição de pobreza era tão acentuada que as futuras operárias necessitavam da ajuda da Cia antes mesmo de assumirem o posto de trabalho. Conforme relatado na carta de 02 de novembro de 1896, escrita por Jose Mortmer Dayrell, um comerciante da região do Serro, incumbido de arregimentar operárias para a CCC:

[...] Tenho ainda a comunicar-lhe que por um amigo a quem incumbi de agenciar trabalhadoras para esta Companhia, fui informado de que obteve para o trabalho das fábricas 15 ou 20 moças; mas que são excessivamente pobres e por isso pedem algum dinheiro em adiantamento para poderem fazer as despesas necessárias com os preparativos da viagem. Se convier ao amigo fazer o adiantamento exigido, queira transmitir suas ordens, a fim de que eu possa providenciar sobre a ida dessas moças, ficando assentado, conforme aí me disse o amigo, que a Companhia fará todas as despesas da viagem até a fábrica [...]. (Caixa Box 25 A – MTDMM, grifo nosso)

As despesas as quais a carta faz referência dizia respeito à alimentação, transporte e muitas vezes à compra de tecidos para a confecção de roupas para serem levadas na viagem. Uma correspondência intitulada “Lista das fazendas vendidas às moças da Tapera que vão para a Fábrica do Cedro” de 18 de dezembro de 1896 discrimina alguns itens adquiridos pelas operárias para que tivessem condições de partir para a fábrica:

[...] Srta. Maria Marçal comprou e deve: 6 m de riscado xadrez, 9 m de mescla azul, uma peça de algodão liso (da Fábrica de São Vicente), 2,5 m de trançado tinto e uma coberta em sociedade com a irmã Augusta; b) Srta. Augusta Marçal comprou e deve: 5 m de riscado xadrez e 4 m de mescla azul; c) Sebastiana Angélica de Jesus comprou e deve: 7 m de riscado xadrez, duas peças de algodão nº 1 (São Vicente) e 8,25 m de algodão tinto e um cobertor em sociedade com sua sobrinha, Maria Angélica; d) Maria Angélica comprou e deve: 7 m de xadrez, duas peças de algodão nº 1 (São Vicente) e 8,25 m de algodão tinto; e) Maria Cândida do Nascimento; f) Rosa Cândida de Jesus, fora as duas únicas

que não compraram nada a título de adiantamento; g) Maria Francisca da Silva comprou e deve: 7 m de riscado xadrez, 5 m de mescla azul, 2 m de algodão trançado tinto, uma peça de algodão liso nº 1 (São Vicente), uma peça de algodão nº 1 sorte e um cobertor para si e Dejanira; h) Dejanira Francisca da Silva comprou e deve: 4 m de mescla azul, 4,4 m de algodão trançado tinto, uma peça de algodão liso nº 1 e 6 m de riscado xadrez. Compras idênticas foram feitas por : i) Maria Rocha; j) Josefina Fernandes; l) Cândida Inácio; m) Maria Rita e seu irmão Júlio [...]. (Caixa Box nº 25 A – MTDMM)

O conteúdo da lista apresenta alguns sinais da penúria e escassez com que viviam essas mulheres. Ao que parece elas não possuíam roupas adequadas para assumirem o emprego na fábrica e, em alguns casos, chegavam a dividir o mesmo cobertor. Giroletti (1991) ao analisar o mesmo documento classifica a situação social das operárias como sendo a de uma “pobreza franciscana”. É interessante observar que outras operárias de fábricas localizadas bem distantes de Minas Gerais apresentavam a mesma condição de precariedade indicando que se tratava da condição de vida dos operários de um modo geral. Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991), analisando as condições sociais e econômicas dos operários da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, enfatiza a precariedade de vida dos mesmos. Baseando-se em um inventário feito por Horace Davis⁴⁶ concernente ao vestuário feminino, Decca expõe que:

De um total de 140 mulheres, 57 não tinham sequer um “vestido de passeio”, 45 não tinham casacos, 17 não tinham um par de sapatos ao menos, 81 não tinham chinelos; 82 tinham apenas um par de sapatos, 47 dois pares de meia, 75 apenas um casaco e assim por diante. (1991, p. 56)

A correspondência recebida pelo superintendente da CCC datada de 1º de março de 1885, testemunha o estado de pobreza, carência e a penúria de vida das mulheres empregadas nas fábricas:

[...] A morte do nosso Compadre Jose Alves deixa na mais completa desolação a viúva e duas filhas moças entre as quais uma é nossa afilhada. No estado de indigência em que se acham resolveram procurar um emprego aí na fábrica. A viúva além de cega está paralítica. O senhor Bernardino apresentante desta agora reconhece o dever que tem de tratar de sua mãe e irmãs, e esta resolvido a uma mudança radical em sua vida e pede-me para pedir-te e ao Theophilo, como um ato de caridade arranjar-lhe e para suas duas irmãs e um irmão emprego aí na fábrica. Conheço que há para aí grande afluência de pretendentes a emprego e que muitas vezes não há vaga. Mas se

⁴⁶ DAVIS, Horace. Padrão de Vida dos operários na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, nº 13. São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935.

houver vaga peço-te e ao Theophilo arranjam-lhes o emprego para que possam tratar da família [...]. (Caixa Box nº 2 A – MTDMM)

Em virtude da vida miserável que viviam as operárias, o adiantamento de despesas se constituía em uma prática recorrente por parte dos industriais, caso contrário poderiam enfrentar dificuldades para conseguir trabalhadoras. Contudo tal adiantamento se caracterizava como um empréstimo cujo ressarcimento deveria ser feito pelas trabalhadoras. Desta forma elas já iniciavam o trabalho nas fábricas como devedoras dos patrões. E ter a certeza de que receberiam de volta o investimento inicial foi uma preocupação dos proprietários das fábricas. Isto fica claro em algumas missivas avaliadas como a do gerente da Fábrica do Cedro endereçada a Celestino Soares da Cruz, gerente da Fábrica de Montes claros, reclamando quanto ao valor das despesas iniciais das operárias, que com certeza teriam dificuldades em quitar sua dívida com a Cia.

[...] Achei excessivas as vendas que fez às operárias, e que estão fora do que foi autorizado a respeito. Porquanto deveria ser fornecido às operárias somente o que fosse necessariamente urgente para a vinda, pois com certeza muitas não poderão pagar as dívidas contraídas em vista de estarem os salários apenas dando para subsistência, não tendo nenhuma a suficiente prática de tear, fim para qual as pedi [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1889-1890, p. 214-215 – MTDMM)

Mais uma epístola escrita pelo gerente da Fábrica da Cachoeira também se constitui em indícios desta preocupação. Apesar de não fazer referência direta ao adiantamento de dinheiro para as primeiras despesas, deixa transparecer, no entanto, a sua apreensão quanto às possibilidades reais de algumas operárias contratadas em dar conta de suas despesas na fábrica. A correspondência é de 23 de março de 1893 cujo depositário foi o Padre Francisco Xavier de Almeida Rolim:

[...] Entre as que vieram há três pequenas que atualmente não ganham para comer, o que não é conveniente para elas. Portanto peço ao Revmo. o favor de dizer ao Revmo. Padre Epaminondas que, tendo de mandar-me mais moças, venham somente aquelas que possam prestar maiores serviços [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1894, p.311 – MTDMM)

Além da pobreza material, outra característica compunha o perfil socioeconômico da mão-de-obra feminina. Tratava-se da preferência declarada dos industriais por mulheres sozinhas, ou seja, as órfãs, as solteiras e as viúvas. A justificativa é dada pelos próprios

industriais: “não dão falhas, e se adoecer algum é uma falha só”.⁴⁷ Em 17 de agosto de 1888, o gerente da Fábrica do Cedro reforça esta opção ao escrever para o Coronel Gregório Veloso da Fábrica de Montes Claros se prontificando a receber algumas operárias dessa fábrica, desde que viessem sozinhas, como ele mesmo diz: “receberei como disse a V. S^a vinte moças para o Convento, mas sós, sem ligações com suas famílias, pois para estas não tenho absolutamente cômodos”⁴⁸. A missiva escrita em 28 de junho de 1894 pelo superintendente da CCC e encaminhada ao gerente da Fábrica de São Vicente também se constitui em outro exemplo:

[...] A fábrica daqui necessita de umas dez moças tecelonas, pois que estão vagos alguns teares por enfermidade, mudança ou casamento de algumas. Há dificuldade de se obter por aqui este tipo de pessoal, pelo que peço para te esforçares o mais possível para arranjar por aí aquele número, para ficarem residentes no Convento [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1894, p.271 – MTDMM)

Em uma carta de 04 de março de 1886, Caetano Mascarenhas, por sua vez, encaminha uma viúva para que fosse empregada na Fábrica do Cedro:

[...] Uma viúva ainda forte com quatro filhas, todas muito honestas e pobríssimas, portanto muito precisadas de ganhar a vida e muito trabalhadeiras, moradoras em Jequitibá, pede-me para ver se arranjo-lhes emprego aí na fábrica. Acho-as boas para isso [...]. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

É importante salientar, que segundo as fontes analisadas, no caso de contratação de viúvas com filhos, estas eram “bem vindas”, principalmente, quando as crianças podiam ser incluídas no trabalho nas fábricas, como foi a situação narrada na carta acima. Contudo, nas situações onde as crianças poderiam vir a se constituir em um estorvo para o trabalho, a contratação da operária não se concretizava como foi narrado em carta pelo gerente da Fábrica da Cachoeira em dezembro de 1884: “A Senhora Isidora aqui veio com carta tua, para empregar-se; além de não haver atualmente uma vaga, ela trás duas outras crianças que lhe tomarão quase todo tempo.”

As fontes analisadas apontam que o esforço empreendido pelos industriais no sentido de arremeter mulheres sós para suas fábricas foi algo expressivo. Se por um lado os proprietários e gerentes se mobilizavam para conseguir estas trabalhadoras, por outro, as

⁴⁷ Gerente da Fábrica da Cachoeira em 12/04/1887 – Caixa Box nº 15 A – MTDMM

⁴⁸ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-420- MTDMM

próprias mulheres, seus parentes ou outros membros da sociedade, também buscavam empregá-las no trabalho fabril. Cartas como as que se seguem dão prova deste fato: “hoje uma viúva do Bairro Alto mandou me pedir para escrever-lhe sabendo se ainda o Senhor aceita empregados, adiantando-lhe a quantia para a condução ou mesmo a condução e precisa com brevidade.”⁴⁹ Em 25 de agosto de 1888 outra interessada no trabalho fabril se apresenta ao gerente da fábrica de São Sebastião em busca de um lugar nesta fábrica: “Aqui veio uma mulher daí [...] que tem filhos na fábrica, e veio oferecer seus serviços; não a conheço e quero que me digas quem é essas senhora.”⁵⁰ Quintiliano Senna, interessado em empregar uma sobrinha órfã escreve para o superintendente da CCC em 22 de julho de 1890 com o seguinte pedido: “Tenho uma sobrinha órfã de pai e mãe, a qual acha-se em meu poder, e peço-lhe a sua valiosa proteção arranjando-me um lugar para ela no Convento e bem assim um emprego na fábrica.”⁵¹

Contudo a necessidade das mulheres sós pelo trabalho fica visível em uma carta de 04 de março de 1890, escrita por uma operária cujo depositário é o superintendente da CCC, na carta ela faz um comovente apelo por um emprego em uma das fábricas da CCC:

Rogo por mim e por minha família emprego em sua fábrica, digo com pureza somos bons empregados, obedecemos ao patrão, cumprimos seus mandatos. (...) Estamos aqui há um ano, e ainda não tomamos nenhum pito e nenhum grito. Eu trabalho muito bem no tecido, meu menino trabalha muito bem no filatório, nos liços, é muito esperto, sabe enfiar pano liso, trançado e espinha de pechi; cumpre tão bem sua obrigação que ainda não foi preciso darem-lhe pito nem ralho. (Caixa Box nº 18 A – MTDMM)

Nota-se na carta acima um tom de súplica, pois ela “roga” um emprego. Continuando em seu apelo ela se apressa em informar ao gerente que se trata de alguém que obedece prontamente as regras impostas, “cumprimos seus mandados”, não reclamamos e não causamos problemas, “estamos aqui há mais de um ano, e ainda não tomamos nenhum pito”. Ao final ela expõe para o gerente o seu conhecimento do trabalho têxtil, bem como o do filho, afirmando ainda que se tratava de uma criança obediente. A leitura mais atenta da carta dá pistas de alguém aflito, cuja necessidade faz rogar um emprego, a atitude beira a humilhação. Tudo isso são indícios de que o trabalho é algo primordial na vida dela e de sua família.

O que todas estas cartas sinalizam é que para uma parcela da população feminina pobre e sozinha as fábricas representaram uma alternativa de vida com menos privação e certa

⁴⁹ Caixa Box nº 25 - MTDMM

⁵⁰ Caixa Box nº 3 A - MTDMM

⁵¹ Caixa Box nº 11 A - MTDMM

dignidade, e em alguns casos oferecendo também uma “proteção” social. Mas, as fábricas, por sua vez, souberam da dessa situação de fragilidade social destas mulheres. De acordo com o gerente da Fábrica de São Vicente: “Barroso é cunhado do Padre Pedro e disse-me que lá se obtém muitas moças boas e muito pobres que é gente que precisamos.”⁵² Para esses industriais a fábrica se constituía em um verdadeiro “amparo das famílias paupérrimas”⁵³. Sendo assim, muitas vezes, as relações de trabalho ali estabelecidas vinham envoltas em atos de caridade e benevolência desses sujeitos para com a população pobre de um modo geral, vistos como “pobrezinhos que se chamam operários”.⁵⁴ Esta visão caridosa foi compartilhada por outras fábricas. Os diretores da Fábrica de Beriberi, localizada nos arredores de Diamantina, ao responder o inquérito parlamentar realizado pelo governo federal em 1883⁵⁵ afirma que:

[...] Esta fábrica foi fundada por iniciativa do Exmo. Sr. D. João Antônio dos Santos, que atendendo a estado precário, em que tinham ficado os habitantes do distrito de Diamantina, devido à grande baixa de diamantes, teve a idéia de fundar uma grande fábrica de tecidos de algodão para dar trabalho aos homens, e depois a tantas moças honestas que não tinham meios de subsistência [...]. (*apud* LIBBY, 1980, p.228)

A carta escrita em 07 de dezembro de 1887 por um comerciante de Sete Lagoas, parente dos proprietários da CCC também é um valioso exemplo do que está sendo dito:

[...] Apresento-te a senhora Maria Joana, portadora desta, que quer empregar-se aí na fábrica, é uma pobre viúva honrada e muito capaz, interesse-me por ela e se o primo a aceitar é um ato de caridade que pratica e um grande favor que me faz [...]. (Caixa Box nº 16 A – MTDMM)

As fontes sugerem que a preferência pelas mulheres sozinhas foi uma prática adotada pela CCC ao longo dos seus primeiros dez anos de funcionamento. Porém em torno dos anos de 1916 e 1917, a condição de ser solteira tornar-se-á requisito obrigatório para as mulheres que ingressavam no trabalho das fábricas. Tal afirmação se fundamenta em uma correspondência de um dos diretores da CCC encaminhada ao gerente da Fábrica de São

⁵² 16/07/1894 – Caixa Box nº 5 – MTDMM (grifo nosso)

⁵³ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1872 a 1879, p. 171 - MTDMM

⁵⁴ Gerente da Fábrica de São Sebastião em carta párea seu irmão gerente da Fábrica do Cedro em 26/06/1901 – Caixa Box nº 3ª - MTDMM

⁵⁵ Comissão Parlamentar de Inquérito, Informações apresentadas ao corpo legislativo, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, p.295

Vicente onde consta que “para ser admitido como operário precisa preencher as seguintes condições: (...) sendo mulher deverá ser solteira, não se aceitam casadas”.⁵⁶

Vale ainda ressaltar que a opção por trabalhadores sozinhos parece não ter sido uma regra aplicada à mão-de-obra masculina adulta. As cartas que se referiam a contratação de trabalhadores do sexo masculino indicam que eles vinham, na maioria das vezes, acompanhados de suas famílias. Como foi o caso, por exemplo, de um operário chamado Antonio Lages, chefe de família encaminhado para o trabalho em uma das fábricas da Cia, pelo gerente da Fábrica da Cachoeira em carta datada de 9 de julho de 1885:

[...] É portador d’esta o Sr Antônio Lages, Chefe de família sobre a qual falei-te no Engenho Novo. A Abodestina, sua filha, deixará saudades; é moça cujo comportamento é digno de ser imitado. Virgíneo, é menino exemplar para filatório. José é bom, mas pouco ajuizado. Os chefes da família são bons, e o Sr. Lages é homem do trabalho e entende alguma coisa de pedreiro [...]. (Caixa Box nº 14 A – MTDMM)

O mesmo pode ser comprovado pela missiva do gerente da Fábrica da Cachoeira escrita em 18 de setembro de 1885 dizendo ao gerente da Fábrica do Cedro que poderia “mandar para aqui a pobre família do infeliz Henrique; tenho um cômodo reservado para ela, e teares”.

Apesar do empenho em arremeter mulheres sozinhas, fossem elas órfãs, viúvas ou solteiras, nem sempre a Cia absteve-se de empregar mulheres casadas. Conforme um levantamento feito sobre o estado civil das operárias registradas nos livros de operários demitidos das fábricas do Cedro, da Cachoeira e de São Vicente, dentre as 213 operárias que ingressaram nestas fábricas entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, 5 delas eram casadas, 2 eram viúvas e as demais eram solteiras. Estes dados revelam por um lado que mesmo sendo um número significativamente menor, as fábricas abriram algumas exceções para as mulheres casadas. Mas, por outro lado, revelam que a predominância das mulheres solteiras em relação às casadas foi um fato.

É importante pensar até que ponto a representação social e o papel que a família detinha no período contemplado pela pesquisa influenciou também esta opção. Segundo Perrot (2005, p. 179) os proprietários de fábricas, ao lançarem mão das mulheres sozinhas, acabam mostrando-se preocupados em preservar a família, já que ainda segundo essa mesma

⁵⁶ Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140. Este foi o único documento localizado que trata dessa obrigatoriedade, não sendo possível determinar de antes dessa época já havia alguma deliberação nesse sentido. Atualmente a CCC emprega mulheres casadas, mas não foi possível saber a partir de quando isto passou a ser uma prática da empresa.

autora, a mulher casada “não pertence mais a si mesma, ela pertence a seu marido e a seus filhos; reunidos eles formam a família”.

Perrot (2005) ainda argumenta que o trabalho da mulher apresentava, no final do século XIX, um caráter complementar. Desta forma as moças começavam a trabalhar muito jovens retirando-se quando do casamento, podendo recomeçar mais tarde, já viúvas. As cartas analisadas e muitas das quais já transcritas aqui caminham nesta direção. Assim sendo é de se supor que as fábricas mesmo empregando mulheres não impediam que estas se casassem, constituíssem família e de alguma forma, aos olhos dos industriais “cumprissem o seu destino”. Uma carta escrita por Mascarenhas e Irmãos, endereçada a operária Hermenegilda Mitz, em 05 de fevereiro de 1881, corrobora o que foi dito:

[...] O trabalho é a lei suprema da humanidade e a preguiça é cancro roedor, causa da miséria e que muitos prejuízos têm dado a esta fábrica. Nos nove anos que Vmcê. tem trabalhado aqui, tem desenvolvido sempre uma atividade de dedicação tão acima do comum que raras têm sido as companheiras que lhe têm igualado. Se seu trabalho nos tem sido lucrativo, seu exemplo muito mais vantajoso nos tem sido. É, portanto, nosso dever, hoje, no dia do seu casamento, manifestar-lhe o quanto lhe somos gratos, pedindo-lhe haja de aceitar o pequeno adjutório, que incluso lhe oferecemos. Que Deus abençoe o seu consórcio são os votos dos respeitadores e obrigados, Mascarenhas e Irmãos [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1881 a 1883, p. 486 – MTDMM)

De acordo com o modelo de família da época a mulher carregava a simbologia da mãe, da esposa, da dona de casa e tudo o mais que isso implicava a fidelidade, honradez, a submissão, a abnegação, a discrição, a delicadeza e etc. Nas fábricas, lhes eram exigidas estes mesmos atributos. Assim estas instituições acabaram por cumprir o papel de “ajudar” estas moças com a educação e subsistência até que finalmente alcançassem a sua função, o casamento. Tal modelo idealizado contrasta com a vida das famílias operárias e das mulheres pobres que a despeito dessa idealização, precisavam trabalhar para complementar ou mesmo cobrir todo o orçamento doméstico. Neste contexto a educação e a disciplina a que as mulheres estavam sujeitas cumpria exatamente a função de preservá-las para o casamento, mesmo ou apesar de se tornarem operárias. É nesse contexto que a Hermenegilda, a operária da carta acima, fez por merecer uma carta tão terna e grata dos patrões, porque ela correspondeu ao investimento e às expectativas nela depositadas. Esta operária, conforme dito na carta se constituiu em um exemplo como trabalhadora, e como mulher. Trabalhou com a dedicação acima do esperado e com isso proporcionou o lucro tão esperado pelos seus dirigentes e se retira da fábrica para assumir o lugar para o qual foi educada.

Mas a despeito deste “destino”, nem todas se casavam, pois muitas operárias permaneceram solteiras até se aposentarem, como comprovam alguns documentos. Surellot (1970) argumenta que as operárias solteiras não são apenas moças que trabalham antes do casamento, muitas são adultas, e porque são sozinhas têm sobre si a responsabilidade de prover o sustento próprio e de outros membros da família que estão ao seu encargo. A questão que fica em aberto é a de saber se o celibato foi uma imposição diante das contingências da vida ou uma opção.

Perrot (2005, p. 474) argumenta que em uma leitura mais feminista sobre as mulheres, o celibato e até mesmo a virgindade poderiam ser considerados como uma “última muralha contra a dominação masculina”. A mesma autora ainda analisa que o celibato acaba se constituindo em “um preço a pagar” de acordo com ela “por uma vontade – ou uma necessidade – de trabalhar em um tempo e um meio que sonha com a mulher caseira” (PERROT, 2005, p. 255). Baseando-se nessas observações feitas por Perrot considera-se que a necessidade ou o desejo pelo trabalho também ajude a entender o fato de que um número significativo de mulheres operárias da CCC e de outras companhias têxteis permanecerem solteira ao longo da vida. Mas as fontes disponíveis não foram suficientes para conclusões mais precisas. No entanto, arrisca-se a pensar aqui o celibato dessas operárias como uma subversão silenciosa a uma ordem estabelecida, ordem essa que “insistia” em torná-las “caseiras”, mães de família e donas de casa. Desta forma acredita-se que o trabalho tenha representado para essas operárias a possibilidade de um destino diferente, onde poderiam ser mais autônomas, um pouco mais “donas de si”, em uma vida com menos submissão, menos obediência, menos controle. Ainda que essa subversão tenha se dado, contraditoriamente, por meio da aceitação dessa ordem, pois para garantir o trabalho precisavam se manter solteiras, mas ao fazerem isso de alguma forma diziam “não” a um destino imposto a elas.

Além de pobres e sozinhas, outro fato chama atenção a respeito das mulheres operárias da CCC, elas eram migrantes. De acordo com as fontes analisadas, muitas operárias eram recrutadas fora da localidade das fábricas. Segundo os documentos, as operárias eram recrutadas principalmente do Alto Jequitinhonha, mais precisamente nas proximidades da cidade de Diamantina, incluindo aí as localidades do Serro, de Mendanha e Tapera. Em menor escala outras cidade como Montes Claros, mais ao norte, e Sabará, mais ao centro do Estado, também se constituíram em lugares para o recrutamento de mão-de-obra feminina para as fábricas. Esta prática pode ser vista como uma estratégia para manter por mais tempo o

trabalhador na fábrica, conforme explicita o gerente da Fábrica do Cedro, em carta de 17 agosto de 1889:

[...] Recebei, pois, vinte moças que V. S^a queira fazer-me o favor de obter-me, não é que eu tenho necessidade de operários, mas V. S^a sabe que nestes serviços são sempre precisos reforços, acrescendo ainda que os operários de fora, mesmo por essa circunstancia, oferecem constância e estabilidade no serviço, acontecendo o contrario aos do lugar, que encontram sempre muitos motivos para se abstraírem de suas obrigações [...]. (Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-420 – grifo nosso)

Imbuídos com este pensamento os proprietários procuraram sempre que possível recrutar “suas” operárias o mais longe possível, abrigando-as de preferência nos conventos existentes nas fábricas. As cartas que tratam do aliciamento de operárias para a Cia se constituem em valiosos documentos que explicitam a prática de recrutarem-nas de outras cidades. Além das que já foram citadas em momentos anteriores, outras do mesmo modo comprovam esta prática. É o caso da missiva escrita por Caetano Mascarenhas, à frente da organização da Fábrica de São Vicente, onde recruta operárias para esta fábrica:

[...] Este mês a produção deve melhorar. Estou tratando do assentamento dos 35 teares que faltam, e precisarei de mais 35 tecelonas, e de meninos, então é que me vejo em apuros para arranjar. José Domingues Alves Barroso, tratou comigo, mandar muita moça e boa gente do Mendanha [...]. (16/07/1894, Caixa Box nº 3 A – MTDMM)

A correspondência do superintendente da CCC, de 24 de agosto de 1886, enviada ao gerente da Fábrica da Cachoeira também confirma este fato:

[...] Tenho uma precisão de umas 20 moças para o serviço da fábrica, e penso que será bom fazeres o Sr. Serrano ir para os lados do Serro a ver se consegue estas operárias, cuja falta tem feito ultimamente decrescer bem aqui a produção. Se ele precisar de animais para este fim, poderão servir os burros da tropa que aí estão [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1896 a 1897, p. 152-153 – MTDMM)

Em outra epístola, do gerente da Fábrica da Cachoeira ao Padre José Maria dos Reis três elementos chamam a atenção, a contratação de operárias residentes fora da localidade das fábricas, a definição da idade mínima das moças e a participação da Igreja Católica como uma das fontes de aliciamento de operárias:

[...] Tendo o Dr. Pacifico me informado que V. Revma. se dirigira ao Revmo. Padre Rollim no sentido de obter admissão de moças nos serviços das fábricas desta Companhia peço ao Revmo. o obséquio de entender-se com o nosso amigo Mortmer para promover a vinda de 15 ou 20 moças, quem não sejam meninas, de 14 anos para cima, sadias e desembaraçadas para o trabalho[...]. (27/08/1894 – Caixa Box 23 A – MTDMM)

Analisando não só esta, mas várias outras cartas que tratam do aliciamento de mulheres sozinhas percebe-se que elas deveriam residir no convento. De fato, acomodar as operárias que chegavam de longe e sem a família impôs às fabricas a necessidade pensar a acomodação destas mulheres. É neste contexto que se inserem os conventos das fábricas.

3.2 Os conventos das fábricas

O Convento foi um espaço criado pelas fábricas de tecidos com a finalidade de abrigar as operárias solteiras, viúvas e órfãs. Foi uma prática adotada pela CCC, como também por outras fábricas como a de Marzagão, Gabiroba, Beriberi, Montes Claros entre outras. (GIROLETTI, 1991, p.171).

Para alguns autores a moradia das moças operárias se assemelhava a pensões. Clóvis de Faria Alvim (1980) ao escrever sobre a fábrica da Gabiroba menciona a pensão para moças. Da mesma forma Judith Rossner⁵⁷ em seu romance *Emmeline* assim descrevia a pensão para as operárias da Cidade de Lowell:

Hannah falava muito sobre a cidade de Lowell, com suas enormes usinas de tecelagem de algodão e seu sistema caridoso, pelo qual os donos das tecelagens forneciam alojamento e proteção para seus empregados. Era devido a tal sistema que as fiações haviam conseguido atrair mão-de-obra tão boa – moças dignas e respeitáveis, nada diferentes de Emmeline – Saídas de fazendas assoladas pela pobreza no Maine e em New Hampshire . (1980, p. 11).

Ao se referir Convento da Fábrica do Cedro a escritora Maria Helena Ribeiro⁵⁸ igualmente o tratava como uma pensão de moças:

⁵⁷ ROSSNER, Judith. *Emeline*. Rio de Janeiro: Record, 1989. Trata-se de um romance que conta a história da menina Emeline Mosher que aos 14 anos se tornou operária em uma das fábricas de tecidos da cidade de Lowell nos Estados Unidos em 1839.

⁵⁸ RIBEIRO, Maria Helena. *Fazenda da Ponte*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1968. Ex-operária da Fábrica do Cedro, onde trabalhou como tecelona. Além disso, seu pai e avô foram operários da mesma fábrica.

_ Aquela casa comprida, à direita, que foi recentemente construída é o Convento.

_ Convento?

_ Sim senhora. Mas não passa de um pensionato para moças. E talvez pelo fato de viverem ali moças algum tanto enclausuradas, apelidaram a calma vivenda de Convento. (1968, p.16).

O jornalista mineiro Jair Silva⁵⁹, natural da cidade de Paraopeba assim se referia ao Convento da Fábrica do Cedro:

[...] Minha tia Maria das Chagas Christo morava a 2 km de distância de Paraopeba, no Cedro. Administrava uma pensão, exclusivamente para operárias da fábrica de tecidos. Em vários lugares existem pensões assim (sem conhecer meu passado, o Sr Carvalho de Britto mostrou-me uma igual em Marzagão). O que caracteriza melhor a pensão das operárias era o nome de Convento. De fato, quase toda as mulheres eram virgens, tanto quanto me possível depor agora sobre esse assunto. Havia no Convento uma capela, com vidraças de várias cores, perturbando a luz do dia. A presença das imagens e da luz alterada mantinham aí um ambiente estranho, que infundia respeito. Nunca entrei na capela a correr. Minha tia era abadessa, diziam. Só agora percebo a ironia: porque a casa passou definitivamente a chamar-se Convento. (.....). Até 12 anos, fiquei em companhia das virgens no Convento, onde meu pai ia ver-me quase todos os dias (....). Ao anoitecer, cheguei ao Cedro. As moças do Convento ficaram acanhadas de me cumprimentar. Minha tia fez para mim uma cama dentro da própria capela. Ficara estabelecida a minha retirada do Convento. Eu não podia continuar entre as operárias virgens da Fábrica do Cedro [...]. (1934, p. 24; 29;30; 46; 47)

Esta visão romântica dos conventos das fábricas na literatura parece ter sido compartilhada pelos proprietários e gerentes das fábricas da CCC. Veja-se a carta do gerente da Fábrica Cedro endereçada a um colega de Montes Claros, por meio de uma missiva de 17 de agosto de 1889:

[...] A fábrica sustenta aqui um convento onde são recolhidas moças operárias, regidas por uma senhora de excelentes qualidades e de toda confiança, sob cujas vistas vivem as moças satisfeitas, em comunidade, passeando, indo à missa no arraial, que é próximo; tem médico, o botico por conta da fábrica, e só provêem de comestíveis e vestuário; as despesas de alimentação tornam-se medíocre para cada uma, visto como é repartida entre todas, sendo a casinha uma só; assim quanto maior for o número, mais favorável se tornará a despesa de cada uma. O Convento é sujeito a gerência geral [...]. (Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-20 – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas, Fábrica do Cedro).

⁵⁹ SILVA, Jair. *Buena Dicha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936. Segundo o Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro de 1915 a 1917, D. Maria das Chagas Christo foi a abadessa do convento até 1917, quando foi substituída por D. Cotta.

Mas, se para alguns escritores e romancistas os alojamentos para operárias se assemelhavam a uma pensão para moças, na dura realidade do dia-a-dia ele se distanciava e muito dessa perspectiva literária. Magalhães (2006), numa abordagem bem diferente da apresentada por Alvim (1980), ao se referir à Fábrica da Gabiroba, de propriedade da Cia. União Itabirana, afirma que esta mantinha em suas dependências, alojamentos diferenciados para as mulheres viúvas e para as solteiras. Este último era denominado por “casa das moças”, cuja direção ficava ao encargo de “uma mulher moralizadora”. Magalhães ainda afirma que a exigência de um comportamento moral ilibado por parte das moças era uma exigência da Cia. Neste alojamento da União Itabirana residiam em média entre quarenta a sessenta operárias, sempre acompanhadas de uma mulher mais velha, disciplinadora, responsável pela ordem, pela disciplina e pelo comportamento irrepreensível. Em caso de mau procedimento por parte das operárias o gerente da fábrica era logo acionado para que tomasse as devidas providências. (MAGALHÃES, 2006)

Caracterizado por um ambiente fechado, em constante vigilância e sob regras disciplinares muito austeras, os conventos das fábricas em muito se assemelhavam aos seus similares católicos. Segundo Tânia Quintaneiro (1995) os conventos do século XIX se caracterizavam como um prolongamento dos “claustros” domésticos em que vivia uma parcela do grupo feminino, principalmente as que pertenciam as classes mais abastadas. Tratava-se de um lugar onde a principal utilidade era a guarda de senhoritas e de senhoras. Ainda segundo Quintaneiro:

Os recolhimentos atendiam às necessidades de dar abrigo às mulheres que, devido a circunstâncias várias, encontravam-se fora de suas casas. Ali recebiam “toda segurança dos conventos sem fazer votos ou sujeitar-se ao confinamento perpétuo. As recolhidas (...) eram reunidas nesses locais, onde eram protegidas contra perigos reais ou imaginários, e praticavam a adoração divina. (1995, p. 59)

O modelo de moradia para operárias foi denominado por Perrot por “convento – fábrica”. Analisando os internatos para as operárias da seda da região de Lyon esta autora os descreve como:

Alojamentos lotados, severamente mantidos por religiosas, alimentam-nas miseravelmente, obrigam-nas a rezar. (...) Estes estabelecimentos, fundados inicialmente segundo o modelo do Lowell americano, assemelha-se na realidade, às *workhouses* britânicas ou japonesas.(...) Nestes estabelecimentos, as mulheres entram muito jovens (por volta de dez-onze

anos), geralmente por intermédio do padre da paróquia, e elas ficam até seu casamento. (2005, p.168; 229)

Para Surellot (1970) esses “pensionatos” para moças operárias são instituições com uma “mistura de moralismo puritano e de avidez capitalista”. Para esta autora eles consistiam-se em verdadeiros “cativeiros de inocentes”, cujo único pecado era de terem nascido pobres, de estarem sozinhas, indefesas e de necessitarem do trabalho para sobreviver. A mesma autora oferece uma descrição pormenorizada de um desses estabelecimentos femininos, organizados por uma fábrica de tafetá francesa, nos fins do século XIX:

O emprego exclusivo de mulheres permitiu estabelecer em Jujurieux, uma norma que, pela sua rigidez, se aproxima da regra das congregações religiosas. Não se pronunciam votos, não se consagram quaisquer laços eternos, mas as operárias são obrigadas a um gênero de vida que as afasta e as isola do mundo inteiro, preservando-as, que elas queiram ou não, das ocasiões de pecar. São também irmãs que têm o governo da casa. (...) Só são admitidas, em Jujurieux, moças e viúvas sem filhos. Quando as operárias saem (somente em casos especiais), são acompanhadas por uma freira. A igreja paroquial poderia ter sido um ponto de contato com o mundo: mas foi construída uma capela, no interior da manufatura, e os fiéis do exterior não podiam freqüentá-la. Quanto aos operários, chamados para serviços nas salas, são escolhidos com o maior cuidado e têm que demorar pouco tempo. É-lhes imposto silêncio, sob pena de dispensa imediata. (SURELLOT, 1970, p.85)

Surellot (1970, p.86) ainda argumenta que os conventos corporificavam a ordem, “com toda sua tenaz hipocrisia”, em alguns casos com as “cores do catolicismo”, como foi o caso de Jujurieux, em outros sob as cores do protestantismo, que segundo ela “não faz melhor”.

Os conventos CCC guardavam muitas semelhanças com os conventos franceses descritos por Perrot e Surellot, como também ao da Cia União Itabirana, descrito por Magalhães (2006). Como estes, se caracterizavam por um lugar disciplinar rigidamente organizado e controlado, onde as operárias viviam sob uma vigilância constante que cerceava seus passos e quiçá seus pensamentos.

As moças tinham o seu dia-a-dia controlado pelos horários das fábricas, compondo-se de trabalho, orações e repouso noturno. Algumas estudavam e, neste caso, se dirigiam à noite para as escolas noturnas para o sexo feminino, mantidas nas fábricas. Nos domingos podiam ir à missa, mas sempre acompanhadas pela abadessa. De acordo com Giroletti:

As moças viviam em regime de clausura. Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados, onde suas vidas e seus comportamentos continuavam regulados e fiscalizados: na fábrica pelo regulamento interno, pelos chefes, subchefes e pelo gerente, na escola: pelas normas disciplinares escolares e pela autoridade do professor; na igreja: pelo controle social exercido pelos fiéis, pelo padre e pelas autoridades presentes. Em outras circunstâncias, o contato com o mundo exterior seguia regras de mosteiros ou de outras casas religiosas. Os conventos, como aqueles, eram cercados por muros altos. O da Cedro, segundo uma informante, tinha três metros de altura. Havia também muro no da Cachoeira. (1991, p.179)

Eram dirigidos por uma regente chamada de Abadessa pelos proprietários da CCC, cuja principal função era manter sob controle as moças operárias. A escolha da abadessa era cuidadosamente feita pelo gerente ou diretor de cada fábrica. Ela deveria ser uma pessoa idônea, solteirona ou viúva e disposta a aceitar as condições de trabalho. Como as operárias das fábricas, tratava-se de uma mulher desvalida, vivendo muito próxima da miséria e da precariedade social. Conforme exposto na carta de 16 de janeiro de 1898, escrita por Caetano Mascarenhas, endereçada ao Superintendente da Cia:

[...] A abadessa arranjada é boa. É só mandares condução para ela, uma moça, duas meninas taludas e um rapaz. Fiz-lhe ver que não querias lá o rapaz, para não ter desculpas de visitar a mãe e irmãos no Convento, ela se sujeita a separar-se dele uma vez que lhe dê emprego. É rapaz sério e incapaz de qualquer má ação. Boa família. [...] Não tratei preço com a abadessa. É gente de boa raça e muito pobres e satisfazem-se com qualquer coisa justa e razoável. Manda buscá-los [...]. (Caixa Box nº 10 A, MTDMM)

Ao contrário dos conventos de fabricas franceses cuja regência estava a cargo de irmãs que pertenciam a congregações católicas, no Brasil e em Minas Gerais isso não ocorreu, pois geralmente as fábricas lançavam mão de mulheres leigas para regerem “a casa das moças”. Mas mesmo assim a influência católica nas fábricas, bem como em seus conventos, foi expressiva. Católicos fervorosos, os fundadores da CCC buscaram reproduzir os rituais e as crenças do catolicismo no cotidiano das fábricas, conforme pode ser visto na carta de Francisco Mascarenhas, gerente da Fábrica da Cachoeira, escrita em 17 de novembro de 1885 para Theóphilo Marques, seu parente próximo e gerente da Fábrica do Cedro:

[...] Mandeí rezar antes de ontem, aqui uma missa por alma de tua virtuosíssima Mãe e minha muito estimável parenta; a missa foi reunida por todos os empregados d’esta fábrica. Não pudemos ter do 7º dia por falta absoluta de padre, o que muito sentimos [...]. (Caixa Box 11 A - MTDMM)

A morte do patriarca da família Mascarenhas também foi motivo para celebrações religiosas, segundo narrado na carta de Francisco Mascarenhas para seu irmão Bernardo em 19 de janeiro de 1884: “Hoje foi nesta fábrica a missa do 7º dia, assistida por todos os habitantes desta fábrica, e amigos do Curvelo.”

Esta devoção ao catolicismo⁶⁰ parece ter sido compartilhada pelos operários das fábricas da CCC. É o que sinaliza algumas correspondências como a do gerente da Fábrica da Cachoeira encaminhada ao superintendente da CCC:

[...] Os operários desta fábrica pediram-me para fazer-te lembrada uma caridade, que há tempos já lhe fora concedida por seu intermédio e da companhia, de uma missa mensal nesta fábrica, principalmente agora que já temos a nossa Capela; dizem eles que isso fora concedido mas que depois com a idéia de levantar-se aqui um apostólico (o que ficou inteiramente malogrado), paralisou-se; porém verificada a impossibilidade da paróquia, por isso renovam eles o pedido de execução daquela promessa, aliás anteriormente já decretada [...] na afirmativa pergunto-te se posso contratá-lo com o Padre Chiquinho de Curvelo ou se fará dali, pois os operários acham-se muito desejosos [...]. (13/07/1892 – Caixa Box nº 20-MTDMM)

Muitas outras cartas também fornecem testemunhos da forte influencia católica no cotidiano das fábricas de acordo com a que se segue, escrita pelo superintendente da CCC. Em 10 de novembro de 1890:

[...] A Diretoria deliberou contratar um padre e um boticário com botica para a Fábrica da Cachoeira (...) e concorrer com a quantia de cem mil réis para o contrato com o padre, (...) para que, com possível brevidade, seja aí estabelecido culto religioso, mesmo por já ter sido construída uma capela podendo contar com 200\$000 réis para contratarem um sacerdote que aí vá celebrar missa mensalmente [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1890 a 1891, fl. 34)

Esta devoção ao catolicismo era visível também nos estandartes usados na identificação das seções internas das fábricas, os quais eram adornados por imagens católicas, como pode ser visto na FIG 2 abaixo

⁶⁰ Segundo dados do Censo de 1872, a população de Taboleiro Grande neste período era de 7.396, dos quais 7.390 se declararam católicos e 9 acatólicos



FIGURA 2 – Estandarte de identificação das seções da Fábrica do Cedro...
Fonte: MTDMM

Em relação aos conventos⁶¹ esta influência do catolicismo pode ser constatada a começar pelo nome escolhido para o lugar, ou seja, “convento”, termo usado pela Igreja para designar uma instituição destinada a educação de mulheres e a formação de freiras e irmãs religiosas. Até mesmo o nome dado a sua regente, “abadessa”, também era utilizado para designar a pessoa responsável pela regência dos conventos católicos. Além disso, algumas cartas sugerem que a presença de representantes femininos da Igreja era habitual nos conventos. Tal fato é relatado por Caetano Mascarenhas a frente da organização do convento da Fábrica de São Vicente: “Vai o José Nunes para trazer D. Joaquina, pois o convento está pronto e já com algumas freiras.”⁶²

No que se refere a organização e a rotina internas do convento, além de uma “clausura” quase monástica, as suas moradoras eram encarregadas também das tarefas de limpeza, cozinha e tudo mais necessário a manutenção dos mesmos. As despesas com

⁶¹ A CCC manteve conventos em suas três fábricas: Cedro, Cachoeira e São Vicente. O convento da Cachoeira foi primeiro a ser organizado. Segundo algumas cartas analisadas esta fábrica já possuía o seu em pleno funcionamento em 1882. O da Fábrica do Cedro foi organizado em torno de 1886/1887, pois segundo consta no relatório desta de fábrica referente ao ano de 1886, há indicação de reformas no antigo escritório da fábrica para abrigar o convento.

⁶² 31/10/1893 – Caixa Box nº 22 A - MTDMM

alimentação eram divididas entre as residentes, conforme descrito na carta do gerente da Fábrica do Cedro escrita em 6 de dezembro de 1882, para o gerente da Fábrica da Cachoeira:

[...] Continuando a nossa de 22 do p.p. A proposta que fazemos a Sra. Anna é a seguinte: vir ela desempenhar o cargo que aí ocupa a regente do seu convento, podendo estabelecer aqui os estatutos internos em vigor no de aí, ficando à vontade de trabalhar por conta própria na fábrica ou em casa nos serviços compatíveis com sua inteligência, posição e aptidão. Quanto à alimentação dela e das moças que ficarem sob sua vigilância, será também como aí em comum, à própria custa e semanalmente rateadas as despesas que serão feitas em comum acordo entre ela e elas, mas sempre sob a direção da regente, para cujo trabalho e outro concernente ao lugar que assumir terá a gratificação de 90\$000 réis por ano. Só depois de um ou mais anos, o nosso convento terá número de moças que tem o daí, tomando-se por isto quase nenhum trabalho da regente que fosse dispor de quase todo o seu tempo [...]. (Livro Copiador da Fábrica do Cedro de 1882, p. 343)

Outro fato chama a atenção, é maneira pela qual o gerente analisa o trabalho da futura abadessa. Em sua carta ele o vê como algo subsidiário, coisa que ela faz de forma corriqueira e breve, que não lhe tomará muito tempo. Talvez por isso o seu salário seja considerado por ele como uma gratificação, ou seja, algo que se paga a alguém por serviços extraordinários, um prêmio por serviços prestados, e não uma remuneração que garantiria a sobrevivência dessa trabalhadora. Acrescenta-se a isso o “olhar” que esses homens tinham em relação a essas mulheres pobres, vistas antes de tudo como “coitadas”, dispostas a aceitarem as condições que lhes foram oferecidas. Uma carta já transcrita em outro momento ajuda a reforçar essa análise: “Arranjei a abadessa que precisas e me parece que há de desempenhar bem o cargo. É uma coitada de Diamantina e que traz muito boas referências e que a pobreza obriga a se retirar de lá onde a vida é cara.”⁶³

Considera-se importante esclarecer que no caso da contratação da Sra. Anna várias cartas foram trocadas entre os gerentes das fábricas da Cachoeira e do Cedro. Em uma delas, datada de 13 de novembro de 1882,⁶⁴ a Sra. Anna da Caridade se propunha a reger o convento por um salário anual de 250.000 réis, o que foi recusado. Depois de muito negociar o gerente da Fábrica da Cachoeira informa ao seu correspondente a concordância da Sra. Anna com a proposta oferecida, conforme a carta abaixo:

[...] A Sra Dona Anna aceita proposta, dispondo-se que Vmcês. lhe fazem, isto, incumbir-se da regência do Convento das operárias daí, bem como da alimentação da comunidade inclusive a sua, percebendo a gratificação de

⁶³ Carta de Caetano Mascarenhas para seu Sobrinho Aristides em 04/09/1895 – Caixa Box nº 10 A- MTDMM

⁶⁴ Livro Copiador de Cartas e conta Corrente da Fábrica da Cachoeira de 1880 a 1883, p.279 - MTDMM

90\$000 réis por ano. Ela lhes pede condução sem demora, pois, desde que deseja partir já e já, e Vmcês não devem perder esta ocasião de arranjar para seu Convento uma excelente regente como o é a Sra. Dona Anna, sendo muito capaz e própria para o cargo de que vai se encarregar [...]. (Livro Copiador de Cartas e Conta Corrente da Fábrica da Cachoeira de 1880 a 1883, p. 304)

Porém ao que parece Anna da Caridade pensou melhor e resolveu fazer outra proposta, que foi transmitida em carta pelo gerente da Fábrica da Cachoeira ao superintendente da Fábrica do Cedro em 13 de dezembro de 1882, veja-se:

[...] Ratificando o que na última lhes dissemos a respeito de D. Anna, declaramos que ela propõe-se a ir reger o Convento dessa fábrica mediante os 90\$000 réis anuais que Vmcês lhe oferecem, fornecendo por conta própria a alimentação geral das moças operárias, que lhe pagarão competentes diárias. Caso aceitarem, mandem-lhe já a condução, pois ela deseja partir já [...]. (Livro Copiador de Cartas e Contas Corrente da Fábrica da Cachoeira de 1880 a 1883, p. 305)

Na carta acima, a candidata a regência do convento, diz que aceita as condições, mas faz uma contraproposta, a de fornecer por conta própria a alimentação das moradoras do convento. Esta proposta foi recusada pelo superintendente da Cia sob a seguinte justificativa:

[...] Ficamos cientes de ter a Sra. D. Anna aceitado a nossa proposta quanto à gratificação dos 90\$000, e propondo-nos de se encarregar da alimentação das moças por conta própria; não achamos conveniente isto, tanto para a Sra. D. Anna, como para as operárias que ficam sob sua direção, não só porque a diária de 300 réis que é estipulada, não pode deixar a ela resultado, como também pode, dentre as operárias, algumas quererem ter melhor ou pior alimentação, assim pois entendemos que a regente, de acordo com as operárias, deve estabelecer o grau de comida, tomando depois a iniciativa de promover tudo de modo mais consciente para todas, deixando mesmo a liberdade àquelas que queiram ter o seu fogão na comunidade. É o que nos cumpre observar para o governo da Sra. D. Anna, de quem esperamos respostas a fim de que possa ir a condução [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1882, p.371)

O desfecho dessa história foi dado pela recusa de D. Anna da Caridade à proposta oferecida pelos administradores da Fábrica do Cedro, cuja reação foi relatada em carta enviada ao gerente da Fábrica da Cachoeira em 31 de janeiro de 1883. Nota-se na correspondência certo tom de ira e desapontamento diante da recusa, como se esta atitude fosse inesperada para ele: “Com a última decisão da Sra. Anna mandamos a andança e ela nos

faltou, alegando ser pouco os 90\$000 réis que lhe oferecemos de gratificação. Seja ela muito feliz”⁶⁵.

As condições de acomodação dos conventos eram, muitas das vezes, precárias. Um inventário realizado em 1887 pelo gerente da Fábrica do Cedro revela a simplicidade dos móveis e utensílios existentes nestes estabelecimentos. Na lista constavam os seguintes objetos: 1 caldeirão, 15 camas grossas, 3 caçarolas, 1 chocolataria de folha, espeto, colher de ferro e coador, 1 bacia de ferro batido, 1 lata de folha, 1 caldeirão novo, 1 caldeirão de ferro batido estanhado, pratos, talheres, tigelas, xícaras etc. e 1 panela de ferro.⁶⁶ Já em uma correspondência de 15 de outubro de 1887, o gerente da Fábrica da Cachoeira relata a reforma realizada no convento desta fábrica ao mesmo tempo em que explicita as condições em que se encontrava o prédio antes de ser reparado:

Organizei o novo convento, para o qual abri o antigo convento em um só dormitório, ocupando a casa grande onde morei, para a sala de visitas, sala de jantar, enfermaria, dispensa e quarto da governante no qual passarão todas as moças para o dormitório que pode comportar 60 leitos. Me foi preciso retocar todo o muro do pátio que estava quase todo danificado, e fiz um bom banheiro e latrina, e está tudo organizado com as melhores condições higiênicas, tudo muito arejado, pois as pobres operárias dormiam em cubículos infectos e havia sempre grande número de enfermas, o que não há mais. Quando aqui estive o Bernardo eu levei-o e o Dr. Pacífico ao convento para verem em que estado estava, e eles ordenaram-me fazer esse melhoramento, e nem assim fiquei livre da grande queixa que há quanto as obras. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

A mudança feita na Fábrica da Cachoeira foi aprovada pelo superintendente da CCC em carta ao gerente da Fábrica da Cachoeira informando que procedimento semelhante havia sido feito na Fábrica do cedro: “Aprovo muito teres procurado e reformado o estabelecimento do Convento com condições higiênicas. Tivemos adotado cá esta medida, não tivemos empatado tanto dinheiro em casas.”⁶⁷

Na carta acima, além das precárias condições físicas dos prédios dos Conventos, outro dado pode ser apreendido, é a expectativa quanto ao número de operárias que deveriam residir nestas moradias. No caso da Fábrica da Cachoeira, o gerente relata uma reforma feita

⁶⁵ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1882 a 1883, p. 419 – MTDMM. É importante ressaltar que segundo os livros de pontos e de pagamentos a gratificação paga as abadessas não excediam a 60.000 réis mensais.

⁶⁶ Balanço Geral da Fábrica do Cedro em 31 de Dezembro de 1887 – Caixa Box nº 218

⁶⁷ Carta datada de 19 de outubro de 1887 – Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1887 a 1888

para abrigar cerca de 60 operárias. As poucas fontes⁶⁸ existentes sobre esta fábrica dificultou a averiguação quanto ao número de operárias que ocuparam o convento. Mas, tomando-se como referência a Fábrica do Cedro foi possível acompanhar o fluxo de moradoras do convento desta fábrica por certo período de tempo. A TAB 3 apresenta as variações do número de moradoras e porcentagem em relação ao total de mulheres que trabalhavam na fábrica entre os anos de 1892 a 1913:

TABELA 3
Fluxo e Porcentagem de Moradoras do Convento da Fábrica do Cedro 1892-1913

| Mês/Ano | Nº de operárias | Nº de moradoras do convento | % em relação ao total de mulheres |
|----------------|------------------------|------------------------------------|--|
| Set. 1892 | 155 | 35 | 22 |
| Dez. 1894 | 136 | 26 | 19 |
| Jan. 1895 | 142 | 24 | 17 |
| Dez. 1898 | 142 | 18 | 12 |
| Ago. 1901 | 138 | 16 | 11 |
| Ago. 1907 | 223 | 29 | 13 |
| Jul. 1909 | 177 | 15 | 8 |
| Jan. 1913* | 184 | 17 | 9 |

Fontes: Livros de ponto e de pagamentos da Fábrica do Cedro

*Depois de 1913 os livros de pontos e os de pagamentos não discriminam mais separadamente as moradoras do convento.

A TAB.3 acima indica que o número de moradoras do convento segue um fluxo regular porém decrescente. De um percentual de 22% em relação ao número total de operárias da fábrica em 1892 chega-se a 9% em 1913. É importante ressaltar que o número de operárias residentes no convento se alternava drasticamente em um curto período de tempo, como sugere a carta escrita pelo gerente da Fábrica do Cedro em 04 de junho de 1894, onde expõe alguns motivos para essas alterações:

[...] O nosso Convento, que era de 30 moças, está reduzido a 10, devido à péssima direção que estava tendo. Mudei a regente que era coisa ruim e as moças que existem estão satisfeitas, mas saíram quase todas, como já disse, umas para casarem, outras por causa da tal regente [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1894, p.332 – MTDMM)

⁶⁸ É possível saber o número de moradoras dos conventos analisando-se os livros de pontos e pagamentos das fábricas, onde, para alguns anos, estão discriminadas as moradoras do convento. Como não foram localizados esses livros referentes a fábrica da Cachoeira não foi possível precisar o número de operárias residentes no convento desta fábrica.

O percentual de operárias morando nos conventos sempre foi menor do que as que se estabeleciam nas vilas operárias das fábricas. Segundo alguns livros de pontos analisados, muitas famílias⁶⁹ residentes nas vilas eram chefiadas por mulheres e muitas se constituíam exclusivamente por pessoas do sexo feminino, como a família de Idalina Teixeira composta dela e de Clementina, Maria Lucia, Maria Augusta e Anna. Ou ainda de Idalina Apolinária e suas companheiras Lodonilla, Analia e Francisca, que segundo o livro de ponto⁷⁰ faleceu neste período. É importante ressaltar que o número de famílias chefiadas por mulheres era menor do que os grupos chefiados por homens, no entanto esta diferença era pequena. Em agosto de 1901, por exemplo, havia 43 famílias registradas no livro⁷¹, das quais 22 eram chefiadas por mulheres. Já em agosto de 1907⁷² de 73 famílias cadastradas, 37 possuíam liderança feminina. Um dado curioso é que em abril de 1886, o grupo familiar chefiado por mulheres se sobrepõe aos que possuíam chefia masculina, das 20 famílias registradas no livro⁷³, 13 eram de responsabilidade das mulheres. As fontes investigadas não permitiram afirmar quais os laços de parentescos que existia entre os membros do grupo familiar, mas acredita-se, que muitas delas, eram constituídas por viúvas que ao se empregarem nas fábricas, traziam consigo os filhos e até mesmo algum parente. Basta lembrar que muitas cartas já transcritas dão notícias de contração de viúvas, muitas delas carregadas de filhos que também eram engajados como trabalhadores nas fábricas.

Seja como for acredita-se que o fato do número de moradoras dos conventos ser pequeno em relação ao total de operárias pode sinalizar para a dificuldade encontrada pelos gerentes em encontrar moças dispostas a residirem nestas casas, por maior que tenha sido o empenho nesse sentido. A carta recebida pelo superintendente da CCC em 29 de dezembro de 1896, enviada por José Motmer Dayrell se constitui em um interessante exemplo:

[...] Logo que recebi sua carta fui incontinentemente com o Serrano à fazenda do Cap. Rodrigo Pimenta a fim de autorizar as despesas e providenciar sobre a

⁶⁹ Os livros estavam organizados por grupos de trabalhadores que variavam de duas até 7 ou 8 pessoas. A anotação que parece ser referir ao chefe do grupo incluía o nome e o sobrenome. Para os demais membros do respectivo grupo, o registro era feito somente pelo primeiro nome escrito logo abaixo do nome de família. As anotações assim organizadas sugerem tratar-se de famílias. Não foi possível precisar os laços de parentesco entre eles, mas acredita-se tratar-se irmãos, pais, tios e outros. Libby (1988, p.244) ao analisar estas mesmas fontes chega a conclusões semelhantes. Segundo ele estes grupos familiares ou “turmas” podiam se constituir de grupos de órfãos da mesma família, chefiados pelo irmão ou irmã mais velho. Outra situação sugerida por ele é a de um grupo de órfãos chefiados por um tutor responsável. Mas de qualquer forma ele acredita que eram famílias reais ou postiças, tanto dentro quanto fora da fábrica.

⁷⁰ Livro de Ponto da Fábrica do Cedro de janeiro de 1899 a agosto de 1901-MTDMM

⁷¹ Livro de Ponto da Fábrica do Cedro de janeiro de 1899 a agosto de 1901-MTDMM

⁷² Livro de Ponto da Fábrica do Cedro de dezembro de 1905 a agosto de 1907 - MTDMM

⁷³ Livro de Ponto da Fábrica do Cedro de abril de 1885 a março de 1886 - MTDMM

ida das moças. Destas, umas se puseram prontas e até receberam quantias por adiantamento; outras se recusaram a seguir e restituíram o dinheiro adiantado. Fiz aqui com o Sr Serrano todos os esforços no sentido de obter outras moças e uma senhora para regente ou abadesa; mas foram infrutíferos todos os meios que empreguei [...]. Por último, sempre obtivemos duas operárias das que haviam prometido ir, mandei mais três raparigas que eu aqui tinha em casa como criadas, perfazendo assim o número de cinco. Fiquei contrariado com tão pouco resultado; mas foi de todo impossível obter mais com tão pouco tempo. Aqui mesmo é provável obter-se algumas moças mais; porém isto somente dispondo-se de tempo suficiente e esperando-se ocasiões oportunas [...]. (Caixa Box nº 25 A – MTDMM – grifo nosso)

Nota-se na correspondência que o Sr. Mortmer Dayrell não mediu esforços para conseguir operárias para a fábrica do Cedro, tanto que, diante do fracasso de sua campanha, lançou mão de três das suas criadas enviando-as para serem operárias. Não foi possível saber como se deu o processo de negociação com as criadas para que aceitassem se empregarem como operárias. Mas analisando o conteúdo da carta percebe-se indícios da relação patriarcal na qual as mulheres estavam sujeitas, pois como ele mesmo diz “mandei mais três raparigas que eu tinha em casa como criadas”. Ora o que tal afirmação deixa transparecer é a atitude tomada por um patrão que se julga na condição de deliberar sobre o destino das criadas. Outro elemento significativo contido na carta acima é a expressão “esperando-se ocasiões oportunas”. Questiona-se o que o Sr. Dayrell compreendia como sendo essas “ocasiões oportunas”. Com base em tudo o que está sendo discutido aqui com relação as condições sociais e econômicas presentes no processo de proletarização das mulheres, é possível abstrair que se tratava de esperar as situações de mais fragilidade dessas mulheres surgidas em decorrência de casos fortuitos como a perda do marido, a morte dos pais, e mesmo dificuldades financeiras surgidas de repente, dificultando o sustento da família e agravando as privações de vida. Desta forma era de se esperar que ficassem mais “dispostas” a se empregarem nas fábricas.

De acordo com Giroletti (1991) os conventos possuíam, para os gerentes, o significado de um lugar “sagrado”, onde a seriedade, a moralidade, a disciplina e a ordem deveriam ser mantidas a todo custo. Isto servia para garantir a legitimidade desses espaços diante da sociedade. Mas Segundo Surellot (1970) a prática de empregar mulheres sozinhas e “enclausurá-las”, considerada pelos industriais como um “verdadeiro ato de caridade” deve ser analisado com cuidado. No reverso desta caridade está a possibilidade de empregar um grupo de operárias que sozinhas se tornam menos resistentes a ordem e as relações estabelecidas dentro da fábrica. “Onde a disciplina era mais urgente, descobriu-se que era

mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres” (HOBSBAWN, 1977, p. 66-67). A maneira como o gerente da Fábrica do Cedro se refere a um grupo de operárias encaminhadas para o trabalho na fábrica, pode ser considerado um sinal de que as mulheres, de certa forma, se submetiam mais as relações impostas pelas fábricas:

[...] A respeito das operárias vindas, estimo que não haverá contratos especiais, por que, como dizes na mesma de 11 de p.p. vão trabalhar nas condições comuns, cada uma segundo as habilitações que tiver, e conseqüentemente com o salário que for estipulado [...]. (20/03/1890 - Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1889 a 1890, p. 214 – MTDMM, grifo nosso).

Situação adversa era a contratação de trabalhadores do sexo masculino, dificultada, muitas vezes, pelas exigências desta mão-de-obra quanto a salários e condições de trabalho, conforme a reclamação do gerente da Fábrica de São Vicente, em 18 de novembro de 1893 exposta em uma carta enviada ao gerente da Fábrica da Cachoeira:

[...] Estou organizando pessoal de fábrica com muita dificuldade; principalmente homens, que julgam dever ganhar mais que jornaleiros, a esta gente como sabes ganha atualmente aqui a 1500 livres. Já tenho dito a alguns que rompam para a enxada a ver qual o serviço é mais suave [...]. (Caixa Box nº 5 – MTDMM)

Os conventos se constituíram em uma estrutura vantajosa para os industriais. Estes se encarregavam da sua edificação e conservação, mas todo o resto era custeado pelas operárias como a manutenção doméstica, a alimentação e sua preparação e outros gastos nisto inclusos. A contratação das mulheres para o convento onerava muito pouco aos proprietários das fábricas, além de creditarem a eles a benevolência em disponibilizá-lo, considerado assim em mais uma vantagem oferecida às mulheres, qual seja a moradia com baixo custo para as trabalhadoras. Conforme argumenta o gerente da Fábrica do Cedro em carta de 15 de maio de 1889: “lembro-lhe que ninguém aqui tem despesas tão diminutas como as operárias do convento”.⁷⁴ Em outra correspondência o mesmo gerente informava que o custo da alimentação saía para cada operária em torno de 160 a 200 réis.⁷⁵

Os conventos foram mantidos pela CCC, ao que parece, até meados da década de 1920, quando foram fechados. Segundo informações contidas nas fontes analisadas o da Fábrica do Cedro foi o primeiro a ser extinto, pois os últimos registros sobre ele foram

⁷⁴ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1888 a 1890, p.187 – MTDMM

⁷⁵ Livro Copiador de cartas da Fábrica do Cedro de 1887 a 1888, p. 192 - MTDMM

encontrados nos livros de pontos ainda em 1919. A partir de 1920 não há mais menção desta instituição nos documentos analisados. Além disso, o inventário dos móveis e utensílios existentes no convento desta fábrica feito em 1921 sugere que não havia mais moradoras, pois se restringia a apenas 2 bancos, 1 mesa de jantar e um 1 sino pequeno.⁷⁶ Já com relação aos conventos das fábricas da Cachoeira e São Vicente foram localizados registros deles até 1924.⁷⁷ Não foram achadas as razões do fechamento dos conventos, entretanto pode-se deduzir que a partir dos primeiros anos do século XX as fábricas não necessitavam mais de operários migrantes. Esta hipótese se fundamenta no fato de que nas primeiras décadas do século XX, o aliciamento de operários já não aparece com a mesma frequência com que aparecia nas cartas de períodos anteriores. Supõe-se que nessa época já havia em torno destes estabelecimentos fabris um núcleo urbano formado tanto pelas famílias operárias bem como por pessoas que ali se estabeleceram em função das fábricas.⁷⁸ Argumenta-se ainda que as próprias mulheres foram resistindo da forma como puderam aos conventos das fábricas, promovendo o fluxo decrescente de moradoras do convento da Fábrica do Cedro apresentado na TAB 3. De qualquer forma uma anotação feita no Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira, apresentado à Assembléia Geral de Acionistas em 1899, sinaliza que os conventos nesta época já apresentavam problemas, no entanto o relatório não esclarece a natureza de tais problemas:

[...] Também para o pessoal é urgente a construção de mais 4 a 6 casinhas, pois ainda há falta de tecelonas e não se tem aqui um quarto disponível, além do que seria desvantagem aumentar o número de famílias, suprimindo-se o convento que atualmente só traz incômodos e inconvenientes [...]. (Relatório Anual da Cia. Cedro e Cachoeira, 05/04/1899.- Pasta de relatórios de 1884 a 1903 – Acervo Pessoal Décio Mascarenhas – MTDMM)

Diante do que foi exposto a respeito dos conventos das fábricas, pensa-se, assim como Giroletti (1991), que estas instituições foram mais do que uma pensão para moças. Eles se constituíram em uma estratégia instituída pelos patrões para lidar com as operárias,

⁷⁶ Balanço da Fábrica do Cedro, 31 de dezembro de 1921 – Caixa Box nº 204 A – MTDMM

⁷⁷ Balanço Geral da Fábrica da Cachoeira de 31 de dezembro de 1924 - Caixa Box nº 219 - MTDMM

⁷⁸ De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, a população de Paraopeba, antigo Arraial do Taboleiro Grande era de 10.411, ou seja, cerca de 4.000 habitantes a mais do que havia em 1872. A população masculina era de 5.093, enquanto a feminina era de 5.318. Ainda de acordo com este recenseamento deste total de habitantes 511 pessoas se ocupavam na indústria de transformação. Dos quais 321 do sexo masculino e 200 do sexo feminino. Um dado curioso apresentado pelo censo diz respeito as principais ocupações de homens e mulheres. No caso dos primeiros os dados apontam a agricultura, pecuária e silvicultura, onde que dava ocupação a 2.064 homens e 47 mulheres. Já para estas a ocupação principal estava nas atividades domésticas e escolares, que ocupava cerca de 2.791 mulheres contra 355 homens. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940, série regional, Parte XIII – Minas Gerais, Tomo II.

estratégia essa que possibilitou a eles mais exploração da força de trabalho feminina além de maior controle, vigilância e disciplinarização. É importante reforçar que os conventos explicitam de forma singular o viés de gênero que perpassou as relações sociais dentro das fábricas. Quando se pensou em moradias para operárias solteiras e viúvas, o imaginário⁷⁹ masculino buscou como referência o que a sociedade da época oferecia de mais “apropriado”, ou seja, o convento católico, e assim foi feito. E como já foi dito, apesar de não guardar vínculos formais com a Igreja, os conventos das fábricas muito se assemelhavam aos que foram instituídos pelo catolicismo. Da mesma forma que os conventos católicos, foram símbolos do “lugar” e da maneira de se lidar com a mulher, e especialmente com a mulher sozinha: segregada, “enclausurada”, escondida, vigiada e controlada. Segundo Quintaneiro (1995) as solteiras eram as que sofriam maior controle, quase excluídas da sociedade eram sujeitadas a uma vigilância “desagradável e fiscalizadora”. Está presente aqui a ambigüidade da atuação patronal, observada por Margareth Rago (1985), de um lado a proteção dos trabalhadores que viviam em condições deploráveis de vida, mas no reverso dessa proteção se instaura um conjunto de ações que tem como finalidade última fiscalizar, controlar e disciplinar todos os seus hábitos.

No primeiro capítulo desta dissertação foi dito que as cartas são testemunhos das práticas e das “maneiras de fazer” dos industriais. Da mesma forma, as missivas que tratavam dos conventos criados nas fábricas e tudo o mais que eles representaram na vida das operárias, desvendam as “maneiras de fazer” dos homens quando o assunto era a mulher. E essa “maneira de fazer” masculina sobre o feminino não pode ser vista fora da dimensão patriarcal que deu o “tom” das relações entre homens e mulheres. A condição feminina no final do século XIX e princípio do século XX estava sujeita a uma estrutura de família patriarcal, onde o poder masculino sobre a mulher era quase total. Essa estrutura patriarcal, não se restringiu somente ao interior dos lares, de uma forma ou de outra ela também perpassou outras instituições, dentre elas a fábrica. Esta se constituía num espaço elaborado pelo pensamento e pela ação masculina e os homens que as dirigiram relacionaram-se com as operárias sob o

⁷⁹ Toma-se como referência para o conceito de imaginário a definição dada por Rodrigo Patto Sá Motta que entende imaginário como sendo “o conjunto de representações mentais de um determinado grupo, representações viabilizadas através de imagens. Assim definido imaginário aqui se afasta de uma construção mental arbitrária, muito próxima ao irreal e ilusório, se aproximando ao contrário, conforme argumenta Sá Motta as representações ou “o conjunto de representações imagenéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc. Tais representações encerram uma importância fundamental, na medida em que tornam aceitáveis e assimiláveis determinados aspectos da realidade, contribuindo para conferir coesão e identidade aos diversos grupos sociais. Na verdade, a vivência social seria inconcebível sem a mediação das representações imaginárias. O imaginário, aqui, diz respeito A construção de representações da realidade que dificilmente coincidem totalmente com o real. Mas também não é pura e simplesmente uma mistificação.” (1996, p. 83-91)

prisma desse modelo patriarcal, tratando-as como tratavam todas as mulheres. E reproduziram nas fábricas o domínio que tinham a sobre a vida de suas mulheres e filhas. Sem desconsiderar as vantagens econômicas que os conventos ofereceram aos industriais salienta-se a importância de se olhar também para estes espaços sob este viés, pois só assim pode-se encontrar sentido e entender a opção por mulheres e preferencialmente sozinhas para compor a mão-de-obra operária, as razões de confiná-las dentro de um convento e submetê-las a um controle e a uma vigilância maior e mais rigorosa do que a exercida sobre os trabalhadores do sexo masculino. Ressalta-se que nada semelhante a isso foi encontrado nos documentos analisados a respeito dos operários homens solteiros, que também trabalhavam nas fábricas. Não foi pensado para eles um lugar específico e semelhante a um “seminário” católico para confiná-los.

É certo que a disciplina, a ordem, a vigilância e o controle foram instrumentos utilizados para todos os trabalhadores dentro das fábricas. Todavia, confinamento, convento, segregação e uma vigilância duplamente exercida, ou seja, pela abadessa e pelo gerente, aconteceu só para as mulheres. Vê-se aqui o exemplo de uma relação definida por Rago como “uma relação pedagógica” caracterizada por ela como:

Paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. (1985, p.67-68)

Analisando a relação entre o trabalho fabril e a condição feminina Perrot avalia que:

Na fábrica, a máquina reproduz, e mesmo agrava a divisão das tarefas e a subordinação feminina, a autoridade do contramestre ou da religiosa, substituindo autoridade do pai. (...) A máquina a introduz no espaço público, ao passo que se quer obstinadamente, conservá-las no espaço privado. (2005, p. 230)

Nesse sentido, é possível pensar que o trabalho fabril carregava uma contradição, pois se por um lado abria a possibilidade de ocupação e renda para as mulheres e junto a isso a inserção delas em um espaço público e masculino. Por outro, as fontes revelaram a tentativa manter na ordem do privado, a vida das mulheres dentro da fábrica, onde os conventos das fábricas podem ser considerados a expressão maior dessa contradição.

Na perspectiva das mulheres, possivelmente, os conventos foram “um mal necessário”, algo a que se sujeitarem diante das condições miseráveis em que viviam, pelo fato de estarem sozinhas, sem marido ou pais que pudessem ampará-las tanto social quanto economicamente. Essas mulheres tinham diante de si a necessidade de dar conta de suas vidas, num momento no qual não recebiam nem formação, nem possuíam autonomia para isso. Elas eram ao contrário a filha, a esposa, a mãe de um homem. Neste contexto os gerentes e proprietários das fábricas acabaram substituindo a figura desse homem “protetor”, “disciplinador”, “controlador” e “dominador”. Algumas mulheres encontraram alternativas de sobrevivência em ocupações disponíveis na época que lhes possibilitaram permanecer no ambiente doméstico tais como: lavadeiras, doceiras, arrumadeiras, costureiras e outras ocupações afins. Mas nem todas puderam seguir esse caminho e muitas se tornaram operárias, sendo obrigadas à se sujeitarem ao que lhes era imposto. Coloca-se novamente em relevo a carta do gerente da Fábrica de São Sebastião, já transcrita em outro capítulo, como forma de exemplificação do que está sendo discutido :

[...] Depois que tenho-me zangado com as libertas mostrando-lhes a estrada, fazendo-lhes ver que ou hão de trabalhar em regras ou sair; depois que tenho mesmo metido a palmatória em algumas diabas atrevidas, a coisa está endireitando. Estou disposto a isso, e não sofrer desaforo, visto que nem (...) não querem sair do antigo ninho da preguiça.[...] (25/08/1888 – Caixa Box nº 3 A – MTDMM)

Outro “nó” que ajuda a amarrar a “trama” “tecida” em torno das mulheres operárias é o que diz respeito a sua sexualidade, seu corpo e seus relacionamentos afetivos. Compenetrados em cuidar e zelar pela ordem, pela moralidade e bons costumes, cuidando das moças “como um pai cuida das suas filhas”, os industriais se lançaram numa jornada “obsessiva” de cuidar da virtude de “suas” operárias, a qual o convento foi um valioso aliado, já que facilitava a vigilância.

Um dos primeiros documentos elaborados pelos industriais que sinaliza para a preocupação em regular as relações consideradas “imorais” entre os trabalhadores nas fábricas são os regulamentos da Fábrica do Cedro. Em seu primeiro artigo esse documento informa aos operários que é proibido a eles: “consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo o mais que perturbar o sossego público.” Segundo Giroletti (1991, p. 238). por reuniões “imorais” os industriais compreendiam qualquer manifestação da sexualidade considerada ilícita ou desviante como

“a prostituição, o homossexualismo, as violências sexuais, as orgias, os bacanais, as uniões fortuitas e os “roubos de moças.”

Além disso, ao ingressar na fábrica como operário, o trabalhador assinava um contrato de trabalho que estabelecia, dentre outras coisas, a postura que deveria ter em relação às operárias. O contrato de trabalho assinado por José Alves da Silva, quando de seu ingresso na Fábrica do Cedro, em 29 de setembro de 1883, assim prescrevia:

[...] Devia desenvolver um imediato interesse no desenvolvimento do trabalho e no aperfeiçoamento dos produtos, portando-se com todo o respeito e seriedade para com os empregados e com particular respeito com as senhoras que sob sua direção trabalhem [...] (Caixa Box nº 13 A – MTDMM, grifo nosso)

Do mesmo modo, o contrato assinado entre a Fábrica da Cachoeira e o operário Antônio Ribeiro da Silva, em 12 de fevereiro de 1887, como ajudante do mestre da tecelagem estabelecia que o mesmo deveria portar-se “com todo o respeito e seriedade para com todos os empregados, máxime para com as senhoras, que sob sua direção trabalhem.”⁸⁰

Para Giroletti (1991), tal preocupação com a sexualidade e as relações amorosas dos operários de um modo geral, se insere em um objetivo maior desses industriais que era o de desenvolver nos trabalhadores uma nova concepção de mundo, que passa também pelo que ele chama de uma “nova sexualidade” cujo objetivo era o de construir uma nova ética sexual. Por meio de uma análise fundamentada em Gramsci⁸¹, Giroletti argumenta que esta nova ética sexual origina-se de duas questões materiais e objetivas. A primeira diz respeito ao alto contingente de mulheres, jovens e crianças que trabalhavam nas fábricas e a segunda, referia-se às novas exigências “psicofísicas do trabalho industrial capitalista”. Segundo Gramsci:

A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é animalescos e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão e precisão que tornem possíveis as formas sempre mais complexas da vida coletiva, que são a consequência necessária do industrialismo. (*apud* GIROLETTI, 1991, p. 233-234)

⁸⁰ Caixa Box nº 15 A – MTDMM. Deveria tratar-se de alguém muito jovem, pois necessitou do consentimento do pai para assinar o referido contrato, conforme indicada o documento: “Antonio Ribeiro da Silva, por si próprio e com o consentimento de seu pai”

⁸¹ Referência completa da citação: **GRAMSCI**. A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Percebe-se na argumentação de Giroletti que o grande desafio imposto aos industriais é o de fazer com que um grande número de pessoas, muitas delas ainda jovens, aglomeradas nos espaços fechados e, muitas vezes, mal iluminados das fábricas controlassem seus “arroubos físicos” e fizesse o que eram pagos para fazer: trabalhar. “Na mesma seção os homens são separados das mulheres. Muita exigência tem a direção com referencia à moralidade dos operários.”⁸² (PINHEIRO e HALL, 1981, p.69)

Atrelado a esse controle dos “instintos sexuais” vinha também a intenção de criar novos padrões e modelos de vida como a família monogâmica, fruto de uniões lícitas de preferência abençoadas pela Igreja e referendadas pelo Estado, cumprindo com eficiência “as tarefas da reprodução e de educação dos filhos no” temor de Deus “e na” teimosa ocupação”. (GIROLETTI, 1991, p. 240). Análise semelhante tem Rago:

O trabalho fabril deve ser organizado segundo os interesses e as exigências da expansão do capital. As relações familiares também devem ser produzidas a partir da constituição de um novo modelo normativo de família. Todo tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser curto-circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizadora, construída de cima e do exterior. (1985, p.19)

Mas, segundo alguns documentos analisados esta campanha dos industriais em causa de um novo “padrão” sexual e moral deve ter sido árdua. As proibições de caráter mais formal e normativo elaboradas pelos proprietários, ao que parece não foram suficientes para fazer com que os operários controlassem a sua “animalidade” e não se envolvessem nas situações consideradas “imorais”. Algumas cartas relatam o envolvimento da direção das fábricas nos relacionamentos amorosos, muitas vezes, chegando a interferir na dinâmica interna das fábricas. É sobre isso que fala a carta de autoria do gerente da Cachoeira enviada ao gerente da Fábrica do Cedro, em 02 de junho de 1885:

[...] Enfim, empregarei todos os meios a servir-te se tiveres serviço ai para o José Alves e discípulo até finalizar as obras, estimarei muito, pois acabo de saber que não será conveniente a estada dele aqui sem risco de comprometer a uma moça de quem está enamorado. Manda-me só Chico Ramos e dá serviço ao José Alves aí, dizendo-lhe que ainda precisas dele, se precisas mesmo[...]. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM – grifo nosso)

⁸² Relatório de visitas apresentado pelo chefe da seção de informações do Departamento Estadual do Trabalho do Estado de São Paulo.

O que chama a atenção na carta é o fato de que os gerentes realmente se ocupavam das questões envolvendo os relacionamentos amorosos de seus subordinados. Isto faz pensar que este tema ocupava na escala de valores desses homens um lugar de destaque, a ponto de alterar a rotina da fábrica e tomar uma parcela do tempo desses sujeitos. Os próprios gerentes, sabedores das “tentações” distribuía espacialmente os homens e as mulheres dentro da fábrica, de modo a “evitar” problemas desta ordem, conforme explicitado na carta do gerente da Fábrica da Cachoeira, de 12 de abril de 1886: “Eu poderia arranjar um tear para o Herculano, no tecer, mas imagino que rapaz solteiro, em contato com moças é o diabo. Aparecem logo namoricos, coisas e lá se vai tudo a razo.”

Distintas correspondências também dão notícia do empenho dos empresários em tentar manter sob controle os arrebatamentos afetivos dos operários. É caso desta epístola escrita pelo gerente da Fábrica de São Vicente em 1897, cujo fato narrado acarretou a expulsão do operário:

[...] O Sr. Clarindo foi despachado do serviço por ter declarado uma moça empregada da fábrica que ele lhe convidara para atos imorais, por vezes a diversos brinquedos também ilícitos, sendo ela chamada para dar explicação, declarou, em vista da Abadessa e do maquinista chefe, estes fatos [...]. (Caixa Box nº 26 A – MTDMM)

Uma situação envolvendo um casal de operários da Fábrica da Cachoeira resultou na demissão do mesmo, o relato foi feito pelo gerente da fábrica em 30 de agosto de 1885, por meio de uma carta destinada ao superintendente da CCC:

[...] Vi-me obrigado a expulsar o mestre Pitta d’esta fábrica, em vista de seu procedimento, metido em namoros com uma antiga rapariga do convento. Despachei a rapariga e ele acompanhado-a pôs-lhe casa no Curvelo onde estão talvez [...]. (Caixa Box nº 3 A – MTDMM)

Alguns acontecimentos ocorridos nas fábricas envolvendo questões de sexualidade e relações afetivas geraram nos gerentes reações, muitas vezes, extremas. Destaca-se aqui dois casos exemplares. O primeiro envolve um tintureiro e o “roubo” de moças da localidade. Este caso foi relatado em duas cartas, a primeira já transcrita no capítulo anterior, de autoria do gerente da Fábrica da Cachoeira e datada de 30 de agosto de 1900:

[...] Tem esta por motivo principal avisar-te que devido ao incorreto comportamento do tintureiro [...], o qual procurou seduzir neste local uma empregada, moça de família, o que ficou automaticamente comprovado por

uma carta escrita pelo próprio punho do mesmo à mesma moça, despachei-o hoje deste estabelecimento [...] O tal tintureiro é uma droga das mais ordinárias, seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênua; e para exemplo e moralidade do lugar vou processá-lo, assinando como parte no processo [...]. (Caixa Box nº 30 A – MTDMM – grifo nosso)

Alguns dias depois o mesmo gerente escreve, em 02 de setembro de 1900, ao superintendente da CCC informando da participação do tal tintureiro em um caso de roubo de moças, algumas delas do convento da fábrica:

[...] Afinal sempre (se) descobriu o ladrão das moças; o tintureiro, segundo dizem, está metido no meio da história; uma das moças era do convento. Diz a abadessa que ela escapuliu na hora em que as moças saíam da escola noturna. O ladrão principal é casado, filho do Thomaz Cesário; estou tocando processo de rapto contra tais audazes, para exemplo dos demais, e respeito do lugar. Todos os acionistas daqui foram de opinião que deviam ser processado para exemplo e moralidade do estabelecimento. Ajustei um advogado e estou tocando o processo para adiante, porém noto muita má vontade no tal Sr. Delegado daqui, que apesar do Juiz substituto requerer o auto de corpo de delito, ele negou-se a fazer, desobedecendo ao Juiz. Se o Antônio estiver por ali diga para vir já para assumir a jurisdição, a fim de poder concluir o inquérito que o tal delegado está muito parcial [...]. (Caixa Box nº 30 A – MTDMM – grifo nosso)

Giroletti (1991) ao analisar os mesmos documentos destaca a influencia política que os industriais possuíam, capaz de mobilizar o que ele caracteriza como “o aparelho repressivo” do Estado, para conseguir uma ação mais eficaz contra alguém considerado por eles um contraventor. Tudo isso em nome da ordem e do bom funcionamento que deveriam imperar dentro das fábricas e em seu entorno.

As duas cartas dão pistas do quanto às questões que envolvem moralidade sexual eram importantes para esses industriais. Expressões como “é uma droga das mais ordinárias”, “seduzir neste local uma empregada, moça de família” e “seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênua” assinalam para uma severidade e um sentimento de afrontamento diante de coisas consideradas importantes para esses sujeitos. Mas salienta-se ainda, que o padrão de moralidade que os mobilizava era oriundo de sua classe social, e o qual se tentava a todo custo fazer valer para toda a comunidade, alguns elementos que sugerem isso são a mobilização do aparato policial, a instauração de um processo, a expulsão de pessoas do lugar e a publicidade dada a um acontecimento interno à fábrica, levando ao conhecimento de todos, o fato e as medidas tomadas para punir os “culpados”. Tais atitudes não eram isoladas e faziam parte do controle exercido pelos industriais tanto sobre os operários quanto às pessoas

no entorno das fábricas, como pode ser observado em uma nota veiculada na imprensa local, sobre a implantação de uma ronda noturna estabelecida pela Fábrica do Cedro:

Foi criado um corpo de ronda neste lugar, não se podendo transitar à noite na rua que vai do escritório ao Moinho, sem que se requeira licença ao guarda respectivo ou se apresente um salvo conduto. Informaram-nos mais, brevemente será decretado o estado de sítio neste lugar [...] O inspetor de quarteirão desta fábrica acaba de mandar confeccionar duas camisas fortes, dizem, para serem metidas nas pessoas que se embriagarem aqui, as quais ficarão ainda sujeitas a uma surra. (Gazeta de Paraopeba, 30/08/1914, Ano IV, nº 177, p.4)

Outro caso aqui relatado tem como cenário a Fábrica da Cachoeira. Trata-se da investigação da condição civil de um pretendente interessado em casamento com uma das operárias da fábrica, moradora do convento. O fato foi narrado por carta pelo gerente em 30 de agosto de 1885:

[...] Talvez te tenhas esquecido de indagar para Piratininga, ao pároco de lá, se Benedito Avelino da silva é casado lá. Vi-me também obrigado a desterrar a noiva para S. Sebastião, por que os namoros estavam tomando proporções irregulares, e eu receava alguma fuga. Houve muito choro etc, mas, tudo está em seus eixos. Se não pedistes informações que também foram pedidas de cá, pelo Vigário, é bom que peças para se ver se o homem é mesmo casado. Se for solteiro, faz-se á já o casamento, e se casado, receberá cá mesmo o castigo que merece, como ente miserável e indigno de viver entre gente honesta [...]. (Caixa Box nº 3 A- MTDMM – grifo nosso)

O desfecho acontece alguns meses depois, conforme conta o mesmo gerente, por meio de uma carta endereçada ao gerente da Fábrica do Cedro em 24 de abril de 1886:

[...] O tal Benedito (...) pregou-nos uma das do cabo. Depois de muito indagar, obtive com grandes dificuldades certidão e atestado de pessoas fidedignas de Piratininga, provando que é casado, o monstro que pela terceira vez quis casar-se (...) Enviuvou-se, casou-se de novo, abandonou a mulher na miséria e veio arranjar casamento aqui o animal. Foi tocado do estabelecimento como um cão danado [...]. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM - grifo nosso)

O gerente não informa se o Benedito é operário da fábrica, mas vê-se aqui também a mesma prática de interferência e controle direto na vida privada os indivíduos envolvidos e bem como em toda a localidade.

Distinto caso igualmente ocorrido na Fábrica da Cachoeira envolvendo a “devassidão masculina” traz a tona outros elementos referentes a sexualidade feminina no

cotidiano das fábricas de tecidos. Mas diferente dos dois casos narrados acima que se referia a operários, esta história tem como protagonista o Sr. James Winders, um técnico inglês contratado pela CCC para ser mestre geral da Fábrica da Cachoeira, que supostamente foi o responsável pelo defloramento uma operária da fábrica. O acontecimento foi exposto pelo gerente em 17 de fevereiro de 1887, veja-se:

[...] Em relação a minha reservada de 14, tenho a dizer-te que, embora recaiam todas as suspeitas do mal praticado a operária tola sobre o Sr. James, não se pode afirmar que seja ele o autor do delito e nem que a tola esteja realmente deflorada. Entretanto acabo de ter uma conferência com o Sr. James e declarei-lhe que se sua consciência lhe acusa de alguma coisa, que trate de se por o quanto antes com a família a caminho de sua pátria, visto como o crime seria grande e grande desgraça recairia sobre sua família. Nega o crime de que é acusado e diz estar com a consciência tranqüila. Tive idéia de mandar um médico examinar a suposta ofendida, mas não animei-me a fazê-lo por não ser assim o exame revertido de caráter judicial. Apelo para o futuro. Todos os passos que dei foram combinados com opiniões de Luis e Pacífico; este era de opinião que se despachasse o James, e eu prefiro livrar 10 criminosos a condenar um inocente, uma vez que ninguém está livre de uma imputação dessas. Por enquanto está tudo nesse pé, o futuro descobrirá a verdade [...]. (Caixa Box nº 11 A – MTDMM – grifo nosso)

Dias depois o mesmo gerente relata em nova correspondência como andava o caso em questão:

[...] Com referência as minhas reservadas de 14 e 17 de fevereiro, tenho a dizer-te que as coisas relativamente ao escândalo tomaram outro e feio aspecto com subseqüentes inquéritos e acariações procedidas, de cujo resultado remeto-te com esta um circunstanciado relatório. Fosse o estabelecimento de exclusiva propriedade ou tivesse eu apoio de todos os acionistas, já tinha mostrado a estrada ao inglês perverso, mas não querendo operar por mim só, consulto a Diretoria [...] e peço pelo mesmo portador instruções a respeito. O Dr. Pacífico é de opinião que o homem está completamente desmoralizado e que não deve por forma alguma continuar aqui. Tive a idéia de uma remoção dele para aí e daí para esta fábrica. Luis Augusto é de opinião que não servindo o homem para esta fábrica, para essa também não servirá, visto como a comp^a é uma só e o homem está desmoralizado, e que será até mal exemplo. A minha opinião é está: seja o perverso dispensado, e recaindo em benefício da ofendida a quantia que ele tem depositada para garantia de seu contrato, visto como de nada aumenta a Cia. esse pecúlio. Assim ela se casará com algum outro idiota trabalhador e recuperada a sua honra perdida ou roubada. [...] Penso que perdeu todas as qualidades requeridas para mestre geral da fábrica uma vez que não só abusou da simplicidade de uma tola sua subordinada como tem praticado aqui desatinos escandalosos, o que está no domínio de todos os habitantes do estabelecimento. Exponhas, portanto os acionistas, ao Diretor Antônio Cândido e manda-me as instruções na certeza de que se mandares proceder[...] e tratar do processo, a desgraça recairia também sobre sua pobre família que ficará ao desamparo e sem chefe. Ele será

condenado a não pequena pena. Embora seja a idiota maior de 18 anos, a ofensa é a mesma que a uma menor. Ele está trabalhando e nunca vi tão cuidadoso e atento ao serviço como depois de descoberto o escândalo, e essa atenção e cuidado em minha opinião ainda depõe contra ele que já estava por demais relaxado, e fez de um dia para o outro mudança tão notável [...]. (Caixa Box nº 11 A – grifo nosso)

Chama-se a atenção aqui para alguns elementos considerados significativos. Um deles diz respeito a maneira pela qual o gerente se refere aos protagonistas do caso. A operária não tem seu nome citado em momento algum, ao contrário ela é chamada de tola, depois de ofendida e por último de idiota. Já o mestre geral, é tratado inicialmente pelo seu nome, porém no decorrer na narrativa seu tratamento vai se alterando, de “Sr. James” ele passa a ser referido somente por “James”, e sucessivamente por “perverso” e “o homem”. Nota-se que o Sr. James vai perdendo a “identidade” à medida que o gerente vai se conscientizando de que ele realmente manteve uma relação sexual com a operária, sua subordinada. Isto remete a mais um elemento a ser destacado, observa-se que na primeira carta a palavra e a moral da operária são colocadas em dúvida, aqui ela ainda é a “tola”, enquanto a do Sr. James tem poder de convencimento. Contudo, no decorrer do caso, a culpa do Sr. James parece ficar confirmada e a operária, de tola passa a ser a “vítima”, mas mesmo assim ela não deixa de ser para ele uma “idiota”. Diante do fato consumado e o mal praticado, ao que tudo indica, sobre uma mulher jovem, virgem e talvez moradora do convento, o gerente propõe uma solução ética e moral, que se aproxima muito mais de uma relação patriarcal do que trabalhista. Já que a preocupação a foi de remediar o dano moral provocado pelo Sr. James, proporcionando a ela um dote que poderá ajudá-la a arranjar um casamento e assim ter sua honra reparada. Vê-se aqui uma preocupação muito mais de um pai reparando o mal feito a sua filha, do que a do patrão. A entrevista dada por antigo morador⁸³ da Cidade de Caetanópolis e ex-funcionário⁸⁴ da fábrica contribui para o entendimento do que esta sendo dito:

[...] A gerência recebia essas moças, abrigava-as e tomava conta delas como em um convento. Castigava e controlava-as. Os namoros eram controlados, havia horário para isso. É como um pai gosta de tratar uma filha e a Cia. tomava essa função. Tomava a moça e a entregava casada. O sistema era de convento. As moças ficavam presas, com toda a fiscalização [...].

Em virtude da ausência de fontes não se sabe se o fato ocorrido foi com o consentimento da operária, ou se tratou de mero abuso sexual, ou se foi ainda caso de assédio

⁸³ Entrevista concedida em 10/09/2008. Por questões éticas optou-se por não revelar o nome do entrevistado

⁸⁴ Por questões éticas optou-se por suprimir o nome do entrevistado. Depoimento dado em 11/09/2008

moral de um chefe sobre uma subordinada. Giroletti argumenta que por mais que as uniões fortuitas e outros tipos de encontros sexuais tenham sido proibidos nos regulamentos das fábricas, isso não garantiu que fossem eliminados de todo. Como ele mesmo argumenta “nem da prática dos diretores” e nem dos “operários”, pois são “várias as estórias e os casos contados envolvendo relações amorosas entre os industriais e as operárias.” Mas o autor argumenta que tais casos não foram tão generalizados assim, pois “um comportamento sexual de características libertinas por parte dos setores dominantes, reiterados constantemente como norma, quebraria o ambiente de trabalho, de ordem e disciplina que garantiam a produção fabril” (1991, p. 234).

Mas, fortuitos ou não, conforme argumenta Perrot (2005, p.449): “desprovidas de direitos sociais, as mulheres, as moças, sobretudo, estão entregues à exploração do mais forte. Quando ainda por cima, ele é o patrão e o chefe, tudo é possível.” A autora completa:

A contratação, a promoção, as gratificações estão nas mãos de uma direção e de executivos masculinos, fortemente tentados a usar suas prerrogativas para tirar todo o prazer possível. Ainda mais quando a mão-de-obra é jovem (...) fresca, virgem e sem defesa (2005, p. 449).

Ressalta-se que em todos dos casos narrados e analisados as mulheres não foram ouvidas, ou se foram isto não aparece nas cartas. Sua participação apesar de ser fundamental, se dá na sombra do outro, ela está lá, movimentando a cena, mas só ganha vida pelo olhar e pela fala do outro, esse outro é um homem, para quem todos se voltam. Ruim ou bom, digno ou indigno, ordinário ou não é ele que se sobressai. Segundo Geoges Duby⁸⁵ “as mulheres não representam a si mesmas. Elas são representadas (...) ainda hoje, é um olhar de homem que se coloca sobre a mulher” (*apud* PERROT 2005, p. 431). Na sombra, aparece também como alguém indefesa, frágil, incapaz de lidar sozinha contra a “animalidade” masculina. Talvez por isso necessite ser escondida atrás dos muros e das paredes dos conventos. Quintaneiro (1995) argumenta que parte das razões do rigoroso controle sobre as mulheres seja fruto da “devassidão dos homens” tendências naturais que segundo a sociedade do século XIX, pouco ou nada se podia fazer.

O pano de fundo de tudo isso é uma mulher que com a sua “inocência”, “fragilidade” e “atrativos” acaba incitando a “animalidade” do homem. Deste modo ela é de forma ambígua a causa e a vítima, assim como Eva comeu e instigou Adão a comer do fruto

⁸⁵ DUBY, Georges (Dir.) *Images de femmes*. Paris : Plon, 1992

proibido, causando a desgraça de ambos. É uma vítima pecadora, ao mesmo tempo que uma santa capaz de despertar de forma quase irresistível os instintos dos homens. Assim sendo o enclausuramento das mulheres cumpria pelo menos três funções. A primeira é a de proteger a própria mulher da sua “fragilidade” e “inocência”. A segunda é a de proteger o homem do seu desejo impulsivo de sexualidade quase desenfreada, pois a mulher escondida não oferece perigo. E a terceira é a de proteger a própria sociedade, principalmente no que diz respeito à família e todo o conjunto de moralidade considerado imprescindível a conservação da ordem, dos bons costumes e em conformidade com a lei de Deus. E mais objetivamente, a própria fábrica, que precisava garantir a ordem para a proteção dos seus lucros e dividendos. Uma composição poética publicada por um jornal local resume bem o que está sendo dito:

O' mulheres! Entes compostos de todas as nossas dores, de todas as nossas alegrias, de tudo o que a nós mais estremece! Evas verdadeiramente tiradas do nosso flanco! É para nos tornar doidos, felizes, desesperados, é para fazer sair a chama da nossa palavra, os versos de nosso coração, a demência de nossos atos, que Deus derramou sobre os vossos belos semblantes a sombra dos cílios e o fogo das pupilas. (Jornal A Rua, Ano 1, nº 14, Villa de Paraopeba, 26/10/1916)

O que todo esse processo reflete é a concepção que segundo Perrot (2005) vê a mulher como uma eterna menor e sobre quem paira sempre uma suspeita no que diz respeito a sua sexualidade, principalmente quando se tratava das mulheres pobres e sozinhas, como eram as operárias das fábricas de tecidos.

Rago (1985, p. 87) discutindo a relação entre pobreza e prostituição analisa alguns estudos realizados em São Paulo durante a década de 20, muitos deles realizados por médicos com apoio da polícia. Segundo ela estes estudos atrelavam pobreza e prostituição, colocando as mulheres pobres, principalmente as “não casadas” das classes trabalhadoras como sendo a grande maioria das prostitutas. Este grupo incluía “as floristas, costureiras, operárias, domésticas artistas de teatro dentre outras”. Esta autora ainda completa que “a mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita de cuidado do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida” (1985, p.87). Rago ainda apresenta um perfil elaborado pelo médico Dr. F. Ferraz de Macedo das prostitutas do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. De acordo com esse perfil a prostituição é classificada em dois grupos, o primeiro como prostituição pública, exercida, mormente pelas floristas, modistas, costureiras, vendedoras de chapéus, figurantes de teatro, comparsas, ou seja, como diz Rago as “putas trabalhadoras”. O segundo grupo é classificado pelo mesmo médico como

prostituição clandestina, desempenhada, sobretudo por viúvas, casadas, divorciadas ou solteiras.

Para Cláudia Fonseca (1997) esta relação entre pobreza, trabalho e prostituição, inseria a mulher pobre num conflito assim descrito pela autora:

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”.(1977, p. 516)

Tudo isso ajuda a entender qual era o imaginário masculino que prevalecia a respeito das mulheres de um modo geral e, mais especificamente, das pobres, sozinhas e trabalhadoras, características sociais semelhantes às operárias das fábricas têxteis seja em São Paulo, Rio de Janeiro ou Taboleiro Grande, nas Minas Gerais. Vale ressaltar que muito desse imaginário foi incorporado também pelos trabalhadores que dividiam o espaço da fábrica com as mulheres. A frase “se puta fosse flor, a fábrica seria um jardim” (PENA, 1981, p.81) escrita por trabalhadores do sexo masculino na porta do banheiro feminino de uma fábrica paulista é um exemplo do que está sendo dito. Pena analisando o seu conteúdo argumenta que ela reflete a “luta dos homens pela manutenção de privilégios masculinos dentro da fábrica”, reflexo das relações de gênero que também perpassam homens e mulheres trabalhadores.

Diante do que foi discutido argumenta-se que as operárias da CCC constituídas, em sua maioria de mulheres pobres e sozinhas, carregavam sobre si uma “suspeita” constante que pairava sobre o seu corpo e a sua sexualidade. Talvez por isso a existência, nas inúmeras cartas onde se agenciavam trabalhadoras, de informações do tipo: bom comportamento, moças recatadas, obedientes, retraídas e honestas, como expressou Caetano Mascarenhas ao enviar para a Fábrica de São Vicente 19 “raparigas”: “estou hoje despachando para lá 2 famílias de operários daqui e mais 19 raparigas, bem comportadas e boas que de certo nos prestarão bons serviços.”” Igualmente outra enviada ao gerente da Fábrica do Cedro: “desejo receber do amigo o favor, se for possível, de aceitar aí na fábrica uma moça órfã de pai e mãe, a qual é muito bem comportada e já tem bastante prática do serviço de tecelona, visto que já estava na fábrica de Marzagão.”

Mas como ficam as mulheres no meio de tudo isso? Perrot (2005, p.257) argumenta que “à primeira vista o consentimento parece suplantar a revolta” Mas, essa mesma autora afirma que “as mulheres não são nem passivas, nem submissas. A miséria, a

opressão, a dominação, por mais reais que sejam não bastam para contar sua história” (2005, p. 152). Em uma leitura pelo avesso das situações narradas nas diversas cartas produzidas pelos gerentes da CCC bem como outras oriundas de sua rede de correspondentes tais situações são rastros reveladores de táticas de burla de algumas mulheres contra o sistema de vigilância e controle construído ao redor delas. Os namoros, as escapulidas, os encontros fortuitos, as exigências por moças de bom comportamento deixam transparecer que as mulheres encontraram meios de “escapar” de tudo isso. De um jeito ou de outro, descobriram caminhos para externar as suas vontades, idéias, sentimentos e desejos, fazendo-se assim presentes e notadas, jeito esse que não combinava com o que era esperado delas, ou seja, submissão, passividade, subordinação. Segundo Certeau (1994) modalidades de ação desviacionistas, que não obedecem à lei do lugar, mas que manipulam e alteraram as estratégias. Maneiras de fazer que se aproveitam do sistema e da ordem estabelecidos pelas estratégias, revertendo dentro do possível as relações de dominação. Nas palavras de Perrot

poderes informais das mulheres que controlam de fato a parte mais importante dos recursos e das decisões; nessas condições, a perpetuação do “mito” do poder masculino serve aos interesses dos dois “gêneros”; por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias. (1988, p.171)

Magareth Rago (1985, p.62) pondera que “por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher”. Nada mais apropriado quando se olha as estratégias dos industriais que fizeram das mulheres as “suas melhores empregadas”, como bem externou Francisco Mascarenhas na epígrafe. O caminho percorrido por eles passou pela escolha entre as mulheres, pelas mais pobres e as sozinhas e de preferência longe da família e de sua casa. Vivendo em precárias condições, às vezes carregadas de filhos para sustentar, outras vezes órfãs ou se vendo na necessidade de migrar para conseguir trabalho, elas se tornaram trabalhadoras “ideais” para a fábrica. Necessitadas de trabalho, carentes economicamente, fragilizadas e desamparadas socialmente se submeteram, ao que tudo indica, com mais facilidade às condições impostas pelas fábricas: reclusão, controle, vigilância, dominação, sem falar nas condições salariais, muito mais precárias que a dos operários do sexo masculino, como será visto no próximo capítulo. Vale ressaltar que não foi localizada nenhuma correspondência onde se reclamava da falta de assiduidade, da insatisfação com o salário e outras reclamações afins em relação às mulheres, no entanto comuns no grupo de trabalhadores masculinos.

Na perspectiva das mulheres sozinhas e pobres, sem marido, pais ou dinheiro, vivendo numa sociedade patriarcal e desprovida de inúmeros direitos atualmente já institucionalizados em favor delas, acredita-se, a partir das fontes analisadas, que a fábrica acabou se tornando, contraditoriamente o amparo de vida que lhes garantia a sobrevivência, um lugar para morar e algum respeito social. E por mais sofrido e opressor que tenha sido o trabalho fabril, ele se tornou uma alternativa mais digna de sobrevivência. A mesma instituição que lhe reservava condições de trabalho, hoje consideradas degradantes, opressoras, desiguais e de exploração intensa, contraditoriamente, no meio disso tudo e por meio disso tudo, possibilitou a elas uma referência, uma identidade, um salário que lhes garantia a sobrevivência, e por último, uma “proteção”, proteção essa tão necessária para as mulheres dos finais do Século XIX e princípios do século XX. Neste contexto resgata-se uma observação e um questionamento feitos por Perrot (2005, p.257): “à primeira vista o consentimento parece suplantar a revolta (...) submissão ou sabedoria? Escolha ou necessidade?”

Encerra-se este capítulo com uma reflexão veiculada no jornal *O sexo Feminino*⁸⁶: “Uma menina bem educada, uma filha obediente ao seus, uma moça cheia de virtudes é agradável aos olhos do mundo, e mais ainda agradável aos olhos de Deus, que está no céu e em toda a parte nos vendo sempre.” Educação, obediência e virtude, modelos de um feminino que os industriais tentaram a todo custo inculcar nas operárias.

⁸⁶ *Jornal o Sexo Feminino*, Ano I; nº 27, 04/04/1874, p.4

4 ÀS MULHERES: OS FIOS, OS TECIDOS E AS MÁQUINAS SIMPLES

*Tenho arranjado de modo que para o maquinismo
nosso, só tenho admitido alguns meninos e umas 4 moças
(do convento) para os fusos, sendo os 30 teares novos
trabalhados pelas antigas operárias, uma em dois teares, nos saindo
assim a tecelagem com diferença de 30 a 40% mais barato.
Francisco Mascarenhas – 1887*

Este capítulo tratará das características do trabalho executado pelas mulheres nas fábricas têxteis. Ver-se-á que dentre as várias seções que compõe o processo de produção dos tecidos, será na fiação e na tecelagem que se concentrará a mão-de-obra feminina. Neste sentido se verificará que estas seções refletem a divisão sexual do trabalho que se estabeleceu nas fábricas de um modo geral, mas especialmente nas indústrias têxteis, cabendo às mulheres as ocupações menos valorizadas, cujas tarefas se caracterizavam principalmente pela monotonia, fragmentação, repetição, intenso ritmo de trabalho onde operações eram realizadas por máquinas mais simples que exigiam pouco conhecimento técnico e, para as quais, recebiam salários menores do que os dos homens. Buscar-se-á igualmente discutir o processo de formação das operárias para o trabalho, verificando-se que este se dava no trabalho e pelo trabalho, processo que demandava tempo para o seu aprendizado. Diante disso, os industriais buscavam a todo custo aliciar trabalhadoras que fossem práticas e pudessem prestar bons serviços. Argumentar-se-á que manter boas tecelãs no trabalho era fundamental para os industriais mineiros. Por fim, destacar-se-á que a inserção da mão de obra feminina na indústria têxtil foi resultante de aspectos econômicos e culturais que fizeram das mulheres a força de trabalho mais adequada para a produção têxtil.

Como já foi dito em capítulos anteriores, fiar e tecer sempre foram ocupações delegadas às mulheres, se constituindo ao longo do tempo, em profissões consideradas femininas. Situação que pouco se alterou com a instalação das modernas fábricas capitalistas, principalmente as têxteis, que se instalaram ao longo séculos XVIII e XIX. Estas fábricas se valeram prioritariamente da mão-de-obra feminina como força de trabalho para a produção de tecidos, principalmente nas seções de fiação e tecelagem.

Conforme argumenta Concessa Vaz de Macedo (1985) isto foi uma tendência generalizada nos países por onde o capitalismo industrial se instalou. Vários outros autores, tanto no exterior quanto no Brasil ajudam a confirmar esta tendência sinalizada por Macedo.

Dentre estes autores podem ser citados: Marx (1971), Engels (1975), Hobsbawm (1979), Thompson (1987), Perrot (1988), Surelot (1970), Nogueira (2004), Stein (1979), Rago (1985 e 1997), Pena (1981), Giroletti (1991), Libby (1980), Resende (2003) e Magalhães (2006).

Mesmo encontrando-se mulheres em outras seções como a sala de panos e as seções de preparação do algodão, são nas ocupações que envolvem a produção de fios e tecidos que se encontrará o maior contingente feminino de trabalhadoras. Segundo levantamento⁸⁷ realizado pelo governo paulista em algumas indústrias têxteis do Estado de São Paulo em 1912, aproximadamente 2267 operários trabalhavam na fiação, sendo que 164 eram do sexo masculino, 811 do sexo feminino e 1292 menores de ambos os sexos. Nos teares, os números ficam em torno de 3.686 trabalhadores, dos quais 512 são homens, 2154 são mulheres e 1020 são menores (*apud* PINHEIRO e HALL, 1981; MOURA, 1981). Em Minas Gerais esta tendência se mantém. Resende (2003) ao investigar sobre a organização social dos trabalhadores na Companhia Industrial São Joanense, em São João Del Rei, argumenta que a tecelagem era uma seção cujas tarefas estavam entregues às mulheres, havendo somente o registro de um operário trabalhando nos teares.

Na CCC de acordo com as fontes investigadas, o quadro se repete. Segundo o regulamento para os operários da Fábrica do Cedro de 1872, esta fábrica se dividia em 8 seções assim discriminadas: portaria, fiação, urdume, tecelagem, preparação, tinturaria, ferraria e carpintaria.

A primeira seção referente a produção têxtil era a fiação. Esta seção compreendia desde o descaroçamento do algodão até a sua transformação em fio. Tal processo se desenvolvia em duas etapas distintas e complementares. A primeira consistia na preparação do algodão para que fosse fiado, posteriormente. O processo em questão iniciava-se com o descaroçamento do algodão separando-o da semente. Logo após, esta matéria-prima passava pelo abridor para que fosse limpo e suas fibras serem abertas. Em seguida o algodão era batido de forma violenta para que fosse farpado, livrando-se das impurezas que ainda pudessem existir. Ao final do processo era produzida uma manta que seria enrolada em canilhas. Depois de tudo isso as fibras do algodão eram entrelaçadas umas nas outras de modo a suportarem o estiramento e a torção durante a fiação propriamente dita. Ao final as fibras eram transformadas em uma fita homogênea e armazenadas em grandes bobinas. A partir daí

⁸⁷ Relatório de visitas a 33 fábricas de tecidos localizadas na região de Santos, São Bernardo e São Paulo elaborado pelo chefe da seção de informações do Dep. Estadual do Trabalho, do governo do Estado de São Paulo. 1912

essa fita passava por uma sucessão de máquinas com a finalidade de formar o fio, fortalecê-lo, de modo a ficar cada vez mais estirado e delgado. Ao fim desta primeira etapa a fita produzida era acondicionada em bobinas que passavam às mãos das fiandeiras para serem fiadas.

A FIG 3⁸⁸ abaixo é uma fotografia da sala de batedores de algodão da Fábrica do Cedro:

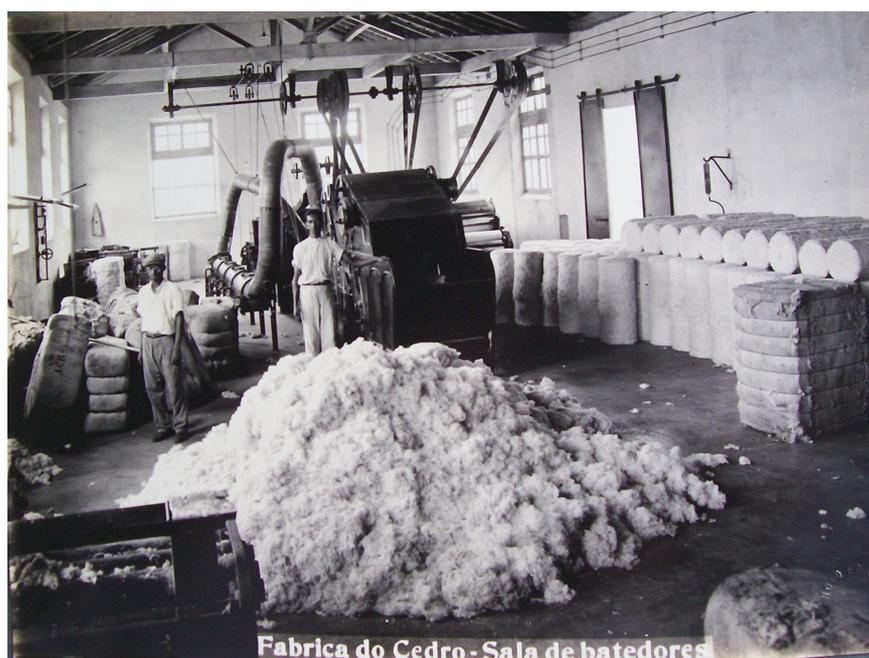


FIGURA 3- Sala de Batedores da Fábrica do Cedro
Fonte: Museu têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

Vê-se em primeiro plano o que devia ser o descaroador de algodão, logo depois está o algodão descaroadado e amontoado no chão a espera de ser batido, farpado e cardado pelo conjunto de máquinas que se encontram ao fundo da sala. Encostado nas paredes está o algodão, parte dele ainda enfardado, ou seja, sem nenhum tratamento e outra parte já em manta pronto para ser transformado em fitas. Próximos às máquinas e à alguns fardos de algodão estão dois operários, que a foto sugere serem os operadores das máquinas. O olhar mais atento sobre a foto revela uma preocupação com a ordenação e a limpeza geral do espaço, perceptível desde a organização do algodão no ambiente até nas roupas usadas pelos trabalhadores.

A FIG 4⁸⁹ mostra um descaroador de algodão da Fábrica do Cedro, e, possivelmente, um dos operários que o operava.

⁸⁸ Não há referência com relação a data na qual foi tirada a fotografia.



FIGURA 4-Descaroçador de algodão da Fábrica do Cedro
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

A fotografia reproduz uma imagem estática do descaroçador ladeado pelo operário que o opera. O trabalhador em questão traja-se de maneira simples, porém percebe-se certo zelo e cuidado com a aparência, como também assinalado na fotografia anterior. Tal zelo é denotado pelo uso do cinto e da camisa abotoada até o pescoço. Mas apesar disso, o operário aparece descalço, sinalizando que isto poderia ser uma situação comum no grupo de operários, ou por tornar mais “cômodo” o trabalho diário nas fábricas, ou em decorrência das privações a que estavam submetidos esses trabalhadores, impossibilitando-os de adquirir um par de calçados mais propícios para o trabalho. Vê-se na postura corporal do trabalhador uma tentativa de reproduzir uma relação quase simbiótica entre ele e a máquina. Com um dos braços na altura da cintura e o outro postado ao descaroçador é como se homem e máquina se completassem. Mas percebe-se que a máquina se sobrepõe ao trabalhador, sugerindo que a intenção do fotógrafo fosse apresentar a máquina, desta forma o operário aparece aqui como um elemento secundário, porém essencial, pois é ele que a movimenta. A imagem parece

⁸⁹ Não há referência com relação a data na qual foi tirada a fotografia

indicar a existência de uma “harmonia” quase “natural” entre o homem e a máquina. Conforme expõe o ex-diretor da CCC em palestra proferida em 1945:

[...] Uma máquina não poderá produzir bom trabalho se suas peças não estiverem bem engendradas e se seus movimentos não forem harmônicos; assim também uma comunidade como a nossa marcharia mal se não houvesse harmonia entre todos os seus componentes, entre dirigentes e dirigidos [...]. (Livro Geraldo Magalhães Mascarenhas – Coleção pessoal Décio M. Mascarenhas – MTDMM)

Na segunda etapa da seção da fiação, a fita ainda grossa é desgrossada e transformada em linha nos filatórios. Os fios que saíam dos fusos eram armazenados em canelas, que quando cheias, recebiam o nome de espulas. Uma carta escrita pelo gerente da Fábrica da Cachoeira em 24 de setembro de 1885 oferece uma idéia de como deveria funcionar esta seção da fábrica. Segundo ele:

[...] de manhã ou em dia úmido cada filatório ocupa 12 meninos e não dão conta (...) urge assentamento dos canos de vapor e vinda de canelas de pau, para tudo trabalhar bonito, gastando pouca gente e pouco óleo, os panos saírem melhores, em grande quantidade. Estando tudo corrente não é admiração que esta fábrica produzirá 5.000 metros de pano por dia [...]. (Livro Copiado de Cartas da Fábrica da Cachoeira de 1884 a 1886, p. 317-18)

Além de esclarecer sobre as medidas que deveriam ser tomadas para o bom funcionamento da fiação, o gerente da fábrica sinalizava para a mão-de-obra predominante nesta seção, ou seja, meninos. Mas de acordo com as fontes pesquisadas, além dos meninos, as mulheres e menores também compunham a mão-de-obra nesta seção. Segundo Giroletti, esta etapa da produção do fio não exigia qualificação e muito menos treinamento. Ao contrário da etapa anterior, que envolvia a operação de máquinas mais complexas e onde a maioria da mão-de-obra era masculina. (GIROLETTI, 1991).

Um artigo publicado pelo jornal *Avanti!*⁹⁰ ajuda a compreender alguns procedimentos realizados pelas fiandeiras nesta etapa da fiação:

Os bancos de fiação desenrolam aquelas fibras cardadas, dão torção e estiramento e as enrolam em muitos fusos. Mas quanta paciência requer este trabalho! Essas mulheres devem ficar sempre em pé, sempre com a máxima atenção nos 50 ou mais fusos que giram com uma velocidade vertiginosa: devem emendar muitas vezes o fio quando se rompe e consertar

⁹⁰ “Attraverso uno stabilimento di tessitura”, *Avanti!*, 25 de maio de 1907

freqüentemente os defeitos das máquinas. (*apud* PINHEIRO e HALL, 1981, p. 164)

Segundo depoimento dado por Lia, uma senhora de 88 anos residente em Caetanópolis e ex-operária da Fábrica do Cedro, na fiação “não era muito bom trabalhar, tinha que emendar os fios que arrebentavam, davam muito trabalho para serem emendados.”⁹¹ Nesta etapa da produção as mulheres e meninas se ocupavam como fiandeiras, caneleiras, paveiristas, desmanchadeiras, meadeiras e espuladeiras.

A seção que se seguia à fiação era denominada de urdume e envolvia, segundo o regulamento, desde “a recepção do fio até a entrega dos rolos de urdume”. As tarefas femininas compreendiam as de bobinadeiras e enfiadeiras. De acordo com Giroletti:

O fio das espulas, que vem da fiação, era transferido pelos viradores (hoje bobinadeiras) para bobinas menores, que seriam utilizadas na trama da tecelagem ou formavam o “queijo”, que seria transformado, pelas urdideiras, em rolo urdido. Este consiste num agrupamento longitudinal de fios paralelos e de comprimento igual, em número, ordem e disposição determinados pelo tipo de tecido que se quer produzir, formando a teia. Nas engomadeiras, o rolo urdido passava por uma substância aglutinante e gelatinosa, feita à base de polvilho, que impregnava os fios, dando-lhes maior consistência para suportar a fricção dos pentes ao serem tecidos. O rolo, depois de seco, seguia para a tecelagem (1991, p. 36-7).

A tecelagem, outra seção mencionada no regulamento, consistia, segundo este documento, “na recepção de rolos urdidos até a entrega de panos à preparação”. Giroletti em uma descrição mais detalhada deste processo diz que na tecelagem:

Processava-se, pelo cruzamento e entrelaçamento, a conversão do fio em pano, sólido e resistente. Montava-se a teia no tear e dispunham-se longitudinalmente os fios em igual distância e número. Operava-se, em seguida, o entrelaçamento transversal do fio, introduzido um após o outro por uma lançadeira, constituindo a trama. E o pano, desta forma tecido, era enrolado no órgão do tear. (1991, p. 37)

Uma correspondência enviada ao gerente da Fábrica de São Vicente por um diretor da CCC ajuda a entender um pouco da organização e o funcionamento desta seção:

⁹¹ O nome dado é fictício. Por questões éticas optou-se por não revelar o verdadeiro nome da depoente. Ela trabalhou por pouco tempo na fábrica. Foi tecelona, mas não se adaptou ao trabalho, não conseguiu aprender a trabalhar no tear. Acabou transferida para as bobinas na fiação, onde enchia as canelas que vinham do filatório para a engomadeira. Saiu da fábrica, após se casar. O seu pai, também foi operário desta fábrica de 1885 a 1943, bem como sua irmã que trabalhou por 41 anos. A entrevistada conta que logo após se aposentar, sua irmã foi diagnóstica com problemas mentais, chegando ser internada em hospitais psiquiátricos de Belo Horizonte por mais de treze anos, quando então veio a falecer. Ela não se casou e não teve filhos. Depoimento dado em 11 de setembro de 2008.

[...] Cada máquina terá de dar a produção para a qual foi feita. (...) Todas as repartições terão de atender preferencialmente a tecelagem, pois sendo esta o termômetro da produção qualquer atraso ocasionado a ela será prejudicial. (...) A tecelagem deverá colher de cada tear, 200 pancadas por minuto. São Vicente tem 100 teares, portanto deverá colher 20.000 pancadas; perde-se 20% ficam 16.000 pancadas úteis por minuto, se trabalhar num ano como o cretone Cedro teríamos $16.000/38=421$ polegadas por minuto, ou seja, 10,5 metros por minuto ou 6.300 por dia ou 1.890.000 por ano. Se trabalhássemos num pano tipo progredior que tem 2 fios por milímetro teríamos 8 metros por minuto ou 45 mil por dia ou 1.440.000 por ano. O mestre tecelão não deverá permitir que as moças saiam da fabrica para mudar de rol, esta mudança se fará imediatamente, pois antes de um tear parar o rolo cheio deve estar no chão esperando. As moças devem ser corrigidas de todos os defeitos que implicam em pequena produção, parada de tear, perda de tempo e não deve ser estorvada. A linha de trama será fornecida pela fiação por 2 pequenos que levarão a linha a cada tear trazendo de lá as espulas vazias. Se estas tiverem muita linha cabe ao menino avisar ao chefe para corrigir a tecelona [...]. (Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140 – MTDMM)⁹²

Por meio do conteúdo da carta acima vê-se que a máquina impõe o ritmo de trabalho, já que “terá de dar a produção para a qual foi feita.” Para isso é estabelecido o número mínimo de batidas que determinam o ritmo com o qual a máquina se movimenta e produz o tecido. As operárias por sua vez para atender a este ritmo deveriam permanecer sempre próximas aos teares, mantendo-se de pé e se movimentado com certa agilidade para acompanhar a tecelagem do tecido, caso contrário seriam responsabilizadas e punidas por qualquer contratempo que interrompesse o processo e causasse alguma avaria no tecido produzido. O Jornal *Avanti!*⁹³ já citado aqui, assim descreve os defeitos que porventura poderiam ocorrer durante o processo de tecelagem:

Tudo é anotado. As rasuras no tecido, os fios que faltam, os saltos no cartão do desenho, fineza ou aspereza das orelas, a duplicação da trama, a limpeza da peça. Por outro lado não se pode prever o mau funcionamento de um tear, das tramas por vezes péssimas, de um urdume mal feito, da peça podre, do desenho roto; todas aquelas coisas, em suma, que impedem até mesmo ao tecelão armado de paciência de fazer com perfeição um tecido (*apud* PINHEIRO e HALL, 1981, p. 166-7).

O mesmo jornal oferece detalhes da sala de tecelagem, das condições de trabalho, bem como da destreza necessária à tecelã:

⁹² A correspondência não explicita a data e o nome do remetente. Mas como está transcrita em uma fonte correspondente aos anos de 1915 e 1916, se deduz que a correspondência também pertença a este período.

⁹³ “Attraverso uno stabilimento di tessitura”, *Avanti!*, 28 de maio de 1907

Aqui o barulho é ensurdecedor e o conjunto dos diferentes ruídos assemelha-se quase ao som de uma grande queda de água. (...) as lançadeiras vão e vem a uma extraordinária velocidade transportando para trás a trama, e os rolos de urdume pouca a pouca se convertem em outro rolo de tecido (...). Todo o trabalho é um contínuo exercício de paciência. Pede-se ficar atento ao tecido, à trama que a velocidade da lançadeira deixa apenas entrever, atenção ao urdume, atenção enfim para não deixar cair as espulas no chão. (*apud* PINHEIRO e HALL, 1981, p. 165-6)

Com as operárias mais práticas e com mais destreza, consideradas boas tecelãs pelos chefes e gerentes, a situação se agravava, pois chegavam a operar dois teares, simultaneamente, como descrito na carta citada na epígrafe deste capítulo e repetida aqui:

[...] Tenho arranjado de modo que para o maquinismo nosso, só tenho admitido alguns meninos e umas 4 moças (do convento) para os fusos, sendo os 30 teares novos trabalhados pelas antigas operárias, uma em dois teares, nos saindo assim a tecelagem com diferença de 30 a 40% mais barato [...]. (Carta do gerente da Fábrica da Cachoeira em 23/02/1887, Caixa Box nº 11 A- MTDMM)

Observa-se que tal procedimento representava para a Cia um lucro, segundo o gerente de 30 a 40%. Isto explica o fato deste procedimento ter sido adotado por algum tempo pelas fábricas da CCC. Todavia com a aquisição de teares mais modernos e mais ágeis, os industriais reavaliaram a decisão de distribuir 2 tecelãs por tear, conforme explica o gerente da Fábrica da Cachoeira em 1905:

[...] O aumento no número de operário explica-se pela razão da nova adoção de uma tecelã para um só tear, ao passo que havia muitas tocando dois, cujo expediente fora tomado pelo fato das tecelãs, devido a rapidez dos novos teares, não poderem aplicar-se convenientemente na perfeição das fazendas, que deixarão de sair com certa e bem sensível imperfeição, o que deu motivo ao aumento do número de tecelãs, sem alteração do ordenado, que continua o mesmo, que ganhavam em dois teares, ou até menos um pouco nos novos teares, em razão do preço para estes ser menor qualquer coisa [...]. (Balanço Geral da Fábrica da Cachoeira, 1905- Caixa Box nº 216-MTDMM)

Em reiteradas cartas analisadas, muitas delas já transcritas aqui, os gerentes se preocupavam em estabelecer algumas características consideradas importantes para as candidatas ao trabalho nas fábricas. Expressões como: robustas, sadias, desembaraçadas, práticas, inteligentes e que tivessem acima de 14 anos como ficou explicitado em cartas anteriores, sinalizam para a importância da compleição física da operária, sugerindo que moças muito franzinas poderiam ter dificuldades em realizar as tarefas. Além disso, elas deveriam ter agilidade suficiente para acompanhar o ritmo imposto pela máquina e serem

suficientemente inteligentes para aprenderem a operá-las. Vistas pelo avesso, estas preocupações e inquietações dos gerentes parecem dizer que de fato, o trabalho na tecelagem era árduo, penoso e de difícil execução, exigindo por isso, não só habilidades motoras e mentais, mas também certa força física para suportar o ritmo do trabalho. Desta forma, somente moças sadias, fortes, desenvoltas e práticas podiam se ocupar da tecelagem, de maneira a produzir bons tecidos dentro de um tempo hábil.

A necessidade de moças com este perfil chama a atenção para o outro lado da questão, ou seja, a dificuldade da formação de trabalhadoras com estas características. Uma carta de autoria do gerente da Fábrica de São Vicente endereçada ao gerente da Fábrica do Cedro é um valioso depoimento do quanto este processo era custoso e levava tempo:

[...] Me parece impossível mandar-te as 12 tecelonas das melhores que tem em S. Vicente, conforme pedes, bem vês que tomei a meu cargo a organização dos serviços daquela fábrica e entregá-la montada com pessoal e tudo mais em ordem. Conhece que nos tempos atuais não é tão fácil se arranjar isso, e deves entender que não é sem muito trabalho que isto tenho arranjado. Atualmente tenho 67 teares trabalhando com pessoal todo ainda atrasado, e não dando por essa razão uma produção agradável; como pois hei de mandar-te as melhores tecelonas? Algumas tecelonas tocam a dois teares. Em 17 dias de trabalho do mês passado a Fábrica de S. Vicente produziu 25.531 metros de várias marcas de americanos, que divididos pelos 67 teares toca a cada um com 1.531 metros em 17 dias, ou 22,85 a cada um por dia. Ora veja que isto denota o grande atraso das tecelonas [...]. (16/07/1894, Caixa Box nº 5 – MTDMM- grifo nosso).

Não foram encontrados documentos que esclarecessem sobre o processo de formação dos operários, mas o que tudo indica é que o aprendizado se dava mesmo no trabalho, na lida diária com a máquina, como diz novamente o gerente da Fábrica de São Vicente: “esta semana a fábrica tem trabalhado muito bem com 34 teares, e se as tecelonas fossem práticas todas, faria muito pano.”⁹⁴

Na falta de fontes documentais sobre este processo de formação e aprendizado das operárias, relata-se aqui um trecho do romance *Emmeline*, já citado no capítulo 3, onde a protagonista inicia seu aprendizado como operária têxtil em uma das várias fábricas de Lowell, nos Estados Unidos:

O Sr. Baxter levou-a ao primeiro tear de fiação e apresentou-a à operadora, Sophie Hopkins (...) é uma boa professora – gritou o Sr. Baxter. (...) Sophie (...) era uma daquelas poucas moças selecionadas, capazes de desempenhar

⁹⁴ 11/03/1893 – Caixa Box nº 5 - MTDMM

qualquer função na tecelagem e, caso fosse homem, teria sido há muito promovida a consertador de teares e, no final, com toda a probabilidade, a supervisor. Como eram as coisas, trabalhava como engomadora, o trabalho mais bem pago para as moças, por tantas semanas quanto as pudesse suportar os vapores da sala de engomar. Depois era transferida para os teares de fiação, ou para onde fosse necessário. Sophie fez uma demonstração. Numa das extremidades da máquina ficava um cilindro grande, enrolado com uma larga manta de algodão. Enquanto a manta se desenrolava do cilindro, ela a guiava para a correia transportadora, levando-a para o tear, tomando cuidado para que estivesse reta na extremidade da frente, depois caminhando rapidamente para a extremidade traseira, a fim de ver se a corda produzida pela estrutura não estava ficando emperrada na máquina. Em si, o trabalho não parecia difícil. Assim mesmo, quando Sophie terminou a demonstração e disse que ficaria para trás, enquanto Emmeline faria a manta passar através da máquina, e a mente de Emmeline cessou abruptamente de funcionar [...] Deu partida na máquina e começou a alimentá-la direitinho com o algodão, depois deu a volta em torno, para cuidar da corda macia, enquanto ela caía no barril do outro lado. Não parou até todo o cilindro ter-se esvaziado na máquina e só então apertou a chave e voltou-se para Sophie. [...] – muito bom – disse Sophie, com um sorriso de aprovação. – vai se dar muito bem na fiação Emmeline. (ROSSNER, 1980, p. 73-75)

Em outra passagem do livro, *Emmeline* continua a sua aprendizagem conforme o fragmento abaixo:

Corinne era grandalhona e de aparência robusta, mas de modos tímidos, com voz virtualmente inaudível acima do rumor dos teares. Emmeline observava cuidadosamente, enquanto a outra moça fazia uma demonstração de como por a linha na lançadeira, e foi capaz de desempenhar esta parte, tão bem quanto a tecedura em si, passando os fios alimentadores pelos fios de urdidura, presos no tear, com relativa facilidade, [...] Contudo, atar os nós quando os fios se rompiam era consideravelmente mais difícil. No final ela acabou por efetuar perfeitamente os nós de alimentação, mas cada nó da urdidura que tinha de atar era uma agonia. Os fios da urdidura não apenas eram engomados antes de serem trazidos para a sala de tecelagem, como também eram retorcidos de forma tão apertada no tear que se tornava quase impossível segurá-los da forma necessária para se poder atá-los. Muitas vezes, quando a linha se partia entre seus dedos, ou escorregava, ela ficava à beira das lágrimas. [...] (ROSSNER, 1980, p.82-83)

É certo que se trata de uma obra de ficção, mas descontando-se alguns elementos próprios deste tipo de produção literária, o processo de aprendizagem fundamentado no “aprender fazendo” no trabalho e pelo trabalho pelo qual passou a personagem *Emmeline* parece se aproximar muito da realidade vivida no cotidiano das fábricas. Uma observação feita por Ernesto Street⁹⁵ a respeito da formação do operariado brasileiro é uma indicação disto, segundo Street:

⁹⁵ Economista e assessor técnico do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria

Chegou-se à conclusão de que o mais urgente, no Brasil, no tocante à formação do operariado, consistia em suprir a deficiência de preparo dos contramestres, mestres e técnicos de fabricação. Esse conjunto representa aproximadamente 10% do operariado têxtil do País. As fiandeiras, tecelãs e outros operários de menor qualificação, adquirem, com relativa facilidade, os conhecimentos suficientes como aprendizes na própria fábrica, mormente enquadrados por operários superiores devidamente preparados. (1950, p. 108)

Observa-se na avaliação de Street que as fiandeiras e tecelãs não eram consideradas mão-de-obra qualificada e, portanto seu aprendizado poderia prescindir de procedimentos mais elaborados de ensino e aprendizagem, diferente dos trabalhadores considerados por ele como os mais qualificados. A afirmação de Street refletia uma discussão que se fazia no momento a respeito da formação de mão-de-obra para as indústrias têxteis brasileiras (GIROLETTI 1991, p. 116). Mas quando se volta o olhar para as cartas já transcritas aqui se percebe que tal afirmação é extremamente pertinente ao período anterior a 1950, já que nas cartas os industriais relatavam as mesmas dificuldades que enfrentavam na contratação de operários considerados mais qualificados.

Entretanto, a realidade explicitada nas cartas contradiz a “relativa facilidade” e simplicidade no processo de formação do operariado “não qualificado”. São inúmeras as missivas onde os industriais relatavam as dificuldades que enfrentavam em encontrar tecelãs práticas e habilidosas para o serviço, conforme expressou em um tom de lamento o gerente da Fábrica de São Sebastião: “e de “mais”, sabes que estou lutando com muita dificuldade para aumentar a produção da fabrica e aperfeiçoá-la (...) além de diminuir esta má qualidade devido a falta de boas operárias.”⁹⁶ Situação que segundo Bernardo Mascarenhas só seria resolvida com “a boa e longa prática que só é adquirida com o tempo e aplicação.”⁹⁷

Vê-se aí um desafio mútuo. Os empresários precisavam fazer com que essas trabalhadoras se adaptassem ao trabalho fabril, se dispusessem a aprender e a executar as tarefas delegadas à elas. Pois só assim obteriam o lucro que almejavam. Já por parte das operárias era necessário dar conta do aprendizado específico das tarefas que executavam, “enfrentando” a máquina e se adaptando ao seu pesado ritmo. Mas, acrescido a isso, elas tinham que se adequar e se sujeitar ao modelo de trabalho imposto pela fábrica, ou seja, horários, os ritmos, a vida no convento, a disciplina, ao mando dos gerentes e chefes e tudo o

⁹⁶ Gerente da Fábrica de São Sebastião em carta de 29 de agosto de 1888. Caixa Box nº 11 A - MTDMM

⁹⁷ 1º Relatório Anual da Cia. Cedro e Cachoeira apresentado à Assembléia de Acionistas – 17 de março de 1884-MTDMM

mais a que estavam submetidas. Diante de tantas dificuldades os gerentes adotavam estratégias visando a motivação para o trabalho. Geralmente estas estratégias envolviam estímulos financeiros compensatórios, como foi deliberado pela Diretoria da CCC na Ata de Reunião da Diretoria de 29 de março de 1903:

[...] Distribuir no fim do ano, em cada fábrica, a importância de 300\$000 réis em prêmios às tecelãs e meninos do filatório de acordo com a seguinte tabela: 1) As tecelãs que mais tecerem e tiverem mais perfeição no trabalho um premio de 100\$000 réis, um de 50\$000 réis, dois de 25\$000 e dois de 20\$000; 2) aos meninos mais aplicados aos serviços e de melhor procedimento, 12 prêmios de 5\$000 réis cada um [...]. (*apud* Giroletti 1991, p. 152)

É importante observar que as premiações oferecidas visavam a dois objetivos diferentes, de acordo com o grupo de trabalhadores a que se destinavam. Para os meninos do filatório buscava-se principalmente estimular o bom comportamento e mais dedicação ao serviço. O que pode ser um sinal dos problemas enfrentados pelos gerentes no trato com a mão-de-obra infantil. Já quanto as tecelãs, o que se pretendia era não só estimular a produção, como também melhorar a qualidade do que era produzido. Indicando que os industriais enfrentavam problemas com a baixa produção e pouca qualidade dos tecidos. E não há como negar que ter boas tecelãs era fundamental para as fabricas, já que era nas “mãos” dessas operárias que se produzia os tecidos, razão maior da existência das indústrias têxteis.

A tecelagem era a mais feminina das seções da fábrica. Giroletti (1991) argumenta que poucos homens trabalhavam nesta seção. Geralmente eles ocupavam as funções técnicas e de chefias, outras vezes eram auxiliares. Os livros de pontos e pagamentos dos operários demonstram a proeminência feminina na tecelagem, bem como a maior concentração de trabalhadoras em relação ao outros setores das fábricas conforme pode ver visto na TAB 4:

TABELA 4
Porcentagem de Tecelãs em Relação ao total de Operárias
Fábrica do Cedro 1913, 1920, 1932

| ANO | Nº TOTAL DE MULHERES | Nº DE TECELÃS | % DE TECELÃS |
|------|----------------------|---------------|--------------|
| 1913 | 184 | 101 | 55 |
| 1920 | 150 | 92 | 61 |
| 1932 | 176 | 106 | 60 |

Fonte: Livros de ponto e pagamentos da Fábrica do Cedro - MTDMM

Na tecelagem havia outras tarefas além dos teares, nas quais se empregavam prioritariamente meninas mais jovens como era o caso das liçadeiras e da confecção de órgãos.

A FIG 5 a seguir proporciona uma imagem da tecelagem da Fábrica do Cedro. A fotografia original não informa a data em que foi tirada, mas observando-se o vestuário das operárias bem como os teares é possível pensar que se trata das primeiras décadas do século XX.

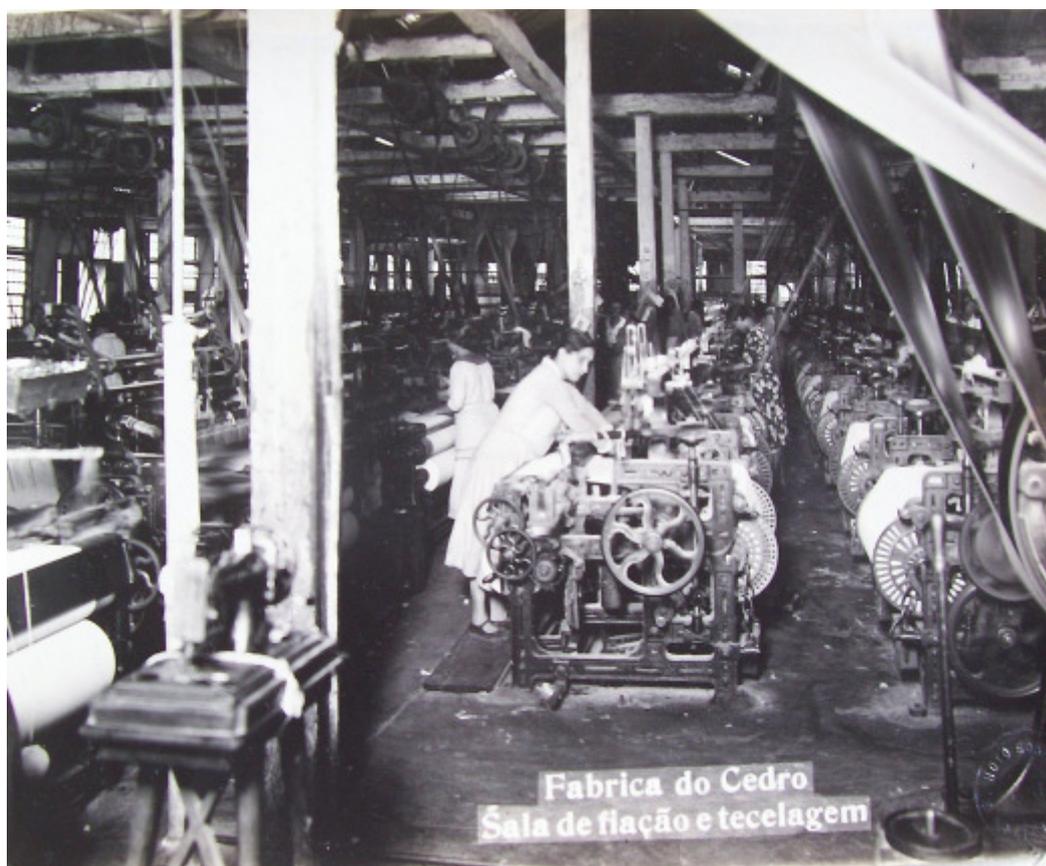


FIGURA 5 - Sala de fiação e tecelagem da Fábrica do Cedro
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

Observa-se que a fotografia reproduz a imagem ampla da sala de tecelagem da Fábrica do Cedro. Está presente nesta fotografia a idéia de movimento, as operárias são retratadas trabalhando, todas postadas em pé a frente de cada tear, manuseando-o de forma compenetrada, quase dá para “ouvir” o barulho ensurdecedor destas máquinas. Ao contrário das FIG 3 e 4 não há aqui nada que sugere algo estático, ou que indique uma “pose” para as lentes do fotógrafo. Percebe-se que algumas operárias estão de costas, cada qual envolvida em seu trabalho. Recatadas, bem penteadas e compenetradas as operárias aqui registradas simbolizam o trabalho, a ordem e a disciplina presentes no cotidiano fabril. Nota-se que não

há pessoas transitando pelo local de trabalho, o ambiente parece estar limpo, organizado e as máquinas em seu pleno funcionamento. A fotografia acima exemplifica o que Foucault (2007, p. 118) denominou de disciplina, ou seja, os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. Ainda de acordo com Foucault (2007, p.123) “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo.”

Outra seção que compunha o processo produtivo nas fábricas têxteis era a tinturaria. Segundo Giroletti tratava-se de uma seção intermediária, que em algumas fábricas se situava entre a fiação e urdume, e em outras se constituía em uma etapa do acabamento, servindo para tingir o tecido propriamente dito. Nem todas as fábricas possuíam uma tinturaria, no caso da CCC apenas a Fábrica do Cedro possuía esta seção montada desde o início de suas atividades. Em 1900 entrou em funcionamento a tinturaria da Fábrica da Cachoeira (GIROLETTI, 1991, p. 38).

O regulamento da Fábrica do Cedro não descreve com mais detalhes o que deveria ser feito nesta seção, contudo explicita as funções do tintureiro que dentre outras deveria “executar as ordens do administrador, tingindo a quantidade de fios da qualidade e cor que lhe for requisitado, tendo todo o cuidado de produzir cores firme e iguais”⁹⁸. Para isso eram usadas tintas importadas e em alguns casos utilizavam-se corantes elaborados artesanalmente (MASCARENHAS 1972, p. 89).

De acordo com os livros de pontos analisados a tinturaria era uma seção masculina e segundo Giroletti o tintureiro era geralmente um prático, cujo saber sobre o seu trabalho decorria de sua experiência profissional. Era um dos operários mais bem pagos na CCC. Um contrato assinado entre a Fábrica do Cedro e o tintureiro José Antônio, previa o custeio das despesas de viagem de toda a sua família, a moradia e um salário inicial de 6\$000 diários, que chegou ao valor de 10\$000 ao final do contrato. (GIROLETTI 1991, p.38-9).

Outra seção importante no processo de fabricação do tecido era a de preparação. Compreendia a última etapa do processo têxtil. De acordo com o regulamento, abrangia desde a “recepção de pano dos teares até a entrega do mesmo – aperfeiçoado, limpo e em peças nitidamente marcadas, pronta para irem para o depósito”⁹⁹. Esta seção era denominada nos livros de ponto e pagamentos como “sala de panos”. Nesta seção se fazia o que Giroletti (1991, p.41) descreve como o “controle de qualidade do produto: do fio, do tecido e do

⁹⁸ Regulamento para operários da Fábrica do Cedro de 1872 - MTDM

⁹⁹ Regulamento para operários da Fábrica do Cedro de 1872 - MTDM

acabamento” O mesmo regulamento oferece uma idéia de como este controle de qualidade deveria ser realizado pelo mestre da seção:

[...] Inspeccionar minuciosamente cada peça de fazenda que sai do medidor – dobra por dobra – tomando nota de metros em livro especial e dos menores defeitos de cada peça, fazendo declaração do número do tear a que pertence – e pondo de parte as peças defeituosas que serão à tarde apresentadas ao administrador para os fins convenientes [...]. (Regulamento para operários da Fábrica do Cedro, 1872 – MTDMM)

Giroletti (1991) argumenta que o pano era examinado “numa sala ampla e bem iluminada, por uma “dupla de revistadeiras” dispostas lado a lado, numa mesa apropriada”. Segundo o periódico paulista *Avanti!*¹⁰⁰ o trabalho não era dos mais fáceis, pois requeria grande atenção: “o operário tem o dever de manter os olhos fixos num pedaço de pano tão pequeno de tecido durante uma longa jornada de trabalho de 11 horas e meia, o que provoca uma fadiga terrível”(*apud* PINHEIRO e HALL 1981, p.167).

Com o objetivo de facilitar a compreensão da divisão sexual de algumas seções da Fábrica bem como uma descrição breve de cada tarefa ou ocupação de homens e mulheres em cada uma delas, elaborou-se o QUADRO 3 abaixo:

QUADRO 3
Discriminação das Funções Segundo Sexo e Seção
Fábrica do Cedro – 1872-1920

(Continua)

| OCUPAÇÕES | SEÇÃO | TRABALHADOR SEGUNDO O SEXO | DESCRIÇÃO |
|----------------|-----------|----------------------------------|---|
| Descaroçador | Fiação | Masculino | Separar o algodão das sementes |
| Abridor | Fiação | Masculino | Abrir as fibras do algodão |
| Batedor | Fiação | Masculino | Bater violentamente as fibras do algodão com o objetivo de separar as impurezas |
| Maçaroqueira | Fiação | Masculino | Operar a maçaroqueira com a finalidade de confeccionar fios mais grossos |
| Pavieiro Fino | Fiação | Masculino | Preparação de fios mais finos |
| Paveirista | Fiação | Feminino | Produção de fios no filatório |
| Meadeiras | Fiação | Feminino | Medição de fios. Hoje já existem máquinas que realizam essa tarefa. |
| Caneleiras | Fiação | Feminino | Substituição das espulas cheias do filatório por espulas vazias |
| Desmanchadeira | Fiação | Feminino | * |
| Liçadeiras | Tecelagem | Feminino | Liçar o rolo urdido no tear e trocar as lançadeiras vazias pelas cheias |

¹⁰⁰ *Attraverso uno stabilimento di tessitura*, *Avanti!*, 28 de maio de 1907

| | | | |
|--------------------|---------------|-----------|--|
| Bobinadeiras | Urdume | Feminino | Confeccionar as bobinas de fios, retiradas das espulas do filatório. Essas bobinas eram encaminhadas para os teares. Em muitos casos a tarefa das operárias era a de carregar as bobinas de um lugar para outro. |
| Espuladeiras | Fiação | Feminina | Abastecer os filatórios munindo-os com as bobinas de fios e adaptando-as aos fusos, passando os fios pelas guias e fixando as extremidades dos mesmos às canelas, a fim de aprontá-las para a produção de espulas. |
| Enfiadeira | Urdume | Feminina | Encher e abastecer o casal de canelas que eram colocadas na urdideira afim realizar a urdidura da teia |
| Confeção de órgãos | Tecelagem | Feminina | Enrolar as teias nos órgãos dos teares, passando os fios por um rastilho a fim de manter a teia numa largura determinada e segundo a disposição de fabrico |
| Telecelãs | Tecelagem | Feminina | Operar o tear |
| Tintureiro | Tinturaria | Masculina | Tingir fios têxteis, submetendo-os a banhos em substâncias corantes, para dar-lhes a coloração desejada. ¹ |
| ... | Sala de Panos | Mista | Examina os tecidos fabricados, observando textura, estamparia, cor, acabamento, dimensão e outras características, para descobrir possíveis falhas que comprometam a qualidade da produção. |
| ... | Estamparia | Masculina | ... |
| Maquinistas | Geral | Masculina | ... |
| Carpintaria | Geral | Masculina | ... |
| Ferraria | Geral | Masculina | ... |
| Ronda | Geral | Masculina | ... |
| Carretos | Geral | Masculina | ... |
| Pedreiros | Geral | Masculina | ... |
| Tarefistas | Geral | Mista | ... |
| Escritório | Geral | Masculina | ... |

Fontes: GIROLETTI, D. Fábrica: convento e disciplina. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991

PINHEIRO, Thomaz Bordallo. Manual do fabricante de tecidos – Paris Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, Aillaud, Alves e Cia.[192?] (Col. Biblioteca de Instrução Profissional)

Fábrica da Cachoeira : Pessoal Técnico , 1886 – Livro de Relatórios de 1883 a 1903 – MTDDMM
Relação das Máquinas e do Pessoal da Fábrica do Cedro , 1915 – MTDDMM

Código Brasileiro de Ocupações. Fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados.

Ministério do Trabalho e Emprego. Acessível em:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/CBO/procuracbo/conteudo/tabela2.asp?gg=7&sg=5> .Acessado em 5/02/2009

CEDRO. Procedimentos Operacionais, 23/08/2007

... Não se dispõe dos dados

É importante lembrar que os livros de ponto e de pagamentos só começaram a discriminar as funções a partir de maio de 1913. Até esta data o seu preenchimento

privilegiava os grupos familiares, não sendo possível a identificação das ocupações de cada trabalhador ou trabalhadora. Desta forma para o preenchimento do quadro acima se buscou subsídios em Giroletti (1991), no Código Brasileiro de Ocupações e nos dados apresentados por algumas fontes primárias investigadas.

Ressalta-se que as ocupações assinaladas como masculinas ou femininas, eram executadas exclusivamente por trabalhadores do sexo especificado, já as que estão assinaladas como mistas, se justifica por terem sido encontrados registros de trabalhadores de ambos os sexos. No caso da Sala de Panos a primazia era feminina, já com relação aos tarefistas o número de mulheres e homens era equilibrado. Ressalta-se novamente que as mulheres estavam principalmente nas ocupações que envolviam a produção dos fios e tecidos. Já os homens ocupavam as seções que abrangiam a direção e administração das fábricas, as de suporte técnico e operacional como os maquinistas, os responsáveis pela ronda, pela ferraria, pela carpintaria e outras semelhantes.

Esta divisão sexual das tarefas ocorrida na CCC e, de modo geral na maioria das fábricas têxteis fundadas ainda no século XIX, reflete uma classificação dos operários entre os que eram considerados “qualificados” onde geralmente se encontravam os trabalhadores do sexo masculino, e os “não qualificados”, grupo no qual as mulheres estavam situadas. Analisando o processo de mecanização ocorrido nas primeiras fábricas têxteis, Macedo ajuda a entender o contexto da CCC e o significado do que seria um trabalhador qualificado e um não qualificado. Segundo ela:

Às transformações engendradas pelo sistema de máquinas, acompanham modificações a nível da divisão do trabalho. Por um lado, as máquinas exigem operários qualificados, aqueles que ficarão a cargo da manutenção e do conhecimento técnico relativo à produção. Por outro, a ampliação da divisão do trabalho requer trabalhadores especializados – não qualificados, no sentido de não deterem o conhecimento técnico de produção, bem como trabalhadores auxiliares. Estas categorias serão os novos operadores das máquinas. (1985, p.18)

A grande questão aqui é que tudo isso serviu para justificar práticas de desvalorização do trabalho das mulheres em relação aos dos homens, impactando diretamente nos salários pagos aos trabalhadores do sexo masculino e feminino. Analisando as cartas escritas pelos proprietários CCC percebe-se que para alguns cargos considerados mais estratégicos, onde se empregavam os trabalhadores “qualificados” havia uma preocupação em remunerar bem a estes trabalhadores. Geralmente eram funções que exigiam alguns

conhecimentos específicos dos quais as fábricas não podiam prescindir e que poucos profissionais os detinham, como por exemplo, o tintureiro, os maquinistas e mestres. Estes quando eram brasileiros e podiam substituir com segurança os estrangeiros eram ainda mais valorizados, conforme fica explicitado na carta abaixo, de autoria do gerente da Fábrica da Cachoeira:

Fernando Vitta, é como sabes, empregado antigo, leal, diligente, mestre geral da fábrica, Saturnino Dias, da mesma forma, chefe geral da fiação, e substitui regularmente o maquinista inglês; trabalha com perfeição na ferraria, e faz todos os consertos necessários a fábrica. Antonino Pereira-José Vitta e Herculano Augusto são chefes de seções de teares. Parece que subiu-se mais em uns do que em outros, mas a razão é que são todos iguais em seus serviços e era de justiça que fossem os preços igualados a 4000. Fernando Vitta reclama que foi pouco o seu acesso, e por isso consulto-te quanto ganha atualmente aí o João Augusto para igualar-se os preços, e assim cessar o motivo de queixa e má satisfação. Aguardo sem demora a tua resposta. (05/01/1892 – Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

Um mês depois¹⁰¹ o mesmo gerente informa as alterações feitas nos salários dos trabalhadores citados na carta acima, bem como nas remunerações de outros operários, veja-se:

Montou em 21.600 réis diários e aumento de preços dos operários (diários) fora tecelonas. Venciam 99.740 e vencem agora 121.340, e mesmo assim são constantes e até impertinentes as reclamações, muito principalmente do pessoal técnico, cujas alterações foram as seguintes:

| | Ganhava | ganha | diferença |
|-------------------|---------|-------|-----------|
| Fernando Vitta | 6.000 | 6.500 | 500 |
| Saturnino Dias | 3.500 | 6.500 | 3.000 |
| José Vitta | 3.500 | 4.000 | 500 |
| Antonino Pereira | 3.000 | 4.000 | 1.000 |
| Herculano Augusto | 1.500 | 4.000 | 2.500 |
| Diferença: | | | 7.500 |

É importante observar que, por alguma razão não explicitada as tecelãs, conforme o gerente indica, ficaram fora dos reajustes. Infelizmente no restante da carta não há explicações para este fato. Além de salários mais altos, os maquinistas, mestres e outros trabalhadores recebiam, vez por outra, outros incentivos, como explicitado na carta do gerente da Fábrica de São Vicente, datada de 13 de novembro de 1892, cujo destinatário era o gerente da Fábrica do Cedro:

Como é de costume, aos oficiais ou maquinistas se cedem as quebradas individuais das açoes. O João Ribeiro pede para que lhe sejam cedidas 10

¹⁰¹ 05/02/1892 – Caixa Box nº 11 A – MTDMM

ações; você fará o que de direito for, não o deixando ficar de fora, pois, não só ele como o irmão prestam em S. Vicente os melhores serviços e de muito boa vontade trabalham ali, pelo que desejo e espero que a eles sejam cedidas algumas ações, ou as que lhe couberem, o que é de vantagem para a Cia (Caixa Box nº 5 – MTDMM - grifo nosso).

Já em outra correspondência o gerente da Fábrica da Cachoeira justificava uma gratificação dada a um operário e que foi considerada alta pelos acionistas da Cia:

O nosso lucro excedeu a minha expectativa, está muito bom. Um acionista de cá, cujo nome pela idéia se conhece, queixou-se mesmo das gratificações que aqui dei aos empregados que durante o ano portaram-se bem, mui principalmente um que foi gratificado em 100.000 por ter merecimento duplo: além de ser um empregado exemplar, tem um contrato firmado e que cumpre religiosamente, ganha muito pouco (950 diários) ao passo que outros que não tem seu comportamento e suas habilidades ganham o dobro.(01/02/1884 - Caixa Box nº 2 A – MTDMM - grifo nosso)

Nota-se pelos grifos que bom comportamento, dedicação, boa vontade, além de outros predicativos como lealdade, zelo e obediência serviam como justificativa para se estabelecer o valor da remuneração, dar aumentos esporádicos e mesmo algumas gratificações, como forma de premiar os operários “exemplares”, conforme afirma o gerente da Fábrica da Cachoeira: “não acham que devemos remunerar generosamente a quem nos serve bem?”¹⁰²

De modo geral os aumentos salariais e as gratificações dadas serviam principalmente para estimular a produção e o bom comportamento. Nas palavras do gerente da Fábrica da Cachoeira: “isto é bom, estimula e traz orgulho aos operários e cada qual quer ser bom para ser gratificado, não pelo valor do prêmio, mas pela distinção”.¹⁰³

Quanto as fiandeiras, as meadeiras, as urdideiras, as caneleiras, as espuladeiras, as paveiristas e de tantas outras operárias, nenhuma carta foi encontrada fazendo referência a alguma gratificação paga a este grupo de trabalhadoras, seja por bom comportamento ou por produtividade. Diante desta “ausência” na correspondência ficou difícil precisar se estas trabalhadoras recebiam algum incentivo. Mas supõe-se que nada mais lhes era dado além do salário estipulado pelos gerentes. A exceção era as tecelãs, pois foram encontradas cartas esporádicas que relatavam eventuais premiações. Contudo, o que parece ter prevalecido para elas era o aumento da produtividade como forma de melhorar o ganho. Isto porque as

¹⁰² 27/12/1882 - Livro Copiador de cartas Fábrica da Cachoeira 1880-1883, p. 309 - MTDMM

¹⁰³ 14/01/1887 - Livro Copiador de Cartas Fábrica da Cachoeira 1887, p.1-4 - MTDMM

gratificações por comportamento, lealdade, produtividade e outras eram raras. Para as trabalhadoras em geral as fontes sugerem que prevalecia a regra “quem mais faz, mais ganha”, explicitada pelo gerente da Fábrica da Cachoeira em carta enviada ao seu colega da Fábrica do Cedro em 31 de dezembro de 1890. Neste contexto é possível considerar que na desvalorização geral sofrida pelo trabalho da mulher na fábrica, para algumas ocupações femininas essa desvalorização era ainda maior.

Advindo a isso o salário pago às operárias, de modo geral, se aproximava ao valor pago aos trabalhadores do sexo masculino considerados menos qualificados, e eram ligeiramente superiores aos pagos às crianças. Tomando-se como referência o livro de ponto de 1883 a 1885¹⁰⁴ vê-se que as mulheres recebiam em torno de 40 a 60 réis por hora de trabalho, o que rendia uma diária de 700 réis em média. Para os homens esta hora de trabalho era em média acima dos 80 réis, possibilitando um salário diário em torno de 900 a 1.000 réis, ou seja, 20% a 30% a mais que as mulheres. Em um relatório apresentado pelo Gerente da Fábrica da Cachoeira em 1886 os valores apresentados se assemelham aos que foram descritos no livro de ponto acima. Para os filatórios, onde se empregavam principalmente a mão-de-obra infantil e as operárias fiandeiras, o relatório informa um valor máximo de 30 réis por hora para as crianças e o limite de 60 réis por hora de trabalho para as fiandeiras. Nos teares o valor pago variava de acordo com o tipo de tecido fabricado. Assim para os tecidos lisos a operária recebia 17 réis por metro, para os trançados o valor por metro estava calculado em 30 réis e nos tecidos fantasias o salário era de 23 réis o metro. O gerente ainda esclarece que no caso de uma produção acima de 200 metros nos tecidos lisos, o pagamento podia chegar a 20 réis o metro. Isto fazia com que as tecelãs conseguissem remunerações melhores, com uma média salarial de 60.000 réis mensais. Em casos mais esporádicos algumas operárias chegavam mesmo a ganhar cerca de 100.000 réis ao final de um mês. Observa-se que este valor podia ser considerado alto, equiparando-se aos salários recebidos por alguns chefes de seção.

Esta diferença salarial entre homens e mulheres constatadas nas fábricas da CCC, igualmente se dava em outras fábricas têxteis mineiras. Tomando como base os dados do Recenseamento de 1º de setembro de 1920¹⁰⁵ constata-se que entre os operários adultos, a

¹⁰⁴ Este livro de ponto não especifica as ocupações dos trabalhadores. Além disso, as anotações quanto aos salários dos operários são confusas. O que se percebe que há uma variação muito grande nos valores pagos, mesmo entre trabalhadores do mesmo sexo. O valor da hora apresentado aqui para as mulheres foi baseado na média encontrada no livro, em alguns casos esse valor poderia ser maior ou menor.

¹⁰⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V(2ª parte), Salários. Rio de Janeiro. Tipografia da Estatística, 1928

média do salário diário pago aos trabalhadores do sexo masculino era de 4\$134, enquanto que para as trabalhadoras esta média estava em torno de 2\$302, ou seja, quase 50% a menos do que ganhavam os seus colegas masculinos. Em uma comparação com outros ramos da indústria, ver-se-á que isto ocorre do mesmo modo, não se constituindo, portanto, algo específico da produção têxtil, conforme pode ser visto na TAB 5 a seguir:

TABELA 5
Operários Jornaleiros Segundo a Idade, o Sexo e as Taxas a Idade, o Sexo e as Taxas de Salário

| GRUPOS DE INDUSTRIAS | Numero total de casos considerados | NUMERO DE CASOS CONSIDERADOS OPERARIOS JORNALAIROS | | | | | | | |
|---|------------------------------------|---|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| | | ADULTOS | | | | MENORES | | | |
| | | Sexo masculino | | Sexo feminino | | Sexo masculino | | Sexo feminino | |
| | | QUE GANHAM POR DIA | | | | | | | |
| | | Até 5\$900 | 6\$000 e mais | Até 5\$900 | 6\$000 e mais | Até 2\$900 | 3\$000 e mais | Até 2\$900 | 3\$000 e mais |
| Industrias textis..... | 106.804 | 25.057 | 15.160 | 42.506 | 7.880 | 6.583 | 1.079 | 7.780 | 1.659 |
| Industrias de couros, de pelles e de outras materias duras do reino animal..... | 3.806 | 2.246 | 1.291 | 59 | — | 140 | 23 | 44 | — |
| Industrias de madeiras..... | 9.614 | 5.057 | 4.080 | 62 | — | 219 | 176 | 8 | 12 |
| Metallurgia..... | 12.031 | 3.600 | 6.034 | 442 | 68 | 1.182 | 524 | 134 | 47 |
| Ceramica..... | 12.281 | 6.508 | 3.332 | 748 | — | 1.316 | 199 | 177 | 1 |
| Productos quimicos propriamente ditos e productos analogos..... | 12.432 | 4.965 | 2.380 | 3.181 | 23 | 593 | 187 | 1.008 | 95 |
| Industrias da alimentação..... | 37.356 | 16.603 | 9.388 | 7.901 | 366 | 1.520 | 457 | 856 | 165 |
| Industrias do vestuario e tocador.... | 21.180 | 3.766 | 7.223 | 7.180 | 807 | 805 | 270 | 940 | 189 |
| Industrias do mobiliario..... | 6.631 | 1.302 | 4.011 | 613 | 19 | 458 | 164 | 51 | 3 |
| Industrias da edificação..... | 2.571 | 1.212 | 1.212 | 13 | — | 95 | 34 | — | — |
| Construção de aparelhos de transporte..... | 3.237 | 861 | 1.883 | 90 | 3 | 293 | 58 | 49 | — |
| Produção e transmissão de forças físicas..... | 1.012 | 464 | 531 | 2 | — | 15 | — | — | — |
| Industrias relativas ás sciencias, letras e artes. Industrias de luxo.... | 856 | 266 | 270 | 85 | — | 163 | 18 | 53 | 1 |
| TOTAL..... | 231.811 | 72.907 | 56.798 | 62.887 | 9.166 | 13.592 | 3.189 | 11.100 | 2.172 |

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1º de setembro de 1920. V (2ª parte), Salários, p. VII¹⁰⁶

Ressalta-se pelos dados acima que há uma variação considerável nos salários pagos pelos diversos ramos industriais aos operários jornaleiros. Tomando-se como referência o número total de trabalhadores em cada grupo de indústria em relação ao número de trabalhadores masculinos que recebem os salários mais altos, pode-se dizer que a indústria do

¹⁰⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V(2ª parte), Salários. Rio de Janeiro. Tipografia da Estatística, 1928

mobiliário é a que melhor remunera seus trabalhadores, já que 75% de seus operários se inserem na maior faixa salarial considerada. Mas no que se refere às operárias deste mesmo ramo indústria, vê-se que estas se encontram em sua maioria na menor faixa salarial e apenas 19 recenseadas, ou seja, aproximadamente 3% das mulheres estão na faixa salarial correspondente à maioria dos trabalhadores masculinos. Situação semelhante se dá com as indústrias de construção dos aparelhos de transporte, do vestuário e toucador e as metalúrgicas.

A indústria têxtil, no conjunto das indústrias recenseadas distingue-se por sua capacidade de ocupação de mão-de-obra, sejam de homens, de mulheres, de adultos ou de menores. Mas em contrapartida é um dos setores que possui as mais baixas remunerações pagas aos operários. E dentro disso, as mulheres são as que recebem menos pelo serviço prestado. Mesmo sendo o ramo industrial onde se encontra o maior número de mulheres na faixa salarial igual ou acima de 6\$000, este número é cerca de 50% menor quando se compara com os trabalhadores masculinos na mesma faixa salarial. Ressalva-se, no entanto, que dentre o grupo de trabalhadores menores de idade, as meninas da indústria têxtil estão em maior número do que os meninos, e possuem um percentual maior de trabalhadoras na maior faixa salarial prevista para este grupo de trabalhadores, ou seja, igual ou superior a 3\$000, cerca de 17% contra 13% dos meninos.

O que os dados do censo de 1920 ajudam a concluir é que as tarefas delegadas às mulheres se encontravam entre as mais desvalorizadas pelos industriais. Fato que não se dava somente na indústria têxtil, ao contrário, era uma situação encontrada na maioria das fábricas onde a mão-de-obra feminina estava presente.

É importante ressaltar ainda que as fontes investigadas apontam que a divisão sexual de tarefas dentro das fábricas da CCC perdurou pelos menos até 1940. Ou seja, mais de 50 anos depois da instalação da Fábrica do Cedro, as mulheres continuaram a executar as mesmas tarefas para as quais foram requisitadas no século XIX. Apesar de todas as inovações tecnológicas ocorridas neste período, da ampliação das seções das fábricas e da conseqüente criação de novas tarefas, as mulheres seguiram fiando e tecendo.

De acordo com as anotações dos livros de ponto e de pagamentos até 1940, novas seções foram criadas a partir de meados de década de 1910 como a estamperia, o alvejamento, o açougue, pastos e outras ligadas à eletricidade e serviços noturnos. Da mesma forma outras já existentes foram ampliadas como a do escritório. Contudo as novas ocupações surgidas neste processo foram entregues aos homens. As mulheres não foram incorporadas e nos raros

casos encontrados, elas executavam tarefas auxiliares como a limpeza do escritório e das latrinas, tarefas que dividiam com as crianças. Este processo acarretou o aumento da mão-de-obra masculina reduzindo a diferença numérica entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino, conforme pode ser visualizado no GRAF 2: ..

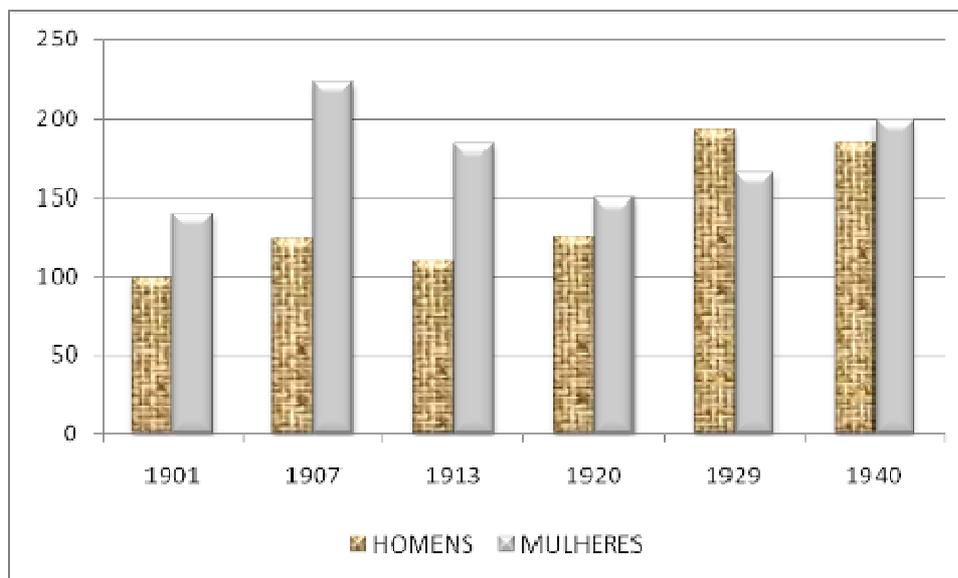


GRÁFICO 2 - . Diferença entre o número de mulheres e homens – Fábrica do Cedro 1901-1940
 Fonte: Livros de ponto e pagamentos da Fábrica do Cedro -1901 a 1940 - MTDMM

De modo geral estas diferenças nas condições de trabalho entre homens e mulheres é um reflexo da desvalorização pela qual as ocupações “ditas” femininas têm sofrido ao longo do tempo. A resposta dada pela Diretoria da CCC a um pedido de aposentadoria de uma operária da Fábrica da Cachoeira oferece algumas pistas da representação que os primeiros industriais têxteis mineiros tinham do trabalho executado por “suas” operárias. A carta com data de 27 de fevereiro de 1933 foi escrita por Anna, que faz o seguinte relato:

[...] Operária da fábrica há mais de 38 anos achando-me agora bastante adoentada e sem recursos, venho por meio desta solicitar dos D.D. Diretores na presente reunião, baseada na magnanimidade e justiça dos mesmos, a minha aposentadoria [...]. (Caixa Box nº 219 – MTDMM)

Sem desconsiderar o valioso depoimento do tempo de serviço prestado pela operária, chama-se a atenção aqui para a resposta dada pela Diretoria ao pedido da Anna:

Indeferido a vista das informações¹⁰⁷. Operária antiga desta fábrica onde trabalha há mais de 30 anos, sempre com interesse e assiduidade, está agora em vista dos seus serviços ocupando um lugar que não exige o menor esforço correspondendo quase a uma aposentadoria e recebe um salário de 3.400 réis diários. Quanto ao seu estado de saúde, julgamos não ser precário como alega e acreditamos também não lhe faltam recursos para seu tratamento em vista de assistência de saúde e farmacêutica que esta fábrica cuidadosamente dispensa aos seus operários. (Caixa Box nº 216 – MTDMM – grifo nosso)

Ao se analisar a resposta dada pela Diretoria ao pedido da Anna, chega-se a pensar se o que ela realizava na fábrica era mesmo considerado um trabalho, pelos seus chefes, já que o autor deixa claro tratar-se de uma ocupação que corresponde em termos simbólicos a “quase” uma aposentadoria. Até parece algo que se faz por prazer, brincando, que não exige esforço algum, que se aprende “naturalmente”, ou talvez se nasça sabendo, e a operária ainda recebe por isso. Este pequeno fragmento de carta escrito por um dos diretores da Cia ajuda a explicitar o significado dado ao trabalho feminino nas fábricas analisadas. E a julgar por alguns dados apresentados aqui referentes a outros estabelecimentos fabris, este significado, possivelmente, permeou também outras companhias que empregaram mulheres.

O que parece justificar esta representação do trabalho da mulher é uma concepção a respeito da produtividade feminina em geral, incorporada à produção de fios e tecidos, que segundo a pesquisadora alemã Treusch-Dieter, se assenta em três aspectos básicos, quais sejam:

1. É um fazer contínuo, em permanente rotação. O que se produz logo desaparece e se transforma em outra coisa.
2. Parece não ter importância alguma no tempo, nenhuma relevância histórica, é um “agora contínuo”, sem nenhuma noção de presente, nenhuma raiz no passado, nenhuma construção de futuro.
3. Aparentemente, é um fenômeno natural. Tudo parece mover-se sozinho, sem exigir muita assistência da pessoa ocupada. Como se o produto gerasse a si mesmo. (*apud* MACHADO, 2003, p. 181)

O reflexo desta concepção se materializa nos baixos salários pagos às mulheres, nas tarefas monótonas e fragmentadas, na desconsideração do saber necessário a sua execução, mesmo quando exigiam grande destreza e habilidades manuais, e submetendo-as a extensas jornadas de trabalho. Um processo de desvalorização que acompanha a história da

¹⁰⁷ É importante esclarecer que as informações a que se refere a carta ao que tudo indica foram dadas pelo gerente da fábrica. O conteúdo de tais informações não foram explicitados na resposta da Diretoria.

vida e do trabalho da mulher e que insiste em subordinar a sua autonomia, capacidade e liberdade de gerir sua própria vida, ao poder masculino.

De acordo com Macedo (1985) os trabalhadores foram incorporados pela grande indústria capitalista a partir de um perfil já “pré-existente”, e no caso das mulheres elas entraram nas fábricas como uma mão-de-obra especializada, conforme já caracterizado anteriormente. Para a autora isto significa dizer “que a tecnologia materializada em máquinas, ferramentas e implementos em geral, impõe requisitos específicos com relação às propriedades da força de trabalho, e a feminina resulta ser em muitos casos a mais adequada. (MACEDO 1985, p. 19). Perrot, por sua vez, ajuda a complementar esta idéia da relação entre as máquinas e o trabalho feminino avaliando os efeitos da mecanização na divisão sexual de tarefas dentro das fábricas têxteis. Segundo ela:

A mecanização (...) não tem efeitos unívocos. Às vezes, ela recompõe o trabalho, requalifica-o e o masculiniza (fiação); outras vezes, ela o fragmenta, parcela-o e feminiza (tecelagem). O lugar das mulheres não é determinado pela técnica, mas por questões de status que tradicionalmente (...) atribuem aos homens os postos de comando, de acompanhamento, os instrumentos complicados, e às mulheres, as tarefas de auxiliares, de assistentes, os trabalhos de execução, efetuados com as mãos nuas, pouco especializados e até mesmo casuais, e sempre subordinado. A mecanização, se ela significa a saída da casa da família e a entrada mais maciça das mulheres no mercado de trabalho industrial, não implica a sua libertação, nem a sua promoção, ou o seu acesso à técnica. (...).Na fábrica, a máquina reproduz, e mesmo agrava a divisão das tarefas e a subordinação feminina, a autoridade do contramestre ou da religiosa, substituindo a autoridade do pai. (2005, p.229-230)

Quando se analisa a organização das seções para a produção do tecidos fábricas, bem como a divisão sexual das tarefas em cada uma delas, percebe-se o quanto a questão da mecanização permeou a organização do trabalho dentro das fábricas da CCC. Como foi demonstrado nas seções onde o maquinário era mais complexo e o saber técnico era importante, como em parte da fiação, no acabamento, na estamparia dentre outros, a predominância era masculina. Já as mulheres estavam em algumas tarefas da fiação e da tecelagem, geralmente operando as máquinas consideradas mais simples. Além disso, Perrot (2005, p.238) destaca outra dimensão da relação do trabalho feminino com o processo de mecanização qual seja, o de colocar as mulheres sempre como auxiliares e subordinadas aos chefes, geralmente homens, que segundo ela substituem a autoridade do pai. “Dominar as máquinas, é para os homens, outra maneira de dominar as mulheres.”

Esta faceta do patriarcalismo dentro da fábrica conforme conceitua Carole Pateman (1993) não diz respeito somente à subordinação da mulher a autoridade do pai, mas sim a autoridade masculina seja ela pai, marido ou patrão. Mesmo porque é este viés patriarcal que serve de justificativa para considerar o trabalho da mulher como complementar a renda familiar e, menos importante do que o trabalho executado pelos homens. Portanto, podendo ser de menor valor do que dos seus colegas do sexo masculino (PENA1981). Conforme analisa Surelot, sobre a situação das operárias inglesas, que em nada se diferenciavam das brasileiras e mineiras, as justificativas dadas para isto eram as de que:

- as mulheres tinham “menos necessidades”;
- eram-lhes acessíveis muito poucas carreiras, por falta de formação, e o mercado da mão-de-obra feminina estava sempre *overstocked*;
- como eram mantidas pelo marido, elas se tornavam menos exigentes;
- as indústrias femininas eram pouco mecanizadas e, por consequência, “pouco progressivas”, constituindo a mão-de-obra a quase totalidade do preço de custo. (1970, p.94-5)

Ainda com relação ao trabalho da mulher na industrial têxtil Perrot (2005) traz uma contribuição importante ao associar a máquina às características consideradas femininas, que de alguma forma contribuíram para a sua inserção na fábrica como operária. Conforme esta autora trata-se de um “perfeito casamento de conveniência, fruto de uma harmonia preestabelecida. O discurso sobre a máquina é também um discurso sobre a natureza feminina” (2005, p.225). Assim descreve Perrot a relação construída entre a natureza feminina e as máquinas destinadas às mulheres nas fábricas têxteis:

Frágil, a mulher não pode tratar diretamente com os materiais duros que requerem o esforço viril: ela é destinada ao mole, fios ou tecidos. Incapaz de invenção, ela convém às tarefas parciais, repetitivas, originárias de uma divisão do trabalho que a máquina aumenta. (...) Sedentária, a mulher está confortável junto das máquinas fixas, cujo alinhamento esquadrinha a calma ordenada do atelier. (...) Passiva, a mulher tem necessidade de receber ordens; servir a máquina, obedecê-la, corresponde a seu temperamento. Seu corpo, dócil e maleável, adota a sua cadência. Acuidade visual, exercitada em sua fineza com os bordados de pontos miúdos, destreza manual, habilidade em dedilhar, agilidade nos pés que pedalam assim como dançam, ritmo de gestos, fazem da mulher uma espécie de apêndice vivo da máquina. (...) Toda máquina nova entregue às mulheres é apresentada como inscrevendo-se em uma seqüência natural de movimentos que exigem uma simples adaptação. (...) negam-lhes a ciência que por si só funda um ensino. Empírico ou mágico, o seu saber é sem qualidades (...). Às mulheres, a família, os tecidos, as máquinas simples. (2005, p. 225-227)

Macedo (1985) argumenta que a “especialização” da mão-de-obra feminina é decorrente, antes de tudo, da longa carreira das mulheres na indústria doméstica e nas oficinas. Desta forma há que se pensar até que ponto a longa história das mulheres nos fios e tecidos as habilitou para o trabalho nas fábricas de tecidos. As características consideradas femininas, algumas delas bem explicitadas por Perrot na citação acima, não são conforme afirmam Macedo (1985) e Perrot (2005) “naturais” resultam, sim, conforme estas mesmas autoras, do exercício de inúmeras tarefas circunscritas ao doméstico. Como esclarece Macedo:

Desde a Antiguidade, excetuando o trabalho no campo, que por sua natureza havia de se realizar no exterior, o interior estava reservado às mulheres. Aí elas fiavam, teciam, cosiam e bordavam, e não se livravam dos afazeres domésticos. Essas tarefas, de caráter nitidamente sedentário, incutiram-lhes traços de comportamento capazes de distingui-las, também neste aspecto, do trabalhador do sexo masculino. A paciência, a minúcia, a perseverança, a docilidade, freqüentemente exaltados por tantos que as empregam, longe de serem dotes “naturais”, brotam, precisamente, da natureza do trabalho socialmente que se lhes desenhava. (1985, p. 39)

A inserção da mão-de-obra feminina na indústria têxtil foi resultante de uma série de fatores que associados fizeram das mulheres as trabalhadoras mais “adequadas” para esta indústria. Desta forma algumas características sociais e culturais atribuídas às mulheres, determinadas habilidades manuais consideradas femininas e os baixos salários se tornaram propícios ao modelo de organização do trabalho, do processo produtivo e de mecanização adotados nas fábricas desde o início do capitalismo. Conforme analisa Macedo:

Por que haveriam de ser os homens, por excelência, os operários da fiação e tecelagem? As mulheres, assim como os homens integrantes das camadas mais baixas, tiveram sempre o trabalho como contingência inexorável, e sua força de trabalho, na medida em que assume contornos distinguíveis daquela possuída pelos homens, em virtude da diferenciação sexual moldada culturalmente, transforma-as em “candidatas naturais” ao desempenho de certas tarefas requeridas pelo novo sistema de produção. (1985, p.82)

Como foi discutido nos capítulos anteriores, a indústria têxtil doméstica foi uma atribuição feminina, e no caso das mulheres pobres e as escravas, esta indústria fornecia o trabalho que garantia parte ou sustento total da casa e da família. Com a entrada das fábricas têxteis no final do século XIX, acarretando o atrofiamiento desta produção caseira de tecidos, as mulheres se viram obrigadas a buscar outros meios de trabalho para ganhar a vida. Um desses meios foi a sua inserção na moderna indústria capitalista.

De fato as mulheres foram cada vez mais se ocupando de tarefas nas fábricas, no entanto foi a indústria têxtil que concentrou o maior contingente de trabalhadoras do sexo feminino, situação que se mantém até os dias atuais. O Diretor Presidente da CCC, o Sr Aguinaldo Diniz Filho, referindo-se a indústria de tecidos e vestuário, afirma que esta emprega hoje cerca de 1.650.000 pessoas de forma direta e cerca de 6.500.000 de forma indireta. Desse total, 75% são mulheres. Em Minas Gerais o contingente de trabalhadores está em torno de 200.000 pessoas. O Presidente da CCC ainda esclarece que se trata de um setor de grande geração de emprego, inclusive do primeiro emprego, ocupando o segundo lugar em geração de empregos no país.¹⁰⁸

Destarte argumenta-se que só os salários não explicam a inserção e a permanência das mulheres por tantos anos na indústria têxtil. Do mesmo modo que por si só não elucidam o grande número de trabalhadoras nesta indústria, assim como não explica o fato disto ter se dado também em praticamente todos os países por onde se instalou o capitalismo industrial. Não se trata, conforme discute Macedo (1985), de uma substituição da mão-de-obra masculina pela feminina, nem das mulheres se constituírem em um exército industrial de reserva, como defende Pena (1981). O que estes fatos ajudam a pensar e as fontes investigadas corroboram é que o emprego da mão-de-obra feminina atendeu antes de tudo a uma demanda peculiar do capitalismo, dentro da qual as mulheres atendiam de forma singular. Nas palavras de Macedo (1985, p.83): “um componente específico da oferta de mão-de-obra disponível, ao qual se dirige a demanda por razões de eficiência técnica e econômica”. Como bem esclarece Francisco Mascarenhas, em carta cujos fragmentos já foram citados em outros momentos:

[...] Como sabes não convém quer façamos mais casas; as que têm são suficientes, tanto mais que na proporção que alguma família se retira, a vou substituindo por moças do convento que são os melhores empregados (...). Tenho arranjado de modo que para o maquinismo nosso, só tenho admitido alguns meninos e umas 4 moças (do convento) para os fusos, sendo os 30 teares novos trabalhados pelas antigas operárias, uma em dois teares, nos saindo assim a tecelagem com diferença de 30 a 40% mas barato [...]. (23/02/1887 – Caixa Box nº 11 A – MTDMM)

Por mais que se tenha tentado resgatá-las num meio social que insistia em “escondê-las”, nada se torna mais expressivo do que a imagem proporcionada pela fotografia. Estas imagens ajudam a construir a idéia do tempo e do sujeito a que se refere. Segundo

¹⁰⁸ Entrevista concedida ao Programa Opinião Minas exibido pela Rede Minas de Televisão em 22 de agosto de 2008

Maria Ciavatta (2003, p.15) ela é “mais do que isso, (...) é uma produção social, orientada pelo olhar do fotógrafo e pelos fins a que se destina.” Impossível agora, por falta de dados, reconstruir as intenções originárias a que se destinavam as fotos reproduzidas a seguir¹⁰⁹. Mas a utilização delas neste trabalho tem o fim primeiro de tentar aproximar o leitor das mulheres operárias das quais se discorreu em todo o trabalho, tornando-as, dentro do possível, “reais” em nosso imaginário. Estas possibilitam uma aproximação fascinante com as operárias de que tanto se falou aqui. O primeiro grupo de operários é o da Fábrica do Cedro na FIG 6:



FIGURA 6 - Fábrica do Cedro – Pessoal Operário
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

Já as FIG 7 e 8 trazem os operários da Fábrica da Cachoeira e de São Vicente, respectivamente:

¹⁰⁹ As fotografias originais não informam a data na qual foram tiradas. Mas observando-se o vestuário dos trabalhadores é possível pensar que se trata das primeiras décadas do século XX.



FIGURA 7-. Operários de Cachoeira
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas



FIGURA 8 - Operários da Fábrica de São Vicente
Fonte: Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

As fotos parecem que foram devidamente planejadas com o objetivo de registrar o grupo de trabalhadores, tendo em vista o imobilismo e certo formalismo que deixam transparecer. As operárias aparecem à frente do restante do grupo de trabalhadores. Tal ordenamento está presente nas três fotografias. Talvez esta organização do grupo esteja associada a imagem de uma mulher frágil e necessitada de cuidados, que permeou as relações de trabalho dentro das fábricas. Pode estar também vinculada a “obsessiva” vigilância praticada sobre elas, como bem observado pelo engenheiro Inglês, James Wells, em visita ao Arraial de Taboleiro Grande, em 1873: “as mulheres de cada família marchando solenemente em frente de seus parentes homens, os últimos ciumentamente de olho em qualquer sinal de intriga com o sexo oposto” (*apud* VAZ 2005, p.84-5). Ou ainda pode significar a utilização da máxima já conhecida de todos “mulheres e crianças, em primeiro lugar”. A compleição física das meninas à frente do grupo sinaliza que estavam em torno dos 14 anos. São fisionomias que não expressam alegria, não há sorrisos, algumas estão de pálpebras baixas, além disso, vestidas de modo simples e algumas descalças, deixam transparecer a condição de vida humilde e precária em que viviam.

É *Emmeline*, personagem que dá nome ao romance escrito por Judith Rossner (1989) para contar um pouco da história das operárias americanas, que encerra este capítulo:

Ela começara a tarde com razoável otimismo. As dores pequenas e surdas que a haviam atormentado antes do meio-dia pareciam haver desaparecido quando deixou a sala de cardar. Contudo, voltaram rapidamente ao retomar o trabalho, e a intensidade das mesmas foi aumentando rapidamente. Uma faixa de dor aguda partia agora de um braço, atravessava-lhe as costas, ia até o pescoço e descia pelo outro braço. Seus pés incharam ainda mais nos sapatos e queimavam como se ela estivesse pisando em tijolos quentes. (...) Com o passar das horas, a provação ficou ainda pior. Nessa altura seu pé inchara tanto que os dedos estavam insensíveis, o pescoço e o ombro doíam tanto que ao levantar um braço tinha certeza de fazê-lo pela última vez. Estava ficando acostumada ao barulho, mas só no sentido de que ele começava a parecer como se surgisse de dentro de sua cabeça, e não que a atacava do exterior. Agora cuidava sozinha do tear.

CONCLUSÃO

A abaixo assinada, operária há 36 anos da Fabrica do Cedro, doente, pobre e contando mais de 50 anos de idade, vem implorar dos senhores Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira, ora reunidos, a sua aposentadoria, a exemplo do que já tem sido feito a outros colegas. A abaixo assinada ainda trabalha, porque se não o fizer não obterá os meios de sua subsistência. Aguarda que a Companhia faça justiça à humilde operária Emídia Ferreira de Souza – Fábrica do Cedro, 8/03/1934

Eliane Marta Santos Teixeira e Ana Maria de Oliveira Lopes Galvão (2005) argumentam que compreender o passado em toda a sua “completude e inteireza” é algo difícil, senão impossível. Sendo assim, resta apreendê-lo em seus fragmentos, lançando mão dos mais variados documentos, rastros de memórias deixados no tempo. E assim foi feito. Por meio de cartas pessoais, relatórios das fábricas, atas de reuniões das assembléias da Diretoria da CCC, livros de registros de operários, livros de ponto e de pagamentos, jornais e dossiês de empregados, esta pesquisa “De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na indústria têxtil mineira de 1872 a 1930” procurou problematizar e ao mesmo tempo compreender o processo de inserção das mulheres na indústria têxtil fabril mineira entre os anos de 1872 a 1930. Para tanto se tomou como objeto de estudo a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira.

O marco temporal escolhido para a pesquisa foi significativo, visto que neste período a industrialização ganhou força no país, favorecendo a instalação de várias fábricas em diferentes regiões brasileiras. Neste processo a indústria têxtil ocupou um lugar de destaque. Em primeiro lugar como impulsionadora deste surto industrial e em segundo, porque foram as fabricas têxteis as que mais empregaram trabalhadores, especialmente mulheres.

Em Minas Gerais os reflexos deste processo de industrialização começaram a se tornar visíveis a partir do ano de 1872, quando foi fundada a Fábrica do Cedro, dos irmãos Mascarenhas, considerada a primeira fábrica de tecidos mineira e que obteve êxito em suas atividades. No rastro da Fábrica do Cedro, outras tantas foram instaladas no estado gerando ocupação e renda para milhares de trabalhadores, a maioria feminina.

Mas mesmo antes das primeiras fábricas têxteis capitalistas, a fabricação de tecidos já era uma realidade no estado. Durante boa parte do século XIX, Minas Gerais ocupou lugar de realce na produção têxtil artesanal doméstica. Tratava-se de uma atividade econômica que além de abastecer o mercado interno, era exportada para outras regiões do país, contribuindo significativamente para reerguer a economia desgastada com o declínio da produção aurífera no final do século XVIII.

A mão-de-obra predominante desta produção caseira era feminina, onde centenas de mulheres encontravam ocupação e renda para o sustento próprio e da família. Mas, apesar disso, esta indústria doméstica não ficou livre dos impactos causados pela crescente produção têxtil fabril. Sem condições de concorrer com os produtos industrializados lançados no mercado pelas fábricas de tecidos, o que se viu foi um atrofiamiento considerável na produção têxtil artesanal caseira, deixando muitas trabalhadoras sem ocupação. Tal fato contribuiu para um processo de proletarização (LIBBY, 1980) sofrido por muitas artesãs têxteis, fazendo com que as fábricas de tecidos se constituíssem para muitas delas, uma opção viável de trabalho e de salário, tornando-se uma alternativa contra o acirramento da miséria e de mais precariedade de vida.

As fábricas da CCC fundadas ainda no século XIX, como tantas outras fábricas têxteis, empregaram de modo expressivo a força de trabalho feminina. No entanto as fontes sinalizaram que as mulheres parecem não ter sido a primeira opção da Cia para compor o seu conjunto de trabalhadores. Vários indícios apontaram para isso. O primeiro deles é o reduzido número de trabalhadoras do sexo feminino até 1876, registradas no primeiro livro de ponto da Fábrica do Cedro datado de 1872 a 1878. É somente a partir de 1877 que as mulheres começam a compor, de forma significativa, o conjunto de trabalhadores da fábrica. Outro dado considerado como uma pista para esta conclusão é a data em que foi construído o convento da Fábrica do Cedro, ou seja, em torno de 1886 e 1887, mais de 15 anos depois do início de suas atividades. É importante lembrar que os conventos foram uma estratégia importante dos empresários para lidar com a mão-de-obra feminina, tanto em termos econômicos quanto disciplinares. Desta forma é possível se pensar que se já havia a intenção de empregar mulheres desde o início das atividades, por que então não organizá-los mais cedo. Além disso, a correspondência de Francisco Mascarenhas em 1887, transcrita no capítulo 3, deixa transparecer que o processo de inserção das mulheres no trabalho da Cia foi algo que se constituiu ao longo de um período, conforme ele afirmou: “Como sabes não convém que façamos mais casas; as que têm são suficientes, tanto mais que na proporção

que alguma família se retira, a vou substituindo por moças do Convento que são as melhores empregadas”

Assim sendo considera-se que as mulheres foram se constituindo aos olhos dos proprietários da CCC “as melhores empregadas”. Não foi possível saber com certeza as razões exatas que levaram estes industriais, em um determinado momento a optar pela mão-de-obra feminina. A hipótese levantada aqui a partir da análise dos documentos é a de que o contato direto de Bernardo Mascarenhas, um dos fundadores da CCC, com fábricas estrangeiras, as americanas e, de modo especial as inglesas instaladas na cidade de Manchester entre os anos de 1874 a 1876¹¹⁰, talvez tenha influenciado na opção pelas mulheres como mão-de-obra. Vale lembrar que neste período tanto os Estados Unidos quanto a Inglaterra já empregavam mulheres em suas fábricas, principalmente como fiandeiras e tecelãs. Esta hipótese ganha força na medida em que se observa que foi exatamente em torno de 1877 que as mulheres começaram a ser empregadas de forma sistemática nas fábricas da CCC. Vale ressaltar ainda que a Fábrica da Cachoeira entrou em funcionamento no final de 1877 e em 1882 já possuía o seu convento devidamente organizado e em funcionamento como atestaram algumas fontes. Isto sugere que talvez, já se pensava na sua organização quando da construção desta fábrica. Tudo isso ajuda a pensar que foi nesta época que, de uma forma ou de outra, estes industriais já começavam a vislumbrar na força de trabalho feminina algumas vantagens a mais.

Mas seja como for, a partir do momento em que as mulheres passaram a ser requeridas, elas foram se constituindo na maioria da mão-de-obra empregada pela CCC. Em termos sociais e econômicos tratavam-se de mulheres pobres, com poucas alternativas de trabalho, e que viviam em precárias condições de vida. Compunham-se de mulheres “sozinhas”, ou seja, sem maridos, viúvas, solteiras e órfãs, que entravam para o trabalho nas fábricas ainda muito jovens, em torno dos 14 anos e chegavam a trabalhar por mais de 40 anos. Os motivos que as levavam para as fábricas foram principalmente a miséria da família e/ou a perda dos seus mantenedores, fossem eles maridos ou pais, que agravavam as já precárias condições de vida. Esses fatores colocavam as mulheres numa condição de desamparo social, que as fábricas, de alguma forma ajudavam a minimizar oferecendo a elas ocupação, salário, moradia e em certo ponto “proteção”.

¹¹⁰ Neste período Bernardo Mascarenhas viajou para os Estados Unidos e Europa com o objetivo de adquirir o maquinário para a montagem da Fábrica da Cachoeira. (GIROLETTI 1991; MASCARENHAS 1972; VAZ 1990;2005)

As mulheres trabalhavam prioritariamente nas seções da fiação e tecelagem. Ali elas eram as fiandeiras, as meadeiras, as paveiristas, as caneleiras, liçadeiras, urdideiras e tecelãs. As fontes sugerem que o início da vida de trabalho das operárias nas fábricas se dava na fiação executando tarefas consideradas mais simples, as mais habilidosas e pacientes se encarregavam dos fusos, emendando os fios que arrebatavam nos filatórios, se constituindo nas verdadeiras fiandeiras. Outras cuidavam das espulas das bobinas, das canelas, além da limpeza do ambiente e de outras tarefas adjacentes. Na medida em que cresciam, adquirindo complexão física, se tornando mais diligentes, desenvoltas e demonstrando inteligência, bom comportamento, obediência e aptidão para o trabalho, poderiam mudar de ocupação, chegando a operar os teares na tecelagem, ou seja, se tornavam as tecelãs ou tecelonas como eram referidas nas cartas. Ocupar-se dos teares era o máximo que uma operária do sexo feminino poderia chegar neste processo de ascensão dentro da fábrica, e, era também a ocupação que lhe possibilitava remunerações melhores em relação às suas companheiras, já que ganhava à medida que produzia. As outras ocupações que garantiam mais prestígio e remuneração como a de maquinista, chefe ou subchefe de seção, mestres, contramestre e outras consideradas qualificadas só eram ocupadas por trabalhadores do sexo masculino.

Desta forma a fiação e a tecelagem foram se configurando em seções femininas, onde as ocupações eram menos valorizadas, tanto em termos salariais quanto de prestígio. Caracterizavam-se pela monotonia, fragmentação, repetição e intenso ritmo de trabalho. As máquinas que compunham estas seções eram consideradas as mais fáceis de serem manuseadas demandando trabalhadoras mais metódicas, mais atenciosas, menos estabanas, mais compenetradas, características tidas como “naturalmente” femininas. Por isso segundo algumas autoras como Perrot (2005), Surelot (1970) e Macedo (1985) as mulheres foram consideradas as candidatas “ideais” pelos industriais para ocuparem estas seções. Reproduzindo o processo de desvalorização social que acompanhou o trabalho da mulher ao longo da sua história, as atividades que desempenhavam dentro das fábricas eram vistas como desqualificadas, sem necessidade de conhecimento técnico e de aprendizagem fácil. Por tudo isso a remuneração que recebiam era menor, já que se tratava de um trabalho simples. No caso da CCC, as operárias ganhavam cerca de 30 a 40 menos que seus colegas do sexo masculino. É importante ressaltar que esta condição de trabalho permaneceu pelo menos até a década de 1930.

Além disto, as mulheres estavam submetidas a outro processo de caráter mais formativo, moralizador e disciplinador. O que o conjunto de fontes revelou foi um processo

de preparação das fábricas para receberem as operárias do sexo feminino. A começar pelo estado civil, havia a preferência declarada pelas mulheres que não fossem casadas. Mesmo encontrando registros de algumas operárias que mantinham laços matrimoniais e ainda permaneciam no trabalho, isso não foi o costumeiro. Por volta de 1915, a Cia oficializa a opção por trabalhadoras celibatárias. Algumas cartas relatavam as saídas de operárias das fábricas quando estas se casavam. Desta forma o trabalho das mulheres na CCC era visto pelos industriais como uma atividade temporária, que acontecia antes do casamento ou depois que este se findava, quando então se tornavam viúvas, ou quem sabe quando eram abandonadas por seus companheiros. Por um lado havia aí a preocupação quanto a disponibilidade de uma mulher casada e com filhos pequenos para o trabalho. Entretanto estava presente, também, um imaginário que via na maternidade e na família a função maior das mulheres. Tratava-se de um modelo de família monogâmica, católica, abençoada por Deus. Muito desse imaginário resultava de um rígido código de moralidade que perpassava as relações sociais cotidianas dentro das fábricas. É certo que isto valia para todos os trabalhadores, mas no caso das mulheres esta ação moralizadora se dava de modo mais incisivo, envolvendo sua sexualidade, seus namoros, seu corpo. Para elas o controle, a vigilância, o isolamento e a imposição de um modelo de feminino foi muito mais severo do que o foi para os trabalhadores masculinos, cujo convento pode ser considerado como o símbolo desta relação.

Para acomodar as operárias solteiras ou viúvas as fábricas organizaram os conventos. Eram lugares rigidamente controlados e vigiados tanto pela abadessa, a sua regente, quanto pelos gerentes das fábricas, onde a vida das suas moradoras beirava à clausura e o isolamento. A rotina diária se constituía de trabalho e escola durante a semana. Já nos domingos era permitido às operárias freqüentar a missa no centro do povoado, mesmo assim sob os olhares da abadessa e, quiçá, de toda a comunidade presente.

Desta forma, para as mulheres, o trabalho nas fábricas veio acompanhado de uma contradição. Se por um lado ofereceu a oportunidade de uma ocupação fora do lar, por outro tentou reproduzir no espaço social e público das fábricas as mesmas condições vividas por elas no espaço privado da casa.

No bojo deste processo está uma “relação pedagógica” pela qual as fábricas buscaram formar as operárias ao mesmo tempo em que as educava enquanto mulheres, a partir de um modelo de feminino idealizado: trabalhadeiras, ordeiras, disciplinadas, asseadas, diligentes, virtuosas, obedientes, recatadas, bem comportadas e tementes a Deus. Modelo esse

fundamentado nos padrões morais, sociais e culturais vigentes. E reproduziram de forma singular a relação patriarcal presente na sociedade da época, na qual as mulheres já estavam submetidas a muito tempo. Neste sentido as fábricas acabavam se juntando a outras instituições como a escola, a família e a religião, cada qual à sua maneira, que também se encarregam de educar e formar as mulheres.

Por tudo isso as mulheres foram as “melhores empregadas, servindo à fábrica de modo exemplar. Eram economicamente mais rentáveis, pois ganhavam menos e raríssimas vezes eram contempladas com alguma gratificação extra. Eram também mais constantes e assíduas, trabalhando a maior parte, por produção e quando moradoras dos conventos, se encarregavam do próprio sustento. Além disso, dada a fragilidade social e econômica em que se encontravam, a necessidade de trabalho era grande e, assim, submetiam-se melhor à dominação, ao controle e à vigilância patronal e masculina imposta por estes estabelecimentos industriais. No entanto ao mesmo tempo em que serviram às fábricas, estas também serviram às mulheres, pois a despeito das condições consideradas hoje aviltantes, possibilitaram o emprego, o salário, a moradia, a proteção e até certo ponto a dignidade de vida, coisas tão necessárias às trabalhadoras naquele contexto social.

O espaço da fábrica se fez também de tensões. As operárias reconheciam o poder, o domínio e a ordem impostos pelas fábricas. Mas como afirmou Certeau (1994) “todo lugar *próprio* é alterado por aquilo que, dos outros, já se acha nele”, assim não deixaram de buscar aquilo que desejavam. Apesar de tudo o que lhes era imposto encontravam formas de burlar à ordem estabelecida. Com movimentos até certo ponto “criativos” e “aproveitando” as oportunidades surgidas as trabalhadoras foram capazes de algumas táticas que as ajudaram a esquivar-se, vez por outra, dos cerceamentos, do controle, da vigilância e tudo o mais que cotidiano da fábrica representava. Neste sentido há que destacar os namoros escondidos, as escapulidas fortuitas dos conventos, as uniões ilegítimas, o abandono dos conventos e da escola da fábrica em virtude da disciplina excessiva, a oposição em engajar-se ao trabalho fabril, gerando dificuldades para fábricas em conseguir trabalhadoras, as reações diretas que aconteciam esporadicamente contra a disciplina, e tantos outros narrados em inúmeras cartas, muitas delas transcritas e analisadas nesta dissertação.

A escolha da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira como objeto deste estudo se deu, dentre outros motivos, pelo acervo histórico que esta empresa mantém no Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas organizado por ela. Este acervo se caracteriza principalmente pela quantidade, diversidade e qualidade dos documentos que o compõe. De

fato as fontes investigadas foram fundamentais para a realização da pesquisa. Mas, se por um lado ajudaram a responder algumas questões, por outro deixaram lacunas, seja por que foram insuficientes, seja por que se apresentaram confusas ou fragmentadas, ou pelo tempo insuficiente para que estes espaços em branco pudessem ser respondidos.

Uma dessas lacunas diz respeito ao número de operárias do sexo feminino que trabalhavam na Fábrica do Cedro logo no início de suas atividades. Conforme argumentado, até 1877 o número de trabalhadoras do sexo feminino era relativamente pequeno. No entanto, quando se sabe que a fábrica foi montada inicialmente com 18 teares, há que se perguntar quem operava estas máquinas, durante este período. Isto resultou em algumas dúvidas quanto a fidedignidade das anotações contidas no primeiro livro de ponto da Fábrica do Cedro, ou seja, em que medida ele realmente contempla o total de operários que trabalhavam na fábrica? Além disso, como saber se as mulheres que estavam registradas nesta fonte se ocupavam dos teares? Isto por que, nesta época este tipo de documento ainda não continha o registro da seção em que o trabalhador exercia suas atividades. Assim sendo as mulheres poderiam estar ali se ocupando da limpeza, da cozinha ou de outra tarefa qualquer. Todavia uma coisa é certa, mesmo com poucas mulheres a fábrica produziu uma quantidade razoável de tecidos desde a sua fundação. Outro dado que se junta aqui são os indícios, já discutidos anteriormente, que ajudam a pensar que as mulheres não foram a primeira opção de mão-de-obra feita pelos industriais. Assim sendo fica aqui uma lacuna quanto aos primeiros fiandeiros e tecelões da CCC: se eram homens ou mulheres. E se eram os homens, o que fez com que a Cia reavaliasse a sua opção? E ainda, se os trabalhadores do sexo masculino se ocuparam inicialmente dos fusos e teares é admissível pensar, então, que a CCC por algum motivo, no começo de suas atividades, não seguiu os mesmos passos da maioria das indústrias têxteis fundadas no período que empregaram mulheres. Com base em tudo o que foi investigado, sugere-se que as mulheres não foram as primeiras tecelãs e fiandeiras, mas é fundamental reconhecer que isto é uma incógnita, que infelizmente o tempo previsto para a pesquisa, as fontes disponíveis e as pesquisas realizadas por outros pesquisadores não foram suficientes para resolver. A resposta para isso implica em investigações de fontes de outra ordem.

Outro vazio deixado pelas fontes diz respeito a vida cotidiana das mulheres que residiam nas casas cedidas pelas fábricas nas vilas operárias. Segundo alguns documentos muitas famílias residentes nestas vilas eram chefiadas por mulheres. Não obstante, como se organizava a vida cotidiana dessas mulheres na vila operária foi algo que as fontes analisadas não puderam informar. Se por um lado as cartas falavam muito das moças dos conventos,

pouco mencionava a respeito dos moradores das vilas em geral. Considera-se que de modo geral estas mulheres estavam também submetidas ao controle, vigilância e a interferência da fábrica em sua vida privada, mas saber em que medida isso acontecia ainda está em aberto.

Por fim, chama-se a atenção aqui para duas inquietações surgidas durante a pesquisa, originadas da leitura de alguns estudos realizados, que analisaram fábricas têxteis localizadas em diferentes centros urbanos do Brasil, no mesmo período histórico aqui contemplado e do contato com as fontes da CCC. Tais inquietações podem sinalizar para estudos posteriores. A primeira diz respeito origem da CCC. Tratava-se de um grupo familiar, rural e detentor de significativo poder econômico e político na região onde eram estabelecidos. Algumas fontes, principalmente a correspondência produzida pelos fundadores da Cia e os estudos realizados por Tamm (1960) abalizam que eram indivíduos educados em rígidos valores morais e religiosos que norteavam a conduta dos mesmos e, que viam o trabalho e o bom comportamento como as maiores virtudes do ser humano. Muito desses valores entremearam as relações sociais dentro das fábricas, principalmente no caso das operárias. Um exemplo desse código de valores e do quanto esteve presente no cotidiano fabril pode ser lido em um fragmento do documento intitulado “Conselhos Para Uma Vida Feliz” elaborado pela CCC por volta de 1920, transcrito a seguir:

É pelo trabalho abençoado e que produza bom efeito, que o homem aufero o direito de subsistir. (...) As más companhias de pessoas viciadas ou doentes de mal pegajoso, os desocupados, as más palavras, as más idéias, os maus costumes, as imagens obscenas, os maus sentimentos, o trabalho improdutivo, a má consciência, são a verdadeira miséria da vida. O tempo perdido volta em remorso e faltas. Não cumprindo os deveres para consigo e para com a natureza, o homem contrai doença; na cumprindo os deveres para com a sociedade, ela atrai para si o desprezo público e o cárcere não é feito para outra gente; não cumprindo os deveres para com Deus, o homem adquire o remorso nascido do foro intimo e sobre ele pesará a justiça divina que tarda mas não falha. Os que cumprirem o seu dever, na sua própria virtude, encontrarão a recompensa e ser-lhes-á dado um dia ver do alto a beleza inenarrável do universo e da vida e obter uma morte decente. (Acervo do MTDMM)

Assim algumas questões foram se delineando: em que medida estas características impactaram na CCC fazendo com que ela se distinguisse de outras fábricas, localizadas em centros urbanos maiores? Essas características também estão presentes em outras fábricas? O que aproxima e o que distancia as fábricas têxteis rurais e familiares, de outras urbanas e não familiares? E de modo específico, que semelhanças e diferenças podem existir no cotidiano das mulheres operárias entre estas diversas fábricas? O que foi vivido pelas operárias da CCC

também estaria presente na vida de outras operárias de fábricas paulistas ou cariocas, por exemplo? Questões consideradas importantes e pertinentes que talvez possam ser respondidas por meio de uma história comparada entre estas diferentes fábricas.

A segunda e última indagação se relaciona com a prática caridosa, protetora e benevolente estabelecida pela CCC com os seus operários. Além de muitas cartas transcritas nesta dissertação, outras escritas por alguns operários já na década de 30, dão sinais de que estas práticas parecem ter sido assimiladas pelos trabalhadores ao longo do tempo. As duas cartas transcritas abaixo sugerem isso:

[...] A vossa preciosa saúde e paz é o que em primeiro lugar desejo (...). Estando eu com minha saúde muito abalada, conforme já vos comuniquei e sem recursos para o necessário tratamento, venho recorrer-me a V. Excias. a fim de ver se por vosso intermédio essa caridosa companhia concorda em pagar por mim todos os fins de mês na farmácia de S. Therezinha os medicamentos que eu for precisando, até ver se consigo alguma melhora(...) E tenho fé em Deus que não ficarei desamparada da vossa caridosa proteção [...].Maria Temperone, operária da Fábrica do Cedro em 21/03/1933.

Resposta da Cia: Conceder 100.000 de uma só vez como auxilio (Caixa Box 219 – MTDMM. Grifo nosso)

[...] Volto hoje a importuná-lo no sentido de obter para mim algum auxilio da Companhia Cedro e Cachoeira que tem demonstrado pelos seus dignos acionistas a maior boa vontade em socorrer os seus operários e aqueles que, tendo trabalhado durante a maior parte de sua existência para a empresa se recolhem pobres e imprestáveis aos seus lares.(...) É uma verdadeira esmola que me fará a Companhia onde prestei, como humilde operário, durante mais de 30 anos, os meus serviços [...].

Raimundo Andrade, operário da Fábrica do Cedro em 08/03/1934

Resposta da empresa: Diz o gerente do Cedro que o peticionário foi dispensado por entregar-se ao vício de beber e que foi admitida toda a família nos serviços da fábrica. Não se deve atender. (Caixa Box nº 219 – MTDMM, grifo nosso)

Proteção, caridade, benevolência e paternalismo foram expedientes utilizados pelos proprietários de fábricas têxteis de um modo geral, para se relacionar com os trabalhadores. No entanto, averiguar até que ponto esses elementos foram incorporados pelos trabalhadores, e mais, se contribuíram para a formação de uma cultura fabril, impactando diretamente no comportamento dos operários se torna significativo. Ainda mais em fábricas rurais, de propriedade de famílias política e economicamente influentes nas localidades em que se encontravam como foi o caso da CCC. Esta importância é dada principalmente pela ausência sentida nas fontes estudadas de movimentos reivindicatórios dos operários. Muitas

das reações operárias aconteceram indiretamente como sabotagens, relatadas em algumas cartas ou mesmo em encontros casuais, muitas vezes acontecidos na farmácia do anarquista Avelino Fóscolo¹¹¹, localizada na Villa de Paraopeba. Segundo Duarte:

Tendo entre os trabalhadores do Cedro inúmeros clientes, Fóscolo abre sua farmácia para que se reúnam. (...) Muitos problemas surgidos na fábrica do Cedro ou na vila operária eram discutidos na farmácia. Esta passa a ser um espaço livre, onde se contava com o apoio de uma pessoa influente, e certa forma, fora do alcance das medidas repressivas que poderiam ser tomadas pelos Mascarenhas. Assim, muitas vezes, Fóscolo era uma espécie de portavoz das decisões tomadas pelos trabalhadores, o que impedia ou pelo menos dificultava a perseguição dos envolvidos. (1991, p. 68)

Esta dissertação chega ao fim com muitas indagações e lacunas, mas também com algumas certezas. O cotidiano das primeiras trabalhadoras nas fábricas têxteis mineiras foi permeado de práticas sociais, onde se misturavam dominação, opressão, vigilância, controle, segregação, proteção, caridade, religiosidade, num espaço social de correlação de forças, onde as mulheres se submetiam, mas também “resistiam”, burlavam, logravam o que era imposto a elas.

Maragareth Rago (1997) perguntou uma vez: “afinal que sabemos sobre as trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira?” Ainda é possível afirmar que se sabe pouco, muito pouco. Mas espera-se que os resultados e as reflexões apresentados nesta dissertação possam vir a contribuir com os estudos posteriores a respeito das mulheres operárias.

A epígrafe desta “conclusão” refere-se a uma carta de uma operária onde testemunhou o longo o tempo em que passou nos serviços de uma das fábricas da CCC. Como ela, outras tantas fizeram o mesmo, porém poucos foram os registros encontrados produzidos pelas próprias operárias. Mas a despeito disso, o pouco do que foi encontrado é um valioso testemunho da presença das mulheres nas fábricas têxteis. Por isso privilegia-se o final da dissertação com fragmentos de alguns desses poucos registros localizados no acervo histórico da CCC e, com o depoimento dado por Lia, cujo uma parte já foi mencionada no capítulo anterior.

¹¹¹ Militante anarquista que atuou na região de Taboleiro Grande durante as primeiras décadas do século XX. Autor de várias peças teatrais de cunho anarquista e fundador do jornal *A Nova Era*, que circulou na região. Para mais detalhes ver: DUARTE, Regina Hora. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Pontes Editora, 1991

[...] Empregada nesta fábrica há 48 anos, tendo retirado algum tempo por motivo de doença, podendo, no entanto contar mais de 35 anos de serviço ativo. Não tenho economias que assegurem a minha subsistência. Tem uma pessoa de minha família que até a pouco tempo socorria-me com o necessário tratamento quando achava-me impossibilitada de trabalhar, mas infelizmente essa pessoa acha-se me estado precaríssimo, não só de recursos como de saúde. É este o motivo pelo qual venho pedir a essa muito ilustre Diretoria, para concederem-me a aposentadoria com o ordenado integral. Será um ato de verdadeira justiça que dispensais a serva muito grata [...].
Francisca Reis. (28/02/1933 – Caixa Box nº 219 – MTDMM)

[...] Operária desta “Fábrica da Cachoeira” desde a sua fundação, como poderei verificar pelo arquivo aqui existente; e não tendo dado falhas notáveis durante todo esse tempo, a não ser por motivo muito grave; venho muito respeitosamente pedir as V. Excelências a minha aposentadoria com o ordenado integral. Não tenho junto economias, e nem parentes que possam me socorrer. Achando-me sem forças para continuar no trabalho por motivo de moléstia; acho muito justo que V. Excelências concedam-me aquele benefício. Poderei tomar informações com os Senhores Drs. Ernesto Werna e Pacífico Martins, sobre a minha assiduidade e igual conduta na repartição que há longos anos venho trabalhando. Confiada na vossa benevolência, espero ser atendida [...].
.Jophefina Carolina Gomes (21/03/1929 – Caixa Box 219 – MTDMM)

[...] Achando-me bastante enfraquecida pelo efeito dos meus 75 anos de idade, auxiliado pelo tempo de serviço e também pela falta de saúde, venho respeitosamente, pedir a vossa interferência perante a Companhia Cedro e Cachoeira (...) no sentido de me ser concedida uma aposentadoria [...].
Idalina Tameirão (08/03/1932 –Caixa Box 219 – MTDMM)

Meu pai entrou ainda menino na fábrica (do Cedro), com 8 anos para varrer. lixo Cresceu sempre trabalhando na fábrica, se casou e criou a família. Meus pais tiveram 8 filhas mulheres, criou todas debaixo da família Mascarenhas. Família ótima para nós. Quando eu nasci, não tinha nada em casa, nem comida nem roupa para eu vestir, a avó de Dr. Aníbal Mascarenhas, levou comida, roupa e cobertor para mim, minha casa encheu. Essa família Mascarenhas matou a fome de todo mundo. Meu pai trabalhou nas caldeiras e nas cardas quando aposentou. No meu tempo essa família amparou todo mundo do Cedro. A minha mãe trabalhava na fábrica desde o tempo de moça. Era uma vida difícil, começava a trabalhar as 3 horas da manhã. A Cia fornecia a casa e a gente podia trocar de casa, e a Cia fazia a mudança. Quando foi instalada a eletricidade, meu pai virou rondante, trabalhando de dia na fábrica e a noite acendendo as luzinhas. As casas eram de tijolo e o chão era entijolado. A casa era à escolha do operário. A gente tinha liberdade, entrava na fábrica, quando quisesse, levava a merenda fora de hora para os parentes na fábrica. O armazém fornecia tudo para os operários, pertencia ao Sr. Aníbal. Não se comprava com dinheiro, tudo anotado e quando se recebia o salário, se pagava a dívida. Alguns nem recebiam o salário, que ficava tudo no armazém. Quando houve aquelas bobagens de revolução em Minas, a Cia preocupada com a falta de alimentos, encheu os escritórios de comida, era arroz, feijão, sacadas de bacalhau para não faltar para os operários. A Cia foi muito boa. Era bom aquele tempo. Eu era bobinadeira, pegava as canelas que vinham do filatório e enchia para a engomadeira, depois iam para o tear. O convento era muito bom. As moças ficavam lá só para trabalhar na fábrica e fazer comida, não namoravam, eram

moças velhas. Tinha uma rua por detrás da fábrica, para onde foram as moças do convento quando ele acabou. Não me lembro quando ele acabou. Era muito gostoso aquele tempo. A vida dos operários era maravilhosa, eles tinham muita liberdade. A fábrica dava muita coisa, muito pano, dava leite, tinha umas vaquinhas. A Cia era uma pureza, uma santidade. As minhas irmãs se perderam o gerente falou para o meu pai Theóphilo: “eu terei que tomar a sua casa se as suas duas filhas que procedem mal continuar morando aqui”. Meu pai mandou que elas saíssem. Elas foram para Paraopeba, deu muito trabalho para o meu pai. Nenhuma delas se casou, uma foi morar com um moço rico de Paraopeba, apanhava muito dele. Alguns da Cia corriam atrás delas também. A mulher solteira tinha que ser casta. O coronel Caetano conversava com a gente, lembro dele até hoje, andando pela fábrica com a mão para trás, falava grosso, gostava muito de falar com as crianças. A Cia foi adiante porque eles fizeram muita caridade. O caminhão da fábrica levava os operários doentes para Belo Horizonte. A minha irmã Clarice entrou com 8 anos e saiu com 50 anos. Saiu aposentada recebendo 10.000 mensais, o meu pai saiu aposentado com 20.000 mensais, o que valia isso, 10 reais hoje. Ela trabalhava dentro de um caixote limpando as canelas. Em vez de ir para a escola foi para a fábrica. Ela foi para a escola antes dos 8 anos, mas a professora deu uma varada nela, e a minha mãe a tirou de lá, não tolerou. Eu fui a escola, tirei a 4ª série. As leis da Cia eram muito severas, era muito rigor. Eles vigiavam tudo, porque eram muito ricos e os pobres tinham que ficar mesmo debaixo dos pés deles. Eles tinham que ser muito bravos, mas eram muito bons. No banheiro havia ducha, chuveiro, piscina e, um espelho grande, em toda a parede, que a gente ficava se olhando, era muito conforto. Em casa os banhos aconteciam geralmente no sábado e na 4ª feira. Na Cia os banhos tinham o dia marcado. Havia o dia certo de banho para as moças e para os homens. Tinha uma moça que trabalhava na sala de panos que jogava panos pela janela, ficava muita menina e muita mulher embaixo da janela para pegar os panos. A gente calçava alpercatas feitas com tiras de couro e pneu da fábrica. Meu pai fazia e gente ia trabalhar assim. A gente aprendia umas com as outras. Eu não consegui aprender a trabalhar no tear, fiquei só um mês, e as moças é que faziam meus panos na tecelagem. Quem tinha uma mãe boa, um pai bom não precisava trabalhar. Na fiação não era muito bom trabalhar, tinha que emendar os fios que arrebentavam, dava muito trabalho. Homem e mulher viviam na santidade dentro da fábrica. Os Mascarenhas buscavam uns homens que entendiam das máquinas, não sei onde. A mulher casada não tinha que trabalhar mesmo, porque naquela época a gente pensava assim que o homem casava e tinha que sustentar a casa, os filhos, a mulher. Hoje é que está tudo liberado e a mulher acha que tem ser independente.

D. Lia - Caetanópolis, 11/09/2008.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos bissextos*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Mercado de trabalho mineiro no século XIX*. Belo Horizonte, Ibmec/MG, 2004. Disponível em: < <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp12.pdf> > Acesso em: 10 de setembro de 2007.

_____ e **LIBBY**, Douglas Cole. Fontes para a história empresarial no Brasil: o caso de Minas Gerais. Disponível em: < www.institutomora.edu.mx/revistas/Numero%2015/15-2-SergiodeOliveiraBirchal_yDouglasColeLibby.pdf > Acesso em: 11 de setembro de 2007.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *A indústria têxtil em Minas Gerais: condições e reequipamento*. Belo Horizonte: BDMG, 1965.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*. v. 6, nº 11, p. 63-74, setembro 1985 - fevereiro 1986.

_____. O processo de trabalho na Indústria: Minas Gerais – 1870-1920- (trabalho e disciplina entre operários têxteis). *História e Perspectiva*. v.1, nº1, pp. 55-65, julho-dezembro, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIAVATTA, Maria. Educando o trabalhador da grande “família da fábrica”: a fotografia como fonte histórica. In. II Seminário Internacional “AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA: imagem e cidadania”, 2003, Rio de Janeiro. *Mesa Redonda*. Rio de Janeiro: UERJ / CEH / Faculdade de Educação / PROPEd, 2003, p.1-19. Disponível em: < <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/convmc.pdf> > Acessado em: 12 fev 2009

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documento).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e **FERREIRA**, Jorge (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DUARTE, Regina Horta. O povoado do Cedro: um palco, muitas histórias. *Revista do departamento de História da UFMG*. Vol. 1, nº 2, p. 102-120, jun. 1986.

_____. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A escrita de si. In. _____ O que é um autor? Lisboa: Veja, 1992

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, v.1, n.21, 1998.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Ed. Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1975.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In. **DEL PRIORE**, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997

GINZBURG. Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

_____. A modernização capitalista em Minas Gerais – A formação do operariado industrial e de uma cosmovisão. Tese – (Doutorado em Administração) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

_____(org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, v.1, n.21, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot e **LEONARDI**, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982. (Teses).

HEILBORN, Maria Luiza. “De que gênero estamos falando? *Sexualidade, Gênero e Sociedade* ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994. Acessível em: <<http://www.sistema.clam.org.br/biblioteca/files/de%20que%20genero%20estamos%20falando.pdf>> Acesso:21 jan. 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. *De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Acessível em: <<HTTP://www.cpdoc.fgv.br>>, acessado em 10 jan 2009.

_____. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997.

_____. “Quem Não tem Padrinho Morre Pagão”: fragmentos de um discurso sobre o poder. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. N. 24, 1999. Acessível em <<HTTP://www.cpdoc.fgv/revista/arq/273.pdf>>. Acessado em: 10 jan 2009.

HOBBSAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

_____. *A era das revoluções – 1789/1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940, série regional, Parte XIII – Minas Gerais, Tomo II. Acessível em: < <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940 pt XIII t2 MG.pdf>> Acessado em: 10 abr. 2009.

JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX século*. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C..

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. *Estado e Economia*. V. 27, n.1, p.97-125, jan/abril 1997. Disponível em: <

<http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/view/565/274> >. Acesso em: 12 set. 2007.

LOPES, Eliane Marta T. Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher. *Teoria e Educação*. n. 6, 1992, p.105-114.

_____. História: ler,ver,ouvir e contar....o outro. In. IV encontro de pesquisa, 1997, Belo Horizonte. *Anais...* Faculdade de educação/UFMG, 1997.

_____ e **GALVÃO**, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (Col. O que você precisa saber sobre)

LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In:_____ *et. al. Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACEDO, Concessa Vaz de. A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. *Varia História*, Belo Horizonte,v.22, n.35, p.207-232,jan/jun, 2006.

_____. *Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino “vis-a-vis” o masculino na indústria brasileira*, 1985. Dissertação (Mestrado em Economia). CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

MACHADO, Ana Maria. O Tao da teia: sobre textos e têxteis. *Estudos Avançados*, v.17, n.49, 2003.

MAGALHÃES. Cristiane Maria. Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930), 2006. Dissertação – (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da Solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol I, 1971.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1954.

MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. *Centenário da Fábrica do Cedro: 1872-1972*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 1972.

MASCARENHAS, Décio Magalhães. *Genealogia da Família Mascarenhas: 1824-1989*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 1990.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves e **GEWANDSZNAJDER**, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero?. In. GALVÃO, W. N. e GOTLIB, N. B. (org) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In. GALVÃO, W. N. e GOTLIB, N. B.(org) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V(2ª parte), Salários. Rio de Janeiro. Tipografia da Estatística, 1928. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920_v5_Parte2_Salarios.pdf>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História política e o conceito de cultura política.. *Revista de História*, n. 6, 1996. p 83-91.

MOURA, Marcelo Duarte. *A indústria artesanal de tecidos em Minas Gerais na 1ª metade do século XIX*. X Encontro sobre Economia Mineira. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D14.PDF>> Acesso em: 12 de setembro de 2007.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores de sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932. Belo Horizonte, 2006. Dissertação – (Mestrado

em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria em Minas gerais: origem e desenvolvimento*. X Seminário sobre Economia Mineira. Acessível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF> > Acesso em: 18 out. 2007.

_____. *Percalços da Industrialização: o caso de Minas Gerais*. 2001. Dissertação - (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

_____. *E do caminho novo da Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "baú de osso"- História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica", 2006*. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAULA, Manoel Julio. *A infância tecida: a mão – de – obra infantil na Cedro e Cachoeira*. 2004. Monografia (Licenciamento em História) – Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, Faculdade Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2004.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. E **HALL**, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Documentos)

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos do Brasil: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajadores do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. in: **DEL PRIORE**, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, p.89-98, 1998

REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A organização social dos trabalhadores fabris em São João Del – Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense*. 2003. Dissertação – (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, Maria Helena. *Fazenda da Ponte*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1968.

ROSSNER, Judith. *Emeline*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*. Florianópolis, v.21, n.01, p. 121-149, jan./jun.2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.21, p.5-22, jul/dez 1990.

SENNA, Nelson. Anuário de Minas Gerais, 1913. [S.l.: s.n]

SILVA, Jair. *Buena Dicha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos Contemporâneos, [199-?]. Acessível em:< <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF>> Acesso em: 22 nov. 2008.

_____. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, 1997.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STREET, Ernesto. A indústria têxtil no Brasil. Separata de: *Estudos Econômicos*, Rio de Janeiro, n.3 e 4, p.5-19, set-dez, 1950.

SURELLOT, Évelyne. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970. (História e Sociologia)

TAMM, Paulo. *Uma dinastia de tecelões*. Edição particular, 1960.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v. (Coleção Oficinas da História. Vol. II)

VAZ, Alysson Mascarenhas. *Bernardo Mascarenhas: desarrumando o arrumado – um homem de negócios do século XIX.* Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. 2005.

_____. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar-1883-1987*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. 1990.

_____. *A indústria têxtil em Minas Gerais, o papel da Família Mascarenhas: 1872/1972*. Belo Horizonte, 1976, mimeo.

Fontes

1. Correspondência

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1878 a 1880 – Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1880 a 1883– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1880 a 1881– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1881 a 1882– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1884 a 1886– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1886 a 1887– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1887– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1889 a 1890– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1890– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1891a 1892– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892 a 1893– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892a 1894– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1893 a 1894– Caetanópolis: MTDMM

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894 a 1895– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1895 a 1896– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1896a 1897– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1899 a 1900– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1899 a 1900– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1900 a 1901– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1901– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1902– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1904– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1905– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1906– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1907– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1909– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1921 a 1924– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1928– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1930 a 1931– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1872 a 1879– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1879 a 1881– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1881 a 1883– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1882 a 1883– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1885 a 1887– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1888 a 1889– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1889 a 1890– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890 a 1891– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1891 a 1892– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1892 a 1893– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1893 a 1894– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1894– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1894 a 1895– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1895 a 1896– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1896 a 1897– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1897 a 1898– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898 a 1900– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1900 a 1901– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901 a 1902– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903 a 1904– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1907 a 1908– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1915 a 1916– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1928 a 1932– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de Cartas de Francisco Mascarenhas – 1878 a 1887– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas Antônio Cândido Mascarenhas – 1869 a 1872– Caetanópolis: MTDMM
Copiador do Escritório Central de 1912-1913– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas do Escritório Central – 1921 a 1922 – Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas do Escritório Central – 1922 a 1924– Caetanópolis: MTDMM
Copiador de cartas do Escritório Central – 1926 a 1929 – Caetanópolis: MTDMM

Correspondências recebidas de 1886 a 1930 – Caixas Box de 01 a 106 – Caetanópolis: MTDMM

2. Relatórios e balanços

Relatórios – CCC - Pasta de relatórios de 1884 a 1903 – Caetanópolis: MTDMM
 Relatórios e balanços da Fábrica de São Vicente – caixa Box nº 192 – Caetanópolis: MTDMM
 Relatórios e balanços da Fábrica da Cachoeira – Caixa Box nº 216 – Caetanópolis: MTDMM
 Relatórios e balanços da Fábrica do Cedro – Caixas Box nº 204 e 218 - Caetanópolis: MTDMM

3. Instrumentos Normativos

Regulamento para Operários da Fábrica do Cedro de 1872- Caetanópolis: MTDMM
 Regulamento interno dos banheiros de vicinalidade da Fábrica do Cedro [191-?]. Caetanópolis: MTDMM
 Conselhos para uma vida feliz. Villa de Paraopeba: Typ. Theodoro, 1917 - Caetanópolis: MTDMM
 Estatutos da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1891.14p. Caetanópolis: MTDMM

4. publicações e documentos avulsos

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Código Brasileiro de Ocupações: Fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados.* Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/CBO/procuracbo/conteudo/tabela2.asp?gg=7&sg=5>>. Acesso em 5/02/2009

CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. *Procedimentos Operacionais.* 2007

PINHEIRO, Thomaz Bordallo. *Manual do fabricante de tecidos.* Paris Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, Aillaud, Alves e Cia.[192?] (Col. Biblioteca de Instrução Profissional Relação das Machinas e do Pessoal da Fábrica do Cedro, 1915 – Caetanópolis: MTDMM

Livro de Matrícula da Escola – 1909 a 1929 – Caetanópolis: MTDMM

Mappa de matrícula da escola da Fábrica do Cedro - 1885 - Caetanópolis: MTDMM

Relatórios e mensagens dos presidentes da Província de Minas Gerais – 1872 a 1930. Disponível em < <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>

5. Registros de Operários

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica de São Vicente – nº1 – Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica do Cedro – Nº 1- Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica da Cachoeira – s/n - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica de São Vicente - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica da Cachoeira - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica do Cedro - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica do Cedro - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica da Cachoeira - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica de São Vicente - Caetanópolis – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de ponto da Fábrica de São Vicente - Jan/1895 a Set/1898- Caetanópolis: MTDMM

Livro de ponto da Fábrica de São Vicente - Out/1898 a Jul/1901 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto Fábrica de São Vicente - Ago/1901 a Abr/1904 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Mai/1904 a Jan/1907 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Fev/1907 a Set/1909 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Ago/1913 a Dez/1924 - Caetanópolis: MTDMM

Livro Folha de Pagamento da Fábrica de São Vicente - Jan/Fev/1934 - Caetanópolis: MTDMM

Livro Folha de Pagamento da Fábrica de São Vicente - Fev/Mar/1942 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1873 a Jun/1878 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Abr/1881 a Fev/1883 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Fev/1883 a Abr/1885 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Abr/1885 a Mar/1886 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Mai/1890 a Ago/1892 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Set/1892 a Dez/1894 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1895 a Mai/1896 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro – Jun/1896 a Dez/1898 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1899 a Ago/1901 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Dez/1905 a ago/1907 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Dez/1931 a Ago/1932 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de ponto da Fábrica do Cedro - Out/1940 a Ago/1941- Caetanópolis: MTDMM

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Jul/1909 a Jul/1913 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Pagamentos da Fábrica do Cedro - Ago/1915 a Mar/1917 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Pagamentos da Fábrica do Cedro - Abr/1917 a Ago/1920 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Set/1920 a Dez de 1923 - Caetanópolis: MTDMM

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Jan/1927 a Ago/1929 - Caetanópolis: MTDMM

6. Jornais

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 1, 28 ago 1915, Caetanópolis: MTDMM.

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, 02 set 1915, Caetanópolis: MTDMM.

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 6, 3 out 1915, Caetanópolis: MTDMM.

Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, Ano I, nº 37, 10 dez 1911, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

- A Folha do Cedro*, Fábrica do Cedro, ano II, nº 57, p.1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro
- A Folha do Cedro*, Fábrica do Cedro, nº 52, 07 abr 1912, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro
- A Folha do Cedro*, Fábrica do Cedro, Ano II, nº 57, 12 mai 1912, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro
- A Folha do Cedro*, Fábrica do Cedro, Ano III, Nº 111, 25 mai 1913, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro
- Folha do Cedro*, Vila de Paraopeba, Ano III, nº 129, 28 set 1913, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro
- A Nova Era*, Villa de Paraopeba, ano 1, nº 3, 27/09/1906. p.2, *apud* **DUARTE**, Regina Horta. O povoado do Cedro: um palco, muitas histórias. *Revista do departamento de História da UFMG*. Vol. 1, nº 2, p. 102-120, jun. 1986
- A Rua*, Vila de Paraopeba, Ano 1, nº 13, 19 out 1916, Caetanópolis: MTDMM.
- A Rua*. Vila de Paraopeba, ano 1, nº 14, 26 out 1916 - Caetanópolis: MTDMM
- A Rua*, Vila de Paraopeba, nº16, 9 nov 1916. Caetanópolis: MTDMM
- A Rua*, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 19, 08 dez 1916, Caetanópolis: MTDMM.
- A Rua*, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 20, 14dez 1916, Caetanópolis: MTDMM.
- Attraverso uno stabilimento di tessitura, *Avanti!*, São Paulo, 25 de maio de 1907. *Apud* **PINHEIRO**, Paulo Sérgio. E HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Documentos)
- Attraverso uno stabilimento di tessitura, *Avanti!*, São Paulo, 28 de maio de 1907. *Apud* **PINHEIRO**, Paulo Sérgio. E HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Documentos)
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba ano IV, nº 177, 30 ago 1914, p.4 - Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano IV, nº 203, 28 fev 1915, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, nº 335, 02 set 1917. Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano VII, nº 337, 16 set 1917, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Villa de Paraopeba, Ano VIII, nº 507, 15 set 1918, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano XI, nº 684, 02 abr 1922, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 690, Villa de Paraopeba, 14 mai 1922, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº691, 21 mai 1922, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 707, 07 set 1922, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 709, 24 set 1922, Caetanópolis: MTDMM.
- Gazeta de Paraopeba*, Vila de Paraopeba, Ano 25, nº 1372, 11 ago 1935, Caetanópolis: MTDMM
- Os operários do Cedro. *Gazeta de Paraopeba*. Villa de Paraopeba, ano VIII, nº 507, 15 set.1818, p.1. Caetanópolis: MTDMM

Reflexões. *O Sexo Feminino*. Campanha, Ano I; nº 27, 04 abr 1874, p.4. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

O Autônomo, Queluz de Minas, ed. 8, 14 set 1900, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro.

O Divulgador, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 5, 16 set 1923, Caetanópolis: MTDMM

O Divulgador, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 6, 30 set 1923, Caetanópolis: MTDMM.

O Elephante, Taboleiro Grande, (19..?), Caetanópolis: MTDMM.

O Labor, Belo Horizonte, Ano I, nº1, 18 Jun 1905, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

O Mimo, Taboleiro Grande, Ano I, nº 17, 16 jan 1910, Caetanópolis: MTDMM.

O Operário, Belo Horizonte, Ano I, ed.34, 03 ago 1904, Belo Horizonte: Hemeroteca

O Pobre, Juiz de Fora, edição 15,19 ago 1900, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

A Rua, Vila de Paraopeba, nº 16, 9 nov 1916, Caetanópolis: MTDMM.

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 20, 03 mai 1904. Caetanópolis: MTDMM

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano I, nº XV, 7 abr 1904, Caetanópolis: MTDMM.

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 26, 23out 1904, Caetanópolis: MTDMM.

O Tabuleirense Taboleiro Grande Ano II, nº 30, 25 dez 1904, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 33, 29 jan 1905, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

7. Depoimentos orais

A J. B. M. Ex-funcionário da Fábrica do Cedro. Residente em Caetanópolis

Data: agosto de 2008

S. S. Ex-operária da fábrica do Cedro e filha de ex-operários. Residente em Caetanópolis

Data: setembro de 2008

I. C. S. Filha e irmã de ex-operários da Fábrica do Cedro e ex-operária da Fábrica do Cedro.

Residente em Caetanópolis

Data: setembro de 2009

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)